

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



**Religião, voto e território: Direita Confessional e eleições federais
em São Paulo (2018-2022)**

Jéssica Felipe da Cruz

Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território

Dissertação orientada pelo Doutor Jorge Malheiros e pelo Doutor José Gilberto
de Souza

2025

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Religião, voto e território: Direita Confessional e eleições federais em São Paulo (2018-2022)

Jéssica Felipe da Cruz

Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território

Dissertação de Mestrado orientada pelo Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros e pelo Doutor José Gilberto de Souza

Júri:

Presidente: Doutora Alina Isabel Pereira Esteves, Professora Associada do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutor Paulo Miguel Fernandes Madeira, Professor Auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
- Doutor João Carlos Jarochinski Silva, Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima, Brasil
- Doutor Jorge da Silva Macaísta Malheiros, Professor Associado do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Declaração de Autoria

Eu Jéssica Felipe da Cruz, declaro que a presente dissertação de mestrado intitulada Religião e comportamento político-eleitoral: a relação entre o neopentecostalismo e a ascensão da extrema direita no Brasil e em São Paulo, é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia ou outras listagens de fontes documentais, tal como todas as citações diretas ou indiretas têm devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas académicas.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus orientadores, Jorge Malheiros e José Gilberto de Souza, que aceitaram trilhar comigo este percurso de construção intelectual e desenvolvimento da pesquisa. A ambos, meu reconhecimento pela orientação, disponibilidade e pelo acompanhamento ao longo do processo de formação que resultou nesta dissertação.

Agradecimento fundamental à generosidade de Felipe Cruz de Biazzi, responsável pela magistral organização, filtragem e tratamento dos dados eleitorais oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse trabalho constituiu uma base técnica sólida que sustentou esta pesquisa e orientou as discussões desenvolvidas ao longo da dissertação. A partir desse tratamento dos dados, foi possível delimitar o estado de São Paulo como estudo de caso e realizar as análises referentes aos deputados eleitos em 2018 e 2022, garantindo consistência metodológica e confiabilidade aos resultados apresentados.

Aos amigos Vasco Costa e Sara Amorim, agradeço pela contribuição técnica e formativa na elaboração dos mapas que integram esta dissertação, trabalho essencial para a análise e visualização dos dados, bem como pela disponibilidade, paciência e dedicação, expressas na amizade, nas conversas e na criatividade empregada na construção de novas resoluções ao longo do processo.

Por fim, agradeço aos amigos Kátia Afonso, Filipe Lavrador e Simone Passalacqua, pela convivência acadêmica e pelas trocas construídas ao longo dos dois anos do programa. Entre debates, trabalhos em grupo e pesquisas desenvolvidas coletivamente, compartilhamos desafios, reflexões e experiências fundamentais para a minha formação, o que tornou esse percurso mais significativo.

Resumo

O presente trabalho possui como objetivo de pesquisa investigar a dinâmica eleitoral e ideológica dos partidos políticos no Brasil, analisando como os vínculos religiosos articulam-se com o campo partidário e de que forma essa relação se expressa territorialmente, considerando o estado de São Paulo como estudo de caso. Busca-se ainda compreender a expansão da direita confessional e sua inserção nas disputas por hegemonia política, evidenciando a complexidade do fenômeno religioso no contexto de desgaste da democracia brasileira.

Assim, organizou-se o trabalho em três partes: a primeira, destinada a revisão de literatura e a compreensão da relação entre neoliberalismo, política institucional e conservadorismo religioso; a segunda, dedicada ao estudo do fenômeno neopentecostal, sua dinâmica social e sua capilaridade territorial; e a terceira, reservada à análise empírica da territorialidade do voto, a partir da composição da bancada paulista de deputados federais nos pleitos de 2018 e 2022.

A metodologia adotada combina análise quantitativa e qualitativa. Foram utilizados dados do Tribunal Superior Eleitoral relativos às eleições de 2018 e 2022. Também foram mobilizados estudos de literatura especializada em ciência política, sociologia e geografia, além, censos e relatórios sobre o crescimento e a territorialização das igrejas evangélicas no Brasil.

Os resultados indicam que o campo da direita em geral, apesar de se manter hegemônico, apresentou sensível diminuição no número absoluto de votos no estado de São Paulo. Entretanto, a observação da sua composição interna, nota-se que a Direita Confessional experimentou um fortalecimento. Paralelamente, houve um crescimento expressivo no campo da esquerda, que ampliou sua votação em todas as regiões do estado, consolidando-se como força em expansão. Esses resultados reforçam a interpretação que o território paulista tornou-se um espaço de polarização política, em que a hegemonia da direita se vê tensionada tanto pelo fortalecimento interno de sua vertente confessional quanto pelo avanço da esquerda.

Palavras-Chave: Religião, Política, Direita Confessional, Brasil, Território.

Abstract

This research investigates the electoral and ideological dynamics of political parties in Brazil, examining how religious affiliations intersect with the political arena and how this relationship is territorially expressed, using the state of São Paulo as a case study. It also aims to understand the expansion of the religious right and its insertion into struggles for political hegemony, highlighting the complexity of the religious phenomenon in the context of the erosion of Brazilian democracy.

The study is organized into three parts: the first focuses on a literature review, exploring the relationship between neoliberalism, institutional politics, and religious conservatism; the second examines the neo-Pentecostal phenomenon, its social dynamics, and territorial reach; and the third presents an empirical analysis of vote territoriality, based on the composition of São Paulo's federal deputy bloc in the 2018 and 2022 elections.

The methodology combines quantitative and qualitative approaches. Electoral data from the Superior Electoral Court (TSE) for the 2018 and 2022 elections were analyzed, alongside specialized literature in political science, sociology, and geography, as well as censuses and reports on the growth and territorialization of evangelical churches in Brazil.

The results indicate that, although the right-wing bloc remained hegemonic, it experienced a notable decline in total votes in São Paulo state. However, within this bloc, the confessional right strengthened significantly. Concurrently, the left-wing bloc expanded its vote share across all regions of the state, consolidating its position as a growing political force. These findings underscore São Paulo as a space of intense political polarization, where the hegemony of the right is challenged both by the internal growth of its confessional wing and by the advance of leftist forces.

Keywords: Religion, Politics, Confessional Right, Brazil, Territory.

Índice

1.Introdução	11
2. Neoliberalismo e conservadorismo religioso: uma aliança inusitada, uma geografia política planejada (?)	19
2.1. A razão neoliberal como fenômeno global	19
2.2. Da psicosfera ao indivíduo: os mecanismos de subjetivação da razão neoliberal	26
2.3. Neoliberalismo e conservadorismo: uma aliança inusitada?	31
2.4. Os perigos do neoliberalismo e do conservadorismo para a democracia: um novo mapa político-eleitoral se desenha	34
2.5. Neoliberalismo, religião e geografia: elementos da geografia política e do conservadorismo	42
3. O fenômeno (Neo)Pentecostal: dinâmica social e capilaridade territorial.	49
3.1. Geografia e religião: elementos sobre os novos sujeitos (religiosos) na política da América Latina.	49
3.2. O mundo (Neo)Pentecostal: distinções e teologias	55
3.2.1 A teologia da Prosperidade	58
3.2.2 A teologia da Guerra Espiritual	63
3.2.3 Teologia do Domínio (T.D.)	65
3.3. O fenômeno Neopentecostal no Brasil.	67
3.3.1 A mudança do perfil religioso da população brasileira	67
3.3.2. Gestão empresarial e mercado religioso	71
3.3.3. Crescimento dos estabelecimentos evangélicos	74
3.3.4. Os grandes centros urbanos	76
3.3.5. Regiões e Unidades da Federação	77
3.3.6. Regiões metropolitanas, capitais e periferia	81
3. 4. A expansão territorial das igrejas neopentecostais	86
3.5. Religião e política: a aliança entre grupos evangélicos e conservadores no Brasil.	91
4. Religião, Política e Território: Uma Análise das Eleições para deputados Federais de 2018 e 2022 no Estado de São Paulo	99
4.1 Direita e esquerda: origens, trajetórias e sentidos históricos, no quadro global e no Brasil	99
4.2 Buscando uma classificação ideológica dos partidos brasileiros.	108
4.3 Confessionalidade Partidária	116
4.4 Perfil dos Deputados Federais eleitos por São Paulo: 2018 e 2022	126
4.4.1 Deputados paulistas: 56ª e 57ª Legislatura (2018-2022)	129
4.5 O Território em Disputa: São Paulo e o Avanço Conservador	140
4.5.1 Conjuntura eleitoral e eleições de 2018	144
4.5.2 . Conjuntura eleitoral e eleições presidenciais de 2022	153
4.6 Espacialização do Voto Conservador no estado de São Paulo	166
5. Considerações Finais	184
6. Referências bibliográficas	188
7. Anexo - Elementos complementares	199

Tabela 1: Distribuição Absoluta de Católicos e Evangélicos (por Milhão) e Relação Evangélicos/Católicos (REC) por Regiões do Brasil: 1991-2010	79
Tabela 2. Distribuição Absoluta de Católicos e Evangélicos (por Milhão) e Relação Evangélicos/Católicos (REC) por Unidade da Federação: 1991-2010	80
Tabela 3. Distribuição Populacional (por Mil) e Relação (em 100) entre Evangélicos e Católicos nas Principais Regiões Metropolitanas (RM), Capitais e Periferias, 2010	82
Mapa 1: Índice de transição religiosa: REC - Evangélicos e Católicos em 2000	84
Mapa 2: Índice de transição religiosa: REC - Evangélicos e Católicos em 2010	85
Figura 1: Comparação do posicionamento ideológico em 2010 e em 2018	110
Tabela 4. Distribuição dos partidos políticos brasileiros por grandes grupos ideológicos: 2018 e 2022	115
Tabela 5. Critérios para a classificação partidária em Confessional de direita	118
Figura 4: Deputados eleitos por ideologia partidária no estado de São Paulo (2018-2022).	130
Figura 5: Deputados eleitos no estado de São Paulo (2018-2022): direita confessional.	132
Figura 6: Deputados eleitos por pertencimento e filiação religiosa (2018-2022).	133
Figura 7: Composição da Frente Parlamentar Evangélica - FPE (2018-2022)	136
Figura 8: Composição da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana - FPC no estado de São Paulo (2018-2022)	139
Mapa 3: Mapa de enquadramento e localização do estado de São Paulo	142
Mapa 4: Mapa de enquadramento e Regiões Intermediárias IBGE	143
Tabela 6. Capitais das Regiões Intermediárias IBGE: prefeitos eleitos em 2016, apoios e alianças nas eleições presidenciais de 2018	149
Tabela 7. Capitais das Regiões Intermediárias IBGE: prefeitos eleitos em 2020, apoios e alianças nas eleições presidenciais de 2022	159
Tabela 8. Composição partidária da Câmara dos deputados nos pleitos de 2018 e 2022	162
Tabela 9. Crescimento e retração dos blocos ideológicos no Congresso Nacional: comparação 2018–2022	163
Mapa 5: Mapa distribuição (%) de votos por Ideologia: Direita (2018-2022)	168
Mapa 6: Mapa variação (%) de votos por Ideologia: Direita (2018-2022)	169
Mapa 7: Mapa distribuição (%) de votos por Ideologia: Direita confessional (2018-2022)	173
Mapa 8: Mapa variação (%) de votos por Ideologia: Direita Confessional (2018-2022)	174
Mapa 9: Mapa distribuição (%) de votos por Ideologia: Centro (2018-2022)	177
Mapa 10: Mapa variação (%) de votos por Ideologia: Centro (2018-2022)	178
Mapa 11: Mapa distribuição (%) de votos por Ideologia: Esquerda (2018-2022)	180
Mapa 12: Mapa variação percentual de votos por Ideologia: Esquerda (2018-2022)	181
Figura 2: Número de deputados eleitos por partidos no estado de São Paulo -2018.	199
Figura 3: Número de deputados eleitos por partidos no estado de São Paulo - 2022.	200
Figura 9: Distribuição por gênero dos deputados eleitos por São Paulo (2018 - 2022).	202
Figura 10: Distribuição dos deputados federais paulistas por raça/cor (2018 - 2022).	203

SIGLAS

2018

AVANTE - ANTIGO PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL - PT DO B
 DC - DEMOCRACIA CRISTÃ (antigo PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO - PSDC)
 DEM - DEMOCRATAS
 MDB - MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
 PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
 PC DO B - PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
 PCO - PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
 PMN - PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
 PMB - PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA
 PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
 PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
 PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES
 PHS - PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
 PL - PARTIDO LIBERAL (ANTIGO PARTIDO DA REPÚBLICA - PR)
 NOVO - PARTIDO NOVO
 PPL - PARTIDO PÁTRIA LIVRE
 PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
 PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
 PROS - PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
 PRP - PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
 PSC - PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
 PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
 PSL - PARTIDO SOCIAL LIBERAL
 PSOL - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
 PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
 PSTU - PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS
 PTB - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
 PTC - PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
 PV - PARTIDO VERDE
 PATRI - PATRIOTA
 PODE - PODEMOS
 PP - PARTIDO PROGRESSISTA
 REDE - REDE SUSTENTABILIDADE
 PRB - PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
 SD - SOLIDARIEDADE

2022

AGIR
 AVANTE
 DC - DEMOCRACIA CRISTÃ (ANTIGO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO - PSDC)
 FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA - FÉ BRASIL - PARTIDO DOS TRABALHADORES -
 PT/PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B/ PARTIDO VERDE - PV

FEDERAÇÃO PSDB CIDADANIA - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA -
PSDB/CIDADANIA - ANTIGO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS
FEDERAÇÃO PSOL REDE - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL/REDE -
SUSTENTABILIDADE - REDE
MDB - MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO
PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PCO - PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
PMN - PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
PMB - PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA
PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PL - PARTIDO LIBERAL (ANTIGO PARTIDO DA REPÚBLICA - PR)
NOVO - PARTIDO NOVO
PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
PROS - PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
PSC - PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSTU - PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
PTB - PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PATRIOTA - PATRI (ANTIGO PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL - PEN)
PODEMOS - PODE (ANTIGO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL - PTN)
PROGRESSISTAS - PP (PARTIDO PARTIDO PROGRESSISTA)
REPUBLICANOS - ANTIGO PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO - PRB
SD - SOLIDARIEDADE
UNIÃO BRASIL - FUSÃO DO PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL COM DEMOCRATAS - DEM
UP - UNIDADE POPULAR

1.Introdução

No dias atuais, presencia-se como tendência e também realidade o avanço de vertentes políticas associadas à perspectivas de direita que expressam o conservadorismo de formas cada vez mais radicalizadas. As disputas eleitorais em diversos lugares do mundo tem se apresentado de forma polarizada e dentro de padrões onde o esvaziamento de discussões políticas abre espaço para o crescimento da desinformação, do discurso moral ancorado na retórica de ódio e em formas de propagação do medo (Fornazieri, 2022).

Nesse contexto, de aprofundamento do neoliberalismo, onde as velhas contradições da sociedade capitalista são intensificadas e a dialética abundância-escassez se perpetua como realidade concreta, a intensificação da produção de mais-valor e de mais mercadorias mediante a exploração crescente da força de trabalho, junta-se às condições materiais e ideológicas que permitem que vertentes de direita ganhem força e representatividade.

Assim, apesar dos avanços científicos e tecnológicos alcançados, com as novas possibilidades oferecidas pelos meios de comunicação, questões como o desemprego, a pobreza e a fome continuam em evidência, ou mesmo, são agravadas.

Ademais, as conflitualidades também se fazem presentes no acesso e na qualidade dos serviços essenciais de saúde, educação, terra e habitação, somados à crescente inflação em conjunto com a elevação dos preços da energia e dos alimentos. Problemas estes estruturais, presentes em diferentes lugares e sociedades, que se agravaram devido à pandemia de COVID-19 (30/01/2020 - 05/05/2023), com a escalada da crise ambiental e guerras (Relatório Mundial Sobre as Desigualdades, 2022).

Nesse contexto, presencia-se a ascensão de partidos de extrema-direita em diversos países. A exemplo, na Itália há um governo com clara inspiração fascista (2022-dias atuais), na Hungria com Orbán exercendo seu quarto mandato (2010-dias atuais), na Suécia, o Partido extremista “Democratas Suecos” se destaca e integra o governo. E em países como França, Alemanha, Espanha, Portugal e Áustria vertentes da direita extremada vem ganhando espaço no cenário e na disputa política. No continente americano tem-se Donald Trump (2017-2021 e 2024-dias atuais) nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro no Brasil (2019-2022), que mesmo não sendo reeleito permanece na cena política com a sombra e projeção de seu governo (Fornazieri, 2022).

Nota-se que ao listar diferentes exemplos da manifestação da direita no cenário mundial, coloca-se em evidência também seu caráter múltiplo e diverso, ou seja, os arranjos políticos de cada país conforme suas especificidades materiais e culturais. Entretanto, essas

expressões particulares não podem ser compreendidas sem considerar o contexto global, em que tal fenômeno se articula com o processo de desgaste do modelo democrático liberal fragilizado diante das contradições concernentes ao neoliberalismo.

Embora a direita se consolide como um grupo ideológico heterogêneo, composto por diferentes vertentes, e este seja um tema de grande relevância, a fragmentação da direita e suas diversas facetas não será tema de nossa investigação. O foco de análise desta pesquisa foi a presença e atuação de uma direita de caráter religioso, uma direita confessional, que se apresenta como alternativa na disputa hegemônica valendo-se de um ativismo religioso em prol de pautas conservadoras.

De modo geral, essas vertentes extremadas fazem uso de discursos simples e vazios de conteúdo, procurando viabilizar-se por uma estratégia que soma fidelidades a partir do conservadorismo, de uma mistura de nacionalismo e moralismo, apresentando-se como alternativa política a partir de discursos anti-sistema, prometendo soluções heterodoxas, combinando ações de Estado, políticas populistas, liberdade de expressão e liberdade de mercado em conformidade com os anseios do neoliberalismo. No caso do Brasil, comumente recebem apoio e possuem como porta-vozes grupos religiosos, sobretudo, evangélicos (Fornazieri, 2022).

No Brasil, ao menos nas últimas três décadas, observou-se o aumento expressivo de candidatos e partidos associados a correntes e lideranças evangélicas, a exemplo da vitória de Jair Messias Bolsonaro à frente da presidência da República (2018-2021), declaradamente um político vinculado à direita, com apoio grande da comunidade evangélica.

Considera-se que a religião atua como um elemento orientador de posicionamentos e ações na sociedade, caracterizando-se como parte fundamental na socialização dos brasileiros, e, por consequência, da classe política em sua diversidade ideológica. Desse modo, constitui-se como um instrumento de mobilização política conforme os interesses em disputa.

Hoje a expansão das igrejas evangélicas de denominação pentecostal e neopentecostal, se apresentam como um fenômeno no continente americano, em especial na América Latina, manifestando-se de modo relevante para a sociedade brasileira. Tal fenômeno passa necessariamente pela conquista de espaços políticos no Congresso Nacional e nas demais esferas do poder político em âmbito estadual e municipal, e se fez bastante evidente nas duas últimas eleições presidenciais de 2018 e de 2022.

No início de século XXI, com a globalização e a intensificação dos fluxos materiais e de informações, essas igrejas evangélicas, no Brasil, mostraram uma tessitura social e territorial complexa e imbricada, não mais restrita ao campo do sagrado, estendendo-se às

esferas políticas e empresariais, disputando e ganhando espaço no campo do empreendedorismo e da política partidária. Fato que evidencia uma das facetas da expansão das igrejas é justamente sua difusão e popularização através dos meios de comunicação, especialmente através do rádio e da televisão, além das diferentes mídias sociais (Santos, 2011).

A abrangência do pensamento social e mesmo político é sistêmica e se apresenta, comumente, de forma padronizada pela religião. Em muitos programas evangélicos, a intolerância religiosa faz parte do discurso de seus apresentadores, seja de modo implícito ou explícito através de uma intensa pregação de uma espécie de “satanização” das demais religiões. Uma das práticas tem sido a pregação contra a tradição das imagens dos santos católicos, contra o espiritismo e, mais agressivamente, contra as religiões afro-brasileiras. Além disso, avolumam-se discursos em defesa da família e contra os direitos reprodutivos da mulher e contra a união homoafetiva (Rocha, 2020).

Esse todo, aparentemente caótico, é um fenômeno que precisa ser sistematizado e analisado em sua totalidade para chegarmos a uma síntese em que o todo, agora organizado, possa ser compreendido na sua realidade concreta. Quais são as múltiplas determinações desse processo de territorialização religiosa, no qual os vínculos entre política e religião se mostram uma variável-chave para o entendimento da formação da hegemonia de grupos políticos no Brasil?

No que pese, vivemos hoje, no Brasil, um momento de transição de formas hegemônicas. As formas hegemônicas que marcaram o processo de redemocratização, representadas pelo PSDB e pelo PT, desempenharam funções importantes no que tange a mediação entre as classes dominantes e os setores populares. O primeiro, consolidando a hegemonia neoliberal a partir dos anos 1990, o segundo, buscando uma conciliação entre demandas populares e interesses do capital.

Atualmente, com o esgotamento desses blocos políticos, deflagrados tanto pelo agravamento das disparidades sociais quanto pelos entraves da política de conciliação, abriu-se caminho para a construção de uma nova formação hegemônica em disputa, vivenciada, em parte, pelo bolsonarismo e pelo terceiro mandato do governo Lula.

Nesse sentido, essa pesquisa se organiza em torno do objetivo de analisar a relação entre religião e política no Brasil a partir da atuação político-partidária. Busca-se compreender como o comportamento ideológico dos partidos contribuiu para a conformação de uma Direita Confessional no país, setor este, que atua de forma decisiva nas eleições.

No percurso deste trabalho buscou-se organizar o conjunto de variáveis necessárias para analisar, particularmente, a espacialidade do voto em São Paulo, o estado mais populoso do Brasil. Assim, a partir dos resultados eleitorais para os deputados federais eleitos nos pleitos de 2018 e 2022, discutiu-se como os vínculos entre os grupos ideológico-partidários, sobretudo os aliados ao campo religioso evangélico, se comportam no território paulista.

Entendendo o processo eleitoral como expressão de dinâmicas conservadoras e autoritárias, alinhadas à lógica neoliberal que vêm reorganizando a sociedade brasileira, buscou-se compreender como os elos entre as dinâmicas territoriais, que envolvem a política e um conservadorismo religioso, são parte fundamental para a construção de uma análise crítica da presença evangélica no espaço público institucional.

Considerando o voto como uma expressão concreta da materialidade das relações de poder no território, buscou-se capturá-lo a partir da elaboração de mapas comparativos entre as eleições de 2018 e 2022, com o propósito de perceber as transformações ocorridas durante esse período.

A fim de alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa, fez-se uso de uma metodologia quantitativa (análise de dados) e qualitativa de análise crítica de literatura científica. Assim, organizou-se o trabalho em três partes: a primeira, destinada a revisão de literatura e a compreensão da relação entre neoliberalismo, política institucional e conservadorismo religioso; a segunda, dedicada ao estudo do fenômeno neopentecostal, sua dinâmica social e sua capilaridade territorial; e a terceira, reservada à análise empírica da territorialidade do voto, a partir da composição da bancada paulista de deputados federais nos pleitos de 2018 e 2022.

Na primeira parte, demarcada pelo capítulo 2, tomou-se como destino e foco desse estudo a compreensão das relações diretas entre política e religião, a partir do avanço do neoliberalismo e do conservadorismo que arrasta o mundo. Para tanto, mobilizamos as obras de Harvey (2008, 2010), bem como as contribuições de Dardot e Laval (2016), no intuito de apreender as dinâmicas estruturais do neoliberalismo e suas implicações para a conformação da sociedade contemporânea. Em diálogo, recorreremos às reflexões de Brown (2019), especialmente no que tange ao conceito de democracia sob a racionalidade neoliberal, evidenciando suas fragilidades, desgastes e contradições.

No que tange a religião, esta foi entendida como uma manifestação cultural e espiritual que reflete e é moldada pelas condições sociais de uma época. Assim, representações religiosas, longe de serem estáticas ou universais, emergem e se transformam de acordo com os processos históricos, com o desenvolvimento econômico e as relações de poder. Desse

modo, buscou-se articular o pensamento teórico e crítico de Löwy (2014, 2016) e Marx (2010).

De forma semelhante, Maduro (1980, p. 153) articulado ao pensamento gramsciano (2001) entende que a religião, ao produzir uma visão de mundo ou “cosmovisão” relativamente homogênea, se estabelece como uma força social de considerável relevância e influência na ação coletiva. Essa cosmovisão fornece aos grupos humanos os meios necessários para produzir, reproduzir e até transformar suas relações sociais.

Dessa forma, apontou-se para a necessidade urgente de compreender as circunstâncias que envolvem o tempo presente, traçando as bases culturais, sociais e materiais pelas quais novas subjetividades se afirmam no tecido social e do qual irrompem as práticas e se estabelecem também os comportamentos. Ademais, recorreremos ao conceito de psicofera, Santos (2008), como chave interpretativa para compreender a forma como a produção de subjetividades participa da conformação dos territórios.

Essa noção foi articulada à ideia de neosujeito desenvolvida por Dardot e Laval (2016). Colocou-se em discussão a perversidade da lógica neoliberal que produz o sujeito conforme sua necessidade, orquestrando os meios de governá-lo para que o mesmo se organize como uma entidade em competição, assumindo todas as responsabilidades (que envolvem a eventualidade de riscos, sucessos e fracassos) no processo de trabalho e na vida. Trata-se da transposição do modelo empresarial para o modo próprio e particular do governo de si.

O capítulo 3 foi dedicado ao estudo do fenômeno neopentecostal que abrange o continente americano, em especial a América Latina, com detalhamento para o Brasil a partir de sua dinâmica social e capilaridade territorial. Assim, a metodologia aplicada teve caráter qualitativo apoiando-se em revisão de literatura, documentos oficiais e relatórios, bem como matérias publicadas em veículos de informação e periódicos eletrônicos.

Procedeu-se inicialmente a um levantamento bibliográfico sistemático acerca da presença da religião na política, com ênfase no recente avanço de vertentes evangélicas. Esse levantamento permitiu identificar a inserção dos novos sujeitos religiosos, os pentecostais e neopentecostais, na política institucional. Assim, estabeleceu-se as bases para a compreensão da noção de transição religiosa, primeiro como panorama geral, evidenciando que este fenômeno está atrelado a dinâmicas estruturais do capitalismo e em consonância a racionalidade neoliberal, tecendo-se, depois, a análise aprofundada da realidade brasileira.

Também foram mobilizados estudos de ciência política e sociologia que serviram para construir a discussão sobre as origens do pentecostalismo, suas renovações e fundamentos

teológicos (teologia da prosperidade, teologia da guerra espiritual e teologia do domínio). Vale ressaltar, que o avanço das igrejas evangélicas no território brasileiro, não é um fenômeno homogêneo nem isolado, trata-se de um movimento atravessado por lógicas mercadológicas e disputas internas no campo religioso.

Foi ainda realizada uma análise documental de relatórios, censos e reportagens, com o objetivo de captar as transformações no perfil religioso da população brasileira nas últimas décadas, atentando para o crescimento dos estabelecimentos evangélicos, sua inserção nos grandes centros urbanos e periferias, bem como a distribuição regional em diferentes estados e regiões metropolitanas do país.

A religião, como um dos agentes modeladores do território, vem se tornando uma das variáveis-chave para a compreensão de como se articulam as rivalidades territoriais estabelecidas pelas forças políticas. As alianças políticas entre setores evangélicos e grupos conservadores de direita revelam, assim, projetos de poder que estão em disputa, articulando moralidades religiosas, interesses econômicos e práticas políticas orientadas pelo fortalecimento de pautas neoliberais, por vezes com viés autoritário.

Dessa forma, a direita evangélica busca estabelecer uma nova hegemonia, consolidando sua influência por meio da expansão religiosa e da ocupação estratégica de espaços de poder, como o Parlamento, o Judiciário, o governo e as mídias sociais, defendendo os seus interesses institucionais, e os interesses da chamada “maioria cristã”, a qual orgulhosamente afirmam pertencer.

Nesse sentido, com os procedimentos metodológicos adotados buscou-se articular a interpretação teórica com a descrição empírica (a partir da análise de dados e mapeamentos) da mudança no paradigma político-religioso, de modo a evidenciar a complexidade da inserção evangélica no cenário político institucional, tratando de um fenômeno de repercussão internacional e não um fato isolado no Brasil.

Por fim, o último capítulo, dedica-se à análise empírica da articulação entre religião e política, pautada na análise da composição parlamentar da Câmara Federal no estado de São Paulo, e na identificação do grupo partidário Direita Confessional a partir dos dados das eleições de 2018 e 2022. Nesse sentido, a pesquisa adotou uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa), combinando revisão de literatura especializada, análise documental, levantamento de dados oficiais e produção cartográfica.

Com o intuito de compreender os contornos ideológicos partidários, buscou-se resgatar as origens dos termos direita e esquerda na tradição política ocidental, recorrendo a autores

como Singer (2010, 2021) e Sader (1995). Essa retomada permitiu compreender a formação e consolidação dessas categorias no território brasileiro.

No Brasil, historicamente, a oposição entre direita e esquerda apresenta contornos específicos, cuja formação estabeleceu vínculos estreitos com o processo de constituição do Estado nacional e ao enraizamento de um modelo econômico colonial baseado na exportação agrícola, no latifúndio e no trabalho escravo. Conforme destaca Sader (1995, p. 184), a ideologia da direita sempre esteve associada às elites dominantes, defendendo esses pilares e estabelecendo uma conexão direta entre projeto econômico e exclusão social.

No que tange o quadro partidário, esta pesquisa organizou-se em torno de uma classificação conforme as categorias ideológicas clássicas: direita, esquerda e centro; organizando os partidos a partir da composição das forças políticas apresentadas nas eleições gerais de 2018 e 2022. Optou-se por essa classificação de modo a simplificar a análise e destacar as relações estabelecidas entre partidos e religião, adotando ainda uma subdivisão interna do campo da direita, denominada Direita Confessional.

A base empírica central da pesquisa é constituída pelos dados oficiais disponíveis no banco do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), incluindo votos por município, regiões, filiação partidária e resultados eleitorais. Considerando que o TSE não coleta formalmente dados sobre filiação religiosa, a identificação do pertencimento religioso dos parlamentares foi realizada a partir de autodeclarações em biografias oficiais, reportagens e perfis em mídias sociais. Além disso, foram utilizadas pesquisas realizadas pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) (Reis et al., 2022; Cunha et al., 2023), que permitem mapear a identidade religiosa dos candidatos e suas formas de mobilização política.

Os procedimentos metodológicos incluem ainda um estudo do perfil dos deputados paulistas da 56^a e 57^a legislatura (2018-2022), no qual se estabelecem: a composição e distribuição partidária; a distribuição por espectro ideológico, bem como por pertencimento e filiação religiosa; a composição da Frente Parlamentar Evangélica e Católica; e ainda a distribuição por gênero e raça/cor.

A análise da conjuntura eleitoral¹ de 2018 e 2022 levou em consideração a organização da base de apoio, as alianças e a articulação em torno das candidaturas e dos governos

¹ Esclarecimento sobre o Sistema Eleitoral brasileiro: de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o sistema eleitoral brasileiro combina os modelos majoritário e proporcional. O sistema majoritário elege o candidato mais votado, por maioria absoluta ou relativa, sendo utilizado para a eleição do Presidente da República, Governadores e Prefeitos. Já o sistema proporcional, adotado para a escolha de Deputados Federais e Estaduais, por exemplo, busca refletir a preferência do eleitorado pelos partidos, sendo aplicado no Brasil por meio da lista aberta. Nesse sistema, as vagas legislativas são distribuídas aos partidos conforme o total de votos obtidos, a partir do cálculo do quociente eleitoral, e ocupadas pelos candidatos mais votados dentro de cada legenda (TSE, s.d.).

exercidos em cada pleito, visando, assim, compreender como se deram as disputas entre as formações hegemônicas em questão. Tal estudo foi realizado a partir de pesquisa em revistas e jornais eletrônicos, além de periódicos acadêmicos.

Por último, buscou-se organizar o conjunto de variáveis necessárias para analisar a espacialidade do voto em São Paulo. Assim, a partir dos resultados eleitorais para os deputados federais eleitos nos pleitos de 2018 e 2022, discutiu-se como os vínculos entre os grupos ideológicos partidários, particularmente os aliados ao campo religioso evangélico, se comportaram no território paulista.

Os mapas foram produzidos segundo a distribuição percentual dos votos a partir de classes graduadas, conforme as ideologias partidárias: Direita, Direita Confessional, Centro e Esquerda, possibilitando a leitura imediata da intensidade da votação em cada região e município do estado a partir também da variação na tonalidades de cores. O campo Direita abrange o conjunto total deste grupo, ou seja, inclui suas múltiplas facetas, entre as quais a Direita Confessional. Esse quadro de análise permite observar tendências de crescimento ou retração territorial de cada uma das categorias analisadas.

A metodologia adotada buscou articular o aporte teórico com a análise empírica, de modo a compreender como a religião, especialmente em sua vertente evangélica, vem atuando na conformação de novos sujeitos políticos e se insere na disputa hegemônica no Brasil contemporâneo.

2. Neoliberalismo e conservadorismo religioso: uma aliança inusitada, uma geografia política planejada (?)

2.1. A razão neoliberal como fenômeno global

Embora não seja de fácil definição, partimos da ideia de que o neoliberalismo trata-se de um conjunto de teorias e normas sociais que viabilizam a essencialidade do então chamado livre mercado, priorizando a desregulamentação econômica, a mudança estrutural na forma de intervenção estatal² e a “sobrevalorização” da iniciativa privada. Assim, entendido como uma construção cultural, social, jurídica e política, intimamente ligada às formas de intervenção na vida econômica, o neoliberalismo opera com base em uma lógica em que o mercado, concreta e materialmente, permeia todos os aspectos da existência humana. Promovendo assim, uma espécie de generalização da lógica mercantil para todas as esferas da vida.

Segundo David Harvey, o neoliberalismo é, em primeiro lugar:

(...) uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (Harvey, 2008, p.11).

Neste quadro, o bem-estar do ser humano passa a ser vinculado a valores relacionados ao mercado. Assim, há um remodelamento da concepção de Estado, que, conforme a teoria derivacionista³, se desenvolve na perspectiva de sua função na estrutura da produção do valor no sistema capitalista. Nesse sentido, desenvolve claramente seu papel de elaborar e preservar uma estrutura institucional adequada às necessidades mercantis, objetivando “garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro” (idem, p.11).

Ainda, sob os fundamentos neoliberais, ao Estado cabe também preservar as estruturas e funções militares, no sentido de manter “direitos de propriedade individuais e para

² Cabe considerar que comumente, sob a ótica do conceito homogeneizado de globalização, o movimento econômico-social do neoliberalismo é sempre tratado como uma ausência ou redução do papel do Estado na economia. Na verdade, o Estado modula os processos de produção e realização do valor. As considerações de Batista Júnior denotam como é enganosa a ideia de que o Estado é mínimo no estágio neoliberal da economia que vivenciamos. (<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9045>)

³ “A Teoria da Derivação do Estado refutava a concepção que reduzia o Estado a mero instrumento da classe dominante e procurou, ao mesmo tempo, elucidar, a partir do estudo das categorias econômicas existentes nas obras de Marx e Engels, a função estrutural do Estado para o modo de produção capitalista” (Caldas, C. 2014)

assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados.” Desse modo, reduz-se as intervenções do Estado na vida social a um nível "aparentemente"⁴ mínimo (Idem, 2008, p.11).

É importante ter em mente que o Estado se fará “mínimo” para tudo o que for “social”, enquanto que se fará “máximo” para tudo o que for em favor do capital, como afirma Santos (2000) em “Por uma outra globalização”. Mas, dialeticamente ele é também máximo em tudo no que se refere à desregulamentação do trabalho e de seus direitos sociais e mínimo em todos os mecanismos que possam trazer barreiras à produção e circulação do valor.

Portanto, diferentemente do que apregoam os neoliberais, o Estado é indispensável neste regime por duas razões: a primeira, porque será ele que manterá a “ordem e o controle social”, produzindo assim conflitos, para os quais pode exercer o monopólio da violência⁵. Segundo, porque só o Estado, enquanto soberano, dispõe da legitimidade necessária para impor à sociedade um novo conjunto de regras, as quais, no limite, fortalecem a lógica mercantil no processo de realização da vida social e, como consequência, ampliam o poder e viabilizam os interesses dos agentes privados.

Em outras palavras, para a construção de uma regulação neoliberal do território, o Estado não somente é indispensável, mas também precisa ser e se mostrar muito forte, no que diz respeito a esse papel, Dardot e Laval (2016) defendem que:

“(…) não estamos lidando com uma simples retirada de cena do Estado, mas com um reengajamento político do Estado sobre novas bases, novos métodos e novos objetivos. (...) um papel maior da defesa nacional contra os inimigos externos, da polícia contra os inimigos internos e, de modo mais geral, dos controles sobre a população, sem esquecer o desejo de restauração da autoridade estabelecida, das instituições e dos valores tradicionais, em particular os “familiares”. Contudo, há muito mais do que essa linha de defesa da ordem instituída, classicamente conservadora (p.188).

⁴ O uso das “” na palavra aparentemente está associado ao sentido contraditório das ações estatais, pois o Estado opera com forças de controle social muito sofisticadas e ao mesmo tempo violentas, como foram as repressões às greves e à quebra das políticas de bem-estar social na Europa com Margareth Thatcher no Reino Unido, Berlusconi na Itália, e as concessões do governo socialista liberal de Mitterrand na França, que se estendem até hoje com o liberalismo autoritário de Macron. Em todos os casos citados, o Estado usou e usa fortemente o monopólio da violência.

⁵ O conceito de "monopólio da violência estatal" é amplamente associado ao sociólogo alemão Max Weber, particularmente em sua obra "A Política como Vocação" (Politik als Beruf), publicada em 1919. Weber define o Estado como uma organização política que detém, de forma legítima, o monopólio do uso da força física dentro de um território específico. “O Estado, então, corretamente definido para Weber, seria relativo não somente a um território, mas também a uma luta pelo monopólio da violência. Segundo Weber: “o Estado é uma comunidade humana que, com êxito, reivindica o monopólio da violência física legítima em um certo território, sendo tal ‘território’ outra característica que define o Estado” (tradução nossa). Só assim um Estado tem existência. É de se notar que se não houver êxito nessa reivindicação do monopólio da violência, ou seja, se outras organizações conseguirem também utilizar a violência, desafiando o Estado, então o próprio Estado encontrará seu fim”(BENJAMIN; FLORIAN, 2025, p.7.).

Dardot e Laval (2016) contrapõem-se⁶ à visão defendida por Harvey, autor para quem o papel do Estado sob o regime neoliberal é percebido, sobretudo, como um instrumento para a classe capitalista restaurar seu poder de comando frente à classe trabalhadora, assegurando àquela a continuidade da acumulação de riquezas e, conseqüentemente, disseminando as desigualdades entre as pessoas e os lugares. Nas palavras dos autores:

(...) O próprio David Harvey, embora muito mais cuidadoso com a novidade do neoliberalismo, continua a aderir a um esquema explicativo muito pouco original. (...) O Estado neoliberal, para além de seus traços específicos e a despeito de seu intervencionismo, continua a ser visto como um simples instrumento nas mãos de uma classe capitalista desejosa de restaurar uma relação de força favorável vis à vis aos trabalhadores e, desse modo, aumentar sua parte na distribuição de renda (Dardot e Laval, 2016, p. 20).

Os referidos autores defendem a ideia que a sociedade neoliberal não pode ser entendida como resultado direto de uma teoria política, assim como não é reflexo apenas de uma lógica econômica que viabiliza práticas culturais, sociais e políticas na medida em que se expande territorialmente. Segundo os autores (2016):

(...) o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. (...) O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo. (...) O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot e Laval, 2016, p. 15).

Evidentemente que o Estado não é uma marionete de classe uma vez que carrega em si o conceito de antitetividade, particular a todas as instâncias sociais, mas cabe destacar também que não se trata apenas de um impulso ideológico e ou de uma racionalidade, uma vez que a materialidade desse processo está justamente na destruição empírico-prática do trabalho vivo, nas mudanças estruturais da forma de produção, que marcaram a terceirização e a autonomização do trabalho (individualização) em mudanças concretas na produção. Assim, o neoliberalismo vai se constituindo em ideologia, racionalidade e em um sistema de normas que opera a partir das mudanças concretas do trabalho. Mudanças essas que passam a ser profundamente inscritas nas práticas de governo, nas políticas institucionais, nos modelos de negócios. Mas essas normas não são apenas ideias abstratas que se colocam sobre a materialidade; elas são concretudes materiais de ação, que moldam e transformam as

⁶ Neste trabalho optou-se por trabalhar com ambos autores não no sentido de contrapor suas contribuições, mas na intenção de capturar toda a complexidade do tempo presente, entendendo que suas contribuições para o aprofundamento das discussões sobre a sociedade neoliberal são de fundamental relevância acadêmica e imprescindíveis para a compreensão da atualidade.

realidades sociais e econômicas⁷. Por estabelecer novas técnicas de poder sobre as condutas e as subjetividades, “não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital” (Dardot e Laval, 2016, p.19).

O neoliberalismo como um construto social e político, na medida em que estende as relações mercadológicas para as demais esferas da vida, vai dilacerando as relações dentro da sociedade e suas instituições. Assim, sob a égide de sua operacionalidade, a constituição do ser humano se dá a partir de um processo de individualização crescente; tal fenômeno tem a ver com a quebra de laços que se dá no seio das relações entre os sujeitos e nas relações entre o sujeito e o Estado.

O Estado deixa de estar atrelado ao modelo de produção fordista⁸ organizado no pós Segunda Guerra Mundial e alicerçado nas políticas de bem-estar social, passando a operar como uma espécie de intervencionismo governamental, como um tipo específico de governabilidade que procede a partir de uma racionalidade com fortes ligações com o campo econômico e social.

No que diz respeito ao remodelamento do papel do Estado, parte-se de um ponto de vista histórico, no qual o neoliberalismo pode ser considerado uma reação após a crise de 1970⁹, uma reação aos chamados intervencionismos estatais, tal como ao keynesianismo¹⁰ e aos modelos de planejamento estatal do chamado socialismo real.

Assim, a ascensão do neoliberalismo está diretamente ligada ao advento do regime de acumulação posterior ao fordista e ao modo de regulação que renova as formas de intervenção estatal, bem como na reorientação ideológica que vai aprofundar o individualismo e a

⁷ Alguns críticos podem considerar que, em alguns pontos, Dardot e Laval tendem a adotar uma abordagem idealista, ao se focarem na construção de “normas”, de uma “lógica da concorrência” e sua disseminação nas esferas sociais e institucionais. Porém, é importante destacar que essas normas e racionalidade concorrencial não antecedem a materialidade concreta do desenvolvimento do capital monopolista, pois é justamente essa fase monopolista que possibilita a consolidação de uma lógica concorrencial entre os agentes. Isso se alinha à crítica de Marx a Hegel, que propôs uma dialética invertida: a lógica do desenvolvimento material e das condições econômicas precede e estrutura a racionalidade ideológica e as relações de poder.

⁸ O fordismo, idealizado por Henry Ford, trata-se de um modelo produtivo pautado na produção em massa, organizado em um sistema de acumulação inflexível e burocrática, sendo possibilitado por um “conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico”. Tal modelo apresentou modos de regulamentação próprios e experiências singulares de crescimento em cada país que foi adotado (Harvey, 2010, p. 119)

⁹ Após 1929 emerge o regime fordista-Keynesiano que perdurará por quase 40 anos. Porém, desde o final dos anos 1960, o Keynesianismo começa a dar sinais de esgotamento, não mais garantindo o crescimento econômico permanente, nem mesmo as taxas de lucro almejadas pela classe capitalista. Mas o fato é que só então, a partir do final dos anos 1960 é que através da Escola de Chicago o pensamento neoliberal é resgatado e fortalecido política e academicamente, passando a representar uma alternativa para a superação da crise econômica que ganha proporções globais naquela quadra histórica.

¹⁰ Segundo Harvey (2008), “a doutrina neoliberal opunha-se profundamente às teorias do Estado intervencionista, como as de John Maynard Keynes, que alcançaram proeminência nos anos 1930 em resposta à Grande Depressão. Muitos legisladores, depois da Segunda Guerra Mundial, recorreram à orientação da teoria keynesiana em seus esforços para manter sobre controle os ciclos de negócios e as recessões” (p. 30).

decomposição dos “pacto social”¹¹ tal como eram concebidos no mundo pós Segunda Guerra Mundial.

Governos social-democratas, democratas-cristãos, cujo papel regulador era um grande eixo econômico e social, passaram a surgir na Europa do pós guerra, Estados Unidos e Japão, salvo suas grandes distinções, estabeleceram-se como democracias liberais¹². Como característica comum, Harvey (2008) destaca que todas essas formas de Estado teriam a aceitação de que o Estado deveria dedicar-se à criação de condições para o estabelecimento do pleno emprego, do crescimento econômico e do bem-estar de seus cidadãos.

(...) o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado (...) políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno. Um “compromisso de classe” entre o capital e o trabalho foi advogado geralmente como o principal garante da paz e da tranquilidade doméstica. Os Estados intervieram ativamente na política industrial e passaram a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar (cuidados de saúde, instituições etc.) (p. 20).

Essa forma de organização política, social e econômica foi denominada de “liberalismo embutido”¹³ e produziu um grau elevado de taxas de crescimento nos países capitalistas avançados, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960. Porém, o mesmo não se pode afirmar para os países da periferia do capitalismo, pois para a maioria destes os acertos dessa política econômica estiveram bem distante de sua realidade¹⁴.

Nos países no qual o regime “Fordista-Keynesiano” tornou-se prática houve a ampliação dos investimentos públicos e a criação do Estado de bem-estar social, além de práticas ativas de intervenções estatais na economia, o Estado foi capaz de promover uma economia social e moral, sustentada por sua vez num forte sentido de identidade nacional. Segundo Harvey (2008), “o Estado transformou-se na verdade num campo de forças que

¹¹ A ideia de “pacto social”, conforme Harvey (2008), que se assentava, sobretudo, num maior equilíbrio das relações entre capital e trabalho garantido pela intermediação e compromissos estabelecidos via Estado, os direitos dos trabalhadores foram institucionalizados neste contexto pós Segunda Guerra Mundial, por exemplo.

¹² A formação da social-democracia, somente se fez possível devido ao fato do socialismo representar uma concreitude, nesse sentido, era necessário responder às classes trabalhadoras com um projeto social democrata como forma de conter as forças populares.

¹³ A expressão utilizada por Harvey, “liberalismo embutido”, por vezes pode ser pouco esclarecedora, assim optamos por utilizar a expressão regime Fordista-Keynesiano, tornando mais evidente que trata-se “de um período no qual o Estado, por definição, é interventor, que surge como resposta ao *laissez-faire* (de 1929), e foi alvo de ataque e “desconstrução” dos neoliberais.

¹⁴ A esse respeito, Harvey (2008) esclarece que: As taxas de crescimento global (...) indicam que a neoliberalização em larga medida não conseguiu estimular o crescimento mundial (p.167). (...) Em alguns casos, como nos territórios da ex-URSS e nos países da Europa central que se submeteram à terapia de choque neoliberal, houve perdas catastróficas. (...) Em boa parte da América Latina, a neoliberalização produziu a estagnação, ou surtos de crescimento seguidos por colapso econômico. Na África, a neoliberalização não fez coisa alguma que gerasse resultados positivos. Só no Leste asiático, seguidos agora em certa medida pela Índia, ela foi associada a algum registro de crescimento, e, nessa região, os estados desenvolvimentistas não muito neoliberais tiveram um papel importante. (...) A economia informal disparou em todo o mundo (p. 168).

internalizou relações de classe. Instituições da classe trabalhadora como sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta no aparato do Estado”. Práticas como essas que visam restringir ou regular o mercado, o neoliberalismo busca se distanciar (p. 21).

No final da década de 1960, o Keynesianismo começou apresentar sinais de decadência, uma grave crise de acumulação, com índices elevados de desemprego e inflação se estendeu ao longo da década de 1970 e atingiu grande parte do mundo capitalista, colocando em questão o Estado de bem-estar social, abrindo caminho para experiências neoliberais tanto nos países capitalistas avançados como nos Estados Unidos, Inglaterra e a própria União Europeia, quanto em países da periferia do capitalismo como o Chile, por exemplo.

Não é do interesse deste trabalho discutir como se deu a implementação do neoliberalismo nos diferentes lugares do mundo, mas se faz necessário destacar que sua aplicação ocorreu muitas vezes de forma parcial e assimétrica, com particularidades e especificidades em cada formação socioespacial¹⁵, resultando num desenvolvimento geográfico desigual que intensificou a concentração de riquezas, o que confirma o caráter pouco elaborado das respostas neoliberais (Harvey, 2008, p. 23).

Por se tratar de uma lógica normativa, conduzida por políticas que não visam somente a condução dos mercados, o neoliberalismo opera a partir de uma racionalidade que extrapola os padrões da economia capitalista, e invade os campos da política e da cultura, tornando o seu modo de funcionamento aplicável em outras esferas da vida cotidiana.

Assim, o Estado de bem-estar social, sobretudo nos países de economia central do capitalismo, é substituído por um Estado competitivo (neoliberal), aproximando-se da forma de gestão das grandes empresas e distanciando-se de sua base social, sobretudo, a partir do desmantelamento dos sindicatos, das empresas estatais e dos partidos populares. A capacidade de integração social, cultural, política e econômica vinculada ao Estado foi se perdendo ao mesmo tempo em que aconteceu o incremento das desigualdades sociais e regionais, aumentando, assim, os conflitos de toda a natureza, o que foi e vem gerando reações na

¹⁵ A categoria de Formação Econômica e Social, segundo Santos (1977): “diz respeito à evolução diferencial das sociedades” (p.81), pois estas se realizam no espaço já produzido, ao mesmo tempo em que este condiciona sua produção, o autor nos chama a atenção para a inseparabilidade entre sociedade e espaço, cuja base de explicação “é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social (F. E. S.)” (p.82).

sociedade, cuja manifestação se dá nas formas mais violentas, incluindo o racismo e a xenofobia.

A lógica neoliberal que avança sobre os territórios faz parte de uma tendência global, e se manifesta de forma bastante evidente nas formas de precarização do trabalho. A especialização flexível nos processos de trabalho e a flexibilização dos contratos de trabalho fizeram da retórica neoliberal algo convincente para os trabalhadores.

Promessas de maior liberdade no mercado de trabalho, flexibilidade na organização dos tempos de atuação, e o empreendedorismo individual, produziram o que convencionou-se chamar de “uberização do trabalho”¹⁶, a partir de um discurso capaz de conferir alguma autonomia aos indivíduos, que disfarça a ausência de legislações trabalhistas e intensifica a fragilização e a exploração da classe trabalhadora. Segundo Pereira (2021), nos dias de hoje:

(...) a partir da mediação dos aplicativos operados por empresas globais que exploram a força de trabalho fragilizada, a condição de dependência, a captura de renda e demais mecanismos a que tal classe se encontra subjugada (evidenciando, portanto, necessários vínculos), nos exige repensar antigas definições e revelam a perversidade da acumulação praticada pelos agentes hegemônicos (p. 281).

É importante salientar que o modo neoliberal de ação pública não constitui em um desengajamento do Estado, mas sim numa “virada” na racionalização burocrática do mesmo. Os Estados tornaram-se elementos centrais para a realização plena da concorrência em todas as suas escalas, “ao mesmo tempo [são] atores e objetos da concorrência mundial, construtores e colaboradores do capitalismo financeiro, os Estados são cada vez mais submetidos à lei férrea de uma dinâmica da globalização que lhes escapa largamente” (Dardot e Laval, 2016, p.195).

Harvey pondera que na medida em que se considera a lógica de mercado como “uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui em si todas as crenças éticas antes sustentadas”, o processo de neoliberalização promove uma espécie de “destruição criativa”, impactando as formas tradicionais de soberania do Estado, a divisão do trabalho, as “relações sociais, a promoção do bem estar social, os modos de vida e de pensamento, as atividades reprodutivas, as formas de ligação com a terra e os hábitos do coração” (2008 p.13).

¹⁶ Uberização do trabalho, diz respeito às “variadas plataformas digitais operadas por megacorporações típicas da chamada economia da informação, num processo em pleno curso de “digitalização da sociedade”, tem agora o poder de dispor das gentes, em todos os cantos do mundo, como mão de obra barata, marcada pela total ausência de direitos e completa falta de regulação” (Pereira, 2021, p.278).

2.2. Da psicofera ao indivíduo: os mecanismos de subjetivação da razão neoliberal

O tempo presente é marcado sempre por uma cultura, por uma subjetividade e por suas ideologias, sob as quais se estabelecem as relações sociais, que definem e criam as sociabilidades próprias a cada período histórico, “condição sobre a qual se erige o espaço geográfico e, portanto, a própria condição dos territórios e das lógicas de seus usos” (Pereira, 2021 p. 273). Tais subjetividades implicam mudanças no interior da sociedade e o espaço não é isento a essas transformações.

Para entendermos o motor dessas transformações, Pereira nos sugere como ponto de partida:

levar em conta o peso e a dimensão deste mundo confusamente percebido (SANTOS, 2000) e eivado de ideologias, tantas vezes revestidas de razão técnica e científica. A ideia de confusão dos espíritos, tão bem apontada por Milton Santos (2000) é hoje ainda mais uma evidência e uma condição do período atual. Ela ao mesmo tempo resulta e é ingrediente de uma psicofera que orienta a modernidade perversa (KAHIL, 1997) que, constantemente atualizada, sustenta atividades e comportamentos próprios da razão neoliberal do período contemporâneo (Pereira, 2021, p. 274).

Segundo Milton Santos (2008), o espaço geográfico também pode ser analiticamente subdividido em tecnoesfera e psicoesfera: “a tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica (...)”; por sua vez, a psicoesfera “é o resultado das crenças desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticas, as relações interpessoais e a comunhão com o universo”, trata-se do “reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de sentido” (SANTOS, 2008, p. 204). Portanto, “tecnoesfera e psicoesfera são redutíveis uma à outra”. E constituem “os dois pilares com os quais o meio técnico-científico-informacional introduz a racionalidade, no próprio conteúdo do território” (SANTOS, 2008, p. 256).

A psicoesfera, nesse sentido, pode ser entendida como uma relação de poder do ponto de vista do comportamento social concreto, e se expressa a partir de várias determinações territoriais, como a gestão empresarial das cidades, a homogeneização da paisagem pelo agronegócio, e, o voto em determinados candidatos, em uma dada localização, por exemplo. Ambos fenômenos tratam-se de determinações territoriais, pois são fruto de uma relação de poder.

Nesse sentido, a razão neoliberal, própria ao nosso tempo, nos coloca diante de uma psicosfera, constantemente renovada para a necessária manutenção do controle dos espíritos, mas que assume uma dimensão concreta da ideologia, pois manifesta-se territorialmente.

Pereira (2021) pondera que:

(...) é levando em consideração a psicosfera que podemos reconhecer os modos com que a ideologia e a subjetividade típicas do atual período de globalização perversa tomam concretude no território, e mesmo são impostas quase que como normas gerais. Cremos ainda que a psicosfera comporta, hoje, as condições impostas e inerentes à conformação do chamado “neossujeito” ou do “sujeito neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016). A psicosfera figura como ingrediente central à adesão acrítica ao espaço da competitividade que orienta, do comportamento dos Estados e empresas, até as subjetividades individuais (p.275).

Com isso, o autor coloca em evidência o papel que a psicosfera possui para o entendimento de nosso tempo, percebendo-a como uma chave de interpretação, na medida em que ela, em conjunto com a subjetividade e a ideologia, é parte significativa na condução das ações dos diferentes agentes, tais como o Estado, grandes corporações, instituições religiosas, ou do indivíduo comum, esse “neossujeito”, que compõe a psicosfera ao contribuir como ferramenta e engrenagem dos mecanismos de subjetivação do modo de produção vigente.

A concepção do neossujeito, sujeito empresarial, ou sujeito neoliberal, formulada por Dardot e Laval (2016), apresenta como fundamento a ideia de que o sujeito vai se desvinculando dos laços sociais na medida em que assume como princípio de orientação e sustentáculo para sua sobrevivência a competição, fato que vai criando um processo ao qual chamamos de fadiga de compaixão, ou seja, essa incapacidade de se sentir parte do mundo, parte de uma sociedade, e portanto, o sujeito se exclui e também é excluído dos processos sociais.

A lógica neoliberal produz o sujeito conforme sua necessidade, orquestrando os meios de governá-lo para que o mesmo se organize como uma entidade em competição, assumindo todas as responsabilidades (que envolvem a eventualidade de riscos, sucessos e fracassos) no processo de trabalho e na vida. Trata-se da transposição do modelo empresarial para o modo próprio e particular do governo de si. Segundo os autores:

(...) a tendência a transformar o trabalhador em uma simples mercadoria. A corrosão progressiva dos direitos ligados ao status de trabalhador, a insegurança instalada pouco a pouco em todos os assalariados pelas “novas formas de emprego” precárias, provisórias e temporárias, as facilidades cada vez maiores para demitir e a diminuição do poder de compra até o empobrecimento de frações inteiras das classes populares são elementos que produziram um aumento considerável do grau de dependência dos trabalhadores com relação aos empregadores. (...) de medo social (...) e a exposição cada vez mais direta dos assalariados às flutuações do mercado, pela diminuição das proteções e das solidariedades coletivas, são apenas duas faces de uma mesma moeda. Transferindo os riscos para os assalariados, produzindo o aumento da sensação de

risco, as empresas puderam exigir deles disponibilidade e comprometimento muito maiores (Dardot e Laval, 2016, p. 324).

Assim, a racionalidade neoliberal, ao mesmo tempo que promove as transformações nas estruturas sociais, vai criando capilaridades nas compreensões do senso comum. Harvey (2008) se fundamenta em Gramsci para destacar o papel do senso comum na construção de um consentimento socialmente aceito:

(...) Aquilo que Gramsci denomina “senso comum” (definido como “o sentido sustentado em comum”) tipicamente fundamentava o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data e socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais. (...) o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais. Valores culturais e tradicionais (como a crença em Deus e no país ou concepções de sociedade) e temores (de comunistas, imigrantes estrangeiros ou “outros” em geral) podem ser mobilizados para mascarar outras realidades. (...) A palavra liberdade ressoa tão amplamente na compreensão de senso comum (...) a fim de justificar qualquer coisa. (...) Gramsci concluiu, portanto, que as questões políticas, quando “disfarçadas como culturais”, se tornam “insolúveis” (p. 49).

Como forma de compreender essa questão, ou seja, entender como esse consentimento foi socialmente aceito de maneira generalizada, e organizar nosso pensamento é fundamental analisar o neoliberalismo, partindo que tal fenômeno se fundamenta em três estruturas básicas: a competição/concorrência, o individualismo e a lógica/cultura de mercado (não necessariamente nessa ordem).

Tendo como referência a maneira pela qual tais valores foram capturados pelo senso comum e fazem parte da vida cotidiana, é necessário compreender, segundo Harvey, que “nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos” (2008, p. 15). O sucesso desse aparato conceitual, compreende sua incorporação ao senso comum, ou seja, integra-se a visão de mundo de uma sociedade sem questionamentos.

A neoliberalização demanda, política e economicamente, a construção de uma cultura fundamentada no mercado capaz de promover ideais de liberdade pautadas no individualismo e na competição. Começamos pelo individualismo, na medida em que a preocupação neoliberal com o indivíduo torna-se prioridade, e a preocupação democrática com a igualdade e a solidariedade sociais vão para o segundo plano, ou mesmo esquecidas.

Quando o Estado passa a operar priorizando as necessidades mercantis e a lógica empresarial passa a ser base para gestão da vida pessoal, o indivíduo passa a ser o principal

responsável por garantir seu bem-estar no mundo, o que pode ser compreendido como processo de individualização. A normatividade mercantil passa a ser aplicada aos domínios dos serviços essenciais à população, como a educação, a saúde e o sistema previdenciário. Nesse sentido, o sucesso ou o fracasso dos indivíduos são interpretados em termos de suas virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (Harvey, 2008).

O Estado passa a desassistir social e materialmente os cidadãos. No período atual, vivemos a intensificação desse processo, que, articulado aos avanços científicos e tecnológicos alcançados e à digitalização da sociedade, questões como o desemprego, a pobreza e a fome tornam-se ainda mais evidentes, pois, no modo de produção capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas está atrelado à expansão e acumulação de capital e não em sanar as necessidades das pessoas.

Ademais, as conflitualidades também se fazem presentes no acesso e na qualidade dos serviços essenciais de saúde, educação, terra e habitação, somados à crescente inflação em conjunto com a elevação dos preços da energia e dos alimentos. Problemas estes já presentes nas pautas de reivindicações de diversas sociedades e que se agravaram devido à pandemia de COVID-19 ocorrida entre 11 de Março 2019 e 05 de Maio 2023, e a escalada da crise ambiental, que afetam de maneira mais intensa as populações periféricas (Relatório Mundial Sobre as Desigualdades, 2022).

Diante do abandono dos cidadãos pelo Estado, a necessidade de estabelecer vínculos e reconstruir solidariedades sociais manifesta-se a partir de outras variáveis, como o interesse pela religião e pela moralidade, por novas formas de associativismo, em torno da própria religião, da questão ambiental, de direitos sociais e cidadania, e mesmo o retorno a formas políticas relacionadas ao fascismo, nacionalismo e ações antidemocráticas, por exemplo (Harvey, 2008.p.76).

Outra faceta do individualismo no Estado neoliberal está no favorecimento dos direitos individuais à propriedade privada, no regime de direito e nas instituições de mercado de livre funcionamento, pois são essenciais à garantia das liberdades individuais. Neste quadro, o Estado tem muitas vezes usado o monopólio dos meios de violência para efetuar tais garantias.

Segundo Harvey (2008), tanto o campo dos empreendedores individuais, como o campo das empresas privadas são “julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza. (...) A teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e do livre comércio” (p. 76). Assim, fomenta-se um regime de

concorrência e competição tanto no plano doméstico quanto no empresarial, traduzindo em fracasso e responsabilização todo insucesso individual. Para o autor:

(...) a determinação neoliberal devolve toda a responsabilidade por seu bem estar ao indivíduo (...) reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz o seu papel em áreas como a assistência à saúde, o ensino público e a assistência social (...) a rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável (...) em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa (Harvey, 2008, p. 86).

Tudo isso nos leva a refletir sobre a lógica da competição. Na medida em que o “insucesso” na busca do bem-estar passa ser responsabilidade do sujeito, a busca pelo “sucesso” nesse campo, assim como nos demais campos das relações sociais e humanas passam a ser regidos pelo princípio (norma) da concorrência. Desse modo, impõe a todos os indivíduos e a todas as instituições o imperativo da competitividade.

A nível do interesse dos Estados e empresas é importante salientar que tal lógica impõe o fim das barreiras (quando conveniente for) ao livre comércio, defendendo a mobilidade do capital entre setores, regiões e países; sendo assim, a competição entre essas esferas além de alimentada é considerada como saudável. Evidentemente que o processo de livre concorrência também carrega em si suas contradições, visto que as desigualdades econômicas e sociais são constitutivas do modo de produção capitalista.

O mundo competitivo se sustenta na defesa da inovação. Na área dos negócios, torna-se mais competitivo no mercado quem explora o campo dos novos produtos, nesse sentido, a modernização tecnológica e as tecnologias da informação se fazem presentes como imperativos de competitividade.

No que diz respeito ao campo do indivíduo, torna-se mais competitivo e atraente aquele que acumula uma série de características pessoais, que variam conforme interesses diversos: tais como cursos profissionalizantes, formações universitárias, especializações, etc. Com a capilaridade das redes sociais, a vida privada também passa a ser motor no campo das competições, e o acúmulo de viagens, roupas, carros, e a projeção da própria imagem passam a alimentar e ser alimentado pela lógica neoliberal.

A relação do sujeito com ele mesmo é profundamente afetada devido a faceta competitiva da lógica neoliberal, Dardot e Laval (2016) destacam que:

(...) Cada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se: estudos universitários pagos, constituição de uma poupança individual para a aposentadoria, compra da casa própria e investimentos de longo prazo em títulos da bolsa são aspectos dessa “capitalização da vida individual” que, à medida que ganhava terreno na classe assalariada, erodia um pouco mais as lógicas de solidariedade (p. 198).

A neoliberalização enquanto processo, criou as condições para a restauração e manutenção do poder das classes dominantes. Sendo a mídia, muitas vezes atrelada aos interesses de tal classe, a tarefa de propagar a mentalidade de que os Estados fracassaram econômica e socialmente por não serem competitivos, foi realizada com sucesso, fomentando assim, a lógica empresarial como caminho para a solução dos problemas sociais. Segundo Harvey (2008):

A crescente desigualdade social num dado território foi concebida como necessária para estimular o risco dos empreendedores (...). Se as condições entre as classes inferiores pioraram, é que elas, em geral, fracassaram por razões pessoais e culturais, na tarefa de aprimorar seu capital humano. (...) Em suma, surgiram problemas particulares por causa da falta de vigor competitivo ou por deficiências pessoais, culturais e políticas. Num mundo neoliberal darwiniano (...) só os mais aptos devem sobreviver e de fato sobrevivem (p. 169).

A lógica do mercado atua como fio condutor da dinâmica da vida, nela a promoção do sucesso corporativo ocupa o lugar do bem-estar social. Nesse sentido, delegar ao mercado a função de determinar a promoção do bem-estar das pessoas é também uma maneira de supor que as demandas da população podem ser tratadas como mercadoria. Para Harvey (2008), tal processo recebe o nome de mercadificação e se dá em diversos âmbitos da sociedade:

A mercadificação da sexualidade, da cultura, da história, da tradição; da natureza como espetáculo ou como remédio; a extração de renda monopolista da originalidade, da autenticidade e da peculiaridade (de obras de arte, por exemplo) - todas essas coisas equivalem a atribuir um preço a coisas que na verdade jamais foram produzidas como mercadorias (p. 179).

Nesse sentido, as novas formas de exploração da classe trabalhadora se tornaram parte complementar e indispensável deste todo, pois foi gravemente desamparada, com a diminuição dos direitos na esfera social e na esfera trabalhista.

O discurso de desmantelamento do Estado em favorecimento das iniciativas privadas e do empreendedorismo tornou a fronteira entre o mundo corporativo e o poder público cada vez mais nebulosa e permeável. O resultado dessa equação é o enfraquecimento cada vez maior da democracia como sistema de representação e a ascensão de governos de extrema direita com características totalitárias e neoconservadoras.

2.3. Neoliberalismo e conservadorismo: uma aliança inusitada?

As ligações entre o conservadorismo e o neoliberalismo configuram-se como elementares para o entendimento do nosso tempo e estão nas raízes dos meandros das alianças entre política e religião, tais fenômenos não se tratam de manifestações recente, mas na

atualidade ganham novo impulso com a ascensão de vertentes religiosas fortemente ancoradas na racionalidade neoliberal.

Segundo Harvey (2008), o neoconservadorismo é um movimento não declarado “contra a permissividade moral que o individualismo [neoliberal] costuma promover. Dessa forma, ele procura restaurar um sentido de propósito moral, alguns valores de ordem superior que constituem o centro estável do corpo político” (p. 93).

Contraditoriamente, a teoria neoliberal, buscou atestar o seu poder a partir da construção de um consentimento social, que, por sua vez, aglutinou os temas de moralidade, justiça e poder ao campo econômico de maneira bastante inovadora, visto que elabora uma espécie de moralização e psicologização da ciência econômica.

Como forma de exemplificar a ligação em questão, Harvey (2008) traz o processo de neoliberalização da economia estadunidense, no qual ocorreu uma forte aliança entre as forças neoconservadoras e políticas de modo a possibilitar que ocorressem as reformas neoliberais; nas palavras do autor:

(...) a aliança nada santa entre os grandes negócios e os cristãos conservadores apoiados pelos neoconservadores, consolidou-se (...) e acabou por erradicar todos os elementos liberais do partido (...) transformando-o na força eleitoral direitista relativamente homogênea da atualidade. (...) os cristãos evangélicos (que não ultrapassaram 20% da população), que constituem o núcleo da “maioria moral”, aceitaram sofregamente a aliança com os grandes negócios do Partido Republicano como forma de promover seu programa evangélico moral (...) [formando] a misteriosa e secreta organização de cristãos conservadores que constituiu o Conselho de Política Nacional, fundado em 1991 (p. 60).

Nesse caso houve uma aliança entre um conservadorismo religioso, a elite econômica e o neoconservadorismo, os quais mantinham em comum a necessidade do poder político no país. O neoconservadorismo se manifesta de diferentes formas, e está atrelado a uma visão nacionalista, “na retidão moral, no cristianismo (de uma certa modalidade evangélica), nos valores familiares e em questões de direito à vida, assim como no antagonismo a novos movimentos sociais como o feminismo, os direitos homossexuais, a ação afirmativa e o ambientalismo” (Harvey, 2008, p. 94).

No que diz respeito aos valores familiares, tem-se o aumento dos discursos em defesa da família tradicional, contra os direitos mulher, inclusive os reprodutivos¹⁷ e contra a união homoafetiva. Já no que tange o sentimento nacionalista, percebe-se que o mesmo restabeleceu-se em oposição aos preceitos da neoliberalização e tem representado, de acordo

¹⁷ Sobre o ataque aos direitos reprodutivos da mulher em geral, Harvey destaca que seu auge data no final da década de 1970, “quando o neoliberalismo alcançou proeminência pela primeira vez - é um elemento-chave da noção neoliberal de ordem moral adequada, assentada numa concepção particularíssima da família” (p. 215).

com Harvey (2008), “a ascensão na Europa de partidos fascistas de direita centrados em fortes sentimentos contra o imigrante”, por exemplo (p. 95).

A união entre o arcabouço neoliberal com uma espécie de espírito nacionalista já se faz bastante preocupante; soma-se a esse cenário o movimento neoconservador e um aparato moral cristão e as ameaças contra aos regimes democráticos. No que diz respeito a essa hesitação em relação à democracia, Dardot e Laval (2016) recorrem à ideia de “desdemocratização”, defendida por Wendy Brown¹⁸. Tal processo corresponde antes ao esvaziamento da democracia de sua substância, do que a sua eliminação formal e explícita. Segundo os autores:

(...) há uma guerra sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias (sem mencionar o Exército e a Igreja). Mas essa guerra visa não apenas a mudar a economia para “purificá-la” das más ingerências públicas, como também a transformar profundamente a própria sociedade, impondo-lhe a fórceps a lei tão pouco natural da concorrência e o modelo da empresa. Para isso, é preciso enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX, (...) como a governamentalidade neoliberal escora-se num quadro normativo global que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos (p. 18.)

Na medida em que as formas de esvaziamento da democracia vão sendo articuladas na sociedade, percebe-se que o questionamento democrático não se dá apenas por meio de rupturas, mas sobretudo por processos graduais de desdemocratização, que corroem sua substância sem eliminar suas formas institucionais, agindo de forma a descredibilizadas, ou seja, vão perdendo seu valor e prestígio na sociedade.

O neoconservadorismo, ao mesmo tempo em que mantém o pressuposto neoliberal pautado nas assimetrias das liberdades de mercado, revela suas tendências antidemocráticas por meio de recursos autoritários, hierárquicos e mesmo militares. Além disso, assume um propósito moral fortemente atrelado a um apelo nacionalista que muitas vezes se contrapõe a princípios da neoliberalização.

Segundo Harvey (2008), tal moralidade não estaria apenas ligada ao discurso religioso, mas também a uma necessidade de evitar maiores entraves sociais devido ao aumento das desigualdades e do individualismo tão difundidos:

A moralidade não é um campo a ser definido apenas por uma direita religiosa e reacionária mobilizada sob a hegemonia da mídia e articulada mediante um processo político dominado pelo poder do dinheiro corporativo. (...) o surgimento da argumentação moral entre os neoconservadores comprova não só o medo da

¹⁸ A autora de Wendy Brown é citada pelos autores Dardot e Laval: “O questionamento da democracia toma caminhos diversos, que nem sempre têm a ver com a “terapia de choque”, mas, sim, e sobretudo, com o que Wendy Brown chamou, com justiça, de processo de “desdemocratização”, que consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente” (2016, p.18).

dissolução social sob o neoliberalismo individualizador, mas também as amplas manifestações de repugnância moral já em ação contra as alienações, a anomia, as exclusões, as marginalizações e as degradações ambientais produzidas pelas práticas da neoliberalização (p. 219).

Dessa forma, as pautas morais capturadas tanto pela direita religiosa, quanto pela ala neoconservadora, não atuam apenas como defesa de valores tradicionais, funcionam como resposta conservadora ao vazio social produzido pelo neoliberalismo, legitimando discursos de ordem e exclusão, ou seja, atuam como um instrumento político que reforça hierarquias sociais, legitimando discursos de ordem, voltados à disciplina e ao controle, e de exclusão, que marginalizam grupos considerados ameaças à moral e à estabilidade social (Comunidade LGBTQIAPN+, mulheres, imigrantes, etc.). No Brasil, esse processo ganha concretude no bolsonarismo, que instrumentaliza a religião e a moralidade para sustentar um projeto autoritário.

O caráter profundamente antidemocrático do neoliberalismo se apoia facilmente no autoritarismo dos neoconservadores e foi capaz de dar origem a um déficit de democracia em países aceitos como democráticos como o caso dos Estados Unidos com Donald Trump, e no Brasil com Jair Bolsonaro, por exemplo. A ação pública despolitizada e pautada firmemente no princípio da concorrência subverte radicalmente os fundamentos modernos da democracia, visto que deixa de reconhecer os direitos sociais mais elementares ligados ao exercício da cidadania.

2.4. Os perigos do neoliberalismo e do conservadorismo para a democracia: um novo mapa político-eleitoral se desenha

A palavra democracia tem origem na Grécia antiga, onde “*demos*” pode ser traduzida como povo e “*kratos*” como poder ou governo. Em contraposição a regimes políticos como as monarquias e oligarquias, a democracia¹⁹ coloca o princípio de igualdade política como motor de seu funcionamento, pois a sua ausência daria espaço para o acúmulo de privilégios e

¹⁹ “(...) democracia significa os arranjos políticos por meio dos quais um povo governa a si mesmo. (...) Quando a igualdade política está ausente, seja por exclusões ou privilégios políticos explícitos, pelas disparidades sociais ou econômicas extremas, pelo acesso desigual ou controlado ao conhecimento, ou pela manipulação do sistema eleitoral, o poder será inevitavelmente exercido por e para uma parte, em vez do todo. O *demos* deixar de governar” (Brown, 2019, p. 33).

consequentemente exclusões sociais que inviabilizaria sua possibilidade efetiva de consolidação. A esse respeito Brown (2019) diz:

(...) A importância da igualdade política para a democracia é a razão pela qual Rousseau insistiu que as diferenças de poder em um povo democrata não devem "ser tão grandes que possam ser exercidas como violência" e que ninguém pode "ser tão rico que possa comprar outro nem tão pobre que seja obrigado a se vender". O argumento de Rousseau é que, mais do que uma questão de injustiça ou sofrimento, a sistematização da violência ou da miséria coletiva leva ao fim da democracia. A importância da igualdade política para a democracia é a razão pela qual Alexis de Tocqueville identificou a emergência moderna da democracia como "uma revolução na matéria da sociedade" - uma transformação social que destruiu as posições hierárquicas, ou o que ele chamou de "desigualdade de condições" (p. 34).

Segundo Wendy Brown (2019), a democracia no contexto do capitalismo necessita da atuação e presença estatal na efetivação de ações públicas que sejam capazes de oferecer à população o acesso à saúde, educação e políticas de combate a pobreza (para citar alguns exemplos), pois a exacerbação de situações de pobreza e violência no mundo encerram a própria possibilidade de exercício democrático. Nesse sentido, “não se deve permitir que nem os próprios mercados e nem os vencedores em seu âmbito governem; ambos devem ser contidos no interesse da igualdade política, o fundamento da democracia” (p. 37).

Com base no princípio de igualdade política, o que é comumente chamado de democracia liberal não pode ser considerado um exercício integral deste modo de governo. Sob a égide do neoliberalismo globalizado com a expansão dos mercados financeiros, o que vivemos hoje é um distanciamento cada vez maior da possibilidade de construção de regimes democráticos.

O Estado que teria a função de reduzir as desigualdades entre os cidadãos na busca de efetivar a igualdade política, teve seu papel enfraquecido no atendimento às necessidades sociais e fortalecido para atender às novas demandas do capitalismo em sua fase monopolista-financeira, deixando evidente as fragilidades e perigos aos quais os governos democráticos estão expostos:

(...) A democracia, então, é o mais fraco dos trigêmeos em guerra nascidos no início da modernidade europeia, ao lado dos Estados-nação e do capitalismo. (...) O capitalismo democratizado é também um oxímoro, e os democratas radicais têm boas razões para promover formas econômicas alternativas. Dito isto, o capitalismo pode ser modulado em direções mais ou menos democráticas, e os Estados podem fazer mais ou menos para nutrir ou anular a igualdade política da qual depende a democracia (Brown, 2019, p. 36).

Dessa forma, os questionamentos sobre os valores democráticos e a democracia em si, remontam ao contexto no qual o Estado teve seu papel remodelado sob o imperativo neoliberal, tal remodelação colocou em evidência crises de caráter econômico e político, que

trouxeram em seu bojo uma política com características ao mesmo tempo neoliberais e conservadoras. Segundo Andrade (2019), “a fase neoliberal do capitalismo democrático tem o desequilíbrio e a instabilidade como regra, o que se pode observar na sucessão histórica de distúrbios da ordem socioeconômica” (p. 115).

Como resposta às crises inflacionárias, o neoliberalismo foi ganhando território e se consolidando enquanto alternativa viável para resolução e enfrentamento das mesmas, e teve Ronald Reagan e Margaret Thatcher como referências políticas da década de 1980, cuja crítica e ruptura com a social-democracia estava fortemente atrelada a críticas às políticas do Estado de bem-estar social. Tais governos questionavam as políticas keynesianas, a credibilidade das empresas e dos serviços públicos, a proteção social, a redução dos serviços privados, e uma série de direitos trabalhistas, como o seguro desemprego e questões ligadas à previdência.

A partir desse contexto, houve um verdadeiro enfrentamento ideológico contra o papel e as políticas de Estado, sendo este relacionado ao que tem de mais atrasado, e passível de corrupção. Com a intensificação intencional do desgaste do Estado, o princípio de concorrência e a elevação do espírito empresarial foram se transformando na resposta para resolução dos mais diversos problemas da sociedade, segundo Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal se consolidou a partir:

(...) Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo (p. 372/373).

Essa “verdadeira razão do mundo” teve como resultado a dissolução das diferenças existentes entre as esferas pública e privada, e a criação de um modelo de cidadão pautado no consumo, cidadão-consumidor. Assim, colocou-se em crise o modelo de cidadania pautado em direitos e deveres, bem como as próprias bases da democracia liberal. Dessa forma, a “luta contra as desigualdades, que era central no antigo projeto social-democrata [do pós guerra], foi substituída pela “luta contra a pobreza”, segundo uma ideologia de “equidade” e “responsabilidade individual” (Dardot e Laval, 2016, p. 226).

O que evidenciou os traços de uma política que se configurou ao mesmo tempo como neoliberal, conservadora e excludente, pois ao mesmo tempo em que atacou os direitos sociais e trabalhista foi diminuindo a responsabilidade do Estado para com os cidadãos, e reuniu um conjunto de variáveis conservadoras atrativas à população, tais como: o “papel maior da

defesa nacional contra os inimigos externos e da polícia contra os inimigos internos”, buscando estabelecer o controle, a partir do “desejo de restauração da autoridade, das instituições e dos valores tradicionais, em particular os “familiares”” (Dardot e Laval, 2016, p.188).

A ideia de crise democrática tem suas raízes no colapso social e financeiro de 2008 que foi intensificado a partir de inúmeros protestos espalhados pelo mundo, sobretudo, a partir de 2011. Andrade (2019) destaca a diversidade e a quantidade dessas manifestações, a partir da “Primavera Árabe nos países do Oriente Médio e do norte da África, passando pelos Indignados na Espanha, pelo Occupy Wall Street nos Estados Unidos, pelo movimento da praça Taksim na Turquia, pelas jornadas de junho no Brasil e pelo Nuit Debout na França” (p.114).

Esse cenário pode somente ser compreendido “pela convergência entre crise econômica e crise de legitimidade das instituições políticas, formando uma conjuntura histórica excepcional que se aproxima da noção de “crise orgânica²⁰” de Antônio Gramsci” (Andrade, 2019, p.114). Porém, tal cenário não se confirma; visto que, não presenciamos a possibilidade de nascimento de uma nova proposta econômica e política, alternativa ao sistema capitalista, pois além de eliminar o surgimento de um caminho progressista, esse encadeamento de crises, configurado de maneira global, abre espaço para uma nova resposta neoliberal. Nas palavras de Andrade (2019):

Crise financeira, crise de representatividade e protestos internacionais de massa. Eis que o neoliberalismo é apresentado como estando em uma “crise orgânica”, com dimensões econômicas, políticas e sociais. (...) No entanto, não é isso que se verifica. Como notou Philip Mirowski em relação ao período posterior ao colapso financeiro de 2008 “não apenas a percepção da crise passou sem nenhuma tentativa de retificar as falhas que quase levaram a economia à paralisia, mas inesperadamente a direita política emergiu do tumulto mais forte, sem se desculpar e ainda menos contida em sua capacidade e credulidade do que antes da quebra” (Mirowski, 2014, pp. 1-2) (p.117).

Esse momento de ebulição política e contestação protagonizados pelos movimentos sociais espalhados pelo mundo tiveram como resultado uma espécie de reafirmação e aprofundamento dos governos e das elites neoliberais, pois segundo Gerbaudo (2017): a “maioria desses movimentos confrontou governos social-democratas de centro-esquerda de vários matizes (nos Estados Unidos, no Brasil, na Grécia e na França), cujas políticas de

²⁰ “[A crise orgânica] é uma situação na qual, Gramsci argumenta, como o antigo regime está morrendo, desligando-se de sua base social e conseqüentemente tornando-se incapaz de encaminhar suas demandas, sua morte permite às sementes de uma alternativa brotar” (Gerbaudo, 2017, p. 30 *apud* Andrade, 2019, p.114).

direita e corrupção afastaram algumas de suas bases tradicionais de apoio” (*apud* Andrade, 2019, p.118).

O desgaste político e o grau de insatisfação da população no mundo hoje geraram um quadro no qual presenciamos como tendência, e também realidade, o avanço de vertentes políticas associadas aos extremos da direita. As disputas eleitorais em diversos países têm se apresentado de forma polarizada e dentro de padrões onde o esvaziamento de discussões políticas abriu espaço para o crescimento do discurso moral, ancorado no discurso de ódio e em formas de propagação do medo (Fornazieri, 2022).

A extrema-direita cresce num contexto de aprofundamento das velhas contradições da sociedade capitalista, em que a dialética abundância-escassez é a realidade concreta. É da dinâmica do modo de produção capitalista a produção de mais-valor, de mais mercadorias às custas do aumento da taxa de exploração da força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas produz uma progressiva superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva (Marx, 2015), mecanismo de produção do desemprego estrutural.

A situação de crise econômica e política reafirma o caráter disciplinar da lógica do mercado, fazendo com que a população e as instituições se adaptem ao princípio normativo neoliberal, tornando-se cada vez mais competitivos e adaptados às situações de precariedade do mundo atual. Segundo Andrade (2019), na medida em que:

(...) reduz orçamentos e demandas e aumenta o risco de dívidas, falências e desemprego, a crise reforça a concorrência e pressiona as instituições, acelerando reformas de gestão e induzindo os indivíduos a internalizar a racionalidade econômica a fim de sobreviver no mercado. Ela também incentiva o empreendedorismo por necessidade, já que as pessoas precisam buscar alternativas de renda. Por fim, apresenta o imaginário heroicizado do empreendedor de si mesmo como única saída, promovendo um ideal romantizado de self (p. 124).

Outra forma de declínio da capacidade democrática se dá a partir da penetração da lógica de mercado no interior da ação pública, de práticas como a definição de normas de comércio e legislações pelas grandes corporações na administração dos governos e da terceirização de serviços públicos. Assim como, a própria pressão exercida pelos mercados financeiros, pelos organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional - FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu, Organização Mundial do Comércio - OMC, em qualquer política estatal.

A complexa construção do Estado sob a lógica empresarial tem como decorrência a limitação do poder de governo perante aos interesses privados às escalas local e mundial. Segundo Andrade (2019), podemos apontar duas consequências desse processo.

A primeira delas diz respeito a submissão dos governos de partidos de esquerda à lógica neoliberal:

E isso em função não (ou não apenas) de conversão ideológica, mas da lógica prática da gestão e da estrutura híbrida do Estado. A alternância de partidos no poder não altera substancialmente a política adotada. Com isso, a vontade popular não se vê representada e ocorre um descolamento entre discurso eleitoral e prática de governo (p. 129).

A baixa representatividade da vontade popular tem como resultado a crescente crise de insegurança e confiança, tanto nos governos, quanto na democracia em si.

Uma segunda consequência apontada pelo referido autor seria o próprio aproveitamento que a lógica neoliberal faz sobre a crise de representatividade, para assim viabilizar a “transferência de autoridade dos governantes eleitos, acusados de “populistas” e “economicamente irresponsáveis”, para “economistas e managers” (p.130), reforçando então autoridades propriamente neoliberais, expandindo sua racionalidade na política institucional²¹.

Nesse contexto de crescente precarização da vida e desencantamento democrático, as forças de direita apresentam-se como possibilidade de mudança e fazem uso da insatisfação generalizada da população e de um populismo que se apoia em críticas severas contra o Estado, muitas vezes sob nuances xenofóbicas. Dessa forma, trazem como retórica performática uma tentativa de mobilizar a opinião da população contra os excessos de gastos públicos, denunciando os supostos abusos, desperdícios e privilégios do Estado e seus governantes, classificando-os como uma classe política parasitária e corrupta através de discursos de ódio.

O ódio social, instrumentalizado pela direita, cumpre um papel catártico e culpabiliza não só o Estado por suas falhas e imperfeições, como também uma série de inimigos socialmente criados, tais como: pessoas imigrantes, populações minorizadas, população pobre, movimentos sociais, movimentos ambientais e partidos de esquerda, responsabilizando-os por todas as mazelas da sociedade, convertendo frustrações coletivas em justificativas para discursos de ordem e exclusão.

No entanto, trata-se de mais um artifício para ignorar os fenômenos responsáveis pela crise neoliberal. Ademais, ignorando e desrespeitando princípios democráticos, a extrema

²¹ João Dória, eleito prefeito de São Paulo em 2016 e governador em 2018, construiu sua imagem pública como um gestor eficiente, desvinculado da política tradicional. Donald Trump, por sua vez, utilizou sua experiência como empresário e personalidade midiática para se posicionar como um outsider político, prometendo “governar como um CEO”. Ambos os casos ilustram como a racionalidade neoliberal se expande na política institucional, promovendo figuras que incorporam valores de eficiência empresarial e despolitização, enquanto enfraquecem modelos tradicionais de representação democrática.

direita passou a reforçar as racionalidades autoritárias, criando as possíveis ameaças à segurança nacional, cultivando um ambiente de “guerra” contra um conjunto cada vez maior de inimigos internos (Andrade, 2019).

A extrema-direita faz uso de discursos simples e vazios de conteúdo, procura viabilizar-se por uma estratégia que soma fidelidades a partir do conservadorismo e da religiosidade. A partir de meios sofisticados, estratégias de marketing e utilizando peritos em mídias sociais, a extrema direita profere discursos rejeitando argumentações baseadas em fatos, contra o pensamento científico (negacionistas) e contra a razão. Reforçam sua autoridade enquanto desqualifica oponentes políticos e até mesmo a política em si, muitas vezes de maneira irresponsável, fortalecendo a desinformação e descomprometida com a verdade²².

De maneira expressiva, a direita vem ganhando força no mundo todo. Na Europa presencia-se a ascensão de partidos de extrema-direita em diversos países. Na Itália há um governo com clara inspiração fascista, partido de extrema-direita “Irmãos de Itália” liderado por Giorgia Meloni, na Hungria com Orbán exercendo seu quarto mandato (2010 - dias atuais), na Suécia o Partido extremista “Democratas Suecos” se destaca e integra o governo. E em países como França, Alemanha, Espanha, Portugal e Áustria, vertentes da extrema-direita vêm ganhando espaço no cenário e na disputa política. No continente americano tivemos Donald Trump (2017 - 2021, sendo reeleito novamente em 2024) nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro no Brasil (2019 - 2022), que mesmo não sendo reeleitos nas eleições subsequentes, não saíram da cena política, prolongando a sombra e a projeção de seus governos (Fornazieri, 2022).

Líderes políticos expressam suas propostas de governo a partir de um apego a uma alegoria de passado glorioso, da imagem da “família tradicional” e da repulsa a povos imigrantes. Brown (2019) explica como slogans de campanha e o ressentimento presente no discurso de políticos de extrema direita, evidenciam a conexão com grupos racistas, “católicos

²²Citamos como exemplo a criação do auto-denominado “Gabinete do ódio” que foi alvo de investigação da Polícia Federal brasileira. O então gabinete, segundo reportagem da Carta Capital (2022) é “formado por auxiliares do presidente Jair Bolsonaro com assento no Palácio do Planalto, [sendo] usada por uma milícia digital que atua contra a democracia e promove ataques às instituições, (...) produzindo conteúdos e/ou promovendo postagens em redes sociais atacando pessoas (alvos), [e] difundindo-as [fake news] por múltiplos canais de comunicação”.

de direita, cristãos evangélicos e cidadãos subur-banos frustrados”. Segundo a autora, os slogans “dizem tudo²³” (p. 14):

"Make America great again" [Faça a América grande de novo] (Trump), "A França para os franceses" (Le Pen e a Frente Nacional), "Take back control" [Recupere o controle] (Brexit), "Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha" (Alternativa para a Alemanha), "Polônia pura. Polônia branca" (Partido Polonês da Lei e da Justiça), "Mantenha a Suécia sueca" (Democratas Suecos) (p. 14).

Há uma correlação espantosa entre a contestação dos direitos sociais e a crítica aos fundamentos culturais e morais ligados à democracia, o “cinismo, a mentira, o menosprezo, a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a ignorância, a arrogância do dinheiro e a brutalidade da dominação valem como títulos para governar em nome apenas da “eficácia”” (Dardot e Laval, 2016, p. 375). Os debates entre políticos, fora e, sobretudo no contexto eleitoral, colocam em questão o respeito às formas legais e aos procedimentos democráticos²⁴.

O constante e flagrante ataque “à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral” é apenas mais uma forma de expressão da racionalidade neoliberal que se estende a diversas categorias políticas e não apenas aos considerados conservadores, segundo Brown (2019):

(...) a moralidade tradicional serve, por exemplo, para repelir o combate às desigualdades como, por exemplo, assegurar a liberdade reprodutiva das mulheres ou dismantlar a iconografia pública que celebra um passado escravocrata. A moralidade tradicional liga a preservação do passado ao patriotismo, promovendo-o não apenas como amor ao país, mas como amor ao modo como as coisas eram, o que tacha de anti-patrióticas as objeções à injustiça racial e de gênero (p. 24).

Embora a retórica neoliberal defenda a democracia como a forma política mais adequada a economia de mercado, trata-se da defesa de uma democracia esvaziada de seu princípio de soberania popular, de práticas sociais que incluem a igualdade, a liberdade e o bem-estar do cidadão, sendo ela validada como mais um viés teórico que considera a “política como mercado, o político como gestor e o cidadão como consumidor do Estado-empresa” (Andrade, 2019, p.133).

²³ O slogan mais difundido na campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro foi “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, muitas vezes proferido em conjunto com gestos de armas com as mãos, estabelecendo uma relação com o poder das forças armadas, numa declarada postura que defendeu o armamento da população em seus discursos e em suas políticas.

²⁴ Tanto Trump quanto Bolsonaro adotaram um comportamento de questionar a validade das eleições, segundo Breiller Pires em reportagem para o *El país* (2020): “Enquanto Joe Biden vence as eleições nos EUA, Donald Trump ainda tenta se agarrar ao poder apelando à Suprema Corte dos Estados Unidos pela paralisação da apuração e recontagem dos votos. Ao mesmo tempo, no Brasil, o fiel aliado Jair Bolsonaro e seu entorno se somam ao coro que sugere —sem nenhuma evidência de comprovação— fraude nas eleições norte-americanas. O presidente, inclusive, voltou a fazer campanha pela substituição da urna eletrônica pelo voto impresso, reforçando a tese conspiratória de que o sistema seja mais propenso a manipulações que o dos EUA.

Não estamos vivendo apenas um “desencantamento democrático”, mas uma mudança radical, causada pela dessimbolização que afeta a política como um todo (Dardot e Laval, 2016). O neoliberalismo opera um desencantamento da política na medida em que substitui os ditames políticos pelas regras de avaliações econômicas perseguidas pelo mercado. Nesse sentido, concordamos com a afirmação de Andrade (2019) ao dizer que “a crise de representatividade da democracia liberal acaba por legitimar ainda mais as autoridades do neoliberalismo” (p.131).

O que há de mais perigoso no quadro contemporâneo da crise econômica e de representatividade política é que este mesmo quadro é responsável pela promoção do sistema neoliberal de governamentalidade, condicionando a sociedade a racionalidade neoliberal, dificultando e até mesmo impossibilitando as oportunidades de transformação dessa realidade (Andrade, 2019).

2.5. Neoliberalismo, religião e geografia: elementos da geografia política e do conservadorismo

Enquanto inovação, o neoliberalismo se comprometeu de modo integral com os princípios de concorrência do mercado, ampliando suas ações para além dos limites dos negócios e transformando-as em normatividade para condução das ações públicas, impactando significativamente a conduta de vida dos indivíduos na sociedade.

Um verdadeiro desencantamento da ação pública ocorreu a partir do estreitamento dos laços entre as formas de governança estatal e as regras de eficiência do mundo empresarial. Estratégias externas para a privatização e a introdução da concorrência em setores essenciais do serviço público, como escolas, hospitais e sistemas previdenciários, exemplificam a “mercadorização” dessas áreas e conseqüentemente dos sujeitos.

Esse processo aprimorado proporcionou quase que inquestionavelmente a aceitação coletiva da precarização da vida. Tais configurações revelaram as bases materiais e imateriais para a conformação do sujeito liberal, esse neosujeito que, conforme Dardot e Laval (2016), pode ser concebido como aquele que:

(...) não pode perder, porque é a um só tempo o trabalhador que acumula capital e o acionista que desfruta dele. Ser seu próprio trabalhador e seu próprio acionista, ter um desempenho sem limites e gozar sem obstáculos os frutos de sua acumulação, esse é o imaginário da condição neo subjetiva (p. 362).

O desencantamento com o papel da política de Estado ajudou a consolidar essa condição neosubjetiva, na qual cada indivíduo deve se organizar em sociedade a partir de um

cálculo de interesse individual. Para Dardot e Laval (2016), “a estratégia neoliberal consistiu e ainda consiste em orientar sistematicamente a conduta dos indivíduos como se estes estivessem sempre e em toda parte comprometidos com relações de transação e concorrência no mercado” (p. 235).

Soma-se a esse quadro, o enfraquecimento cada vez maior da democracia como sistema de representação, em decorrência, sobretudo, da despolitização das ações públicas e do desencantamento do papel do Estado. Como resultado há a ascensão de governos de extrema direita com características antidemocráticas e neoconservadoras, que, em alguns casos, estabelecem alianças com vertentes religiosas, cujo papel reforça a racionalidade imperativa de nosso tempo.

A racionalidade neoliberal, ao ajustar as normas de subjetivação do modelo empresarial com um padrão de moralidade da instituição familiar, promove uma articulação entre empresa e família que reforça valores relacionados ao individualismo e ao moralismo conservador. Nas palavras de Dardot e Laval (2016):

(...) se a racionalidade neoliberal eleva a empresa a modelo de subjetivação, é simplesmente porque a forma-empresa é a “forma celular” de moralização do indivíduo trabalhador, do mesmo modo que a família é a “forma celular” da moralização da criança. Daí a exaltação incessante do indivíduo calculador e responsável, na maior parte das vezes pela figura do pai de família trabalhador, econômico e previdente, que acompanha o dismantelamento dos sistemas de aposentadoria, educação pública e saúde. Muito mais do que uma simples “zona de contato”, a articulação da empresa com a família é o ponto de convergência ou intersecção entre normatividade neoliberal e moralismo neoconservador (...) (p. 380).

O neoconservadorismo se fundamenta na medida em que o modelo da empresa é exaltado como referência para a organização social, enquanto a crítica ao Estado se associa à defesa do papel central da instituição familiar. Dardot e Laval (2016) explicam que, em diversas teses e artigos de pensadores fundamentais para a teoria neoliberal, como Gary Becker, Walter Lippmann, Friedrich Hayek e Milton Friedman, foi defendida a ideia de que ações públicas voltadas à promoção do bem-estar da população, por meio de políticas de transferência, acabam por exonerar os indivíduos de suas responsabilidades, desestimulando-os a buscar emprego, educação e cuidados com a família.

Nesse sentido, a moralização dos comportamentos a partir da relação entre os valores da sociedade e capitalismo, resultaria na maior efetividade dos sistemas sociais. Lippmann, em “The Good Society”, defende que o sucesso do capitalismo está relacionado a fé no sistema:

A fé no homem, no futuro, a fé no retorno cada vez maior do dom, a fé nas vantagens mútuas do comércio, a fé na providência de Deus são fundamentais para o êxito do capitalismo. Todas são necessárias para encorajar a paixão no trabalho e o espírito de empresa contra todos os fracassos e as frustrações inevitáveis de um mundo perdido;

(...) e, finalmente, para estimular o gosto pelo risco e pela iniciativa num mundo em que os lucros evaporam quando os outros se recusam a entrar no jogo (*apud* Dardot e Laval, 2016, p. 208).

Percebemos assim, que os pilares para o sucesso no capitalismo estão relacionados a valores vinculados à família, à crença em Deus e à razão empresarial no mundo neoliberal. Essa moralidade está atrelada à razão econômica que é aplicada a todos os setores tanto da vida privada, como da vida pública, permitindo eliminar e confundir os limites entre economia, política, valores sociais e valores religiosos. Tal moralidade serve tanto como normatividade aos comportamentos humanos, quanto como base de estrutura e legitimação das ações de instituições como o Estado e a igreja, por exemplo.

A religião e a política tiveram laços estreitos ao longo da história da humanidade, muito do nacionalismo e do imperialismo encontraram e encontram finalidade e justificativa nas diferenças religiosas e no proselitismo em torno delas. O fundamentalismo religioso presente em muitos conflitos na história dos Estados modernos são tanto causa como consequência da concentração de poder e das rivalidades entre eles. É nesse contexto que se relacionam as religiões e as novas geopolíticas.

Em seu artigo, “*Géopolitique des religions*”, Lacoste (2002) define a geopolítica da religião como a análise das rivalidades de poder sobre os territórios, nos quais a religião tem uma importância preponderante. Nas palavras do autor, a geopolítica da religião seria:

“(…) as rivalidades territoriais em diferentes graus de magnitude entre grupos políticos que são corretamente ou erroneamente referidos por denominações religiosas, cada uma das quais legitima suas posições ou reivindicações territoriais, seus medos ou suas ambições demográficas, pela ideia de que detém a única religião verdadeira, a mais válida das civilizações²⁵ (...)” (Lacoste, p. 3, tradução nossa).

A concepção de religião segundo Löwy (2016), corresponde a uma realidade histórica, condicionada pelas relações sociais e pela produção material a elas vinculadas. Com base em Marx, Löwy entende a religião como uma manifestação cultural e espiritual que reflete e é moldada pelas condições sociais de uma época. Essa perspectiva destaca que ideias e representações religiosas, longe de serem estáticas ou universais, emergem e se transformam de acordo com os processos históricos, com o desenvolvimento econômico e as relações de poder.

Löwy (2016) reconhece o caráter ambivalente da religião assim como Marx (2010) o fez em seu livro “Crítica da filosofia do direito de Hegel” de 1843, quando afirma: “a miséria

²⁵ Do original: “*de rivalités territoriales de plus ou moins grande envergure entre des ensembles politiques désignés, à tort et à raison, par des appellations religieuses, chacun d’eux légitimant ses positions ou revendications territoriales, ses craintes ou ses ambitions démographiques, par l’idée qu’il détient la seule vraie religion, la plus valable des civilisations (...)*” (Lacoste, 2002. p.3).

religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo” (p. 145). Marx trata a religião como um fenômeno social carregado de contradições e ambiguidades, pois ao mesmo tempo, opera como uma resposta ao sofrimento humano, e atua na manutenção das estruturas que sustentam a opressão.

O autor ainda destaca a religião como “suspiro da criatura oprimida”, ou seja, seu papel em oferecer consolo emocional e espiritual, auxiliando os sujeitos a lidarem com as vicissitudes impostas pela vida dentro de uma estrutura desigual. Funcionando como um “coração” em um “mundo sem coração”, ou seja, ocupando o espaço que escapa a existência humana numa sociedade onde as relações são frequentemente reduzidas a transações comerciais.

Ao referir a religião como o “ópio do povo”, Marx coloca em discussão sua função ideológica. Pois assim como o ópio anestesia e amortece, a religião pode trazer um alívio imediato às questões mais complexas que envolvem as mazelas da sociedade de classes, muitas vezes apresentando o sofrimento ou até mesmo as injustiças como parte do plano de Deus, podendo assim, promover uma certa passividade e resignação diante das desigualdades e da exploração, próprias do sistema capitalista.

Essa reflexão coloca a religião em uma posição dialética²⁶, pois ao mesmo tempo em que expressa a “miséria real”, ou seja, manifestando-se como sintoma do sofrimento social, também expressa o desejo de mudança, de melhora, de cura, pois as pessoas buscam na religião, algum sentido para os sortilégios da vida, ou simplesmente, alguma forma de consolo para suportá-los.

Dessa forma, a análise de Marx, nos permite entender a religião como uma estrutura ideológico-cultural capaz de organizar sentidos e significados, operando de modo a influenciar comportamentos humanos, e podendo exercer um papel decisivo na sociedade, em contextos diversos. Um exemplo é a instrumentalização da religião em momentos de crise democrática, como ocorreu com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (2018).

No Brasil, o fenômeno religioso que analisamos ocorre de forma complexa. O pentecostalismo se apresenta como um campo bastante heterogêneo e plural, fortemente marcado por disputas e rivalidades internas. Netto (2022) defende que, devido à sua expressividade e relevância, os pentecostais podem ser considerados instituições religiosas

²⁶ De acordo com Löwy (2016), essa visão crítica inaugura, com *A Ideologia Alemã* (1846), o estudo da religião como uma construção social inserida nas dinâmicas históricas e materiais que moldam as sociedades.

hegemônicas. Porém, essa hegemonia é somente aplicável às grandes congregações²⁷, aquelas que mantêm elevados índices: de seguidores, de recursos materiais; e consequente influência social e representação política²⁸.

De acordo com Rosendahl (2005), a instituição religiosa é um agente modelador do espaço, e as formas e o poder de sua ação variam de instituição para instituição. Este agente modelador pode criar, fragmentar ou aglutinar determinados espaços segundo escalas e intensidades distintas. Para a mesma autora, a própria territorialidade das instituições religiosas se manifesta através de sua inserção e atuação territorial²⁹.

As igrejas, de modo geral, elaboram suas estratégias visando à manutenção e à expansão de seus poderes no território. As religiões ocupam e disputam espaços na sociedade; a construção de templos e igrejas integra essa ocupação territorial. Além disso, há uma disputa por espaços imagéticos e virtuais, como a mídia televisiva, o rádio e a internet, bem como pelo imaginário e pela fidelidade de seus seguidores, capturando, dessa forma, corpos, mentes e espíritos (CASTRO, 2005).

Por sua vez, a disputa por fiéis frequentemente se confunde com a disputa por recursos materiais e financeiros, pois são eles os principais financiadores, por meio do dízimo e das oferendas. Esses recursos garantem um fluxo contínuo de capital que possibilita a construção de mais templos e igrejas, além de investimentos em canais de rádio e televisão, jornais e gravadoras, alimentando a engrenagem responsável pela manutenção e ampliação dos poderes religiosos no espaço.

Segundo Löwy, Gramsci foi um dos primeiros marxistas a explorar o papel contemporâneo da Igreja e o peso da cultura religiosa entre as massas populares (Löwy, 2016, p. 45). Para o autor, um dos principais impactos da religião é a capacidade de promover uma rigorosa união doutrinária, exercendo e sofrendo, ao mesmo tempo, uma influência marcante sobre o comportamento humano, e sobre as dinâmicas sociais de sua época (Netto, 2022, p. 64).

²⁷Um caso exemplar é a igreja Assembleia de Deus, que constitui-se como um conjunto de organizações associadas, mas que mantêm diferenças e rivalidades entre si. Essas distinções se dão tanto em práticas rituais e teológicas quanto em perspectivas políticas. Em sua maioria, as igrejas da Assembleia de Deus são classificadas como pentecostais, embora algumas permaneçam fiéis à tradição enquanto outras adotam características marcadamente neopentecostais. Essa diversidade interna resulta em variações significativas que atravessam os âmbitos litúrgico, doutrinário e político (Netto, 2022, p. 61).

²⁸Essas agremiações formam o que Netto denominou como o “Partido da Fé Capitalista”, um consórcio político-religioso com origem e sob influência estadunidense (p. 63).

²⁹Uma das formas de expressão da territorialidade exercida pelas igrejas está na sua capacidade de estabelecer sua rede de proteção social, que funciona por meio da ajuda, com suporte econômico, moral e espiritual aos necessitados. Oferecendo estímulo ao trabalho, conscientização de consumo, proteção contra forças do mal e regeneração moral.

De maneira semelhante a Gramsci, Otto Maduro (1980, p. 153) argumentava que a religião, ao produzir uma visão de mundo ou “cosmovisão” relativamente homogênea, se estabelece como uma força social de considerável relevância e influência na ação coletiva. Essa cosmovisão fornece aos grupos humanos os meios necessários para produzir, reproduzir e até transformar suas relações sociais. Nas palavras do autor:

Sem cosmovisão, nenhum grupo humano pode produzir, reproduzir e/ou transformar suas relações sociais (...) mas cada tipo de cosmovisão limita e orienta as possibilidades de produção, reprodução e transformação das relações sociais, possibilidades que tal visão abriu como essas possibilidades (Maduro, 1980, p.153).

Nesse sentido, cada tipo de cosmovisão religiosa impõe limites e orientações às possibilidades de atuação social, influenciando profundamente as interações humanas e os rumos da sociedade como um todo. Assim, para examinar os avanços de vertentes evangélicas na política brasileira é preciso levar em conta que a religião exerce influência e é também influenciada pelo comportamento dos seres humanos, esse ser, que como vimos ao longo deste capítulo se aproxima do que Dardot e Laval (2016) denominaram de o neosujeito.

Tendo em vista que as democracias modernas fundamentam-se em uma combinação estratégica de coerção e consenso, o uso da força recai principalmente sobre as instituições governamentais oficiais, que operam com instrumentos de controle direto.

No entanto, como esse exercício de domínio necessita de legitimação ideológica, ele deve ser equilibrado com intervenções voltadas ao convencimento e à construção do consenso social. A produção de uma psicosfera, esse processo ocorre principalmente por meio dos chamados órgãos de opinião pública, como a imprensa, associações diversas e, notadamente, as igrejas.

É nesse sentido que podemos falar da hegemonia exercida por grupos religiosos³⁰. Segundo Netto (2022), Gramsci concebe hegemonia como uma forma de dominação exercida por um setor da sociedade, a partir do poder coercitivo, da produção de consensos e pela constituição de lideranças culturais e ideológicas. Ou seja, trata-se de uma dinâmica essencial para o entendimento das relações de poder na sociedade e sobre as perspectivas de transformação social da mesma (p. 65).

Buscando entender o projeto de poder político de vertentes evangélicas em expansão no Brasil e seus possíveis vínculos com a crescente expressividade da direita em sua

³⁰ O objetivo desses aparelhos privados de hegemonia, no contexto da dominação burguesa no mundo ocidental, é promover a adesão voluntária dos trabalhadores às diretrizes impostas pela classe dominante. Através dessa adesão, busca-se garantir a perpetuação de um modelo social e econômico que favoreça os interesses da porção mais poderosa e organizada do empresariado, assegurando a continuidade do seu domínio sobre as relações sociais e econômicas (Netto, p. 65).

complexidade, nota-se que não se trata de um fenômeno isolado em nosso país. Nesse sentido, buscamos entender, mesmo que de modo breve, o quadro geral dessas relações de poder, sobretudo na América Latina.

Assim, é de fundamental importância compreender a religião para além de um conjunto de preceitos e rituais ligados a uma divindade, e levar em consideração que são os seres humanos, dotados de intencionalidade, que exercem papéis de liderança e representatividade. São eles, os seguidores das diversas religiões, que protagonizam rivalidades territoriais e organizam processos de controle, conquista, defesa e uso do território em sua dimensão política.

Dessa forma, a interação entre neoliberalismo, religião e geografia política oferece, portanto, um panorama abrangente das dinâmicas contemporâneas de poder, evidenciando como valores religiosos e econômicos se entrelaçam para moldar subjetividades, normatividades e práticas políticas em um cenário de intensas transformações e disputas.

3. O fenômeno (Neo)Pentecostal: dinâmica social e capilaridade territorial.

3.1. Geografia e religião: elementos sobre os novos sujeitos (religiosos) na política da América Latina.

Uma vez que, dentro da operacionalidade neoliberal valores relacionados à família, à crença em Deus e à razão empresarial se misturam, confundindo-se como pilares para a prosperidade e qualidade de vida em sociedade, a religião, como um dos agentes modeladores do território vem se tornando uma das variáveis chave para a compreensão de como se articulam as rivalidades territoriais estabelecidas pelas forças políticas na América Latina.

Analisar um fenômeno tão complexo quanto o religioso é tarefa bastante desafiadora, pensá-lo numa região tão heterogênea e multicultural como a América Latina, é tarefa ainda mais laboriosa, nosso trabalho, no entanto, não busca tecer uma pesquisa aprofundada nesse importante tema, mas sim, colocar em evidência o fenômeno (Neo)Pentecostal na política, buscando elucidar que trata-se de um fenômeno de repercussão internacional e não um fato isolado no Brasil.

É evidente que as ligações entre religião e política não são inauguradas no contexto da nossa investigação, mas tal período, o presente, carrega como perspectiva uma mudança de paradigma que coloca em questão a hegemonia católica de quase cinco séculos na região.

A respeito da mudança no paradigma religioso da América Latina, Guadalupe (2020) coloca em perspectiva o papel dos líderes evangélicos como os novos sujeitos políticos da região. Tais sujeitos buscaram expandir o campo do ativismo religioso para à esfera da gestão pública, convertendo assim, “o seu ‘capital religioso’ em um rentável ‘capital político’”, fato que vem corroborando com o declínio do domínio histórico da Igreja Católica nos últimos 50 anos (p.19).

Nota-se que tal declínio ocorre a partir de um arranjo de condições: o aumento do número de igrejas evangélicas³¹, a atuação cada vez mais expressiva desse setor na política institucional e o surgimento, ainda que pouco volumoso, de um grupo de pessoas sem filiação religiosa (p.19).

Um dos principais fatores que caracterizam o continente americano é sua grande religiosidade, segundo Guadalupe (2020,p 20) “a América Latina ainda é amplamente

³¹ Nos apoiaremos em Netto (2022) sobre o entendimento de evangélicos como a “designação dos cristãos não católicos, que em grande medida foi impulsionada pelo crescimento do movimento pentecostal, cuja identificação com o termo é bastante popular. O termo protestante, por outro, se destinaria, sobretudo, para designações no mundo acadêmico (p.29).

religiosa (entre 80% e 90% dos latino-americanos se chamam cristãos-católicos ou evangélicos), e que o ateísmo é um fenômeno minoritário (ao contrário da Europa)”.

A religião foi um dos pilares do processo de colonização e dominação cultural tanto na América do Norte quanto na América do Sul. O Catolicismo trazido de Espanha e Portugal, e o Protestantismo levado pelos europeus à América do Norte, são marcas profundas na cultura e na formação sócio-espacial desses países.

Nas últimas três décadas, o crescimento das igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais, tornou-se um fenômeno de grande impacto na sociedade e na política de diversos países da América Latina. Inicialmente, a mobilização política da comunidade evangélica concentrou-se em dois objetivos principais: assegurar a liberdade religiosa e conquistar reconhecimento social e legal em paridade com a Igreja Católica. Tratava-se, portanto, de uma luta tanto pela preservação da liberdade quanto pela igualdade religiosa no espaço público.

No entanto, foi a incorporação de uma “agenda moral” às pautas políticas que popularizou o engajamento evangélico entre seus fiéis. Conforme observa Guadalupe (2020, p. 20), “o único tema que consegue unir todos os evangélicos de cada país são os supostos inimigos comuns, que, antes eram o comunismo e o catolicismo, e agora é a chamada ‘ideologia de gênero’”. Essa mudança evidenciou a capacidade de mobilização da comunidade em torno de valores compartilhados e de uma narrativa de oposição às ameaças percebidas à sua visão de mundo.

O ano de 2018 foi bastante representativo no que diz respeito ao estabelecimento das igrejas evangélicas na política da região, Guadalupe (2020) nos apresenta um panorama da cena política em questão:

Basta lembrar que, em fevereiro daquele ano, um deputado evangélico, Fabricio Alvarado, surpreendentemente venceu o primeiro turno das eleições na Costa Rica com um discurso puramente religioso e moral, alcançando um quarto das cadeiras do Congresso da Costa Rica. Em julho do mesmo ano, um candidato de esquerda, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), venceu as eleições no México com o apoio expresso de um partido evangélico, o Partido Encontro Social (PES), e prometeu criar uma ‘constituição moral’ e submeter as questões da chamada ‘agenda moral’ a um referendo nacional. E em outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro, deputado de direita, venceu as eleições no Brasil, não apenas com atitudes machistas e xenófobas, mas também com um discurso pró-vida e pró-família (e contra o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo), pelo qual recebeu o apoio oficial de grandes igrejas evangélicas, especialmente as das linhas pentecostal e neopentecostal. (p.22/23)

A esses três casos de 2018, soma-se a presença de Jimmy Morales, presidente evangélico da Guatemala, e de Jeanine Áñez, presidenta interina e evangélica na Bolívia entre 2019 e 2020. Esses exemplos evidenciam o impacto crescente dos evangélicos no cenário

político latino-americano e destacam a complexidade de suas alianças políticas, marcada pela diversidade de interesses e orientações partidárias. Essa pluralidade representa um afastamento significativo da antiga tendência observada entre as décadas de 1960 e 1970, quando o apoio evangélico estava majoritariamente alinhado às ditaduras militares e aos partidos de direita³².

A Igreja católica ainda se faz predominante entre os latino-americanos, embora com um índice bem abaixo dos 92% que possuía em 1970. Entre 1970 e 2014 ocorreram as principais mudanças no panorama regional (Guadalupe, 2020, p.20). De acordo com o Latinobarômetro (2014, *apud* Guadalupe, 2020, p.26), a conquista de espaço por parte dos evangélicos no continente é perceptível em muitos países:

(...) como Honduras com 41% de evangélicos e 47% de católicos, Guatemala com 40% de evangélicos e 47% de católicos, Nicarágua com 37% de evangélicos e 47% de católicos, etc. Da mesma forma, no Brasil, país com o maior número de católicos do mundo, em 18 anos (1995-2013), houve redução de 15 pontos percentuais da população católica, enquanto o número de evangélicos aumentou esses mesmos 15 pontos perdidos pelo catolicismo. Paraguai e Equador são os únicos países do continente em que o catolicismo excede 80%, enquanto em outros países a não filiação religiosa cresce mais do que os próprios evangélicos, como no caso do Uruguai, com 38% sem filiação religiosa, 13% de evangélicos e 41% de católicos.

Conforme o banco de dados Latinobarômetro (2019, *apud* Guadalupe, 2020, p.26) entre 2013 a 2017, a população católica teria passado de 66,7% para 59,4%, os evangélicos e os que professam outras religiões se mantiveram em 18% e 4%, respectivamente. Já aqueles que sem filiação religiosa teriam aumentado de 11,3% para 18,5%.

Percebe-se uma espécie de estagnação no percentual de evangélicos na região, sendo importante destacar que ao propor a reflexão sobre a importância desse grupo religioso, não estamos nos referindo apenas a uma questão estatística, mas sobretudo, à relevância e capilaridade social obtida por ele nesses últimos anos. Sobre tal relevância, Guadalupe (2020) destaca o percurso que a comunidade evangélica realiza ao migrar de uma situação de anonimato para um lugar de notoriedade, nas palavras do autor:

(...) ao abandono do anonimato público e do ‘complexo de minoria’ que os caracterizou, à importância que têm nas pesquisas de opinião e estudos sociais, a seu acesso às classes média e alta da sociedade, ao abandono de seus ‘templos de fundo de quintal’ para se dedicar à construção de megagregas em áreas residenciais, à conquista de formadores de opinião e grupos de influência, à invasão da mídia e à entrada inesperada no mundo da política partidária.

³² “O caso mais palpável é o dos pentecostais brasileiros que durante anos apoiaram o governo de esquerda de Luis Inacio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e agora apoiam com igual fervor o governo de direita de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, não há dúvida de que os evangélicos na América Latina já se estabeleceram como importantes atores políticos em toda a região, capazes de inclinar a balança eleitoral de qualquer país se conseguirem alcançar a unidade em suas preferências políticas (...).” (Guadalupe, 2020, p.23)

Dessa forma, percebe-se que o crescimento e a importância dos evangélicos não estagnou, pelo contrário, mantém-se presente e forte. De maneira geral, apenas na década de 1980 o grupo entra na política partidária e pode-se aferir que o grande crescimento registrado em 1970 foi determinante para as transformações que resultaram no quadro atual. Segundo Guadalupe (2020, p.31) fica “evidente que os evangélicos não procuram mais acabar com o monopólio religioso católico no continente – o que eles já conseguiram – mas com sua hegemonia religiosa e política”.

Além do crescimento numérico do setor evangélico no continente, para explicar a entrada do grupo na política institucional, Guadalupe (2020) aponta três fatores significativos: o sociológico, o político e o teológico. Tais fatores se inserem em um contexto complexo:

(...) essa mudança ocorreu por volta da década de 1980, quando a região [América Latina] estava deixando ditaduras ou guerras civis internas e reentrando no sistema democrático, que abriu uma ampla gama de possibilidades de participação política de novos atores sociais. [Concomitantemente] (...) as igrejas evangélicas estavam crescendo nas áreas urbanas, na classe média e nas classes profissionais, o que também lhes permitiu alguma liderança social (não apenas religiosa) dentro de suas comunidades. Além disso, devemos considerar como pano de fundo as grandes mudanças ocorridas nas denominações norte-americanas, que tiveram evidente influência nas decisões políticas de seus pares latino-americanos. (p. 34 e35)

Sobre o fator ‘sociológico’ apontado pelo autor, podemos considerar que se trata das consolidações realizadas a partir de conquistas dos evangélicos na região. Estas vão além da forte expressão numérica, pois envolvem a construção do legado de uma tradição que se estendeu do tempo em direção ao mundo, consolidando-se como fato também cultural. Manifestando assim, uma espécie de consciência da identidade religiosa, que, a partir de então passou a reivindicar outros espaços na sociedade.

No entanto, a busca evangélica não se limitou somente em encontrar um lugar legítimo na sociedade, mas também uma forma de “iluminar com sua mensagem cristã o próprio desenvolvimento de seus países; isto é, eles queriam participar não apenas como devotos, mas também como cidadãos (Guadalupe, 2020, p.35).”

A respeito da chave interpretativa ‘política’, ela marca o início dos anos 1990 e leva em conta eventos que impactaram os rumos políticos mundialmente, como o fim da Guerra Fria e a Queda do Muro de Berlim. Com o fim do Comunismo, a visão maniqueísta que se baseava na concepção dessa vertente ideológica como inimiga da igreja, pregando o anticomunismo como parte da salvação para seus fiéis, disseminando o ódio e a demonização de referências de esquerda e marxistas perde forças e sentido prático.

Nesse sentido, abre-se o caminho para uma nova forma dos evangélicos de se relacionar com mundo, segundo Guadalupe (2020), uma vez que não possuíam mais seus

“inimigos ideológicos ou razões para se retirar do mundo, os conservadores evangélicos viram um momento oportuno para se aproximar da política, não porque estavam interessados em participar desse campo da maneira convencional, mas apenas como um [novo] meio de ‘evangelização’.” (p.36)

Por fim, destaca-se o fator ‘teológico’, que evidencia a transição de uma perspectiva cristã pré-milenarista para uma visão pós-milenarista³³. Essa mudança implicou uma transformação profunda: da concepção negativa, apocalíptica e pessimista do pré-milenarismo para uma abordagem positiva e esperançosa do pós-milenarismo. Trata-se da emergência de uma nova escatologia religiosa que redefine as relações entre igreja e mundo, com significativas repercussões éticas e morais sobre comportamentos e padrões sociais.

O modelo teológico conhecido como pré-milenarista fazia parte do modo de operação evangélico predominante por décadas em todo continente, foi muito difundido na América Latina e pregava que o bem estar verdadeiro dos seres humanos não seria possível neste mundo. Nesse sentido, os acontecimentos do presente e a história eram deixados de lado, posto que a salvação seria apenas conquistada no reino dos céus, após a segunda aparição de Cristo na Terra.

Essa doutrina estabeleceu uma relação de contradição e oposição entre o celestial e o terreno, o espiritual e o material. Dentro de uma visão maniqueísta (bem e mal - Deus e Diabo) que se estendeu às categorias ideológicas entre o capitalismo estadunidense (Deus) e o comunismo ateu (Diabo), incluindo aí, a completa rejeição ao que pertencesse ao campo da política institucional e aos destinos da vida pública. Por essa razão que diversos “líderes pentecostais consideravam a política algo mundano e pecaminoso e promoveram a não participação nela” (Oro & Tadvall, 2019, p. 61 *apud* Guadalupe, 2020, p.40).

Segundo Guadalupe (2020, p.39), o sistema teológico pós-milenarista modificou as regras de participação e pertencimento dos seres humanos em relação ao mundo, isso foi fundamental para a caracterização da “nova maneira de fazer política dos evangélicos que surgiu na cena pública nos anos 90 em um contexto neopentecostal”. Nas palavras do autor:

Somente no final dos anos 80 o pentecostalismo emergiu como uma nova força política, em grande parte devido ao seu crescimento nas áreas urbanas, especialmente nos setores da classe média e profissional. “Essa nova atitude dos pentecostais pode ser expressa como a transição da ‘greve social’ para a ‘teologia da prosperidade’” (Beltrán, 2013, p. 306). E isso coincidiu, segundo Beltrán, com a consolidação de

³³ “Para o pós-milenarismo, o milênio representa uma era de ouro, um tempo de prosperidade espiritual que ocorrerá no tempo presente da Igreja, em uma espécie de grande avivamento que envolverá a conversão maciça de gentios e judeus em cumprimento à visão paulina que encontramos em Romanos 11:25-27. Sempre no tempo da Igreja, o homem de ilegalidade aparecerá no mundo (2Ts 2:11ss.), e somente no final ocorrerá a segunda vinda de Cristo. Satanás será derrotado, os mortos ressuscitarão e haverá um novo céu e uma nova terra. (Alberto F. Roldán, 2002, p. 106 *apud* Guadalupe, 2020, p.38)

megaigrejas, capazes de atuar como forças eleitorais disciplinadas sob a liderança de um líder carismático (Guadalupe, 2020, p.40).

O pós-milenarismo carrega em seu bojo doutrinário um conjunto de “teologias” como a da Prosperidade tão difundida no Brasil e citada acima, que por ser uma manifestação quase específica do neopentecostalismo o diferencia dos demais grupos pentecostais.

De fato, a introdução (sobretudo início do século XX) do pentecostalismo na América Latina incluía repudiar e acusar as ditas manifestações “mundanas” e, dessa forma, as políticas presentes no mundo em questão. É somente com as mudanças ocorridas nos grandes centros urbanos, com a ampliação do número de fiéis evangélicos e sua disseminação da fé aos postos da classe média que essa transição escatológica vai ganhando força e consolidação nos diversos países do continente.

Sobre tal processo, não se pode afirmar que se tratou de uma disseminação de um país para outro, mas sim de um fenômeno que foi ocorrendo ao mesmo tempo nos diversos países de norte a sul, visto a histórica influência das Missões evangélicas dos Estados Unidos na América latina³⁴.

Em relação aos três fatores apresentados (sociológico, político e teológico), percebe-se que embora se possa atribuir mais peso a um do que a outro, trata-se de um processo com diversas causas que ocorreu quase simultaneamente na maioria dos países da região. Porém, Guadalupe (2020, p.42) nos chama a atenção para um evento propulsor no final dos anos 1970:

(...) quando se disseminou o rumor de que a Igreja Católica queria restringir a liberdade de culto nos países latino-americanos – seja porque evangélicos foram acusados de serem financiados pelos EUA ou por não querer mais divisões ‘ideológicas’, o que fez com que os evangélicos de todos os países da região se unissem na década de 1980 para formar frentes eleitorais e defender a liberdade religiosa já conquistada.

Para o autor esse foi o estímulo responsável pela consolidação da mudança das visões teológicas e alteração profunda da cultura apolítica que até então predominava entre os evangélicos. Como consequência temos: a mudança das proposições políticas, com a introdução de uma agenda moral a partir da propagação de valores cristãos e valores

³⁴ Os EUA são o primeiro país na América a ser fundado principalmente por protestantes e não por católicos, fato que somado a complexidade da formação sócio espacial desse país, a qual não será abordada neste trabalho, lhe conferiu um caráter expansionista e fortemente ligado ao discurso de fé religiosa. No artigo “A passagem do messianismo americano para Pentecostalismo latino-americano - Um enfoque geopolítico”, Gómez cita um pequeno trecho do livro *Democracia na América*, escrito por Tocqueville em 1835: “(...) na América, desde o início, política e religião estavam de acordo, um acordo que ainda não cessou” (Gomez, 2018, p.56). A base puritana dos colonizadores e suas idéias de superioridade e predestinação ajudaram a consolidar a consciência nacional estadunidense.

conservadores; a construção e fortalecimento de megaigrejas; e o investimento na renovação de seus fiéis com a ocupação dos meios de comunicação em massa e o apoio a influenciadores.

O inimigo central deixou de ser o catolicismo ou o comunismo e passou a ser a ideologia de gênero. O grande interesse político, especialmente entre os neopentecostais, passou a ser “alcançar governos e definir políticas públicas com uma visão reconstrucionista” do mundo, ou seja, referente a teologia do Domínio, sobre a qual discorreremos a seguir (Guadalupe, 2020, p.42).

3.2. O mundo (Neo)Pentecostal: distinções e teologias

A comunidade evangélica, principalmente na última década do século XX, começou a alcançar um papel de grande relevância na cena política da América Latina e isso se deve sobretudo ao momento inaugurado pelos neopentecostais.

Os novos pentecostais, como o nome pode sugerir, surgem a partir de renovações teológicas dentro do movimento pentecostal, ambos os movimentos oriundos do Protestantismo de origem estadunidense. Para compreender os nexos de ligação entre religião e economia, Max Weber (2004), sociólogo alemão que analisa a conduta protestante e o desenvolvimento do capitalismo.

Weber (2004) em seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, discute a existência de afinidades eletivas entre a ética do protestantismo e o modo de produção capitalista. Para o autor o regime de crenças protestante, comparado com o católico, teve uma maior correspondência e influência (afinidades) com a racionalidade econômica, reforçando o princípio do lucro como virtude, de modo a impulsionar o capitalismo estadunidense. Segundo Löwy (2016):

O argumento principal de A ética protestante e o espírito do capitalismo de Max Weber não é tanto (como se diz com frequência) que a religião é o fator causal determinante do desenvolvimento econômico, mas sim que existe, entre certas formas religiosas e o estilo de vida capitalista, um relacionamento de afinidade eletiva [Wahlverwandtschaft]. Weber não define o que ele quer exatamente com esse termo, mas podemos deduzir por seus escritos que ele se refere a um relacionamento de atração mútua e de mútuo reforço, que, em certos casos, leva a uma espécie de simbiose cultural. (p.53)

Weber (2004) destaca, entre as vertentes protestantes da época, que o trabalho corresponderia a uma forma de glorificação divina, considerando o ócio um verdadeiro pecado, assim como a ostentação da riqueza, o luxo e os prazeres da carne. Esta ética se

distancia e diverge da proferida pelas igrejas neopentecostais atuais. Segundo Mariano (2024), (*apud* Balloussier, 2024, p. 70), “as igrejas que mais enfatizam o empreendedorismo e prometem infindas bênçãos de prosperidade e enriquecimento estão a anos-luz de distância da ética discutida por Weber.”

No pensamento de Weber (2004), a acumulação primitiva de capital também foi favorecida pela ética protestante, na medida em que esta restringia o consumo supérfluo e impunha ao fiel uma vida sem excessos e disciplinada. Nesse contexto, a riqueza não era vista como um sinal de graça divina, mas como fruto do trabalho enquanto vocação, disciplina e poupança, sendo seu destino a afirmação de valores religiosos.

Ora o neopentecostalismo rompe com essa lógica. A riqueza deixa de ser associada à salvação divina, e passa a servir ao apreço da acumulação, bem como para seu usufruto e prestígio social. Essa motivação consumista aproxima o fiel de práticas associadas ao pecado e se distancia do espírito rigoroso do protestantismo clássico (Mariano, 1996, p.43).

Além disso, o pentecostalismo, tal como conhecemos na atualidade, destacou-se mais pela valorização da experiência do indivíduo do que pela centralidade das escrituras sagradas. Nesse modelo religioso, o fiel é concebido como um instrumento do Espírito Santo, praticando dons espirituais como línguas, cura, profecia e revelação. Tais características se associaram facilmente com o catolicismo popular presente no interior do Brasil.

Essas mudanças de práticas conferiram ao pentecostalismo traços marcadamente “místicos”, que por tornar-se uma religião arraigada na experiência do fiel, foi progressivamente se afastando do rigor e do ascetismo originário, passando a demonstrar uma afinidade reduzida com a ética protestante tradicional descrita por Weber (Mariano, 1996, p.44).

As igrejas Neopentecostais com seu apelo ao consumismo, fundamentado na teologia da Prosperidade asseguram que a igreja e Deus são aliados à conquista material dos fiéis. Enquanto o protestantismo (e igrejas pentecostais tradicionais) focam no esforço, no trabalho, em uma vida simples e na poupança como caminho para um crescimento econômico que reflete uma vida dedicada a Deus. Enquanto as neopentecostais consideram o sucesso financeiro, a realização pessoal e o progresso social como sinais de bênçãos divinas, o que assegura afinidades relevantes com a lógica neoliberal do presente.

O movimento pentecostal, herdeiro das igrejas protestantes tradicionais, segundo Guadalupe (2022), chegou em terras latinas no início do século XX como um movimento de renovação espiritual, cujo objetivo seria:

(...) servir e renovar todas as igrejas evangélicas do continente, espalhando a obra do Espírito Santo no processo de santificação do fiel, foi traduzida concretamente na ênfase na experiência do 'batismo do Espírito Santo', seguido pela evidência de falar em outras línguas (glossolalia). (...) Nesse sentido, o pentecostalismo obteve enorme receptividade na população latino-americana – católica e evangélica – e derivou na constituição de novas igrejas ou denominações, que não podiam estar contidas nas estruturas evangélicas anteriormente existentes (p.46).

Com a diversidade religiosa trazida pelas novas denominações, fruto de sua aceitação na região, o que inicialmente se configurava como um projeto de renovação espiritual acabou evoluindo para toda complexidade do movimento Pentecostal. Esse movimento, a partir da década de 1980, quase um século após seu surgimento, deu origem a um novo agente religioso: o Neopentecostalismo. Sobre as diferenças entre os dois movimentos faremos algumas observações na sequência.

A primeira delas diz respeito aos aspectos teológicos, e corresponde a forma como se entende e reconhece o batismo do Espírito Santo. Para os pentecostais tradicionais trata-se do momento que marca o início de uma vida de santificação, uma experiência de consagração. Já para o movimento neopentecostal, tal momento não é considerado como o marco inicial da relação do fiel com Deus, esse marco se dá através da manifestação dos dons ou carismas, estes sim considerados como parte das bênçãos concedidas por Deus (Guadalupe, 2020, p.47).

Com a segunda observação, destaca-se o aspecto sociológico. Este associa-se com os territórios onde a igreja buscava edificar o evangelho, se focando em regiões rurais ou urbanas mais periféricas e nas populações desfavorecidas economicamente. Relacionando-se diretamente com o perfil religioso associado à visão pré-milenarista, na qual a privação, disciplina e temor a Deus eram valorizados e as riquezas materiais eram associadas a uma visão pecaminosa.

Os neopentecostais, por outro lado, centralizaram seu trabalho nas camadas da classe média e alta, atraindo os fiéis com a construção de grandes empreendimentos religiosos, como templos e megaigrejas, cuja soberba apresenta correspondência com as expectativas de ascensão social (material ou simbólica). Correspondendo ao perfil religioso associado à visão pós-milenarista, no qual, os filhos de Deus são por direito aqueles que devem usufruir de toda a bonança disponível na Terra, e em consonância às diretrizes neoliberais de mercado e costumes.

A terceira característica, a qual dedicamos maior fôlego, diz respeito às diferenças escatológicas entre os dois movimentos, ou seja, como ambos apresentam o discurso apocalíptico ou análise profética dos destinos da humanidade.

Assim, o protestantismo tradicional ou de missão, do qual se originou o pentecostalismo, tem como fundamento o pré-milenarismo cuja rejeição da vida em sociedade e do materialismo resultante dela, gerou a cisão entre o terreno e o celestial, cuja a valorização e a expectativa de salvação somente está associada fora do plano terreno. De maneira antagônica os neopentecostais se aprofundaram no paradigma pós-milenarista, relacionado de modo bastante condescendente com as formas e coisas tidas como mundanas.

Para aprofundar as características escatológicas do movimento neopentecostal, destaca-se a seguir aspectos centrais da teologia da Prosperidade, da teologia da Guerra Espiritual e da teologia do Domínio, elementos essenciais para entender o movimento e diferenciá-lo do pentecostalismo.

O movimento neopentecostal é caracterizado por uma diversidade teológica que muitas vezes se misturam e se confundem, há autores que não fazem essa tripla distinção. É comum na literatura a teologia da Guerra espiritual estar inserida na teologia da Prosperidade, sendo muitas vezes considerada uma o braço da outra. Já a teologia do Domínio reúne as duas vertentes como estratégia de expandir e alcançar o poder seja ele religioso, político ou social.

3.2.1 A teologia da Prosperidade

Trata-se, a teologia da prosperidade, de uma das vertentes da agenda neopentecostal, que de certa forma, conduziu o movimento a partir das últimas décadas do século XX. Sua escalada coincidiu com a difusão do posicionamento político neoconservador globalizado e o neoliberalismo. Tal teologia propõe uma relação harmônica entre o fiel e os recursos presentes do mundo, no sentido que ele possa usufruir dos mesmos, partindo do princípio que os cristãos como representantes de Deus na Terra (os filhos Dele), teriam o direito de aproveitar toda sua criação.

De maneira concisa, pode-se dizer que:

A “teologia da prosperidade” sustenta que Deus criou seus filhos para serem prósperos e obter felicidade integral neste mundo. Em outras palavras, Deus quer distribuir riqueza, saúde e felicidade entre aqueles que O temem. A garantia da prosperidade terrena, no entanto, depende da fé, traduzida em ações, [ou seja] doações e doações financeiras [dízimo], e existe, inclusive, uma relação entre a magnitude da fé e as doações (ORO & TADVALD, 2019, p. 57 *apud* Guadalupe, 2020, p.51).

A ideia de quanto maior for sua colaboração com o dízimo, maior será sua demonstração de fé na igreja, revela uma faceta da teologia da prosperidade, cuja manifestação pautada no indivíduo assume um valor significativo na comunidade evangélica.

Nesse sentido, a prosperidade individual desse fiel, que ao acumular riquezas, ou simplesmente sair de uma situação de pobreza com a aquisição de bens materiais, transforma-se em um exemplo de sucesso e testemunho de fé. Segundo Mariano (1996, p.38):

(...) O crente que almeja receber grandes bênçãos de Deus precisa ser radical na demonstração de sua fé. Deve fazer doações que do ponto de vista do "homem natural" e do cálculo racional seriam loucura. Precisa dispor de coragem. Deve assumir riscos, doando à igreja algo valioso como salário, carro, casa, poupança, herança, jóias, caminhão etc., com a certeza de que reaverá, multiplicado, o que ofertou. (...) Com o sacrifício financeiro, ele acredita já ter assegurado a intervenção divina sobre determinado infortúnio, ideia de sacrifício financeiro em nome da fé.

O sucesso com arrecadações volumosas entre os fiéis, não apenas sustentam as atividades das igrejas, mas funcionam também como uma lógica que retroalimenta a própria fé. No plano institucional, o montante arrecadado é convertido em símbolos tangíveis de poder e influência: templos grandiosos, programas televisivos e rádios de alcance nacional ou internacional, que reforçam a imagem de prosperidade e poder da igreja. No plano individual, para os fiéis, as ofertas tornam-se um meio de demonstrar devoção e recompensas financeiras.

Essa ostentação material possui uma dupla serventia: de um lado evidência o cumprimento das promessas de prosperidade divina e, de outro, mostra-se como uma estratégia eficiente para atrair novos adeptos, e perpetuar o ciclo de arrecadação e crescimento.

Embasado nos princípios da Teologia da Prosperidade que associa-se o ato de doar à bênção divina e ao grau de sucesso material, ou seja, quanto maior a doação maior a recompensa divina e a propaganda da mesma. Dessa forma, a lógica da ostentação transcende o sacrifício financeiro, configurando-se como uma peça central na dinâmica de expansão das igrejas que adotam esse modelo teológico.

Nesse sentido, é frequente que os fiéis sejam orientados a iniciar seus próprios negócios e a se tornarem empregadores, refletindo o desejo comum entre aqueles que dependem da venda de sua força de trabalho no mundo capitalista. Nesse cenário, o discurso em torno do empreendedorismo ocupa uma posição central. Enriquecer, segundo essa lógica, exige mais do que reivindicar direitos: é preciso dedicação e habilidade para identificar oportunidades no setor privado³⁵, tudo realizado em torno do esforço individual.

³⁵ “Para os empresários membros da igreja, a Universal organiza cultos específicos às segundas-feiras, em sua sede paulista, com o propósito de abençoar e fortalecer seus empreendimentos. Os testemunhos de sucesso desses fiéis são amplamente veiculados em programas de rádio e televisão, funcionando como uma poderosa ferramenta de marketing para atrair novos seguidores. Uma estratégia semelhante é empregada pela Igreja Internacional da Graça de Deus” (Mariano, 1996, p. 35).

Ao se organizar em torno do sucesso individual e valores individualistas de seus adeptos, denominações evangélicas encontram-se em sintonia com o princípio de concorrência neoliberal, e ao mesmo tempo, apóiam e promovem os valores da Teologia da Prosperidade, Queiroz (2019, p. 7) destaca:

(...) Originária dos Estados Unidos, tal corrente traz a promessa de prosperidade divina para o presente. “Além disso, enquanto o protestantismo histórico defende que o enriquecimento é fruto do trabalho, a teologia da prosperidade enfatiza a ideia de que é preciso empreender, tornar-se patrão” (...). No Brasil, a teologia da prosperidade começou a disseminar-se no universo evangélico a partir dos anos 1970. “Na Universal, por exemplo, o enriquecimento dos líderes é tratado como prova de bênção divina”, enfatiza Freston, lembrando que este é o caso de Edir Macedo, fundador e líder da Igreja. Segundo ranking da revista norte-americana Forbes, ele é considerado o pastor mais rico do país, com patrimônio estimado em R\$ 2 bilhões.

A Teologia da Prosperidade (TP), também chamada de Confissão Positiva ou Movimento da Fé, teve suas origens nos Estados Unidos, emergindo nos anos 1940 e ganhando força entre grupos evangélicos carismáticos, consolidando-se como movimento doutrinário na década de 1970³⁶.

A concepção da Teologia da Prosperidade está relacionada a setores políticos evangélicos norte-americanos vinculados aos grupos de direita do Partido Republicano, que tinham forte relação com o movimento a Maioria Moral³⁷ (MM), tal movimento foi criado um grupo por pastores evangélicos liderados por Jerry Falwell com o objetivo de formar líderes capazes de combater uma cultura que eles consideravam moralmente decadentes.

Nos Estados Unidos, este fundamentalismo religioso deu um salto na política pouco antes do triunfo de Ronald Reagan e contribuiu muito para sua eleição como presidente em novembro de 1980. Atualmente, às facções de direita do Partido Republicano estabelecem vínculos com “grupos relacionados ao Movimento do Tea Party e à Direita Alternativa (Alt-Right), que estavam na base da candidatura presidencial de Donald Trump [2016] e o

³⁶ “Sob a liderança de Kenneth Hagin, nascido no Texas, em 1917, a Confissão Positiva difundiu-se para inúmeros países. Evangelista batista, porém crente na cura divina, Hagin logo aproximou-se dos pentecostais, recebendo o batismo do Espírito Santo em 1937. Nesse mesmo ano foi licenciado pastor na Assembléia de Deus, na qual permaneceu por doze anos. No período pós-II Guerra Mundial participou das campanhas de cura divina nos EUA. Em 1962 fundou seu próprio ministério, caracterizado por transes, visões, profecias, revelações e experiências sobrenaturais, dos quais fez derivar sua “autoridade espiritual”” (Mariano, 1996, p.28).

³⁷ Como Óscar Amat y León explica bem, ao analisar: “(...) em 1979, o pregador batista Jerry Falwell fundou o grupo conhecido como Maioria Moral (Moral Majority) [...]. Junto com essa presença evangélica na política americana, uma série de grupos e organizações patrocinados por conhecidos pregadores e televangelistas que entram no campo da política americana se alinham, fazendo alianças com os setores mais próximos da nova direita que defendia a expansão do sistema de mercado como chave econômica para a modernização e prosperidade. Da mesma forma, eles se constituem indiretamente, nos baluartes e defensores do sistema político e econômico que os Estados Unidos promovem” (2004, p. 123 *apud* Guadalupe, 2020, p.51).

apoiaram durante seu governo, apesar de suas muitas atitudes e comportamentos não evangélicos” (Guadalupe, 2020, p.51).

Para Guadalupe (2020), embora opere no âmbito do protestantismo, a Teologia da Prosperidade não pode ser considerada como a nova ética protestante, uma vez que se fundamenta em interpretações bíblicas distintas. Essas interpretações desencadearam, no contexto do pentecostalismo, transformações significativas nos valores, na estética, nos padrões de comportamento e no modo de relacionamento com a sociedade, dissolvendo as características tradicionais de uma religião sectária e ascética. Nas palavras do autor:

Enquanto uma se concentra no trabalho [protestantismo clássico], em uma vida austera e em economizar para um crescimento econômico resultante de uma vida dedicada a Deus, a outra [neopentecostalismo] vê o sucesso econômico, a satisfação e o progresso social como sinal de bênção divina, sem qualquer esforço ou austeridade, mas como cumprimento de uma suposta promessa ou ‘pacto com Deus’. Diante de uma vida protestante sóbria, virtuosa e ascética, opõe-se, agora, uma vida excessiva de suntuosidade e presunção neopentecostal (começando por seus ‘pastores’), sem a menor modéstia cristã ou compromisso social com os mais necessitados (Guadalupe, 2020, p.51).

Com a citação apresentada, Guadalupe (2020) contrasta-se dois modelos de ética religiosa no protestantismo, destacando as diferenças marcantes entre a visão tradicional, associada ao protestantismo clássico, e a abordagem contemporânea, representada pelo neopentecostalismo. Enquanto a primeira se alinha à ética ascética descrita por Weber, baseada no trabalho árduo, na austeridade e na economia como expressão de virtude e devoção a Deus, a segunda privilegia uma visão mais imediatista e individualista, onde a prosperidade material é vista como prova de bênção divina.

No neopentecostalismo, o sucesso econômico deixa de ser o resultado de uma vida disciplinada e passa a ser associado a um “pacto” ou promessa divina, no qual o fiel, ao cumprir certas condições (como sacrificar bens materiais ou fazer ofertas generosas), teria garantido a resposta divina em forma de investimentos financeiros ou realização de desejos específicos, dispensando assim, o esforço constante ou a moderação moral.

Essa mudança sugere uma ruptura com a ideia de sobriedade cristã, vista como uma expressão de obediência à vontade divina, sendo reflexo de virtudes como disciplina, trabalho árduo e responsabilidade. Apontando para uma valorização da ostentação e do consumo, representada especialmente pelo estilo de vida luxuoso de alguns líderes religiosos. Além disso, Guadalupe aponta para um enfraquecimento do compromisso social, indicando que a ênfase em conquistas individuais, materiais e espirituais pode desviar o foco da solidariedade e da assistência aos mais necessitados, elementos tradicionalmente associados à ética protestante original.

Em consonância com a racionalidade neoliberal a “prosperidade” torna-se o eixo central de uma nova visão evangélica, funcionando como um indicativo de redenção para seus fiéis. Surge, assim, "uma nova escatologia imediatista que troca a salvação eterna pela prosperidade terrena" (Guadalupe, 2020, p. 51), na qual o individualismo se apresenta sob o disfarce de uma mentalidade empreendedora. Nessa perspectiva, o fiel é responsabilizado tanto por sua salvação quanto por sua conexão com Deus, mediadas por sua prosperidade material e sucesso na vida terrena. Como observa Guadalupe (2020):

(...) Quanto mais fé tiverem os devotos, mais bens materiais obterão de Deus (“teologia da prosperidade”). De acordo com essa lógica, as pessoas pobres são pobres porque não têm fé. É por isso que, enquanto os pastores pentecostais (e evangélicos em geral) são homens sóbrios e austeros, os chamados pastores e apóstolos neopentecostais são pretensiosos e presunçosos e acreditam que seu exemplo de prosperidade seduzirá os devotos que procuram uma vida melhor (p.57).

No neopentecostalismo a fé resulta na obtenção de riqueza, nele a salvação é monetizada, essa salvação tem como unidade de medida a contribuição dizimal, quanto maior a contribuição maior a graça alcançada (prosperidade).

Balloussier (2024) para refletir sobre o papel do dízimo na cultura evangélica retoma a dissertação de mestrado do sociólogo brasileiro Ricardo Marino³⁸. Nela, o autor faz referência ao Bispo Edir Macedo dono da Igreja Universal do reino de Deus (IURD) e ao Romildo Ribeiro Soares, o missionário R.R. Soares, fundador da Igreja internacional da Graça de Deus e cunhado de Macedo, o primeiro afirma que “Deus deseja ser nosso sócio” (p.193), o segundo compara torna-se dizimista como firmar um contrato com Deus:

O negócio que Deus nos propõe é simples e muito fácil: damos a Ele, por intermédio de Sua Igreja, 10% do que ganhamos e, em troca, recebemos d’Ele bênçãos sem medida. (...) Quando damos nossas ofertas para a obra de Deus, estamos nos associando a Ele em seus propósitos. É maravilhoso saber que Deus deseja ser nosso sócio e que podemos ser sócios de Deus em sua missão de salvar o mundo (...) (Balloussier, 2024, p.194).

Em ambos os casos a igreja estabelece uma relação de negócio entre Deus e o fiel, vale ressaltar que a centralidade do dinheiro nessas relações, o coloca tanto no lugar de oferta, oferenda como sinal de fé, quanto no lugar de ostentação, visto grande estímulo à testemunhos.

O dinheiro, ao invés de estabelecer seu papel como mediador de trocas comerciais e pagamento de despesas torna-se segundo Abumanssur (2022, p.54) mediador do sacrifício, “pois, em face do ato sacrificial que o dinheiro deve ser visto e compreendido no contexto do

³⁸ Mariano, R. Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Acesso em: 06 nov. 2024.

culto. A monetização do sacrifício provoca a transubstanciação no dinheiro tornando-o irreconhecível enquanto valor de troca”.

O neopentecostalismo se fez fecundo no contexto de escassez neoliberal, ajustando os rumos teológicos ao compasso dos discursos de meritocracia, individualismo e empreendedorismo típicos de nosso tempo, encontrando assim, terreno aberto para sua ocorrência e expansão. Oferecendo ao mesmo tempo às massas urbanas à margem do Estado e do capital, o sentido para a sua existência e ação no mundo, sendo ao mesmo tempo a expressão concreta miséria real e sua completa negação (Abumanssur, 2022, 54).

3.2.2 A teologia da Guerra Espiritual

A segunda corrente teológica se refere à Guerra Espiritual e tem uma origem muito próxima a da teologia da Prosperidade, entre as décadas de 1970 e 1980, há autores que inclusive, não fazem distinção entre elas. Criada também por grupos evangélicos estadunidenses, ambas vertentes teológicas integram as novas perspectivas da “cosmovisão neopentecostal em relação ao mundo, e resultam na visão “reconstrucionista” do mundo e da política” (Guadalupe, 2020, p.54).

Essa vertente teológica proclama que vivemos num mundo em que a disputa entre o bem e o mal se dá em todas as esferas da vida, sendo que o acesso às bênçãos divinas dependem diretamente da superação da influência de forças malignas:

Isto é, você não pode obter a graça de Deus e alcançar a prosperidade econômica se não se libertar primeiro das forças malignas causadoras de todos os males (físicos e espirituais) dos devotos. “Dessa maneira, o diabo deixa de ser uma metáfora para se tornar uma força espiritual encarnada que ameaça a saúde, a prosperidade e o bem-estar dos fiéis, e isso dá origem a uma concepção da experiência religiosa e da liturgia em que a expulsão de diferentes demônios é central”. (SEMÁN, 2019, p. 32 *apud* Guadalupe, 2020, p.52/53)

Com a presença do mal nos fiéis, a expulsão de demônios ou o exorcismo torna-se, portanto, uma prática realizada nos cultos das igrejas evangélicas, e trata-se de um processo que visa eliminar do indivíduo todas as influências do mal. Problemas de saúde, crises financeiras, dependência química, casos de aborto, relações homoafetivas, são verdadeiros exemplos de influências malignas, vista como impedimento do bem progredir.

Nesse contexto, surge um inimigo “natural”: as Minorias Mimadas Autoritárias³⁹ (M.M.A.), expressão não formal utilizada para se referir a grupos que defendem os direitos reprodutivos de mulheres, as religiões de matriz africana e as pautas da população LGBTQIA+, por exemplo, classificando-os de maneira pejorativa “minorias mimadas” a partir de argumentações pautada na liberdade de expressão, liberdade de opinião, pois uma “opinião não é um crime” e “estamos num país democrático”.

Porém, com base nesse princípio, inclui-se a possibilidade das forças malignas também manifestarem-se no que tange à esfera pública, saindo da esfera individual e se voltando claramente para os domínios da política, arte, comércio ou educação, sendo dever moral do cristão combatê-las e expulsá-las. Nesse contexto, a agenda moral defendida tanto nas igrejas, quanto no plenário ganha evidência em primeiro plano no campo das disputas, Balloussier (2024) aponta a existência de um sistema adotado pela bancada evangélica para coordenar respostas na defesa de sua agenda moral:

Tem palavras chaves que, quando lançam um projeto na Câmara - por exemplo, ideologia de gênero, drogas, casamento entre pessoas do mesmo sexo, aborto, - vão alertar a nossa equipe de assessoria legislativa, e o presidente da frente posta pelo grupo: “Fulano, temos este projeto número tal que pode ser pautado a qualquer momento. Quem vai acompanhar o trâmite dele? Cada um vai se voluntariar” (Balloussier, 2024, p.108).

De forma orquestrada ações para evitar que políticas públicas no campo progressistas sejam aprovadas são legitimadas teologicamente, segundo Guadalupe (2020, p.53) podemos afirmar que:

(...) a base da “guerra espiritual” [ao] criticar o mundo, porém focando em estruturas sociais e políticas influenciadas pelo mal estrutural personalizado no nível da hierarquia satânica (espíritos territoriais), contra quem é necessário fazer a guerra. Com essa perspectiva, os ‘guerreiros da oração’ – ou seja, os líderes especializados em guerra espiritual – vão da posição tradicional e defensiva de resistência e rejeição do mundo a uma ofensiva neopentecostal que enfoca o campo da “possessão demoníaca” além do espaço individual, para invadir o espaço público.

Nesse sentido, a teologia da Guerra espiritual também cria as bases de uma luta estrutural contra os espíritos que exercem influência em toda e qualquer pessoa (espíritos territoriais) que esteja à frente dos espaços de relevância pública. Trazendo assim, novamente a dualidade entre o bem e mal para a perspectiva da evangelização, mas dessa vez, não para negar o mundo e os bens materiais nele presente, e sim para torná-lo um lugar melhor e passível de salvação para os fiéis de Deus e seus “guerreiros espirituais”, ou seja, aqueles que

³⁹ O termo faz referência a um rapaz que carregava um cartaz durante um ato de 2013 na esplanada dos governos contra o aborto e a união homeafetiva, com os dizeres “A nova moda do Brasil: MMA, Minorias Mimadas Autoritárias”. Se você falar mal eles te espancam. Cadê a democracia? (WEBER; SOUZA, 2013)

especializados na luta para garantir a eliminação do que representa e configura o mal no mundo.

3.2.3 Teologia do Domínio (T.D.)

A teologia do Domínio não é uma novidade dentro do mundo evangélico, tem suas bases formuladas a partir de vertentes calvinistas ultraconservadoras⁴⁰, que encontraram um grau relevante de aceitabilidade entre os neopentecostais. Estes buscavam legitimidade teológica para a difusão de uma superioridade moral evangélica, tendo em vista à conquista de poder político e o reconhecimento social dentro de um quadro que visa subordinar as leis do Estado às escrituras bíblicas. Ou seja, trata-se de um grupo dentro do movimento evangélico que pretende atuar no campo da política para ajustar as demandas cidadãos às pautas religiosas, mas a partir da lógica da conquista do poder.

Tal vertente teológica defende que os cristãos estão predestinados a alcançar lugares e posições de poder, seja nas suas categorias mais diversas: como o legislativo, o judiciário, o executivo ou o ministerial. Dentro de uma cosmovisão, onde a construção do poder político não se separa da lógica da dominação religiosa da sociedade.

Sendo assim, a atuação massiva pela ocupação dos espaços públicos passa a ser uma das estratégias do grupo, que defende vertentes econômicas conservadoras e a realização de regimes teocráticos. Como afirmou Silas Malafaia, pastor e líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, no contexto das eleições municipais de 2020:

A cidadania no céu não anula a cidadania terrena. (...) Quando Jesus fala ‘dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus’, ele quer dizer que temos que cumprir nossa função como cidadãos da Terra e como cidadãos do céu. Não abra mão de votar e ter a oportunidade de escolher governantes que defendam os valores cristãos (Balloussier, 2024, p.175).

Segundo Guadalupe (2020, p.55) as bases da T.D. “não apenas validam o neoliberalismo americano - como sistema econômico e político - mas oferecem uma suposta base religiosa e uma visão de mundo cristã que apoiam essa conquista de poder por parte dos líderes religiosos evangélicos”.

A teologia do Domínio, em conjunto com a teologia da Prosperidade e a da Guerra Espiritual formam uma base que fundamenta as igrejas neopentecostais. Igrejas estas que

⁴⁰ “O reconstrucionismo cristão em sua forma pura é um movimento radical que nunca foi amplamente aceito. Fundado por Rousas J. Rushdoony [proveniente, sobretudo, do evangelismo norte-americano dos anos 1970], um presbiteriano ultraconservador, o reconstrucionismo, teonomia ou teologia de domínio, como é chamado indiscriminadamente, defende uma teoria econômica ultraconservadora e pede uma teocracia que inclua o restabelecimento da lei civil do Antigo Testamento. (MARS DEN, 2006, p. 248 *apud* Guadalupe, 2020, p.55).

possuem autonomia e independência de matrizes provenientes do protestantismo histórico, trata-se de igrejas que dependem principalmente de seus fundadores, cuja atuação, muitas vezes, se aproxima a de verdadeiros proprietários de negócios religiosos voltados para ação política, segundo Guadalupe (2020, p.55,56):

(...) são igrejas independentes excluídas de qualquer herança institucional cristã, cujos fundadores são de fato os donos desses empreendimentos religiosos, alguns deles agora convertidos em empreendimentos político-religiosos. Ninguém além deles é responsável por todas as atividades religiosas, econômicas e políticas dessas bem-sucedidas empresas familiares. Esses ‘pastores’ controlam absolutamente tudo nessas ‘igrejas’, inclusive ao participar de concursos eleitorais, são eles os primeiros da fila ou seus parentes diretos, o que mostra a intenção de formar algum tipo de ‘dinastia espiritual’.

Nesse sentido, alinhados à lógica neoliberal, os pastores líderes dessas igrejas agem como empresários da fé, operando sob um centralismo institucional, muitas vezes personalista, cuja estrutura gerencial se assemelha ao modo de operação de uma empresa. Ao ingressarem no campo político, esses líderes evangélicos buscam uma “leitura da democracia de mercado conforme sua interpretação da sociedade, o que ‘naturalmente’ facilita os vínculos entre eles e uma extrema-direita radical e neoliberal” (Kourliandsky, 2019, p. 144 *apud* Guadalupe, 2020, p. 56).

Dentro de uma lógica empresarial, as igrejas planejam suas estratégias objetivando a manutenção e a expansão de seus negócios no território e para além dele. Assim, ocupam e disputam espaço na sociedade, a partir da construção de templos e igrejas, a partir da busca por espaços imagéticos e virtuais, como a mídia televisiva, a rádio e a internet, bem como, pela disputa do próprio imaginário das pessoas e a conquista de seus fiéis.

A disputa por fiéis, por sua vez, se confunde com a disputa por recursos materiais. O dizimo, o grande símbolo de fé, garante um grande volume de dinheiro, o que leva à construção de mais templos, igrejas, investimento em canais de rádio e televisão, jornais, gravadoras, que alimentaram a engrenagem na manutenção e expansão de seus poderes no espaço. Segundo Guadalupe (2017, p. 221):

[pastores neopentecostais] entram em novas áreas de negócios comprando estações de rádio, canais de televisão, grandes agências imobiliárias, etc. e, como tem acontecido nos últimos anos, com a formação de partidos políticos. Nesse campo, eles competem de maneira desigual, uma vez que o financiamento de suas aventuras políticas está assegurado pelas ‘finanças eclesiais’ que somente eles conhecem e que ninguém controla. Além disso, todos os ativos da “igreja” estão em nome de empresas de fachada em que os pastores e suas famílias são os únicos acionistas. Eles são os melhores exemplos do que chamamos de “evangélicos políticos” em oposição aos “políticos evangélicos”.

Sobre a distinção entre os evangélicos políticos e os políticos evangélicos⁴¹, destaca-se que os primeiros são aqueles que se inserem no quadro de militância de um partido já existente e mantêm seus princípios cristãos na atuação política, podem haver políticos evangélicos como há políticos de qualquer vertente religiosa, ou ideológica. Já os segundos, normalmente já possuem grau elevado de relevância na sua igreja e iniciam na política com a intenção de reproduzir e ampliar sua liderança religiosa para o campo da política. Conforme Guadalupe (2020, p. 44/45):

O maior risco dessa segunda posição é que eles procurem usar meios democráticos para implantar uma “ditadura confessional” que anule minorias (e às vezes majorias) sob um suposto mandato divino do governo teocrático. (...) Frases como “as minorias devem se curvar à maioria” (quem determinará quem é a maioria e o que elas querem? Quem defenderá os direitos das minorias?), (...) ou tentar nomear juízes “terrivelmente evangélicos” no Supremo Tribunal Federal (suas sentenças também serão terrivelmente evangélicas? E se eles não convencerem pela fé ou pela razão, farão isso pela força?), podem comprometer o jogo democrático e a necessária independência entre religião e política nos Estados seculares do nosso continente.

Nesse sentido, é importante reconhecer que para além da própria religião, como um conjunto de preceitos e rituais ligados a uma divindade e como prática social histórica, são os seres humanos carregados de intencionalidade que desempenham um papel de liderança e representatividade. Os seguidores humanos das múltiplas religiões e tendências religiosas que existem, são quem rivalizam territorialmente e produzem processos de controle, conquista e defesa de uma fé, de um território e até mesmo de um projeto político.

3.3. O fenômeno Neopentecostal no Brasil.

3.3.1 A mudança do perfil religioso da população brasileira

O catolicismo trazido de Portugal com o processo de colonização ainda é a manifestação religiosa de maior destaque no território brasileiro. No primeiro censo demográfico do país, realizado em 1872, cerca de 99,7% da população registrava-se como católica, fato digno de atenção, visto que é difícil conceber que povos escravizados e povos indígenas aderissem à crença cristã sem resistência.

⁴¹ “(...) evangélicos políticos’ podem se comportar como ‘grupos de interesse’ é o caso da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) do Brasil, mais conhecida como ‘Bancada Evangélica’ (Bancada da Bíblia), quando, no Congresso, une-se a outros grupos de interesse que nada têm a ver com seus princípios cristãos, como os ruralistas (Bancada do Boi) e os que promovem a liberalização do uso de armas (Bancada da Bala), formando a chamada Bancada BBB – Bíblia, Boi e Bala, que pode representar um terço dos congressistas e é um conluio tripartido circunstancial que une seus votos para alcançar seus próprios interesses particulares sem buscar consenso para o bem comum dos brasileiros” (Guadalupe, 2020, p.43).

A hegemonia do catolicismo na nação, não significou exclusividade ou inexistência de qualquer outra religião ou religiosidade. Os povos originários e os povos em diáspora africana, mesmo sofrendo com as violências e vicissitudes do processo de colonização, não deixaram de exercer as práticas religiosas próprias aos seus costumes. Segundo Alves, Cavenaghi, Barros e Carvalho (2017, p. 216):

Os quinhentos anos de hegemonia católica no Brasil não significaram exclusividade e ausência de outras filiações religiosas e demais religiosidades. A população indígena, que sofreu um genocídio nos primeiros séculos da colonização (Livi Bacci, 2002), não deixou de praticar, a seu modo, as tradições religiosas ameríndias e a espiritualidade dos povos da floresta, embora, numericamente, essas práticas estejam presentes em uma fração pequena da população brasileira. No período colonial e na vigência da escravidão houve uma consolidação das religiões africanas por meio de ressignificações de crenças e ritos que passaram a fazer parte da cultura do país e dos processos de interação étnica e racial (Bastide, 1971). Mas o número de pessoas que se declararam adeptas das religiões afro-brasileiras nunca foi muito grande nos levantamentos censitários.

Mesmo após a instauração da República em 1889, quando o Brasil deixou o *status* de Império no passado, e o catolicismo perdeu o posto de religião oficial para estabelecimento de um Estado laico, o Vaticano continuava a exercer forte influência no território nacional. Cerca de 50 anos depois, no censo de 1940, “nove anos após um agnóstico Getúlio Vargas instituir Nossa Senhora Aparecida como padroeira da nação, católicos ainda respondiam por 95.2% do povo e evangélicos representavam 2.6% de participação nas estatísticas oficiais” (Balloussier, 2024, p.11).

Pode-se afirmar que a história do Brasil está profundamente vinculada à atuação da Igreja Católica. Até hoje, o país se destaca no cenário global por abrigar a maior população católica do mundo. Aproximadamente 11% dos católicos do mundo é composta por brasileiros, o que equivale a cerca de 100 milhões de pessoas, sejam elas praticantes ou não. Em comparação com os dez países mais populosos do mundo, o Brasil se destaca por registrar, de forma predominante, a fé na religião católica apostólica romana (Alves, 2022, p.106).

Embora o catolicismo apresente-se com muita força no país, nas últimas décadas os evangélicos têm ganhado espaço em meio à população. Comparando os dados de censos realizados pelo IBGE, é possível observar que a população que se declara Católica decresceu proporcionalmente de 91,8% no ano 1970, para 64,6% da população brasileira em 2010. Por outro lado, a população que se declara evangélica, cresceu em termos relativos e absolutos de 5,2% para 22,2% entre 1970 e 2010, respectivamente (Alves, 2022, p.105).

É importante destacar que o número de pessoas sem religião também aumentou, passando de 1,6% em 1980 para 8% em 2010. Já o número de adeptos a outras religiões foi de

5% em 2010, e veio registrando um ligeiro aumento nas últimas décadas: 3,2%, 2,8% e 2,5%, correspondentes aos anos 2000, 1991 e 1980, respectivamente. Essa mudança de transição religiosa reflete uma redução do domínio católico, embora a hegemonia cristã permaneça impulsionada pelo crescimento dos evangélicos. Ao mesmo tempo, evidencia-se uma expansão da diversidade religiosa no país (Alves, 2022, p.105).

As últimas três décadas são bastante representativas dessa transformação no quadro das filiações religiosas, e vem acompanhada, segundo Alves (2022, p. 106), por quatro tendências: a queda em termos relativos do número de católicos; o aumento acelerado do número de evangélicos; acompanhados do crescimento no percentual dos auto declarados sem religião; e das religiões não cristãs.

Nota-se que as causas dessa mudança nada sutil na realidade religiosa brasileira são de natureza diversa e abrangem a dinâmica vertiginosa das mudanças econômicas, sociais e demográficas a partir da segunda metade do século XX. Conforme Alves, Cavenaghi, Barros, e Carvalho (2017, p, 215):

O país passou de uma conformação rural-agrária para uma configuração urbano-industrial, provocou descontinuidades entre uma época marcada pelo baixo ritmo de mudança e uma nova era, de ritmo acelerado, em que o tempo e o espaço são mutáveis e constantemente desestabelecidos. (...) A ordem social tradicional tem sofrido sucessivos abalos e liberado forças reprimidas e concentradas que explodem em novas formas de relacionamento, gerando uma dinâmica de ondas consecutivas de mudanças e inovações que se difundem pelo território nacional, em diferentes ritmos, às vezes superpostas, mas ainda sem encontrar uma nova acomodação.

A respeito das transformações que o país viveu destacamos algumas características fundamentais. A primeira delas se dá no campo econômico, quando o setor industrial e o setor de serviços ganharam espaço e o país deixou de se caracterizar somente como uma economia agrária, primário-exportadora no cenário mundial.

Essas mudanças são acompanhadas pelo processo de urbanização, no qual a população rural, que representava 63,8% da população total em 1950, caiu para 15,7% em 2010, enquanto a população urbana aumentou de 36,2% para 84,3% no mesmo período. Acrescentamos ainda, as alterações demográficas que ocorreram com a transição populacional, marcada pelo aumento da expectativa de vida ao nascer: de 46,8 anos em 1950, para 73,8 anos em 2010, e atualmente para 76,6 anos (Alves, 2022, p.107).

Vale ainda salientar que essas transformações são acompanhadas de algumas variáveis: da entrada da mulher no mercado de trabalho; da ampliação no acesso a educação, nas formações profissionalizantes e no incremento do ensino superior; na diversificação e aumento no consumo, acesso a bens materiais e eletrodomésticos; no avanço das políticas

sociais, tanto pelas leis trabalhistas, previdenciárias, como pelo próprio Bolsa Família⁴², por exemplo; bem como pelo desenvolvimento dos meios de comunicação em massa (rádio, televisão, telefone/celular) e principalmente a internet (Alves, 2022, p.106).

As razões para o encolhimento católico são diversas e passam por manter uma estrutura organizacional rígida, centralizada, hierarquizada, cujas transformações se dão de modo muito lento e sem dúvida não acompanharam os ritmos da transformação do Brasil.

Nesse sentido, há de se levar em consideração o tempo de formação e a carga de abstinência do corpo clerical, que acabam sendo pouco atrativos e dificultam a renovação do quadro satisfatoriamente. Isso, além da própria espacialidade das igrejas, que historicamente operou com instalações no centro das cidades, o que dificultou o acompanhamento da expansão demográfica em direção às periferias urbanas (ao menos num primeiro momento).

Por outro lado, no que diz respeito à expansão das igrejas evangélicas, é preciso levar em consideração sua imensa pluralidade⁴³. Mas, pode-se dizer que as igrejas, de modo geral, possuem grande descentralização e autonomia, investem em formas rápidas para a formação do conjunto pastoral, e dispõem de cultos dinâmicos e animados, fazendo o uso de músicas e outras formas para atrair os fiéis.

Essas igrejas estão muito mais em conformidade com as transformações ocorridas no país. Há um crescimento expressivo no número de templos, principalmente os de pequeno porte, espalhados pelas regiões periféricas. Além de fazerem a adesão aos veículos de comunicação de massa, utilizando uma diversidade de mídias (jornais, rádios, televisão, internet, WhatsApp, etc.). Isso sem contar com a forte presença e atuação na política institucional (Alves, 2022, p.107).

Alves (2022, p.107) tece algumas considerações sobre essa maior adaptabilidade às transformações que o Brasil sofreu a partir da segunda metade do século XX e vem sofrendo até os dias atuais, trata-se de uma adaptação que condiz com o território e com o aprofundamento neoliberal, nas palavras do autor:

(...) os evangélicos precisam ser analisados no plural, pois são dezenas de denominações sem uma estrutura centralizada e com mensagens diversas e plurais. Eles, [os evangélicos] seguindo as regras do marketing, customizam a pregação, adaptando a mensagem ao perfil dos usuários, e atingem públicos diferenciados. Os

⁴² Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: “O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do Brasil, reconhecido internacionalmente por já ter tirado milhões de famílias da fome.” (Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia> acessado em: 19/11/24.).

⁴³ O censo demográfico considera 4 categorias: Igrejas de Missão, Pentecostais, Neopentecostais e Evangélicos não determinados. Embora, alguns autores questionem “até que ponto os dados dos “evangélicos genéricos” ou “evangélicos sem igreja” sejam confiáveis, eles consideram que os “evangélicos que não declaram sua denominação estão em um patamar intermediário entre os pentecostais e de missão, sugerindo que esse grupo pode ser uma mistura desses dois outros” (Mariz e Gracino Jr., 2013, p. 155 *apud* Alves, 2017, p.220).

evangélicos têm conseguido alcançar um público mais amplo por meio da “Cura divina” e da “teologia da prosperidade”. (...) Pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo sobre o imaginário social dos moradores da periferia de São Paulo retratou como o avanço do consumo, do neopentecostalismo e do empreendedorismo popular estão correlacionados a uma intensa presença dos valores liberais do “faça você mesmo”, do individualismo, da competitividade e da eficiência (Alves, 2022, p.107).

Desse modo, evidencia-se que a realidade social religiosa não se distancia das transformações nas relações sociais e que, de certa forma, o catolicismo não acompanhou os movimentos da sociedade. Segundo Alves *et al.* (2017, p.236), “a compreensão do mundo e as formas concretas da vida religiosa não são insensíveis às mudanças das relações sociais e às transformações do modo de produção e consumo”. Balloussier (2024, p.30) comenta que certa vez um pastor lhe disse que “faltava aos católicos um pouco de darwinismo religioso”, que não souberam se ajustar à modernidade e aos tempos, atrasando-se para reagir às exigências espirituais dos novos segmentos sociais.

No que diz respeito ao processo de transição religiosa, observa-se que ele não é um fenômeno exclusivo do Brasil, ocorrendo de forma sistemática em outros países da América Latina, embora com distinções e particularidades próprias de cada contexto. Contudo, verifica-se que, de modo geral, os católicos continuam sendo o maior grupo religioso tanto na região, como no Brasil, embora o aumento da pluralidade religiosa seja significativo.

Segundo Mariano (2013, p. 120), o declínio do catolicismo está relacionado não apenas ao processo de secularização, mas também, e principalmente, ao surgimento e à expansão do mercado religioso. Nesse contexto, a perda da hegemonia e o enfraquecimento das tradições religiosas estão ligados à diversificação das crenças e ao aumento da competição nesse nicho de mercado.

3.3.2. Gestão empresarial e mercado religioso

A expansão das igrejas pentecostais ocorre dentro de um quadro de pluralidade religiosa e de mercado, num contexto marcado pelo aprofundamento das políticas neoliberais, no qual o aumento significativo da desigualdade social, expresso na pobreza, vulnerabilidade social, violência e criminalidade são marcas da sociedade.

No que diz respeito à pluralidade do mercado religioso, ela se dá de maneira diversa conforme a diversidade das muitas de denominações de pentecostais no país, nesse sentido é possível utilizar o termo pentecostalismos, no plural. Segundo Mariano (2008, p.70):

(...) há grande variação doutrinária, ritual, litúrgica, organizacional (governo eclesialístico), comportamental e estética nesse meio religioso. Variam igualmente suas

estratégias proselitistas, seus públicos-alvo, sua relação com os poderes públicos, com a política partidária e com os meios de comunicação de massa. Em suma, trata-se de um fenômeno religioso dinâmico e internamente muito diversificado.

Dentre toda essa diversidade, percebe-se “a emergência da transformação de seitas pentecostais em empresas produtoras de bens de salvação, geridas segundo a lógica do mercado” (Mariano, 2008, p. 72). As denominações que mais crescem no país são as que adotaram um modelo de gestão conforme à lógica empresarial, apresentando concentração do poder na mão de líderes religiosos e centralização administrativa e financeira. Como exemplos pode-se citar as igrejas Universal do Reino de Deus (IURD) e Deus é amor.

A partir dos anos 1990, o notável crescimento da Igreja Universal despertou o interesse dos pesquisadores para o modelo de gestão empresarial empreendedor, as estratégias de marketing empregadas e a organização da igreja como uma forma de negócio (Mariano, 2008, p.72). Essa perspectiva trouxe uma visão inovadora, posicionando a igreja como uma entidade econômica, na qual a religião foi percebida como uma fonte de lucro e enriquecimento pessoal.

Dessa forma, líderes pentecostais começaram a tratar abertamente a aplicação de estratégias empresariais e de marketing. Um exemplo é a apostila: *A Igreja Usando o Marketing como Arma Espiritual*, segundo Mariano (2008), “o líder da Renascer em Cristo, apóstolo Estevam Hernandes Filho, ex-gerente de marketing da Xerox do Brasil e da Itautec, afirma que, no plano organizacional e administrativo, da sua igreja deve ser encarada como uma empresa no mercado” (p.72).

A Igreja Universal destaca-se como o exemplo mais emblemático e bem sucedido do pentecostalismo no uso de estratégias de mercado. Seu sucesso religioso, financeiro, patrimonial, midiático e político é sustentado por uma gestão empresarial, governo eclesiástico centralizado, marketing eficiente e metas de produtividade. Com uma arrecadação eficaz, investe em evangelização eletrônica, comunicação, novas congregações e campos missionários, além de mobilizar sua população em campanhas eleitorais para fortalecer sua representação política (Mariano, 2008, p. 72/73).

Ao destacar a utilização de práticas de gestão empresarial e estratégias de marketing, não se pretende afirmar que a lógica do mercado tenha dominado ou venha a dominar todas as denominações pentecostais. Nesse breve estudo, apenas busca-se mostrar a grande relevância mercadológica das igrejas.

Em sua discussão sobre o empreendedorismo religioso, Balloussier (2024, p.48, 51) afirma que o mercado gospel no Brasil desponta como uma verdadeira “terra de

oportunidades”, atraindo empreendedores de diferentes áreas. Com um contingente gigantesco e em expansão de evangélicos no país, esse público, que por muito tempo foi sub-representado na mídia e nos espaços de consumo, tornou-se, segundo a autora, um “latifúndio” populacional, criando a necessidade de uma “indústria própria” para atender à crescente demanda.

Essa indústria, inicialmente focada em livros, CDs e DVDs, expandiu-se para uma vasta gama de produtos e serviços. Feiras temáticas, como a ExpoCristã e outras como o Christ Summit, o Ficoc (Feira Internacional do Consumidor Cristão) e o Salão Internacional Gospel, exemplificam a potência empreendedora do setor. Esses eventos oferecem desde poltronas para cultos, pacotes turísticos para destinos religiosos como Aruba e Israel, até serviços bancários especializados, como previdência privada e auxílio-funeral para pregadores. O mercado também inclui produtos inusitados, como stand-up comedy cristão, máquinas de cartão customizadas, serviços de batizado e plataformas de dízimo automatizado, serviços educacionais, coquetelaria, estimulante gospel, além de uma infinidade de versões da Bíblia (Balloussier, 2024, p. 54, 57, 58).

O crescimento desse segmento reflete não apenas o impulso evangelizador, mas também o objetivo claro de gerar lucros significativos. Em 2018, o mercado evangélico movimentou cerca de 21,5 bilhões de reais, subindo para 24,5 bilhões em 2019, segundo a Associação das Empresas e Profissionais Evangélicos (ABRAPE). Além disso, iniciativas como o canal de YouTube *Crente que é Gente*, sites de fofocas como o *Fuxico Gospel* e grifes como a Quinta da Glória demonstram a diversificação desse ecossistema (Balloussier, 2024, p.57. 58).

Desde a Primeira Marcha para Jesus, em 1993, quando os evangélicos eram menos de 10% da população, o mercado gospel evoluiu para atender às necessidades espirituais, culturais e econômicas dessa parcela crescente da sociedade, consolidando-se como um dos segmentos mais promissores do Brasil contemporâneo.

Segundo reportagem da Folha Gospel (2022, s.p.), o Brasil consolidou-se como o segundo maior mercado cristão do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, de acordo com a ABREPE. Nesse contexto, a música gospel desempenhou um papel fundamental, representando cerca de 20% da receita do mercado fonográfico nacional, com um faturamento estimado em R\$2 bilhões anuais em vendas.

Ainda segundo a reportagem, esse cenário ganha ainda mais relevância quando considera-se o crescimento do consumo via streaming. O Brasil ocupa a 10ª posição no ranking global de uso dessas plataformas, sendo que aproximadamente 70% da receita da

indústria fonográfica nacional provém de serviços como Spotify e Deezer. Em 2022, o Spotify Brasil destacou o gospel brasileiro como um dos 50 gêneros musicais de maior crescimento na plataforma, refletindo o impacto cultural e econômico desse segmento.

Combinando expressividade comercial e alcance espiritual, o mercado gospel brasileiro segue em plena expansão, sustentado por sua forte ligação com a música, as mídias digitais e uma crescente base de consumidores que encontram nesse universo uma forma de vivenciar sua fé enquanto impulsionam uma indústria multimilionária.

3.3.3. Crescimento dos estabelecimentos evangélicos

Embora o Brasil tenha realizado seu Censo no ano de 2022, ainda não foram divulgados os dados sobre a transição e filiações⁴⁴ religiosas. Nesse sentido, Alves (2022) nos apresenta uma projeção que leva em conta a porcentagem de filiações católicas e evangélicas no país entre o período de 1940-2032. Para tanto, o autor considera um valor médio tanto para o declínio católico, quanto para o crescimento evangélico em torno de 1,2% e 0,8% ao ano, respectivamente.

Nas palavras do autor: “nessa projeção, a presença católica na população chegaria a 49,9% em 2022 e a 38,6% em 2032, enquanto a presença evangélica seria de 31,8% e 39,8% nas respectivas datas”, ou seja, estima-se que em 2032, em menos de uma década, os católicos deixem de ser majoritários no território (Alves, 2022, p.107).

Em um artigo publicado na revista eletrônica EcoDebate em fevereiro de 2024, Alves apresenta uma explicação sobre a transição religiosa brasileira com base em dois conceitos formulados por Antonio Gramsci (1891-1937): guerra de posição e guerra de movimento. O autor compara a disputa por poder entre as religiões a partir desse prisma. E explica que “na guerra de posição os atores sociais adotam a tática de resistência, acumulação de forças e conquistas parciais no jogo de poder, enquanto na guerra de movimento, os atores sociais adotam uma estratégia de ataque frontal e tomada de poder” (s.p.).

Para Alves (2024) os católicos assumem uma posição de guerra de posição, buscando defender o legado cultural construído ao longo de cinco séculos no país, enquanto, os evangélicos assumem a posição de guerra de movimento, visando à conquista e tomada de poder, nas palavras do autor:

Pode-se utilizar esta definição gramsciana para analisar a transição religiosa no Brasil, pois enquanto os católicos adotam a tática da “guerra de posição” – buscando

⁴⁴ Por essa razão teremos como referência pesquisas com base nos censos anteriores, principalmente os de 2000 e 2010.

defender suas trincheiras construídas em mais de 500 anos – os evangélicos adotam a tática de “guerra de movimento” – atacando os territórios ao redor das trincheiras católicas e adotando uma “estratégia de ataque frontal e tomada de poder” (s.p).

Essa posição de disputa de poder fica mais evidente quando nos deparamos com os dados da pesquisa realizada por Negri, Machado, Cavalcante e Jardim (2023) que analisaram o crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas. A partir da análise realizada pelos autores percebe-se que a disputa por poder se dá também através da disputa por territórios. É na concretização dos templos e na capilaridade territorial que cada estabelecimento religioso pode alcançar sua parcela de fiéis.

A expansão das igrejas evangélicas está presente em todo o território brasileiro e os templos são a forma material mais evidente de poder e expressão espacial da religião. Pode-se dizer que a implantação de novos templos se constitui como uma das estratégias geopolíticas de dominação.

De maneira geral, as igrejas desenvolvem estratégias com o propósito de preservar e ampliar sua influência no espaço geográfico. As religiões não apenas ocupam, mas também competem por espaços na sociedade. A construção de templos e igrejas representa uma forma de ocupação territorial. Enquanto a disputa pelo imaginário coletivo se estende a espaços simbólicos e virtuais, pois visam atrair e ampliar o espectro de seguidores e fiéis, perpetuando sua ocupação territorial.

A pesquisa intitulada “Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas” (Negri *et al*, 2023), realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nos possibilita perceber o avanço do projeto de dominação evangélico em detrimento do católico. Assim, pode-se verificar que o número de estabelecimentos religiosos entre o período de 1998 e 2021, apresentou um crescimento para todas as religiões em um ritmo maior do que o crescimento populacional do período.

Em 1998, o número de estabelecimentos católicos era 8.686, e o de igrejas evangélicas era 26.257 cerca de 3 vezes mais. Já em 2021, o quadro mudou radicalmente, registraram-se 14.294 estabelecimentos católicos e 87.571 evangélicos, aproximadamente 6,1 vezes mais. No que diz respeito à quantidade de estabelecimentos, os evangélicos superaram os católicos, mas vale registrar que em 2021, o Brasil contava com 7.784 estabelecimentos pertencentes a outras religiões e 10.073 estabelecimentos não especificados (Negri *et al*, 2023, p. 6, 7).

No total, segundo a pesquisa, havia 124.529 estabelecimentos religiosos registrados no país (Negri *et al*, 2023, p. 7), e há de se levar em conta a existência de uma grande variação entre as diversas denominações evangélicas. De acordo com Alves (2024):

O menor crescimento ocorreu na igreja católica, que passou de 8.686 estabelecimentos em 1998 para 14.294 estabelecimentos em 2021, um crescimento de 65% em 23 anos (ou 2,2% ao ano). As igrejas evangélicas tradicionais (que incluem presbiterianas, batistas e adventistas, entre outras denominações) tinham 8.539 estabelecimentos em 1998 e passaram para 23.077 em 2021, um crescimento de 170% no período (ou 4,4% ao ano).

A igreja Assembleias de Deus tinha 4.700 estabelecimentos em 1998 e passou para 17.329 em 2021, um crescimento de 269% em 23 anos (ou 5,8% ao ano). A igreja Universal do Reino de Deus tinha 1.900 estabelecimentos em 1998 e passou para 7.185 em 2021, um crescimento de 278% em 23 anos (ou 6% ao ano).

(...) As outras igrejas evangélicas pentecostais ou neopentecostais tinham 8.718 estabelecimentos em 1998 e passaram para 35.779 em 2021, um crescimento de 310% em 23 anos (ou 6,3% ao ano) (n.p).

Vale destacar que os números apresentados na pesquisa consideram apenas templos com CNPJ, e é sabido que há muitos estabelecimentos sem registro nos bancos de dados oficiais, existindo apenas na informalidade. O IBGE, recentemente, lançou os dados do censo demográfico de 2022 que mostram que o Brasil possui mais estabelecimentos religiosos do que instituições de ensino e saúde.

Nesse estudo, foram visitados e georreferenciados 580 mil estabelecimentos religiosos, representando 2,9 por mil habitantes, enquanto os de ensino⁴⁵ e saúde somaram 264 mil (1,3 por mil habitantes) e 248 mil (1,2 por mil habitantes), respectivamente. Um número bastante superior ao apresentado na pesquisa realizada pelo IPEA, porém, até o momento o IBGE não divulgou as informações referentes às denominações dos estabelecimentos religiosos. Apenas quando forem divulgados os dados das filiações religiosas se poderá fazer um estudo estatístico para cruzar os dados de estabelecimentos e de filiações religiosas, mas não há dúvidas sobre a existência de correlações entre o número de estabelecimentos e o aumento das filiações (Alves, 2024, n.p).

3.3.4. Os grandes centros urbanos

Mesmo diante de dados tão distintos, no que tange ao número de estabelecimentos religiosos, pode-se observar uma situação no Brasil: o aumento significativo da presença evangélica em comparação aos católicos, evidenciando o desenvolvimento acelerado da transição religiosa do país. A expansão das tendências evangélicas abrange todo o território brasileiro, mas manifesta-se com maior intensidade nos grandes centros urbanos, destacando-se especialmente nos setores periféricos das principais regiões metropolitanas (Alves *et al*, 2017).

⁴⁵ Sendo que os estabelecimentos de ensino correspondem a uma média de 1,3 unidades para cada 1 mil habitantes, e os estabelecimentos de saúde, correspondem a uma média de 1,2 unidades para cada 821 habitantes (Alves, 2024, n.p).

Parte dessa expansão no território é atribuída ao contexto de precariedade de regiões periféricas, lugares cuja presença do Estado e as políticas públicas de acesso à saúde, e educação, por exemplo, são deficientes. Nesses locais, as igrejas acabam atuando como uma fonte alternativa de subsistência e de acalento. Pois, sobretudo, nos cultos, os pastores escutam as pessoas, doam alimentos e oferecem assistência social, além de um serviço espiritual que se propõe a ajudar na resolução de problemas cotidianos⁴⁶.

Os evangélicos crescem na base da pirâmide social, mas a pobreza em si não explica sua expansão. Segundo uma pesquisa do Datafolha no ano de 2019, 50% dos brasileiros se declararam como católicos, 31% como evangélicos, e 10% como quem não têm religião. Os dados também mostraram que no universo de evangélicos há uma maioria feminina (58%) e uma maioria de pessoas que se declaram pretas ou pardas (59%).

A mesma pesquisa revela uma diferença no quesito renda entre as duas vertentes religiosas, e demonstra que o poder aquisitivo dos católicos em relação aos evangélicos se apresenta com uma certa superioridade, ainda que discreta. A faixa de renda de até 2 salários mínimos representa 48% dos evangélicos e 46% dos católicos; as faixas entre 2 a 3 e de 3 a 5 salários mínimos correspondem a 21% e 17% de ambos os grupos, respectivamente. Já a faixa entre 5 a 10 salários mínimos representam 7% dos evangélicos e 9% dos católicos. Ambos os grupos apresentam 2% entre os fiéis que recebem mais de 10 salários mínimos.

Sobre esse aspecto vale ressaltar, que os pentecostais, grupo entre os evangélicos que mais cresceu nos últimos censos, mantiveram sua presença entre níveis socioeconômicos mais baixos, segundo Mariano (2013):

(...) os pentecostais permanecem avançando, sobretudo, na base da pirâmide social: 63,7% dos pentecostais acima de 10 anos ganham até um salário mínimo, 28% recebem entre um e três salários e 42,3% dos acima de 15 anos têm apenas o ensino fundamental incompleto. O pentecostalismo, portanto, continua se expandindo nos estratos econômica e socialmente mais vulneráveis da população, concentrando-se nas periferias urbanas das capitais e das áreas metropolitanas e nas fronteiras agrícolas das regiões Norte e Centro-Oeste (p.125).

3.3.5. Regiões e Unidades da Federação

No que diz respeito às regiões do país, a pesquisa divulgada pelo Datafolha (2019), revela que o Norte tem a maior proporção de seguidores, com 39%. Sendo o Nordeste, a região com menor proporção com 27% de adeptos. As outras regiões possuem índices

⁴⁶Segundo Queiroz (2019) “(...) [no caso da Igreja] Universal, são 15 os programas sociais, que incluem apoio a pessoas em situação de rua e a dependentes químicos, amparo a mulheres vítimas de violência e iniciativas voltadas à ressocialização de egressos do sistema prisional” (p.8). Esse quadro, funciona de modo atrativo para os fiéis e ajusta-se à religião de massa.

próximos, muito embora as realidades entre si sejam díspares. O Centro-Oeste na liderança apresenta 33%, o Sudeste 32%, enquanto a região Sul 30%.

Concernente à transição religiosa, a pesquisa realizada por Alves *et al* (2017) “Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil⁴⁷”, nos traz um grande panorama. No que refere ao interesse deste trabalho, optou-se por destacar o período entre os anos de 1991, 2000 e 2010, tanto nos níveis regionais, unidades de federação, quanto nas 12 maiores Regiões Metropolitanas, suas capitais e periferias, e percebeu-se que os católicos caíram em termos relativos de maneira significativa em todo o Brasil.

O Norte do país, é a região com maior crescimento relativo do grupo de evangélicos, pois a “rec” (relação entre evangélicos e católicos que representa a transição religiosa) passou de 13,7% em 1990, para 27,7% em 2000 e 47% em 2010. Na sequência está a região Centro-Oeste que apresentou uma taxa de 13,9%, para 27,3% e 45% no mesmo intervalo temporal. Em terceiro, a região Sudeste, com um índice de 12,8% para 25,3% e 41,3%. As regiões com menor relação entre evangélicos e católicos, são a Sul (de 14% para 19,8% e 28,8%) e a Nordeste (de 5,2% para 12,8% e 22,7%). Vale destacar que em termos absolutos, a região Sudeste apresenta quase a metade de todos os evangélicos brasileiros, devido sua concentração e volume populacional (Alves *et al.* 2017, p.225). Podemos observar esses dados na Tabela 1 a seguir:

⁴⁷ O indicador sintético da transição religiosa utilizado na pesquisa é a razão entre evangélicos e católicos (rec) o que permite realçar as principais especificidades ocorridas nas grandes regiões brasileiras e nas Unidades da Federação (Alves et al, 2017, p.218).

Tabela 1: Distribuição Absoluta de Católicos e Evangélicos (por Milhão) e Relação Evangélicos/Católicos (REC) por Regiões do Brasil: 1991-2010

Regiões brasileiras	1991			2000			2010		
	Católico	Evangélico	REC %	Católico	Evangélico	REC %	Católico	Evangélico	REC %
Norte (NO)	8,4	1,1	13,7	9,2	2,6	27,7	9,6	4,5	47
Nordeste (NE)	37,9	2	5,2	38,2	4,9	12,8	38,3	8,7	22,7
Sudeste (SD)	50,3	6,4	12,8	50,1	12,7	25,3	47,8	19,8	41,3
Sul (SU)	18,4	2,6	14	19,4	3,8	19,8	19,2	5,5	28,8
Centro-Oeste (CO)	7,6	1	13,9	8	2,2	27,3	8,4	3,8	45
Brasil	121,8	13,2	10,8	124,9	26,2	20,9	123,3	42,3	34,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000, 2001

(Adaptado de Alves *et al.*, 2017, p. 226)

O território nacional apresenta um crescimento relevante no índice de relação entre evangélicos e católicos, passando de 10,8% em 1990, para 20,9% em 2000 e 34,3% em 2010. Despertam a atenção o estado de Rondônia com 47,3% em 2000 e 71,1% em 2010 e o estado do Rio de Janeiro, que passou de 39,5% para 64,1% no mesmo período, caracterizando-se como os estados mais expressivos na transição religiosa. Neste último caso, pode-se afirmar que a periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro é responsável pelo elevado volume na cota transicional (Alves *et al.* 2017, p.225).

Segundo a mesma pesquisa, ressaltamos os estados do Acre, Espírito Santo, Roraima e Amazonas, pois estes apresentam os valores mais elevados correspondentes a transição religiosa com respectivamente, de 62,9%, 62,1%, 61,6% e 52,4% em 2010, ultrapassando mais da metade do agrupamento católico (Tabela 2). O estado do Piauí possui o menor índice do país passando de 6,7% em 2000 para 11,4% em 2010. No Nordeste, Pernambuco é o estado que está mais avançado no processo de transição religiosa, com uma taxa de 30,8% em 2010.

No Sudeste, Minas Gerais apresenta menor variação na rec, registrando 28,7% em 2010. Já no Centro-Oeste, região onde o avanço da fronteira agrícola e a migração representa umas das causas do aumento evangélico, os estados mais avançados no processo são Goiás, com 47,7%, e o Distrito Federal, com 47,5% no ano de 2010.

Tabela 2. Distribuição Absoluta de Católicos e Evangélicos (por Milhão) e Relação Evangélicos/Católicos (REC) por Unidade da Federação: 1991-2010

Unidades da Federação (UF)	1991			2000			2010		
	Católico	Evangélico	REC %	Católico	Evangélico	REC %	Católico	Evangélico	REC %
Rondônia	0,8	0,2	29,3	0,8	0,4	47,3	0,7	0,5	71,1
Acre	0,4	0	11,1	0,4	0,1	29,9	0,4	0,2	62,9
Amazonas	1,8	0,2	11,6	2	0,6	29,7	2,1	1,1	52,4
Roraima	0,2	0	12,7	0,2	0,1	33,8	0,2	0,1	61,6
Pará	4,2	0,5	12,8	4,6	1,1	24,5	4,8	2	42
Amapá	0,2	0	12,9	0,3	0,1	25,5	0,4	0,2	44
Tocantins	0,8	0,1	9,3	0,9	0,2	20,7	0,9	0,3	33,8
Maranhão	4,5	0,3	6,9	4,6	0,6	14	4,9	1,1	23,1
Piauí	2,4	0,1	3,1	2,6	0,2	6,7	2,7	0,3	11,4
Ceará	5,9	0,3	4,3	6,4	0,6	9,5	6,7	1,2	18,6
Rio Grande do Norte	2,2	0,1	4,6	2,3	0,2	10,7	2,4	0,5	20,3
Paraíba	3	0,1	3,9	2,9	0,3	10,4	2,9	0,6	19,7
Pernambuco	6,1	0,5	8,2	5,9	1,1	18,2	5,8	1,8	30,8
Alagoas	2,3	0,1	3,9	2,3	0,3	11,3	2,3	0,5	22
Sergipe	1,3	0,1	4,3	1,5	0,1	8,8	1,6	0,2	15,4
Bahia	10,2	0,7	6,7	9,7	1,5	15,1	9,2	2,4	26,7
Minas Gerais	13,7	1,2	8,9	14,1	2,4	17,3	13,8	4	28,7
Espírito Santo	1,9	0,5	23,4	2	0,8	39,6	1,9	1,2	62,1
Rio de Janeira	9,3	1,8	20	8	3,2	39,5	7,3	4,7	64,1
São Paulo	25,4	2,9	11,5	26	6,3	24,2	24,8	9,9	40,1
Paraná	7,1	1	13,6	7,3	1,6	21,7	7,3	2,3	31,9
Santa Catarina	3,9	0,5	13,5	4,3	0,8	18,6	4,6	1,3	27,4
Rio Grande do sul	7,4	1,1	14,5	7,8	1,5	18,7	7,4	2	26,6
Mato Grosso do Sul	1,4	0,2	13,3	1,4	0,4	26,2	1,5	0,6	44,6

Tabela 2. Distribuição Absoluta de Católicos e Evangélicos (por Milhão) e Relação Evangélicos/Católicos (REC) por Unidade da Federação: 1991-2010

Mato Grosso	1,7	0,2	13,4	1,8	0,4	22,8	1,9	0,7	38,7
Goiás	3,2	0,5	14,8	3,4	1	29,3	3,5	1,7	47,7
Distrito									
Federal	1,2	0,2	13,1	1,4	0,4	29,5	1,5	0,7	47,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000, 2001

(Adaptado de Alves et al. 2017, p. 226)

3.3.6. Regiões metropolitanas, capitais e periferia

Outra base de dados importante realizada pela pesquisa de Alves *et al* (2017) corresponde às 12 maiores Regiões Metropolitanas (RM), suas capitais e periferias. Essas doze regiões metropolitanas abrigam 33,6% da população brasileira. Os maiores percentuais de transição religiosa foram registrados nas regiões metropolitanas de Manaus (65%), Rio de Janeiro (63,9%) e Goiânia (63,4%). As menores razões em Porto Alegre (27%) e Fortaleza (31,2%).

Nas periferias das regiões metropolitanas, destacam-se o território do Rio de Janeiro, com um índice de 92,2%. Esse número revela que os evangélicos estão próximos de superar os católicos em quantidade na periferia de um dos maiores cartões postais do Brasil. Em segundo lugar, está na periferia da região metropolitana de Recife com 66%.

Tabela 3. Distribuição Populacional (por Mil) e Relação (em 100) entre Evangélicos e Católicos nas 12 Principais Regiões Metropolitanas (RM), Capitais e Periferias, 2010

Cidades/ RM	Região Metropolitana			Capital			Periferia da RM		
	Católico	Evangélico	REC %	Católico	Evangélico	REC %	Católico	Evangélico	REC %
São Paulo	11 120,0	4 856,9	43,7	6 549,8	2 487,8	38	4 570,2	2 369,1	51,8
Rio de Janeiro	5 293,2	3 381,0	63,9	3 229,2	1 477,0	45,7	2 064,1	1 904,0	92,2
Belo Horizonte	3 246,6	1 459,4	45	1 422,1	595,2	41,9	1 824,5	864,2	47,4
Porto Alegre	2 577,0	695,6	27	897,4	164,8	18,4	1 679,6	530,7	31,6
Fortaleza	2 478,3	772,4	31,2	1 664,5	523,5	31,4	813,8	248,9	30,6
Curitiba	1 988,6	80,4	40,4	1 088,3	424,6	39	900,3	379,5	42,2
Recife	1 856,2	1 057,6	57	835,3	384,3	46	1 020,9	673,3	66
Salvador	1 801,4	741,5	41,2	1 379,3	524,3	38	42,2	217,2	51,5
Campinas	1 660,5	745,6	44,9	636,7	273,8	43	1 023,8	471,8	46,1
Belém	1 268,4	632,1	49,8	863,1	397,8	46,1	40,5	234,3	57,8
Manaus	1 141,9	741,8	65	96,7	640,8	66,2	174,6	101	57,8
Goiânia	1 119,9	709,6	63,4	66,3	422,5	63,8	457,3	287,1	62,8
Total	35 552,1	16 597,6	46,7	20 195,5	8 316,4	41,2	15 356,6	8 281,2	53,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

(Adaptado de Alves *et al.*, 2017, p. 227)

A partir da Tabela 3 acima, observa-se que a transição religiosa atinge 34,3% no Brasil como um todo, e segue aumentando para 41,2% nas capitais, atingindo 46,7% nas doze maiores regiões metropolitanas e chegando a 53,9% nas periferias dessas áreas. Esses números mostram que os evangélicos, especialmente os pentecostais, têm uma presença mais expressiva nas periferias das regiões metropolitanas. Embora, cada uma das regiões metropolitanas compreenda diferentes características socioeconômicas e culturais.

Pode-se dizer que parte do sucesso das denominações pentecostais no Brasil está relacionado à sua capacidade de priorizar o proselitismo junto aos estratos mais pobres da população, especialmente nas periferias das regiões metropolitanas. Como destaca Mariano (2008, p. 71, 76, 91), esse crescimento é mais acentuado entre grupos socialmente

vulneráveis, incluindo mulheres, crianças, adolescentes, negros, pardos e indígenas. Os fiéis pentecostais estão, em sua maioria, nas camadas sociais com menos renda, com níveis de escolaridade mais baixos e predominância em ocupações domésticas e empregos precários, recebendo até três salários mínimos.

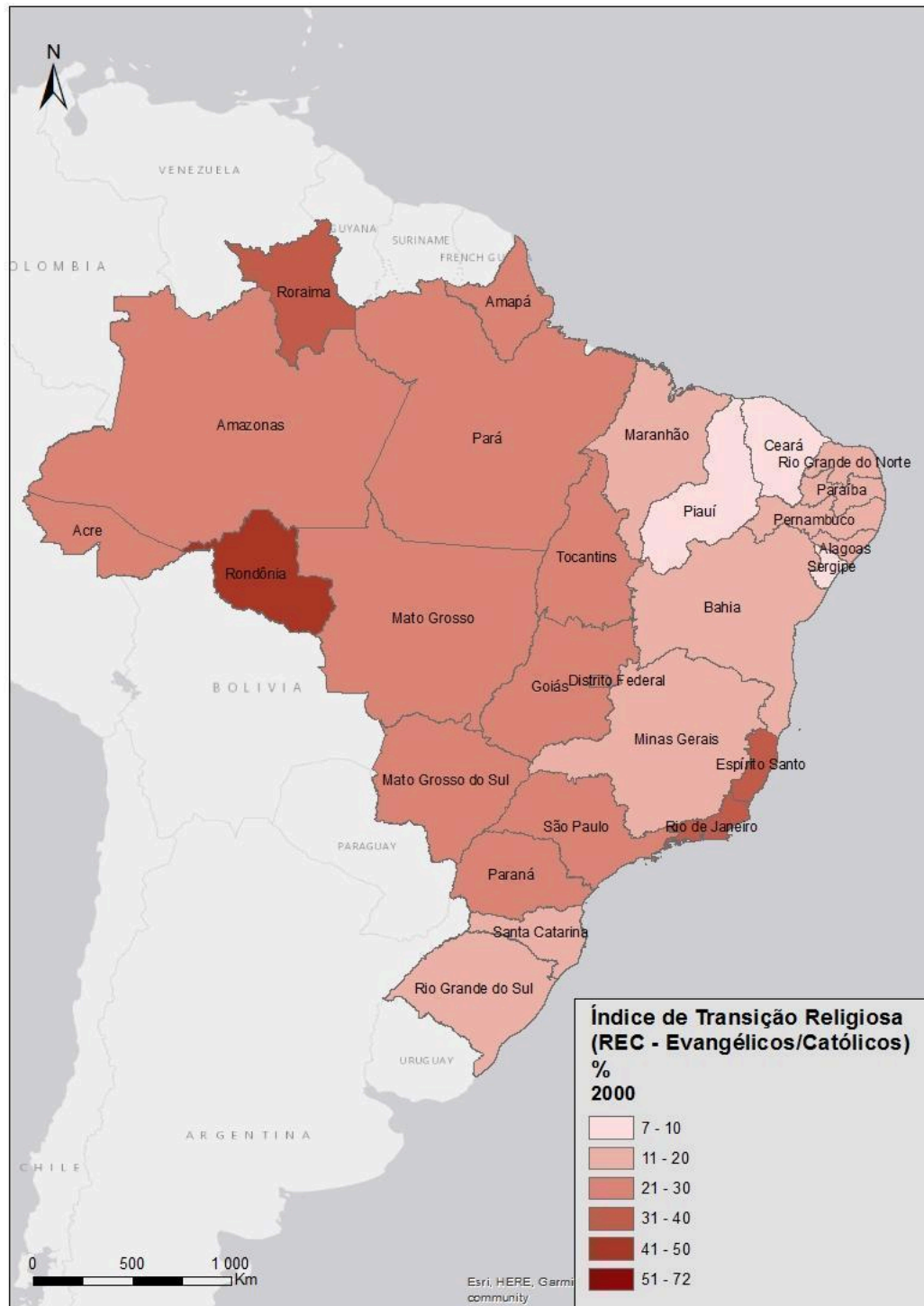
Embora o contexto de pobreza e exclusão social facilite a penetração dessas igrejas, não é esse o único fator que explica seu êxito. Mariano (2008, p.71) aponta que o diferencial do pentecostalismo reside em sua habilidade de explorar essas vulnerabilidades, oferecendo recursos simbólicos e comunitários que ajudam seus fiéis a enfrentar as dificuldades do dia a dia. Nas palavras do autor:

Tal contexto socioeconômico, porém, não é o responsável por seu sucesso. A vulnerabilidade e o desespero de grandes contingentes populacionais, em especial das mulheres pobres e mais ainda das negras pobres, vítimas de discriminações de gênero e raça, sem dúvida facilitam seu trabalho e ampliam sua probabilidade de êxito. Mas seu sucesso proselitista não depende da existência de tais problemas em si mesmos, e, sim, justamente de sua elevada capacidade de explorá-los, oferecendo recursos simbólicos e comunitários para seus fiéis e potenciais adeptos lidarem com eles (Mariano, 2008, p.71).

Essa abordagem não apenas amplia a capacidade de atração dessas denominações, mas também consolida sua relevância em contextos de marginalização, mostrando que seu sucesso vai além das circunstâncias sociais adversas, alcançando dimensões simbólicas e práticas que ressoam profundamente com seus adeptos.

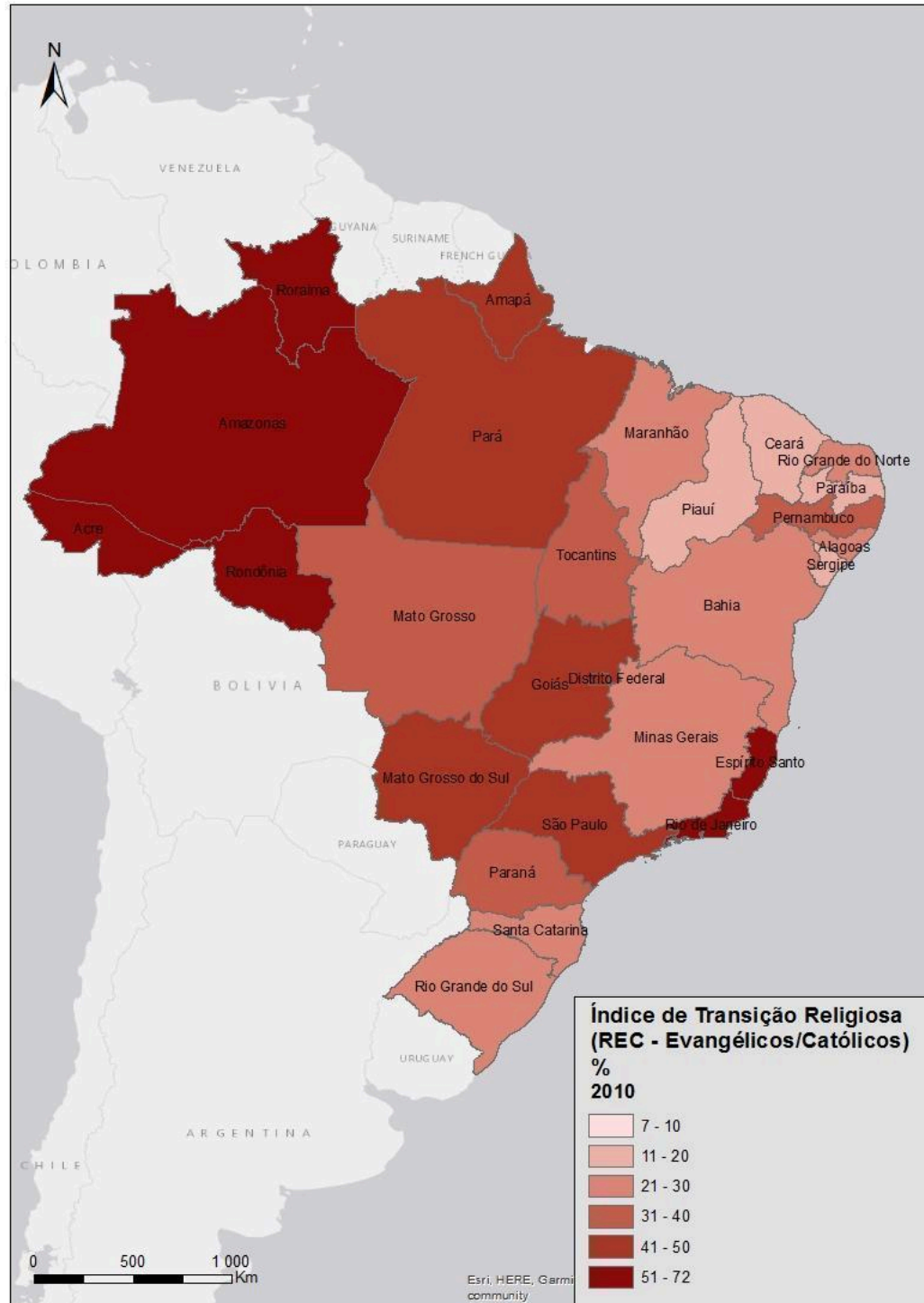
No quadro geral do Brasil, pode-se averiguar que a transição está mais avançada nas periferias das grandes regiões metropolitanas, seguindo para as capitais destas mesmas regiões. No que se refere ao decréscimo católico, percebe-se que o grupo não conseguiu responder aos impactos gerados pelo processo de modernização socioeconômica e cultural, em particular, ao crescimento da liberdade e pluralidade religiosa, aos progressos e desenvolvimento do mercado religioso no país e à capacidade organizacional e à eficiência proselitismo evangélico.

Mapa 1: Índice de transição religiosa: REC - Evangélicos e Católicos em 2000



Fonte: Elaborado por Vasco Costa, com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2000. (Adaptado de Alves *et al.*, 2017, p. 227)

Mapa 2: Índice de transição religiosa: REC - Evangélicos e Católicos em 2010



Fonte: Elaborado por Vasco Costa, com base nos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010. (Adaptado de Alves *et al.*, 2017, p. 227)

3. 4. A expansão territorial das igrejas neopentecostais

A expansão das igrejas pentecostais se apresenta como um fenômeno de grande relevância para a sociedade brasileira. Esse fenômeno envolve, necessariamente, a conquista de espaços na política institucional, poder legislativo, executivo e judiciário, em todas as escalas territoriais; bem como pela consolidação de um espaço midiático, com base em um sólido e próspero mercado religioso.

Para compreender o processo de espacialização dos evangélicos no Brasil toma-se como referência principal os estudos realizados por Freston (1993) e Ricardo Mariano (1996), que ordenaram esse processo em três grandes períodos ou ondas. É importante destacar que essas ondas não são separadas ou isoladas, mas coexistem e se influenciam reciprocamente. Elas representam uma maneira de organizar, categorizar e compreender a evolução desse movimento religioso, utilizando principalmente critérios históricos relacionados à implantação de igrejas e às diferenças teológicas.

A primeira onda ocorreu entre as décadas de 1910 e 1950, chamada de “pentecostalismo clássico”, coincide com o período do auge ao declínio do Ciclo da Borracha, o qual influenciou diretamente nos fluxos migratórios brasileiros. Nesse momento, muitos nordestinos se deslocaram em direção à Amazônia.

Ainda em sua fase do pentecostalismo clássico, temos o início da Era Vargas (1930 - 1945) e a primeira fase da Industrialização brasileira, que resultou na atração imigrantes, sobretudo, do Nordeste, para a região Sudeste.

A primeira fase da industrialização brasileira é caracterizada pela concentração das atividades produtivas nas regiões próximas ao litoral, especialmente nos estados do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro. Essa etapa ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, impulsionada pela expansão do café, pela chegada de imigrantes e pelo investimento estrangeiro. Nesse contexto, a industrialização inicial esteve vinculada às demandas internas por bens de consumo simples e à introdução de tecnologias básicas, configurando um processo ainda limitado e dependente do mercado externo, com fraca integração ao território nacional.

Nesse momento, destaca-se a fundação da Congregação Cristã no Brasil (em 1910, em São Paulo) e da Assembléia de Deus (1911, Pará), que teve uma efetiva ação em áreas de fluxos migratórios e posteriormente se espalhou pelo território nacional. Essas igrejas tiveram sua atuação marcada pela oposição ao catolicismo, pela valorização do dom de línguas (glossolalia), por uma rigidez excessiva e por um comportamento marcado pela rejeição do

mundo. Passados mais de cem anos de existência das denominações, conforme Mariano (1996), “(...) a Congregação Cristã mantém-se irremovível. Já a Assembléia de Deus, desde 1989 cindida em dois blocos, mostra-se mais flexível diante das mudanças que estão se processando no movimento pentecostal ao seu redor e na sociedade abrangente” (p.25).

No que diz respeito à urbanização da sociedade e do território, Milton Santos (1993, p.9), explica que o processo alcançou um novo patamar, após um longo período marcado por processos seletivos de urbanização social e territorial. Inicialmente concentrada em áreas litorâneas, a urbanização no Brasil tornou-se amplamente disseminada apenas a partir do último terço do século XX.

Esse período, de forma abrangente, coincide com a presença de fenômenos marcantes como o crescimento demográfico acelerado e a terciarização da economia. O aumento da urbanização reflete-se na predominância de residências urbanas mesmo para trabalhadores agrícolas. Assim, mais do que a tradicional separação entre um Brasil urbano e um Brasil rural, o autor nos atenta para uma distinção onde o Brasil urbano inclui áreas agrícolas, e o Brasil agrícola, por sua vez, abrange espaços urbanos (Santos, 1993, p.9,10).

A segunda onda, entre as décadas de 1951 até 1970, também chamada de “Neoclássica”, engloba o período JK e parte do período da Ditadura Militar, período de grandes transformações do território. O Brasil viveu o aprofundamento da industrialização, a chegada das multinacionais, e a difusão da indústria automobilística, que possibilitou maior expansão urbana, e a formação de uma sociedade mais massificada. Esse processo de urbanização acelerada se deu em conjunto com a formação de uma concentração de trabalhadores em condições precárias e empobrecidas nas cidades. Segundo Santos (1993):

Ao longo do século [XX], mas sobretudo nos períodos mais recentes [a partir da segunda metade], o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação (p.10).

Entre as décadas de 1950 e 1960, apesar do processo de Urbanização, o Brasil ainda é majoritariamente rural, com 78,5% da população habitando no campo e 59,9% das vagas de trabalho sendo no setor agrícola (Netto, 2022 p. 323). Nesse contexto, o surgimento e expansão das igrejas pentecostais se dá, sobretudo em São Paulo. Segundo Mariano (1996):

A segunda onda, que nomeio de pentecostalismo neoclássica, teve início na década de 50 com a chegada em São Paulo de dois missionários norte-americanos da

International Church of The Foursquare Gospel. Aqui, criaram a Cruzada Nacional de Evangelização e iniciaram, com grande êxito, o evangelismo baseado na cura divina, provocando a fragmentação denominacional e acelerando a expansão do pentecostalismo no país (p.25).

No que diz respeito ao território brasileiro, de acordo com Santos (1993, p.74) ocorreu um expressivo crescimento urbano entre 1940 e 1980, especialmente nas localidades de médio e grande porte. As cidades com população entre 100.000 e 200.000 habitantes tiveram um aumento eloquente, passando de 11 em 1940 para 95 em 1980. O mesmo ocorre com aquelas cidades com populações entre 200.000 e 500.000 habitantes que triplicaram nesse mesmo período, de 11 em 1960 para 33 em 1980. Quanto às grandes cidades, com mais de 500.000 habitantes, o aumento também foi significativo: de apenas 2 em 1940, somaram 14 em 1980.

Esse crescimento foi particularmente concentrado nas regiões Sudeste e Sul. Em 1940, 7 das 11 localidades com população entre 100.000 e 200.000 habitantes estavam nessas duas regiões. Em 1980, o Sudeste sozinho abrigava 67 das 95 cidades desse porte. De forma similar, entre as cidades com 200.000 a 500.000 habitantes, 3 dos 5 núcleos de 1940 estavam no Sudeste, enquanto em 1980, das 33 cidades dessa faixa populacional, 18 estavam concentradas no Sudeste e no Sul (Santos, 1993, p. 74).

Com isso, percebe-se o grande impacto da urbanização acelerada no Brasil durante o período de 1940 a 1980, evidenciando uma concentração populacional crescente em cidades de médio e grande porte. Esse processo reflete mudanças econômicas, sociais e estruturais significativas, indicando uma transformação no padrão de ocupação do território e no dinamismo urbano do país.

Nessa conjuntura, fundam-se um conjunto de igrejas, entre elas: a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951, São Paulo), Brasil Para Cristo (1955, São Paulo), Deus É Amor (1962, São Paulo), Casa da Bênção (1964, Minas Gerais) e diversas outras denominações de menor porte. Essa onda foi marcada pela ênfase teológica na cura divina e pelo uso intensivo do rádio, meio de comunicação que, devido ao sectarismo e uma certa posição de isolamento, não era adotado pelas igrejas pentecostais locais até os anos 1950. Outra expressão da época foi a prática do evangelismo itinerante em tendas de lona (Mariano, 1996, p.25).

A segunda onda do pentecostalismo se desenvolveu, sobretudo, entre as camadas de baixa renda, tendo São Paulo como uma de suas principais bases. Durante o período entre 1970 e 1980, a cidade atraiu cerca de 17,37% de todos os imigrantes do país (Mariano, 1996, p.25).

Entre as décadas de 1940 e 1980, as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro foram os principais pólos de atração demográfica do Brasil, destacando-se como centros dinâmicos de urbanização e metropolização. Segundo Santos (1993, p.76) a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) assumiu uma posição dominante nesse processo, especialmente a partir de 1950, quando o crescimento demográfico da RMSP começou a superar o do Rio de Janeiro, tanto em seus municípios-centro quanto nas periferias. Entre 1970 e 1980, a RMSP absorveu mais de 3,3 milhões de imigrantes, enquanto a do Rio de Janeiro acolheu cerca de 1,3 milhão, números que evidenciam o protagonismo paulistano no incremento populacional.

Esse movimento demográfico foi impulsionado pelo “milagre econômico⁴⁸” e pelo crescimento urbano-industrial, que reforçaram a concentração populacional em áreas metropolitanas.

A urbanização intensiva foi acompanhada por uma redistribuição demográfica interna: entre 1970 e 1980, as periferias de São Paulo e Rio de Janeiro absorveram 11,61% do incremento populacional do país, enquanto seus municípios-centro ficaram com 13,97%. No contexto metropolitano mais amplo, São Paulo concentrava 40% do incremento total das nove regiões metropolitanas brasileiras entre 1960 e 1980, evidenciando sua primazia como centro econômico, social e populacional do país (Santos, 1993, p. 77. 78).

Já no contexto da terceira onda do pentecostalismo, como início na segunda metade da década de 1970, cresce e se fortalece no decorrer dos anos 80 e 90. Ainda sob o Regime Militar, o país passava por uma forte modernização na área das telecomunicações. A urbanização brasileira já atingia dois terços da população, e a crise do capitalismo estava no auge, com o início do neoliberalismo. Nesse momento, o estado do Rio de Janeiro foi o principal contexto de expansão das igrejas, encontrava-se economicamente fragilizado e marcado pela violência.

A terceira onda, designada por Mariano (1996, p.26) de Neopentecostal, vertente que apresenta o maior crescimento nas últimas décadas. Nela, tem origem as seguintes igrejas: Universal do Reino de Deus (1977, Rio de Janeiro), Internacional da Graça de Deus (1980, Rio de Janeiro), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976, Goiás) e Renascer em Cristo (1986, São Paulo). Todas têm em comum o fato de terem sido fundadas por religiosos brasileiros e de se constituírem como as principais igrejas neopentecostais até os dias atuais.

⁴⁸O “milagre econômico” foi um período de rápido crescimento econômico no Brasil entre 1968 e 1973, caracterizado por alta expansão do PIB, industrialização acelerada, grandes obras de infraestrutura e concentração de renda, impulsionado por investimentos estatais, empréstimos externos e políticas pró-mercado no contexto da Ditadura Militar.

O surgimento e a consolidação do neopentecostalismo no Brasil podem ser compreendidos à luz das transformações sociais, econômicas e culturais da modernidade urbana brasileira. Prandi (1996, p. 34 e 94, *apud* Netto, 2022, p. 334) descreve as cidades modernas como mercados religiosos dinâmicos, que oferecem soluções mágicas para questões que nem as religiões tradicionais nem os avanços técnico-científicos conseguem resolver.

Tais soluções são destinadas especialmente para as populações marginalizadas e empobrecidas por um projeto de modernidade excludente, intensificado pela ditadura militar que geriu o país por mais de 20 anos. Nesse contexto, a religiosidade assume um papel de amparo em meio às lacunas deixadas pelo próprio modelo de desenvolvimento.

Mariano (2014, p. 166, *apud* Netto, 2022, p. 334) identifica a ascensão do neopentecostalismo como parte do processo da modernização econômica, do amadurecimento do mercado consumidor no Brasil e da inserção da população à sociedade de massas. Essa nova vertente religiosa abandona o ascetismo tradicional e valoriza os impulsos materiais, fenômeno que inicialmente se manifestou nos Estados Unidos na década de 1960 e só foi plenamente sentido no Brasil nos anos 1970.

Santos e Silveira (2005, p. 237) complementam essa análise, destacando a ampliação do consumo de cultura e informação nas cidades modernas. Esse consumo não se limita ao espiritual ou à esperança, mas também inclui objetos religiosos, evidenciado pelas grandes concentrações públicas em torno desses símbolos. Assim, a modernidade urbana brasileira emerge como um terreno fértil para o crescimento do neopentecostalismo, que integra aspectos espirituais, materiais e culturais em um cenário de profundas desigualdades e exclusões.

Conforme Mariano (1996, p.26) o prefixo “Neo” indica uma formação recente com um caráter inovador. O autor também aponta que esse termo surgiu nos Estados Unidos na década de 1960. Os neopentecostais eram aqueles que apresentavam características conflituosas com outros protestantes. Nos Estados Unidos há um consenso sobre o uso desse termo, já no Brasil não há um consenso sobre o Neopentecostalismo. Alguns entendem como neopentecostais os membros das igrejas associadas à terceira onda, enquanto outros consideram neopentecostais aqueles que pertencem às igrejas fundadas após a década de 1950.

As igrejas da terceira onda pentecostal apresentam poucos traços de seita, e uma tendência fervorosa de adaptação às coisas ditas mundanas, participam ativamente da política partidária e fazem o uso vertiginoso dos recursos midiáticos, incluindo a mídia eletrônica. Segundo Mariano (1996, p.26), tais igrejas apresentam as seguintes características:

(1) pregar e difundir a Teologia da Prosperidade, defensora (...) da crença nada franciscana de que o cristão está destinado a ser próspero materialmente, saudável, feliz e vitorioso em todos os seus empreendimentos terrenos; (2) enfatizar a guerra espiritual contra o Diabo, seu séquito de anjos decaídos e seus representantes na terra, identificados com as outras religiões e sobretudo com os cultos afro-brasileiros; (3) não adotar os tradicionais e estereotipados usos e costumes de santidade, que até há pouco figuravam como símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo.

No período presente, característico da terceira onda, na qual o pentecostalismo sofreu significativas transformações, com a alteração de seus valores, estética, padrões de comportamento e a forma como os fiéis se relacionam com a sociedade, muitas vezes exercitando a fé como forma de mercadoria e valorizando mercadoria como representação da fé (Mariano, 1996, p.26).

A esse respeito Santos (2011, p. 212) coloca em questão a formação de uma cultura evangélica fortemente alinhada a economia, nas palavras do autor:

A cultura evangélica, que pretende ser hegemônica, talvez possa vir a ser o último ingrediente, o fermento que faltava para se consolidar plenamente o modelo norte-americano no Brasil. Essa cultura é o substrato da economia capitalista. (...) É importante lembrar que a religião evangélica que se expande no Brasil (neopentecostal e pentecostal) também enfatizam o individualismo e a poupança (teologia da prosperidade “material”) algo semelhante aos cultos norte-americanos. (...) A cultura religiosa relaciona-se muito bem com a economia. (...) No Brasil (e na América Latina) a expansão da cultura evangélica está fomentando uma nova identidade territorial – a identidade evangélica (...).

Fomentando um ambiente em que parte considerável da população evangélica não se reconhece mais como “apenas brasileiros”, e sim, como os evangélicos, como “povo de Deus”. Assimilando facilmente a ideia de que a nação, o Estado brasileiro, necessita ser governado pelos representantes evangélicos, em todas as esferas do poder (Santos, 2011, p. 212).

3.5. Religião e política: a aliança entre grupos evangélicos e conservadores no Brasil.

Para abordar o tema das alianças políticas entre evangélicos⁴⁹ e grupos conservadores de direita no Brasil, é fundamental traçar um paralelo com os eventos que impactaram os rumos políticos do país e culminaram na eleição de Jair Bolsonaro (2018-2022). Uma

⁴⁹ Importante destacar que o campo evangélico no Brasil não se restringe à ala da direita conservadora, ainda que esta seja, de fato, a mais expressiva e visível. Pesquisas como as de Christina Vital da Cunha demonstram a presença e atuação de evangélicos alinhados a pautas progressistas: “A presença e a atuação de evangélicos de esquerda no campo político brasileiro contemporâneo desafiam a associação automática entre evangélicos e conservadorismo, apontando para um quadro mais complexo e plural” (VITAL DA CUNHA; MOURA, 2024; VITAL DA CUNHA, 2021).

verdadeira onda conservadora se manifesta de forma concreta, evidenciando os vínculos existentes entre as forças políticas envolvidas.

Evidentemente, esse fenômeno não se limita ao território brasileiro, nem possui origens exclusivamente nacionais. Como aponta Burity (2016, p.4), a “geografia e a cronologia dessa onda não são singularmente brasileiras nem definidas de modo estável e linear”.

Nesse contexto, torna-se necessário caracterizar a atuação do movimento religioso e conservador com base em uma estratégia dual: derrotar seus inimigos (uma ideia vinculada à lógica da Guerra Espiritual) e conquistar hegemonia política (Teologia do Domínio). Essa abordagem busca responder ao que esses grupos percebem como ameaças de um movimento de secularização. Tais ameaças (supostamente) se manifestariam na crescente pluralidade sociocultural; no fortalecimento de movimentos feministas e LGBTQIAPN+; nas políticas e decisões judiciais voltadas aos direitos humanos; aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; no ativismo judicial; e em uma alegada discriminação religiosa promovida pela mídia e pelo Estado.

A aliança religiosa conservadora busca estabelecer uma hegemonia cultural, social e política, consolidando sua influência por meio da expansão religiosa e da ocupação estratégica de espaços de poder, como o Parlamento, o Judiciário, o governo e as redes sociais, defendendo os seus interesses institucionais, e os interesses da chamada “maioria cristã”, a qual orgulhosamente pertencem.

Esse posicionamento não é recente, e é percebido (em partes) desde o contexto da Constituinte, período que tomaremos como ponto de partida para marcar os eventos de relevância nesse contexto.

Durante o processo de redemocratização pós-Ditadura Militar (1964-1985), o ativismo político evangélico já se caracterizava por sua forte oposição ao comunismo, sua afinidade com a direita político-partidária, e a rejeição a pautas progressistas, como o pluralismo, o feminismo e os direitos LGBTQIA+. Segundo Mariano (2022, p.224):

Com a redemocratização, o multipartidarismo e a emergência de movimentos sociais, igrejas pentecostais aproveitaram para substituir seu velho lema “crente não se mete em política” pelo “irmão vota em irmão” e ingressar na política partidária. Para instrumentalizar eleitoralmente a base religiosa, (...) disseminaram boato conspiratório e persecutório de que a Igreja Católica pretendia participar da Constituinte para reconquistar posição privilegiada no Estado e limitar sua liberdade religiosa. Na Constituinte, formaram a primeira bancada evangélica (...) ocuparam comissões estratégicas para opor-se a demandas feministas e LGBTs (...), combater a legalização do aborto, a união de pessoas de mesmo sexo, a liberação das drogas, defender sua liberdade religiosa e seus interesses corporativistas.

Nessa trajetória, o princípio da laicidade foi sendo desqualificado como uma estratégia da esquerda para atacar as religiões e enfraquecer a maioria cristã (Mariano, 2023, p.16). Assim, a aliança evangélica com setores conservadores e de direita se fortaleceu ao longo das décadas, consolidando sua atuação no cenário político brasileiro.

Nas eleições de 1989, as primeiras após a ditadura, líderes evangélicos difundiram teorias conspiratórias contra Lula e a favor de Collor. Alegavam que um governo petista, comunista e aliado à Igreja Católica, eliminaria a liberdade religiosa, transformaria igrejas em creches e supermercados, e perseguiria cristãos (Mariano, 2022, p.224). Esse discurso anticomunista se faz presente na oratória do grupo, sendo repetido em campanhas posteriores, especialmente em 2018 e 2022.

Ao longo das décadas, igrejas pentecostais como as Assembleias de Deus e a Igreja Universal organizaram comissões políticas e, a exemplo de partidos, lançaram e apoiaram candidatos para concentrar os votos dos fiéis, ampliar a bancada evangélica e garantir fidelidade política aos interesses religiosos.

O grupo triplicou sua representação na Câmara Federal, instituiu cultos no Congresso, criou a Frente Parlamentar Evangélica (2003), fundou o partido Republicanos (PR - ligado à Igreja Universal) e assumiu o controle do PSC (Partido Social Cristão). Lançaram candidatos presidenciais (Pastor Everaldo 2014 e Cabo Daciolo 2018) e conquistaram ministérios e cargos de destaque nos governos Dilma (Pesca e Esportes), Temer (Trabalho, Desenvolvimento e Indústria e Comércio) e Bolsonaro. Entre os anos de 2015 e 2018, a bancada evangélica uniu-se às bancadas⁵⁰ armamentista (Frente Parlamentar da Segurança Pública) e ruralista (Frente Parlamentar da Agropecuária), formando um reduto reacionário, fortalecido pelo antipetismo, pelo discurso anticorrupção e pelo bolsonarismo (Mariano, 2022, p.224, 225).

No que diz respeito à bancada evangélica (Frente Parlamentar Evangélica), por aproximadamente dez anos apresentou uma posição contra o PLC 122/2006, que propunha a criminalização da homofobia. Entre 2006 e 2009, entrou num embate contra a concordata católica negociada pelo governo Lula, sancionada em 2010⁵¹, em contrapartida, propuseram a Lei Geral das Religiões. Em 2009, atacaram o III Programa Nacional de Direitos Humanos e,

⁵⁰ A bancada ruralista, ficou conhecida como bancada do Boi e a bancada armamentista como, bancada da Bala, em conjunto com a bancada Evangélica (da bíblia), elas formam uma tríade que se convencionou chamar de bancada BBB – em alusão às palavras bala, boi e bíblia.

⁵¹ Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Líderes evangélicos criticaram a concordata como um desrespeito à laicidade do Estado e um privilégio concedido à Igreja Católica.

em 2011, tentaram desmoralizar o Projeto Escola sem Homofobia, acusando-o de promover a sexualização e a erotização infantil (Mariano, 2023, p.17).

O clima de hostilidade se acentuou durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), com o fortalecimento da inclinação da bancada evangélica à direita. Um exemplo representativo desse posicionamento ocorreu em 2013, quando o deputado Marco Feliciano (PSC/SP) assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias com a missão de defender os “verdadeiros Direitos Humanos”. A relutância em aceitar sua liderança corroborou para um rompimento entre os evangélicos e o governo Dilma (Mariano, 2023, p.17).

O ano de 2013 foi um marco do acirramento da divisão política do país como um todo, pois as grandes manifestações conhecidas como as “Jornadas de Junho” colocaram em evidência e permitiram eclodir uma série de movimentos. Segundo Brum (2019, p.79):

“(…) os protestos começaram contra o aumento da tarifa do transporte público e em seguida tornaram-se uma explosão de descontentamentos os mais variados. Cartazes reivindicando “tarifa zero” para ônibus e trens urbanos eram levados lado a lado de outros que pediam a volta dos militares ao poder. A rebelião das ruas era polifônica. Só o que estava claro era (...) que os partidos políticos não apenas perdiam credibilidade de forma acelerada como eram objeto de ódio”.

Para Burity (2016, p.8), esse momento poderia representar uma virada política, visto que a consolidação de algumas transformações sociais, e políticas econômicas poderiam apontar para avanços no campo democrático. Porém, uma série de contratendências⁵² emergiram a partir de 2013, desencadeando uma crise de hegemonia no país.

Para compreender essa crise, se faz necessário rememorar as duas formações hegemônicas que marcaram a política brasileira a partir do processo de redemocratização. Tais formações, evidenciaram o contexto das disputas entre forças mais à esquerda, representada pelo PT e forças mais à direita, representada pelo PSDB, operando no centro das coalizões eleitorais.

A primeira delas, apresentada por Burity (2016, p.7) como a “terceira via” (1995-2002), teve o protagonismo do PSDB durante os governos de Fernando Henrique

⁵² Os movimentos conservadores de 2013 no Brasil ganharam força em um contexto complexo, marcado pelas Jornadas de Junho. Esses movimentos não estavam diretamente na origem dos protestos, mas ganharam visibilidade e força durante a ocasião. Alguns exemplos são: os movimentos pró-impeachment e contra a corrupção; aumento do conservadorismo moral e religioso; e o fortalecimento de grupos ultraconservadores e de direita, Organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL). Esses movimentos, ainda que incipientes em 2013, lançaram bases para a polarização política que se intensificaram nos anos seguintes, culminando na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Cardoso. Essa formação caracterizou-se por uma orientação político-econômica centrada no neoliberalismo. Sendo marcada pela adoção de políticas de privatização, abertura econômica e controle da inflação (Plano Real); pela conciliação de elementos de social-democracia com medidas neoliberais.

Nesse contexto, a hegemonia foi sustentada por uma aliança com setores do centro e da direita, operando dentro de um contexto de presidencialismo de coalizão, que ofereciam apoio parlamentar e contribuíram para a governabilidade.

A segunda formação hegemônica presente em Burity (2016, p.7) é denominada de “lulismo” (pós-2003). Tal formação foi marcada pela valorização de políticas sociais como: o fortalecimento de políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, e a consolidação do consumo interno.

O “lulismo” foi possível a partir de uma ampla coalizão envolvendo partidos de esquerda, centro e setores conservadores de direita. Embora com participação menos expressiva, a direita manteve sua influência, especialmente nas decisões macroeconômicas e na composição de ministérios estratégicos. Nesse período, o governo se destacou por integrar demandas populares e ao mesmo tempo acomodar interesses do mercado financeiro e setores da elite econômica, atuando numa lógica de conciliação de classes.

Destacam-se assim, duas características importantes no que tange às formações hegemônicas. A primeira delas, diz respeito à presença da direita em ambos os governos, pois mesmo sem operar nas diretrizes de comando, manteve sua influência, seja como aliada do PSDB, seja como parceira em coalizões lideradas pelo PT. A segunda, evidencia o fato de ambas as formações se consolidarem dentro da lógica do presidencialismo de coalizão brasileiro, onde a hegemonia é disputada a partir de arranjos políticos amplos, abarcando os diversos espectros ideológicos.

Segundo Burity (2016, p. 8), o Brasil viveu um período de ruptura, caracterizado por uma estratégia dos desmonte dos arranjos políticos e institucionais constituídos, nas palavras do autor:

A figuração de uma “nova ordem” pós-lulismo, desde o ano de 2015, foi conformando a montante do que estamos chamando de onda conservadora. (...) As medidas anunciadas e as mudanças na legislação iniciadas a partir do governo interino de Michel Temer, o impeachment incontornável ainda que inteiramente fabricado jurídica e politicamente e, (...) o rápido e implacável desmonte de políticas, marcos legais e garantias constitucionais, são o testemunho dessa tentativa de reconstrução hegemônica (...) (BURITY, 2016, p.8).

A expressão dessa “nova ordem” diz respeito ao processo de ruptura institucional, e permite traçar paralelos entre as articulações que envolvem a política e a religião. Nesse

sentido, os pentecostais e neopentecostais emergiram como uma força significativa, unificando elementos do conservadorismo com a política institucional, promovendo uma agenda que buscou alinhar o Estado a valores religiosos.

A atuação política da Frente Parlamentar Evangélica é uma forma de articulação dessa busca por hegemonia. A partir de 2015, sob a presidência de Eduardo Cunha⁵³ na Câmara dos Deputados, a bancada evangélica, em aliança com setores católicos conservadores, intensificou sua atuação defendendo pautas como: o Estatuto do Nascituro e o Estatuto da Família, o primeiro visava a proibição do aborto em qualquer circunstância, o segundo, visava impedir a adoção de crianças por casais homoafetivos, e limitar o conceito de família a união entre homens e mulheres.

Em 2016, esses parlamentares votaram maciçamente pelo impeachment de Dilma Rousseff, justificando sua decisão em nome de Deus, da igreja e da família⁵⁴. Com a ascensão do governo Temer, a bancada evangélica ampliou sua influência ao abraçar pautas neoliberais, esse movimento consolidou sua posição como uma força de destaque nas novas dinâmicas de poder.

Nas eleições de 2018, em meio à recessão econômica, aos impactos da Operação Lava-Jato e ao crescimento do antipetismo, lideranças evangélicas se uniram em apoio a Bolsonaro⁵⁵. Utilizaram narrativas de Guerra Espiritual, conspiracionismo e desinformação para reforçar sua posição. Durante o governo Bolsonaro, ocuparam pastas estratégicas, como os ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Educação, da Justiça e outros, ampliando sua influência política. Segundo Mariano (2022, p.230), os evangélicos:

Embarcaram no governo Bolsonaro, que se esmerou no aparelhamento religioso e na militarização do Estado. Evangélicos (incluindo pastores) ocuparam os Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Casa Civil, da Justiça, da Educação, do Turismo, da Advocacia Geral da União (AGU), da Secretaria Geral da Presidência. O Palácio do Planalto tornou-se área vip do pastorado; a agenda presidencial, uma romaria a igrejas e eventos religiosos. Pastores e entidades evangélicas (como a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos [ANAJURE]) passaram a ser

⁵³ Eduardo Cunha, ex-deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados (2015-2016), proeminente na configuração da política brasileira atual. Central no processo de impeachment de Dilma Rousseff, utilizou sua posição estratégica para articular e conduzir a votação que resultou na destituição da então presidente. Sua atuação foi marcada por manobras políticas hábeis, mas também por uma série de denúncias de corrupção que culminaram em sua cassação e prisão.

⁵⁴ Antes disso, em 2014, esses parlamentares trabalharam ativamente para excluir a igualdade de gênero e de orientação sexual do Plano Nacional de Educação. Além disso, defenderam o Projeto de Lei Escola sem Partido, que priorizava os chamados “valores familiares” em detrimento de abordagens mais pluralistas e inclusivas sobre moralidade, sexualidade e religião. Nessa linha, acusaram o governo petista e o sistema educacional de promoverem doutrinação ideológica, denunciando a suposta ameaça da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural” à família, aos valores cristãos e à formação moral das crianças.

⁵⁵ “que por duas legislaturas atuara com expoentes da bancada evangélica, fora batizado pelo pastor Everaldo (PSC-RJ) nas águas do Rio Jordão e liderar a campanha de fake news sobre o Caderno Escola sem Homofobia, material didático rotulado pejorativamente de “kit gay”, que lhe conferiu visibilidade midiática e tornou-se arma eleitoral antipetista” (Mariano, 2022, p.229).

consultados, a indicar e até a sabatar e selecionar agentes públicos para cargos-chave do Estado, incluindo Ministérios e Defensoria Pública da União.

Sob a gestão de Damares Alves⁵⁶, no Ministério da Mulher, ações como o desmantelamento de políticas de combate à homofobia e ao racismo e o veto a medidas de proteção aos povos indígenas durante a pandemia marcaram o extremismo bolsonarista. Alinhada a organizações ultraconservadoras⁵⁷, e a bancada evangélica, reforçou a política externa cristã, afastando o Brasil de instâncias multilaterais e liderando pautas contra direitos reprodutivos e LGBTs no Consenso de Genebra.

Nesse período, armas, homeschooling e a defesa de um Estado cristão ganharam popularidade entre os evangélicos. Segundo Mariano (2022, p.228):

Nesse diapasão, ventilam interpretações delirantes sobre adversários e políticas públicas das quais discordam. Advogam, por exemplo, que os movimentos LGBTs são “supremacistas” e almejam instituir uma “ditadura gay” para oprimir os heterossexuais, limitar seus direitos e cercear a liberdade religiosa dos evangélicos. Acusam o movimento Black Lives Matter de ser um “grupo revolucionário marxista” anticristão que visa “acabar com a família nuclear” e que teria queimado “pilhas de Bíblias”. Sustentam que governos petistas, partidos e parlamentares de esquerda, movimentos feministas e LGBTs, órgãos de imprensa e de mídia, artistas, elites e produtores culturais, educadores e instituições de ensino difundem “marxismo cultural” e “ideologia de gênero” a fim de discriminar e perseguir cristãos e destruir a família, a começar por crianças e adolescentes.

Na eleição de 2022, intensificaram a retórica antipetista⁵⁸, promovendo ameaças e exclusões de fiéis alinhados ao PT. Resultando na ampla vantagem de Bolsonaro entre os evangélicos no segundo turno. A aliança entre evangélicos e Bolsonaro consolidou um ativismo político de direita que aprofundou a polarização e incorporou pautas autoritárias e

⁵⁶ “(...) Damares na linha de frente da metamorfose do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em instrumento da guerra cultural em prol da “maioria cristã”. (...) Sob sua gestão, o Ministério bloqueou políticas de combate à homofobia, à violência contra transgêneros e ao racismo. Em oposição à educação sexual nas escolas, lançou campanha, no início de 2020, em defesa da abstinência sexual contra a gravidez na adolescência e a difusão de doenças sexualmente transmissíveis. Em janeiro de 2022, defendeu, em nota, a decisão do Ministério da Saúde contra a obrigatoriedade da imunização vacinal de crianças de 5 a 11 anos e do passaporte vacinal da Covid-19 (...) Após o fim do governo Trump, o Brasil passou a liderar o Consenso de Genebra, que reúne 36 países contra o aborto, os direitos de mulheres e LGBTs e as políticas de gênero; com protagonismo de Damares em articulação com entidades transnacionais da direita cristã” (Mariano, 2022, p.231/232).

⁵⁷ “O ativismo político evangélico conservador (...) tem como matrizes teológicas e políticas as correntes protestantes fundamentalistas e evangelical norte-americanas e a Christian Right (...). (...)fundamentalistas, cuja formação se deu no início do século XX, rejeitaram a pregação do evangelho social, a teologia liberal e a crítica histórica da Bíblia, o humanismo secular e o secularismo (...). Herdeira do fundamentalismo, a corrente *evangelical* formou-se em meados do século XX. Nos anos 1970, fundamentalistas e *evangelicals* sobrepujaram as vertentes liberais e ecumênicas e formaram a Christian Right, movimento político-religioso radical que também acolheu católicos e mórmons conservadores” (Mariano, 2022, p.220).

⁵⁸ “(...) com Lula na liderança das pesquisas de intenção de voto, intensificaram a campanha antipetista nas igrejas e redes sociais. Em 2022, a Folha Universal, da Igreja Universal, atacou sistematicamente Lula e o PT, acusando-os de pretender estabelecer uma ditadura comunista e perseguir os cristãos. Pastor José Wellington Bezerra da Costa Júnior, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, proibiu a entrada de Lula em suas igrejas” (Mariano, 2022, p.233).

antipluralistas, fragilizando o compromisso com a democracia e os valores do Estado de direito. Resultando na participação de manifestações golpistas⁵⁹ e ataques às instituições democráticas, como o STF e o TSE.

Há uma influência crescente dos pentecostais no campo religioso e político brasileiro, nesse sentido, cabe refletir se essa atuação contribui para formação de um projeto hegemônico no país. Em termos gramscianos, a hegemonia vai além da supremacia política, implicando também uma liderança cultural e moral que reorganiza o consenso social em torno de determinados valores e ideologias.

Assim, o projeto de poder dos pentecostais, com sua expansão para a esfera Estatal e no território brasileiro, não se limita a uma simples participação no jogo político, mas sinaliza uma tentativa de moldar as instituições e o imaginário coletivo de acordo com sua cosmovisão. Essa presença pentecostal talvez não esteja restrita a uma extensão das tendências conservadoras e autoritárias em curso. A relação entre pentecostalismo e Estado, nesse contexto, exige uma reflexão crítica sobre seus impactos na democracia, na laicidade, na pluralidade e nos direitos fundamentais.

⁵⁹ No dia 8 de janeiro de 2023, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram e vandalizaram os prédios dos Três Poderes em Brasília, num ataque à democracia brasileira. Paralelamente, surgiram informações sobre supostas tentativas de assassinato de figuras centrais do governo, como o presidente Lula, o vice Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes. Esses planos teriam sido articulados por grupos radicais insatisfeitos com o resultado das eleições de 2022. Os eventos ressaltaram a gravidade das ameaças antidemocráticas e a necessidade de respostas firmes das instituições.

4. Religião, Política e Território: Uma Análise das Eleições para deputados Federais de 2018 e 2022 no Estado de São Paulo

4.1 Direita e esquerda: origens, trajetórias e sentidos históricos, no quadro global e no Brasil

Definir ou explicar conceitualmente as categorias direita e esquerda não é tarefa fácil, são termos que sofreram grandes modificações desde seu surgimento no final do século XVII. De maneira simplificada pode-se dizer que remetem a orientações em contraposição, em direções opostas. No que diz respeito à esfera política, representam diretrizes ideológicas distintas.

Originalmente, fazem alusão às posições geograficamente opostas ocupadas pelos apoiadores do Antigo Regime (à direita), e pelos insurgentes, representantes da nova ordem (à esquerda), durante a Assembleia Nacional no contexto da Revolução Francesa (1789). Essa divisão não expressava somente diferenças políticas, mas também vínculos sociais distintos, associados às posições de classe⁶⁰ que cada grupo representava, sendo a direita associada ao conservadorismo e a esquerda ao liberalismo (SADER, 1995; PEREIRA, 2019).

O conservadorismo é desses termos que na atualidade possuem definição fluida, por vezes genérica, devido ao seu arraigamento na linguagem cotidiana. Porém, em seu sentido original, remonta o contexto da Revolução Francesa, período no qual foi associado a uma resposta crítica aos princípios de inovação e transformação concernentes à ordem social. Por essa razão, expressava-se como uma reação (reacionário) aos ideais de progresso da época.

O termo conservadorismo, conforme Pereira (2019, p. 73-74), representa um arranjo de noções e posicionamentos que se colocavam em oposição às propostas republicanas, liberais e a própria modernidade, operando de forma caracteristicamente reativa no que tange às transformações sociais e aos ideais de progresso (progressistas), ou seja, aqueles movidos pela vontade de reorganização da ordem social a partir de fundamentos do liberalismo.

Como recurso explicativo, pode-se fragmentar o liberalismo em uma vertente econômica e outra política. A primeira é pautada pela defesa da liberdade econômica em

⁶⁰ Segundo Saber (1995) “Não era apenas uma luta de ideias que se travava na Assembleia Francesa. De um lado, à direita, estavam os representantes da burguesia abastada — comerciantes e industriais — que pretendiam defender sua propriedade e sua liberdade econômica. Defendia-se a livre empresa, o livre lucro, e hostilizava-se qualquer regulação ao mercado, assim como todo tipo de taxação. De outro lado, estavam os representantes da burguesia média e das classes populares — artesãos, lojistas, consumidores — que colocavam o interesse público acima da propriedade privada e do mercado. Por trás do debate, situava-se então uma luta de interesses, uma luta social entre os que se beneficiavam com a recentemente surgida propriedade privada e os que desejavam fundar a república no bem comum e no interesse coletivo, por se sentirem excluídos e subjugados” (p. 24-25).

conformidade às relações de mercado, ressaltando assim, os direitos individuais, “dentre eles, como elemento diferenciador de outras doutrinas, o direito de propriedade” (Sader, 1995, p.22). Em seu viés político, contrapunha-se ao sistema de relações vigente no mundo feudal, já em crise, e “apontava para os direitos de cidadania, de organização e expressão de representação” (Sader, 1995, p.23).

Sader (1995) reflete sobre como os elos entre a vertente política e a econômica do liberalismo eram divergentes entre si, pois uma liberdade econômica que privilegiava o direito à propriedade privada, carrega em si a existência da desigualdade entre os sujeitos, colocando em contradição⁶¹ os próprios princípios de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução, nas palavras do autor:

(...) Antes mesmo da Revolução Francesa, um de seus fomentadores ideológicos, Rousseau, afirmava que a desigualdade humana tinha suas origens na propriedade privada. Ao dividir os homens em proprietários e não proprietários, isto é, em poderosos e fracos, em governantes e governados, a realização da liberdade econômica baseada na propriedade privada implicaria a desigualdade econômica, social e política, tornando antagônicos os termos da liberdade, na concepção liberal, com os da igualdade (SADER, 1995, p.23).

Os termos esquerda e direita são interconectados, ou seja, o surgimento de um está relacionado ao outro e carregam em si um movimento contraditório, sendo que os seus significados não são fixos ou imutáveis, sofrendo modificações conforme os movimentos históricos e a própria dialética.

Com o estabelecimento do modo de produção capitalista e do Estado moderno, cuja forma e conteúdo foram marcados tanto pela hegemonia da classe burguesa, defensora do liberalismo e da propriedade privada, quanto pela dominação da classe trabalhadora, algumas formas de resistência começaram a surgir de maneira organizada a partir dos movimentos sociais, sindicais e partidos políticos na busca de suplantar as formas de exploração vigentes. Nesse contexto, as contribuições de Marx e Engels⁶² adquirem capilaridade e importância como instrumental teórico de interesse dos trabalhadores.

⁶¹ Sader (1995) esclarece como se deu a formação da esquerda no contexto da Revolução Francesa. “Já ali, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em agosto de 1789, está presente essa contradição. Afirma-se que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”. Mas esses direitos incluem o direito à propriedade, que divide os homens em proprietários e não proprietários. A liberdade é definida como o direito de “fazer tudo o que não seja nocivo ao outro”, limitando-a, então, apenas ao respeito pela liberdade dos outros. A constituição da propriedade privada, ao excluir alguns e condená-los a submeter seu trabalho ao proprietário, choca-se com a liberdade alheia” (p. 23-24).

⁶² O ano de 1848 marcou a publicação do *Manifesto Comunista*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels, obra fundadora da teoria comunista enquanto ideologia da classe trabalhadora. No texto, os autores oferecem uma leitura histórica centrada nas contradições entre exploradores e explorados, dominadores e dominados, apresentando o capitalismo como etapa de um processo histórico que tende à sua própria superação. Essa concepção tornaria-se a principal referência teórica da esquerda revolucionária, ao propor a construção de uma sociedade sem classes, sem exploração e sem Estado: a sociedade comunista (SADER, 1995, p. 26–27).

Essas transformações no mundo e no modo de produção são fundamentais para a compreensão dos rearranjos políticos-ideológicos dos sujeitos e das categorias esquerda e direita, cujos contornos, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, passaram a assumir novos traçados.

Ao consolidar-se como classe dominante, a burguesia, outrora revolucionária, passa a defender a conservação de seu modo de organização e produção da sociedade e torna-se representante do conservadorismo de direita. A classe trabalhadora, por sua vez, apresenta-se como principal representante da esquerda e da oposição ao sistema (PEREIRA, 2019, p. 74, 75). Depreende-se, portanto, que para a definição do que é esquerda e direita um elemento central é a posição em relação ao modo de produção da sociedade vigente.

A partir de meados do século XX, o avanço socialista na Ásia, Leste Europeu e Caribe implementou direitos aos trabalhadores, tais como a regulamentação da jornada de 8h diárias e 44h semanais, entre outros. Cria-se, assim, um imaginário igualitário e de soluções coletivas que inspiraram os trabalhadores nos países capitalistas.

Sob essa pressão e contando com um crescimento econômico excepcional no pós-guerra, a direita liberal se viu obrigada a assimilar medidas redistributivas, voltadas à diminuição das desigualdades, tendo em vista o apaziguamento das tensões entre classes. É nesse contexto que emergem o estado de-bem-estar-social e a social democracia. Parte da esquerda, por sua vez, associada à versão social-democrata, distanciou-se cada vez mais das concepções relacionadas ao comunismo, passando a adotar posturas conciliatórias em relação à economia capitalista (DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012, *apud* PEREIRA, 2019, p. 74).

É claro que as manifestações da esquerda não estavam restritas à social-democracia. Apesar de sua centralidade, sobretudo na Europa Ocidental do pós-guerra, outras correntes de esquerda continuaram a existir, como os partidos comunistas, os movimentos revolucionários inspirados nas experiências cubana e chinesa, além de organizações políticas e sociais de orientação anticapitalista e anarquista.

Com a restauração do capitalismo na União Soviética no final dos anos 80 e no contexto das respostas à crise econômica iniciada na década de 1970, a burguesia lança mão de uma política econômica, o neoliberalismo, que avançou sobre as conquistas e ideais representados pelo Estado de bem-estar social. Com isso, houve um desvio significativo na forma como as categorias esquerda e direita passaram a ser compreendidas no interior do sistema capitalista.

Como aponta Sader (1995), o neoliberalismo “[foi] o remédio amargo que os países de primeiro mundo não tomaram na dosagem que [propuseram] ao terceiro mundo, ou, se

tomaram, já passaram a corrigir seus rumos com a substituição de seus mandatários neoliberais” (p.191).

De maneira geograficamente desigual, o neoliberalismo, ao favorecer o capital financeiro e promover uma mercantilização da vida, em detrimento das políticas de Estado, deslocou as possibilidades de um horizonte coletivo para uma lógica centrada no indivíduo e na liberdade irrestrita do capital. Essas mudanças implicaram no enfraquecimento das políticas públicas e dos direitos sociais conquistados, em nome de um suposto progresso econômico que passou a se chocar diretamente com os princípios democráticos e de cidadania (SADER, 1995, p. 179–180).

O colapso do chamado “socialismo real”, entre o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, conforme analisa Pereira (2019), levou à três principais interpretações: a primeira celebra o triunfo do capitalismo, proclamando-o como modelo único e anunciando o “fim da história” e da luta de classes; a segunda aponta para a superação teórica do socialismo, especialmente do paradigma marxista; e a terceira, a partir de uma autocrítica das experiências revolucionárias do Leste Europeu, reafirma a viabilidade histórica do projeto socialista diante das crises do capitalismo e da democracia liberal (p. 76-77).

No Brasil, as categorias direita e esquerda foram incorporadas a partir da sua idiossincrasia histórica. O país não vivenciou os processos revolucionários típicos da Europa moderna, como as revoluções burguesa e socialista. A formação socioespacial brasileira, marcada pela conciliação das elites e pela manutenção de estruturas de poder autoritárias, condicionou um campo político onde os projetos conservadores mantiveram-se predominantes, mesmo nos momentos de aparente avanço democrático.

Dessa forma, a oposição entre direita e esquerda adquire contornos específicos a partir da constituição do Estado nacional e do enraizamento de um modelo econômico colonial voltado à exportação agrícola, assentado sobre o latifúndio e o trabalho escravo. Conforme destaca Sader (1995, p. 184), a ideologia da direita, historicamente vinculada às elites dominantes, expressava-se na defesa desses pilares, o que deflagrou numa associação nada sutil entre projeto econômico e exclusão social.

Mesmo com o fim da escravidão e a instauração da República, não houve ruptura com essa herança colonial, assim, manteve-se a concentração fundiária e a exclusão política e social da maioria da população, realidade que moldou o caráter conservador da direita brasileira (SADER, 1995, p. 185). Nas palavras do autor, “a hegemonia das elites dominantes

se fazia então assentada na apologia da terra e do livre comércio e da degradação do trabalho, considerada atividade inferior e por isso realizada pelos [escravizados]⁶³ (p.184).

Conforme Sader (1995, p. 136-137), nas décadas seguintes, diante das transformações políticas e econômicas, essa direita renovou suas diretrizes, ora defendendo o liberalismo, ora aliando-se ao nacional-desenvolvimentismo, como ocorreu com a doutrina de segurança nacional durante a ditadura militar. Segundo o autor:

A partir da instauração da ditadura militar, a direita assumiu uma cara que estava gestando desde o final dos anos 40, a doutrina da segurança nacional, para a qual os objetivos fundamentais do país deveriam estar no binômio desenvolvimento e segurança. A direita reivindicava agora o desenvolvimento industrial e até mesmo a atividade estatal na economia, associada ao capital estrangeiro. (...) O objetivo era a construção do Brasil grande, do Brasil potência, aliado essencial dos Estados Unidos na vigilância ocidental contra o comunismo internacional. (SADER, 1995, p. 136-137)

Com o fim da Ditadura Militar, após 21 anos, o Brasil viveu seu processo de redemocratização de modo lento, gradual e conciliador, não houve julgamento dos crimes cometidos durante o regime e a impunidade foi normatizada com presença dos tratados de Anistia. Assim, a direita acomodou-se às novas condições institucionais sem romper com a base autoritária e excludente da sociedade, mantendo sua capacidade de articulação com o Estado e com os meios de comunicação, garantindo dessa forma, a reprodução de seus interesses.

Diante desse quadro, destaque-se o que pode-se chamar de período de transição democrática. No qual, a permanência de quadros políticos oriundos da velha direita (apoiadora e base do regime militar) precisamente no comando da presidência da república, deflagrou a continuidade das estruturas de poder com características, no mínimo conservadoras no Brasil.

Com a morte repentina do presidente eleito indiretamente em 1985, Tancredo Neves, à presidência da República foi assumida por seu vice, José Sarney (ex-presidente do PDS, partido sucessor da Arena, sigla que sustentava o regime autoritário). Embora Sarney tenha se filiado ao PMDB⁶⁴, sua origem política e o papel do PFL (dissidência do PDS), demonstraram o peso que a velha direita ainda exercia no novo arranjo democrático (Singer, 2010, p. 706).

Singer (2021, p.706) realizou uma periodização de dois ciclos políticos no Brasil, sendo o primeiro de 1964 a 1992; e o segundo, de 1994 a 2018. Notadamente, o período de

⁶³ Utiliza-se aqui o termo *escravizados* em substituição ao termo original *escravos*, por considerá-lo mais adequado à crítica contemporânea que reconhece a condição imposta de submissão, e não uma identidade ontológica.

⁶⁴ Antigo MDB, oposição permitida pelo regime e exigida pela imposição do bipartidarismo (ARENA x MDB). Estabeleceu alianças com setores da direita apoiadora do regime ditatorial, consolidando-se, ao longo do tempo, como um partido de centro-direita com atuação fisiológica, alinhada ao chamado “centrão” da política brasileira.

1964 a 1992, marca o início do Regime militar e o impeachment de Collor respectivamente; e evidencia as forças de direita no poder de forma ininterrupta, com uma pequena transição com a posse de Itamar Franco, vice de Collor.

Passa-se posteriormente ao segundo ciclo, com duração entre 1994 e 2018, com o início do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), abrangendo todo período Lula - Dilma Rousseff e terminando com a eleição de Jair Bolsonaro. Acredita-se que uma leitura a partir dessa periodização possa nos auxiliar quanto ao entendimento da organização e da transformação do comportamento político dentro do espectro ideológico partidário no país. Assim, pode-se afirmar que durante o primeiro ciclo, a direita oriunda do regime militar prevaleceu no executivo, mantendo suas estruturas de poder.

Com o avanço do neoliberalismo⁶⁵, a partir dos anos 1990, as fronteiras entre direita e esquerda passaram a se embaralhar. De modo geral, ao menos nas eleições presidenciais, a direita tradicional ou a velha direita, aquela remanescente da ditadura militar, saiu de foco, é o que defende Singer (2021, p. 708-709) como característica da segunda fase ou ciclo (1994 e 2018). Porém, é preciso ressaltar que apenas durante o primeiro mandato de Lula⁶⁶ (2003-2006), ela não estava materializada nas composições partidárias, mantendo-se em cargos de vice, ou compondo alianças nos demais contextos.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995–2002) expressam as contradições do partido, que, embora originado na centro-esquerda, associado à social-democracia, pode ser considerado como “objeto de legítima controvérsia” (Singer, 2021, p. 708), posto que adotou políticas e alianças típicas da direita, como desregulamentação econômica, privatizações, cortes de gastos públicos e a coalizão com o PFL.

No entanto, dentro de uma perspectiva correlacional, pode-se dizer que manteve um alinhamento mais a direita do centro no que diz respeito à composição espectral entre “PFL-PP à sua direita e a coalizão PT-PSB-PDT-PCdoB e PSOL (a partir de 2004) à esquerda”.

Nesse ponto é importante destacar como a noção entre os termos direita e esquerda passaram a se distanciar do seu sentido originário. Na revolução francesa, a burguesia (à

⁶⁵ Conforme aponta Sader (1995, p. 192), o neoliberalismo aprofunda as desigualdades sociais ao “representar um sistema excludente que relega ao abandono amplos setores da população que não têm oportunidade para alcançar uma vida digna”. Carrega ainda “outro aspecto da ideologia de direita, o aprofundamento do racismo, do chauvinismo, da discriminação”, traduzindo a “indiferença por parte de um sistema social”.

⁶⁶ De acordo com Singer (2021) no “segundo turno [eleições presidenciais de 2002], ambos, PFL e PPB, apoiaram José Serra, do PSDB, mas Lula venceu aquele pleito, colocando no Planalto uma coalizão à esquerda do centro. Tal composição mudaria de 2005 em diante, com a entrada de PP e PMDB da Câmara no governo” (p.709).

esquerda) cumpriu um papel revolucionário do ponto de vista das forças produtivas, pois buscava-se mudanças nas relações sociais que permitissem o desenvolvimento de novas formas de produção. Ou seja, a mudança do papel da burguesia para um papel conservador (à direita), diz respeito à conservar o capitalismo como sistema econômico social e suas estruturas de poder.

Contudo, na visão marxista, as formas de organização sociais e produtivas, na atualidade, estão freando o desenvolvimento das potencialidade humanas de trabalho, fazendo-se necessário sua renovação. O socialismo, como alternativa ao sistema vigente, a partir da socialização dos meios de produção à classe trabalhadora, por sua vez, proporcionaria a renovação das formas de desenvolvimento, assim, o proletariado devido a sua localização na cadeia produtiva se enquadraria como o sujeito revolucionário. Nesse sentido, ser de esquerda está relacionado em assumir um papel implicado na superação do modo de produção e as estruturas sociais dele decorrentes. Dessa forma o que convencionou-se chamar de esquerda, direita e centro muitas vezes abandona essa perspectiva e contribui para um apagamento das classes e da discussão sobre a transformação social.

A chegada da esquerda ao poder com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2002 consolidou-se como um marco singular, pois tratou-se da única vez na história do país, desde a redemocratização, em que um governo de orientação progressista assumiu a presidência da república por meio de uma transição pacífica, sem rupturas institucionais. Nesse contexto, inaugurou-se no Planalto uma coalizão à esquerda⁶⁷ do centro. “Tal composição mudaria de 2005 em diante, com a entrada de PP⁶⁸ e PMDB da Câmara no governo” (Singer, 2021, p.709).

Essa estabilidade no governo, contudo, mostrou-se frágil e revelou-se em forma de ruptura no segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, PT (2015-2016) com a instituição de um golpe institucional, materializado pelo processo de impeachment em 2016.

Uma conjuntura que reunia em uma mesma composição: as manifestações de junho de 2013, a Operação Lava Jato de 2014 e uma crise econômica a partir de 2015. Esse caldo social, operacionalizado de forma sensacionalista pela mídia e potencializado pelas redes

⁶⁷ Inicialmente, o PT tinha em seu programa um projeto socialista e possuía uma ampla base de filiados e de apoio entre trabalhadores e movimentos sociais, o que conferia um caráter de esquerda. Após alguns anos no governo federal, foi retirado do programa a luta pelo socialismo e o PT foi se tornando um partido mais identificado com o regime, atuando para a conciliação e conservação da ordem. Embora tenha tomado medidas em políticas públicas que promoveram a melhoria nas condições de vida de setores populares.

⁶⁸ O Partido Progressistas (PP) é um partido de orientação conservadora, originado da antiga Arena — legenda de sustentação do regime militar — passando pelo PDS e pelo PPB até assumir sua nomenclatura atual (Progressista) em 2017. Representa um segmento tradicional da direita brasileira, com atuação marcada pelo pragmatismo político e por alianças fisiológicas, mantendo forte presença nos legislativos e no interior do país.

sociais, ajudou a fermentar um clima de instabilidade, levando grande parte da opinião pública a se manifestar de maneira cega contra a corrupção e a favor do impeachment da única presidenta mulher eleita democraticamente no país.

Como forma de expressar a composição da opinião pública do momento em questão, Barros (2019) nos remete a falsa ideia que levou a responsabilização da crise pelo roubo dos cofres públicos a partir da classe política, sobretudo pelo PT, gerando o que autor denomina de “a ilusão de que não [foi] crise, [foi] roubo” (p.73).

Barros (2019), ainda se refere a duas pesquisas realizadas, uma em 2015 e outra em 2017, respectivamente. A primeira, com autoria do instituto DataPopular em 2015, indicava que 67% dos entrevistados consideravam a corrupção como a principal causa da crise. A segunda, realizada por uma parceria entre o Serviço de Proteção ao Consumidor (SPC) e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), revelou que para 48% dos participantes “o dinheiro empregado de forma errada e os escândalos políticos eram as principais causas da crise” (p.73)

Após conclusão do processo de impeachment, o país viveu a instauração do governo interino de Michel Temer (PMDB), num contexto de polarização política e disseminação de ódio contra o PT. Tal governo, se não tivesse envolvido em escândalos políticos, talvez tivesse conseguido consolidar a ideia de que a causa da crise era de fato a corrupção petista, escondendo assim, a verdadeira razão para o afastamento da presidenta, nas palavras de Braz (2017, p.95-96):

O derrube de Dilma e do PT significa mais que um atentado à democracia: significa, para as classes dominantes, que é hora de uma nova hegemonia que crie condições ideais para a reprodução dos interesses capitalistas num cenário novo que substitua a forma hegemônica que até então serviu. Ou seja, se a forma anterior já não é mais eficaz, trata-se de construir um novo bloco de poder para criar as condições ideais. Há evidências de uma crise de hegemonia.(...) Nesses momentos, (...) de transição entre formas hegemônicas, é comum que (...) uma forma que se valha de elementos fascistas, de uma cultura política fascista que ataque às conquistas democráticas [sejam úteis]. O que está em jogo é a construção dessa nova hegemonia.

No que pese, vivemos hoje, no Brasil, um momento de transição de formas hegemônicas. As formas hegemônicas representadas pelo PSDB e pelo PT, desempenharam funções importantes no que tange a mediação entre as classes dominantes e os setores populares. O primeiro, consolidando a hegemonia neoliberal a partir dos anos 1990, o segundo, buscando uma conciliação entre demandas populares e interesses do capital.

Atualmente, com o esgotamento desses blocos políticos, deflagrados tanto pelo agravamento das disparidades sociais, quanto pelos entraves da política de conciliação,

abriu-se caminho para a construção de uma nova formação hegemônica em disputa, vivenciada, em parte, pelo bolsonarismo e pelo terceiro mandato do governo Lula.

Com as eleições de 2018, a direita retorna ao cenário da disputa presidencial na figura de Jair Bolsonaro, ex-militar, defensor de pautas armamentistas e autoritárias, “cuja carreira parlamentar havia se desenvolvido em boa parte nas siglas sucessoras da antiga Arena” (Singer, 2021, p.709).

Em um quadro complexo e diversificado, pode-se dizer que resíduos de uma velha direita volta ao poder na cadeira presidencial com a derrota de Fernando Haddad (PT). Marcando, assim, a ascensão de um projeto político de caráter conservador, com forte apelo aos valores morais e religiosos, defensor de um nacionalismo retórico, com teor autoritário. Uma espécie de adaptação dos traços da velha direita aos novos tempos, pois não se trata do retorno desta ao poder, e sim, da abertura para um campo diversificado em franca disputa⁶⁹.

Com a eleição de 2022, e a vitória acirrada de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), através de uma grande aliança política⁷⁰, há uma nova interrupção da representação da direita no poder do Executivo do país. Porém, as tensões políticas não se atenuaram, pelo contrário, ocorreram por diversos lugares do país, uma série de acampamentos em frente aos quartéis militares questionando a validade das eleições e pedindo intervenção armada.

Em 08 de janeiro de 2023, uma tentativa de golpe contra o Estado Democrático de Direito é realizada nos edifícios-sede dos Três Poderes da República: o Palácio do Planalto (Poder Executivo), o Congresso Nacional (Poder Legislativo) e o Supremo Tribunal Federal (Poder Judiciário).

Mesmo que sucintamente, essa conjuntura coloca em evidência as fragilidades da democracia brasileira. Apesar da esquerda ter chegado ao poder a partir do Partido dos Trabalhadores, no período entre 2002-2016 e novamente em 2022 (legislatura atual), sua manutenção tem sido constantemente impactada pelas tensões promovidas por setores da

⁶⁹ A direita, no sentido da conservação, sempre esteve presente nas diretrizes e comando do país. O Bolsonarismo representa uma direita que pretende romper com o regime democrático, mas mantendo o Estado burguês, sua forma de organização e estruturas de poder.

⁷⁰ A coligação que sustentou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 foi denominada *Brasil da Esperança*, reunindo partidos do campo da esquerda e centro-esquerda, com destaque para o PT, PSB, PCdoB, PV, Solidariedade e REDE. A escolha de Geraldo Alckmin (PSB), ex-governador de São Paulo e tradicionalmente vinculado ao campo do centro-direita, como vice-presidente, conferiu à chapa um caráter de frente ampla democrática. No segundo turno, a candidatura de Lula ainda recebeu o apoio de figuras políticas e partidos do centro, como Simone Tebet (MDB), ampliando a coalizão em torno da defesa das instituições democráticas frente ao projeto autoritário representado pela extrema direita.

direita⁷¹. Tal setor apresenta múltiplas expressões⁷² e possui grande capacidade de influência através das diversas formas de redes sociais. Além de manter presença na grande mídia, e ampla capacidade de mobilização social.

4.2 Buscando uma classificação ideológica dos partidos brasileiros.

Encontrar uma classificação ideológica para os partidos brasileiros trata-se de uma tarefa desafiadora e, para tanto, deve-se levar em consideração uma série de fatores, entre os quais, o próprio histórico que o país apresenta com uma quantidade bastante elevada de partidos. Como exemplo pode-se citar as eleições de 2018 e 2022 com respectivamente, 35 e 32 siglas devidamente registradas, conforme consta no TRE-RJ (2025).

Atualmente há 29 partidos com registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2025). Somente durante o regime de exceção (1964-1985) que esse montante foi reduzido. Quando da imposição do bipartidarismo, cuja oposição, representada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) era meramente figurativa, enquanto a efetividade do campo decisório se dava na atuação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional).

Pede-se entender a expressividade numérica como um dos elementos consideráveis quanto aos impasses para identificação ideológico-partidária no país, porém, se faz necessário considerar uma série de fatores em conjunto, com destaque para: a natureza dinâmica do sistema partidário brasileiro, marcada por constantes rupturas e movimentos, representados pela facilidade com que partidos são criados, extintos ou fundidos; à recorrente troca de siglas partidárias por parte dos políticos, caracterizando uma certa volatilidade institucional, cujas ligações programáticas são pouco valorizadas.

Além desses fatores, pode-se acrescentar a tendência cultural da política brasileira de valorizar, sobretudo, figuras individuais, no lugar de programas partidários e projetos políticos. O personalismo político, uma característica evidente em todo executivo, tem seu

⁷¹ Vladimir Safatle (2023), em suas importantes reflexões sobre a extrema direita contemporânea, destaca seu papel disruptivo, ou seja, seu caráter insurrecional, enquanto resposta à crise de representação das democracias liberais, uma espécie de “revolução reacionária”. Por outro lado, a esquerda, apresenta-se de forma condicionada e reativa, buscando conter os avanços e danos da direita, sem uma diretriz objetiva capaz de fortalecer sua capilaridade e representação (Brasil 247, 2023).

⁷² Considerando essa multiplicidade, autores como Bolognesi, Berlatto e Codato (2018) afirmam que “a direita no Brasil não é homogênea e pode ser subdividida em diferentes tipos políticos com base em posicionamentos ideológicos e trajetórias políticas”, podendo ser representada da seguinte forma: “o político tradicional de direita, o político da nova direita popular, o político da direita populista, o político da direita neoliberal e o político da direita libertária” (p. 872).

lugar de destaque no presidencialismo, deixando assim o referencial ideológico dos partidos muitas vezes ofuscado pela centralidade das lideranças políticas.

Embora diverso, há um grande referencial de pesquisas⁷³ diante de uma também diversa possibilidade de metodologias que buscam apreender o conteúdo das orientações ideológicas-partidárias, com base em análises e critérios classificatórios diversos. Como exemplo, podemos citar a classificação da ideologia partidária através dos programas dos partidos, ou a partir do comportamento de seus representantes, bem como do comportamento eleitoral, ou mesmo através da percepção de cientistas políticos (BOLOGNESI; RIBEIRO; CODATO, 2023, p.2).

Toda essa diversidade de formas de classificação ideológica dos partidos políticos têm sido utilizadas para agrupar as siglas ao longo do eixo que vai da esquerda à direita. Esse esforço metodológico em conjunto, têm contribuído para a construção de um relativo consenso quanto ao posicionamento político das principais legendas nacionais (BOLOGNESI, BERLATTO e CODATO, 2018, p. 875).

Conhecer e classificar partidos políticos a partir de seu posicionamento ideológico configura-se como um instrumento de análise para entender as próprias organizações e seus papéis no quadro político institucional. No entanto, é necessário levar em conta que as organizações partidárias não são fixas ou imutáveis, dessa forma a apreensão ideológica das mesmas se dá de diferentes formas, conforme os contextos, ou seja, está em constante movimento e transformação.

Em nosso trabalho, com o intuito de compreender e classificar os partidos políticos brasileiros, adota-se como referenciais teóricos os trabalhos de Singer (2021), Bolognesi, Berlatto e Codato (2018) e de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), entre outros.

Com seu trabalho intitulado “Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros”, Bolognesi et al. (2023), apresenta uma perspectiva da variação do posicionamento ideológico partidário, tendo em vista seu caráter variável e demanda por atualização contínua.

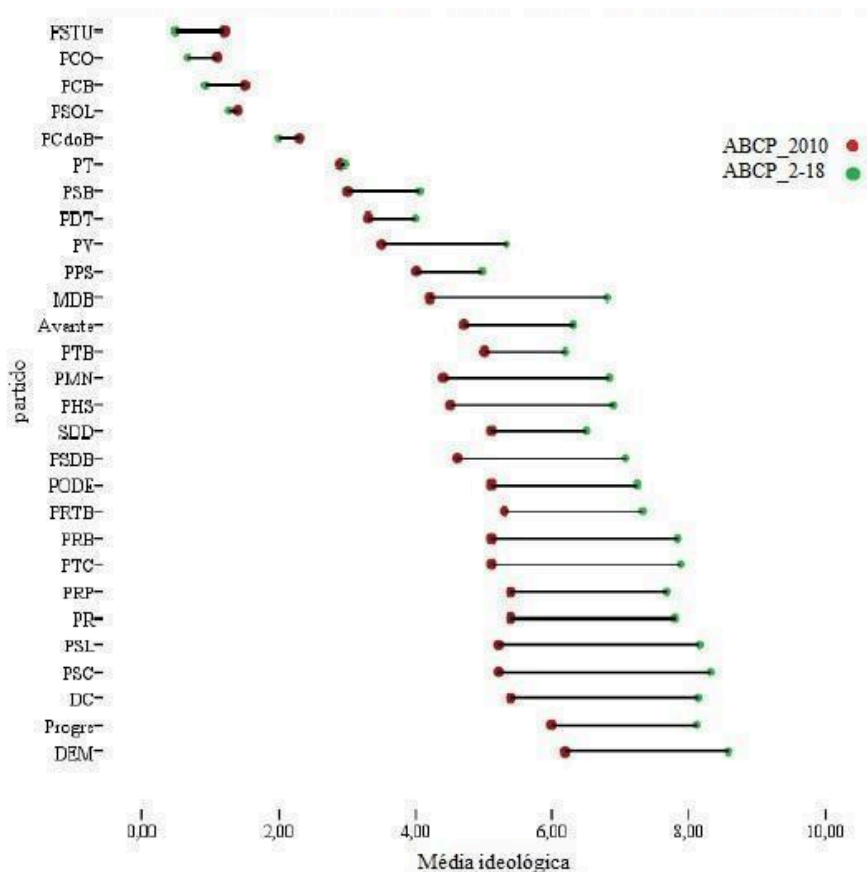
A partir da utilização de métodos *expert survey*⁷⁴ realizados com especialistas vinculados à Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), propõe-se uma renovação da classificação ideológica partidária, conforme análise comparativa com resultados de outras

⁷³ Para este trabalho, utilizamos as seguintes pesquisas: Singer (2021); Segrillo (2004); Pereira (2019); Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023); Bolognesi, Berlatto e Codato (2018); Tarouco e Madeira (2015).

⁷⁴ Segundo Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) métodos de survey com especialistas apresentam como vantagens: em primeiro lugar, qualquer que seja a forma de classificação de partidos, haverá possível fonte de erros ou vieses. Em segundo lugar, ideologia política é um conceito que exige algum grau de abstração e complexidade, não sendo, portanto, um elemento de fácil acesso (p.5).

pesquisas⁷⁵, e proporcionam uma visão abrangente e relevante das movimentações nos espectros direita e esquerda entre o período de 2010 e 2018. Com a figura 1⁷⁶ abaixo pode-se observar a variação no posicionamento ideológico dos partidos.

Figura 1: Comparação do posicionamento ideológico em 2010 e em 2018⁷⁷



Fonte: survey ABCP/UFPR e Tarouco e Madeira (2015), apud Bolognesi *et al* (2023).

A partir da comparação dos resultados com a pesquisa intitulada “Os Partidos Brasileiros Segundo Seus Estudiosos: Análise de um Expert Survey” de Tarouco e Madeira (2015), conforme a figura acima, é possível notar que, com exceção dos cinco partidos mais à esquerda do espectro político-partidário brasileiro, ocorre uma tendência geral para se

⁷⁵ As pesquisas envolvidas partem da aplicação um survey junto aos associados da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em contextos diferentes, conforme Tarouco e Madeira (2015).

⁷⁶ O gráfico foi elaborado com base no survey ABCP/UFPR e Tarouco e Madeira (2015), apud Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), comparando médias ideológicas atribuídas aos partidos políticos brasileiros em 2010 e 2018. A média é calculada com base em percepções de posicionamento ideológico em escala, permitindo a visualização das mudanças e tendências de alinhamento partidário no período.

⁷⁷ O eixo X, corresponde aos valores representam o posicionamento ideológico dos partidos; quanto maior o valor, mais à direita se encontra a orientação política.

movimentarem para a direita, no período 2010 a 2018. Conforme Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) observa-se uma:

(...) tendência centrífuga à direita do sistema partidário. O Gráfico 2 [Figura 1] aponta nessa direção entre 2010 – quando a primeira pesquisa com os associados da ABCP foi realizada – para 2018. Mais partidos passaram a ocupar a posição da direita e, ainda, mais partidos passaram a ter posições mais extremadas (p.18).

Dessa forma, pode-se afirmar que a partir da década de 2010, no Brasil ocorreu um notável crescimento da direita, processo este que se insere numa tendência mais ampla do avanço da direita e extrema-direita nas democracias ocidentais, incluindo Europa e Estados Unidos (Bolognesi, Berlatto e Codato, 2018 p.871).

No caso do Brasil, até o início da década de 2010, o país vivia uma relativa estabilidade política, na qual, o debate público e a alternância do poder presidencial giravam em torno das tensões entre PT e PSDB. O que Singer (2021) denominou de segunda fase, período entre 1994-2018, no qual a direita não se mostrava competitiva nas eleições, cujo foco da disputa política se dava entre os pólos representados pela centro-esquerda do PT e da centro-direita do PSDB. Conforme Singer (2021):

Em suma, nas eleições presidenciais vencidas por PSDB e PT, a direita saiu do foco, parte dela, inclusive, afastando-se da máquina federal em 2003. Tal situação atrapalhou as análises (...) perdeu-se de vista, além das predisposições latentes no eleitorado, o papel dos militares. Com a volta [declarada] destes à política em 2017, percebeu-se o quanto estão associados a momentos de ascensão da direita. Mas, até então, o potencial intervencionista das Forças Armadas foi esquecido na mesma sombra que dificultou ver a identificação ideológica com que a direita seguia contando (p.709).

No entanto, a deflagração das manifestações de junho de 2013 impulsionou o início de nova fase no sistema político, marcado pelo processo de instabilidade da ordem institucional que resultou no impeachment de Dilma Rousseff em 2016. O que também pode ser chamado de Jornadas de junho, que inicialmente tinha como objetivo a redução das tarifas do transporte público, e se transformou em um movimento com bandeiras difusas que passaram a questionar o sistema político de modo geral. Embora com pautas diversas e, muitas vezes, contraditórias, o desgaste causado a partir das manifestações recaiu principalmente sobre o governo federal do PT, que era o alvo mais visível das críticas. Em torno das insatisfações populares, as forças mais à direita foram ganhando espaço e criando um ambiente de acirrada polarização política.

Observando a Figura 1, tomando o Partido dos Trabalhadores (PT) como ponto de referência, percebe-se que os partidos situados à sua esquerda no gráfico (PCdoB, PSOL, PCB, PCO e PSTU) mantiveram e, em alguns casos, até reforçaram seu posicionamento ideológico. Por outro lado, os demais partidos, anteriormente localizados mais ao centro do

espectro ideológico (2010), apresentaram uma mudança significativa ao longo da década, com uma acentuada inclinação à direita.

Assim, o conjunto de crises⁷⁸ vivenciadas a partir das Jornadas de junho de 2013, ou seja, a deflagração da Operação Lava Jato, seguida da chamada “crise brasileira de 2015-18”, conforme denominação de Barros (2019, p. 71), fomentaram e fortaleceram o que Singer (2021, p.706) chamou de “reativação da direita brasileira”, que sobretudo, a partir da consolidação da opinião pública em torno do discurso anticorrupção, antissistema, e disseminação de ódio ao PT, foi se projetando como a grande alternativa para o Brasil.

Nesse contexto, ocorreu uma espécie de aliança entre os partidos mais à direita, que até então mantinham uma presença mais discreta, com setores da grande mídia para construir e reforçar a narrativa⁷⁹ de que a corrupção do PT seria a principal responsável pelos problemas que o país estava enfrentando. É importante ressaltar que outros partidos não apenas participaram dos esquemas de corrupção denunciados, mas também ajudaram a estruturar tais práticas ao longo das últimas décadas.

Essa conjuntura de crises, cujo alvo preferencial era o PT, contribuíram para a criação de um ambiente de instabilidade política que desfez o pacto democrático constitucional de 1988 e criaram condições para o processo de impeachment de Dilma Rousseff (2016). O impedimento da presidenta, deslocou o debate público e eliminou barreiras para discursos machistas e misóginos, demonstrando toda fragilidade política em torno de uma figura feminina, cuja destituição se deu sem comprovação de crime de responsabilidade fiscal e contribuiu tanto para uma guinada conservadora, quanto para um quadro institucional vulnerável a práticas autoritárias.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o golpe jurídico-parlamentar de 2016, transformado em espetacularização, consagrou a materialidade de um simbolismo que representou a reorganização da direita no Brasil, conforme o gráfico acima (figura 1). A direita passou a disputar o espaço público de forma aberta e radicalizada e encontrou seu ponto de culminância na eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

⁷⁸ “Ambos [a Operação Lava Jato e a crise econômica] partem de processos mais longos e estruturais. O Brasil cresce pouco há décadas, mas os gastos públicos aumentaram rapidamente. O país fechado para o comércio internacional e tem sérios problemas de produtividade. Parte disso foi disfarçado pela crise das commodities nos anos 2000. A tentativa de Dilma Rousseff de superar esses problemas com a Nova Matriz Econômica [conjunto de políticas econômicas adotadas no de 2011 até 2014] fracassou espetacularmente” (BARROS, 2019, p.71).

⁷⁹ Essa centralidade discursiva gerou acusações de seletividade e a instrumentalização política da Operação, pois houve uma certa discrição e silêncio diante da gravidade das investigações que envolviam outros partidos, tais como MDB, com figuras centrais como Eduardo Cunha e Michel Temer (presidente interino entre 2016-2018); e o PP, um dos partidos com maior número de parlamentares investigados. Também foram mencionados o PSDB, com nomes como Aécio Neves e José Serra; o DEM (hoje parte do União Brasil); o PR (atual PL); além de PTB, PDT e Solidariedade.

O ambiente e clima de instabilidade política, insatisfação social foram potencializados pelo conjunto de crises vivenciados no país e esses fatores de forma complexa abriram espaço para figuras como Jair Bolsonaro. Sua eleição e todo processo de candidatura foi capaz de unificar o ressentimento popular ao que há de mais conservador no sistema político. É nesse contexto que as alianças da direita com setores evangélicos ganharam proeminência e setores militares tiraram proveito de toda intensificação aos apelos a valores morais e conservadores, buscando um alinhamento junto ao discurso de segurança pública e nacionalismo.

Uma das frases muitas vezes repetida durante o mandato de Jair Bolsonaro foi “Deus, Pátria, Família”, uma tríade de cunho fascista, que coloca “Deus” em primeiro lugar representando a base moral e o controle social; em segundo, “Pátria”, cuja presença reforça o teor nacionalista e autoritário, frequentemente relacionado a práticas xenófobas e racistas; e por último, “Família”, de caráter patriarcal e tradicional, cujo padrão reforça o controle das mulheres e exclui qualquer diferença de gênero. Tal *ethos* foi capaz de capitalizar a comoção de pessoas religiosas e reforçaram pautas associadas à direita e extrema-direita. Segundo a reportagem de Cunha (2023), publicada no blog da Carta Capital:

O mote que orientou os quatro anos do militar no poder foi “Deus, Pátria, Família”, uma tríade que capturou emoções de religiosos e não-religiosos, revertidas em apoios às pautas de extrema-direita. Significativa parcela deste alcance foi concretizada entre pessoas ressentidas com os avanços nas pautas de direitos sexuais e reprodutivos, entre pessoas antipetistas e anti-esquerda, e entre pessoas suscetíveis aos discursos de terror verbal sobre ameaças à existência das igrejas. Os apoios atuaram para consolidar a imagem de um governo religioso antigênero, anticomunista e anticorrupção (n.p.).

A direita brasileira consolidou-se como um grupo ideológico heterogêneo, composto por diferentes vertentes. Atualmente, abarca um campo que compreende desde uma direita representada por partidos herdeiros do regime ditatorial, como o DEM (antigo PFL) e o PP (sucessor do PPB, PDS e Arena), o que pode-se chamar de a “velha direita” ou de “direita tradicional”. Até uma nova direita com correspondências e conexões internacionais (Singer, 2021, p.709).

Bolognesi *et al.* (2018) também destacam a presença de uma direita cujo caráter econômico neoliberal ganha evidência nas pautas, cuja maior representação está no partido NOVO. E também uma direita que teve seu protagonismo com a ascensão de movimentos sociais como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra rua e Endireita Brasil, cuja mobilização e engajamento se fez e faz, sobretudo, a partir das redes sociais⁸⁰ (p. 871).

⁸⁰Nessas plataformas, a atuação política tende a ser performática objetivando engajamento, a partir de uma prática comunicacional que se vale de retórica agressiva, simplificações, descolados de compromissos programáticos mais consistentes, contribuindo para a superficialização do discurso público e a polarização política.

Embora seja um tema de grande relevância, a fragmentação da direita não será objeto de nossa investigação, mesmo que a atuação deste campo seja difusa, embaralhada e esteja em plena disputa no cenário brasileiro. O foco de análise desta pesquisa se destina para a presença e atuação de uma direita de caráter religioso, uma direita confessional.

No que tange às diferenças ideológicas partidárias, neste trabalho, os partidos foram classificados segundo as três categorias clássicas: direita, esquerda e centro. A Tabela 4 foi organizada com base nas forças políticas que apresentaram as candidaturas nas eleições de 2018 e 2022. Tendo como referência os critérios adotados por Bolognesi, Berlatto e Codato (2018) e Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), cujos estudos propõem uma tipologia do sistema partidário brasileiro. Essa classificação também dialoga com a apresentada anteriormente na Figura 1.

Tabela 4. Distribuição dos partidos políticos brasileiros por grandes grupos ideológicos: 2018 e 2022

Esquerda	Centro	Direita
PCB PCdoB PCO	PPS/CIDADANIA(1) MDB	PTC/AGIR(2) AVANTE DC
PPL(4)	PMB PMN PSDB	DEM(3) NOVO PEN/PATRI(5)
PSOL	PV REDE	PHS(6) PR/PL(7) PODE(8)
PSTU PT	PSB PDT	PP PROS* PRP(9) PRTB
UP		PSC** PSD PSL(10) SD
		PTB PRB/Republicanos(11) UNIÃO BRASIL(12)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE (2018-2022)

(Adaptado de BOLOGNESI; BERLATTO; CODATO (2018) e BOLOGNESI; RIBEIRO; CODATO (2023).

Notas:

- (1) PPS/CIDADANIA: Antigo PPS, mudança de nome 2019 para Cidadania.
 - (2) PTC/AGIR: Antigo Partido Trabalhista Cristão (PTC), mudança de nome em 2022 para AGIR.
 - (3) DEM: Extinto em 2021, fusão com PSL, formando União Brasil.
 - (4) PPL : Extinto, em 2019 foi incorporado pelo PCdoB.
 - (5) PEN/PATRI: Antigo Partido Ecológico Nacional (PEN), mudança de nome em 2018 para Patriota.
 - (6) PHS: Extinto em 2018, incorporado ao PODEMOS em 2018.
 - (7) PR/PL: Antigo Partido da República (PR), mudança de nome em 2019 para PL.
 - (8) PODE: Antigo Partido Trabalhista Nacional (PTN), mudança de em 2017 para PODE, em 2018 incorporou PHS e PSC em 2023.
 - (9) PRP: Extinto em 2019 e incorporado pelo Patriota.
 - (10) PSL: Extinto em 2022, fusão com DEM, formando União Brasil
 - (11) PRB/Republicanos: Antigo Partido Municipalista Renovador (PMR), mudança de nome para Partido Republicano Brasileiro (PRB) em 2006 e para Republicanos em 2019.
 - (12) UNIÃO BRASIL: Fusão em 2022 com PSL e DEM.
- PROS*Extinto em 2023 e incorporado pelo Cidadania.
PSC**Extinto em 2023 e incorporado ao PODEMOS.

A partir do quadro acima, percebe-se nitidamente as constantes movimentações nas siglas, expressas, sobretudo, a partir das trocas de nomenclaturas e mesmo de realinhamentos ideológicos promovidos por fusões entre partidos. Esse quadro dinâmico, faz parte da realidade nacional, embora cada situação carregue suas especificidades.

Como exemplo pode-se citar o caso do DEM, cuja extinção foi causada pelo mau desempenho da legenda nas últimas eleições. Nos casos de PTN/Podemos, com posterior

incorporação de PHS e PSC e PEN/Patriota, a mudança deveu-se à tentativa de aproximação com a candidatura de Bolsonaro à presidência.

Os casos do PP/Progressistas, PTdoB/Avante, PSDC/DC e PMDB/MDB são frutos do desgaste das legendas e de uma tentativa de realinhamento com o eleitorado a partir de novas narrativas, buscando um afastamento de políticos e partidos tradicionais. São muitas especificidades, que demonstram a correlação de forças no interior dos partidos, na busca contínua pela conquista e manutenção do poder, ainda que por metodologias distintas, e na disputa de projetos políticos diversos.

4.3 Confessionalidade Partidária

No trabalho intitulado de “A classification of Latin American political parties”, Coppedge (1997) propõe uma nova estruturação dos partidos na América latina, que apresenta como critério a dupla articulação das variáveis confessional e secular. Sendo que a primeira variável está relacionada aos vínculos estabelecidos entre partido e religião e a segunda, diz respeito às dimensões clássicas esquerda-direita e suas variações.

Com a combinação dessas duas dimensões Coppedge (1997) propôs 13 categorias analíticas diferentes⁸¹. Em seu trabalho sobre a tipologia da direita brasileira, Bolognesi *et al.*(2018), baseia-se nas “mesmas dimensões do conceito de ideologia política” (p.779) propostas por Coppedge (1997), ou seja, nessa dupla articulação entre confessionalidade, secularização e ideologia, optando por fazer uso apenas de 7⁸² das 13 categorizações originais. No que tange o interesse deste trabalho destacamos somente uma delas, os “Partidos confessionais de direita”, tais partidos fundamentam:

(...) sua ideologia ou programa explicitamente em concepções religiosas e/ou estão ligados a igrejas e a movimentos com forte apelo conservador (“pró-vida”, “pró-família”, etc.). No exemplo escolhido por Coppedge, o modelo seria o dos partidos Democratas-Cristãos. No nosso caso, juntamos nessa classe o PEN, da Assembleia de Deus, o PRB, da Igreja Universal, o Partido Social Cristão, o PR, dono da maior bancada evangélica na Câmara dos Deputados e o PSDC (herdeiro do antigo PDC, extinto em 1965) (BOLOGNESI *et al.* 2018, p.779).

Assim, busca-se corroborar com a definição encontrada em Bolognesi *et al.*(2018) com base em Coppedge (1997) e atualizar o quadro definido pelos autores como “direita

⁸¹ As categorias são: Direita Cristã, Centro-Direita Cristão, Centro Cristão, Centro-Esquerda Cristão, Esquerda Cristã, Personalista, Desconhecido, Direita Secular, Centro-Direita Secular, Centro Secular, Centro-Esquerda Secular, Esquerda Secular e Outro Bloco (COPPEDGE, 1997, sem paginação, tradução nossa).

⁸² As categorias são: Confessional de direita, Personalista, Secular de centro, Secular de centro-esquerda, Secular de esquerda e Secular de direita (BOLOGNESI *et al.* 2018, p.880-881).

confessional” brasileira (p.871). Para essa proposta de classificação partidária, a “dimensão religiosa e a dimensão [ideológica] esquerda-direita se sobrepõem, de modo que qualquer partido que possa ser classificado em termos de esquerda-direita também deve ser classificado como cristão ou secular⁸³ (...)” (COPPEDGE, 1997, sem paginação, tradução nossa).

Com base nas reflexões Bolognesi *et al.*(2018) e Coppedge (1997), buscando atualizar e evidenciar o papel e influência da religião na performance e formação dos partidos, propõem-se refletir sobre os critérios utilizados pelos autores a fim de compor uma atualização dos quadros partidários que possam ser classificados como Confessional de direita.

Dessa forma, a nossa proposta de classificação de partidos confessionais de direita está fundamentada em um conjunto de cinco critérios base capaz de refletir a natureza dinâmica e complexa dos partidos brasileiros que estabelecem vínculos com a religião no presente e especificados na tabela 5:

⁸³ No original: *The religious dimension and the left-right dimension overlap, so that any party that can be classified in left-right terms must also be classified as Christian or secular (...)* (COPPEDGE, 1997, sem paginação).

Tabela 5. Critérios para a classificação partidária em Confessional de direita

1	Partidos que afirmam basear sua ideologia e programas em valores cristãos, e/ou no Evangelho, e/ou em autoridades, e lideranças religiosas, e/ou em membros com ligações explícitas ou implícitas com alguma religião, e/ou em alguma doutrina ou filosofia religiosa. E ainda aqueles partidos que carregam em sua nomenclatura e/ou simbologia elementos que fazem referência à religiosidade.
2	Partidos que defendem interesses implícita ou explicitamente relacionados à religião, sejam eles ligados ou não a movimentos com declarado apelo conservador, mas cuja mobilização se dá a partir de temores que colocam em perigo “nação cristã”, das inseguranças em torno do declínio de uma crise moral que ameaça desintegração social e dominação secularista (fatos que impulsionaram ao ativismo político de cristãos conservadores). E/ou ainda a partidos que se opõem ou buscam reduzir a separação entre Igreja e Estado (MARIANO, 2022, p.221).
3	Partidos que estabelecem relação oficial ou não de instituições religiosas, ou que recebem apoio de membros e autoridades religiosas em suas campanhas eleitorais, podendo estes ser candidatos oficiais de igreja (como pastores, bispos, missionários, padres, cantores, artistas e membros diversos). Nesse ponto valem alguns esclarecimentos, pois as relações com instituições religiosas podem ser observadas a partir de uma série de fatores, tais como: a quantidade de membros religiosos no partido, seja no corpo de trabalho e no corpo diretivo; a forma de atuação no parlamento, seja através da defesa de pautas e projetos relacionados a alguma religião ou doutrina, e/ou através no envolvimento direto com as frentes religiosas na Câmara Federal.
4	Partidos que buscam mobilizar o eleitorado, sendo ele religioso ou não, a partir de um ativismo político conservador, arraigado em valores cristãos, morais e doutrinários em defesa: do anti-comunismo; de pautas “pró-vida”, que se opõem à legalização do aborto, e aos direitos reprodutivos da mulher; de pautas “pró-família” baseada na heteronormatividade, na autoridade patriarcal e na divisão tradicional dos papéis de gênero; de pautas de combate à educação sexual nas escolas; de pautas de combate à discussão sobre associadas a discursos moralizantes vinculados à segurança pública.
5	Partidos que podem estabelecer relação com qualquer um dos critérios acima, mesmo que não sejam amplamente identificados como religiosos, ou quando a religião não se estabelece como um componente central de sua ideologia, ou plataforma ou atuação política.

Fonte: Elaboração própria.

No trabalho de Bolognesi *et al.* (2018) foram classificados, dentro do período de 1998-2014, os seguintes partidos na categoria “confessional de direita”: PEN, PHS, PR, PRB, PSC e PSDC. Em nossa proposta de atualização dos quadros partidários correspondentes a essa categoria, propõe-se a seguinte renovação: Patriota, DC, PL, PODE, PSC, União Brasil, Republicanos, e AGIR, conforme os critérios por nós estabelecidos.

A seguir, apresenta-se uma contextualização e justificativa para tal enquadramento, a partir de uma breve análise de cada partido:

O Patriota: teve sua origem em 2012, derivada do antigo PEN (Partido Ecológico Nacional). Apesar de sua nomenclatura sugerir como foco a pauta ambiental, tal atuação foi bastante negligenciada, em detrimento ao seu alinhamento com o setor cristão de base conservadora. Conforme observado por Bolognesi *et al.* (2018) o partido “é mais equívoco ainda, já que o ambientalismo está em segundo plano na agenda da organização e, em primeiro, a sua ligação com a igreja evangélica Assembleia de Deus” (p.877).

Em 2018 a sigla PEN deixou oficialmente de existir, dando lugar ao partido Patriota, a mudança de nome, seguida do aumento da inclinação partidária à direita, está diretamente associada à tentativa de abrigar a candidatura de Jair Bolsonaro. Alargando seu alinhamento aos interesses conservadores, com aproximações a personalidades da direita nacionalista que celebram e exaltam o militarismo na sociedade.

Como aponta a BBC News Brasil (2021), o Patriota foi um partido controlado por um pequeno grupo familiar, que abrigou figuras políticas de forte apelo entre o eleitorado evangélico e conservador, como o ex-deputado federal Cabo Daciolo, conhecido por seu discurso messiânico e nacionalista.

Em 2019, o Movimento Brasil Livre (MBL), grupo de direita liberal, ingressou no partido com o objetivo de disputar eleições. No entanto, com a possibilidade de Jair Bolsonaro retornar à legenda para concorrer à reeleição em 2022, o movimento rompeu definitivamente com o partido. Em 2023 foi aprovada a fusão⁸⁴ do Patriota com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a legenda resultante passou a se chamar Partido Renovação Democrática (PRD).

O Partido Democracia Cristã (DC): foi originalmente fundado em 1945 como Partido Democrata Cristão (PDC) e extinto em 1965 pelo regime militar. Após sua refundação em 1995, o partido adotou a denominação Partido Social Democrata Cristão (PSDC) e, posteriormente, em 2017, alterou seu nome para Democracia Cristã (DC).

⁸⁴ A fusão entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que enfrentava crise após as eleições, e o Patriota, partido de menor representação, resultou na formação do Partido Renovação Democrática (PRD). Essa união fez do PRD o terceiro maior partido do Brasil em número de filiados, superando o PSDB nessa métrica. Essa reorganização partidária foi oficializada em 2023 e representa uma estratégia para ampliar o acesso ao fundo partidário e ao horário eleitoral (CONGRESSO EM FOCO, 2023).

No que diz respeito ao plano religioso, sua ligação é declarada de maneira óbvia a partir do nome, afirmando a centralidade do cristianismo em sua composição. Na ato de confirmação presente no site⁸⁵ do partido, o posicionamento se dá de forma clara: “Em primeiro lugar, sou CRISTÃO, e porque sou Cristão, sou seguidor de Cristo, tenho compromisso com os princípios do Cristianismo e quero dar, sempre, em todo o tempo e em todo o lugar, testemunho do Evangelho”(DEMOCRACIA CRISTÃ, s.d.).

No contexto político, essa formulação indica não apenas uma identidade religiosa, mas uma disposição ativa de pautar a atuação política segundo valores atribuídos ao Evangelho, ou seja, as escrituras sagradas presente na bíblia. A ideia de “dar testemunho” remete à tradição cristã de não apenas professar uma fé de forma privada, mas manifestá-la publicamente por meio de ações e posicionamentos.

Trata-se de um pequeno partido, sem muita representação e capilaridade política na atualidade, com base nos princípios da Doutrina Social da Igreja Católica⁸⁶, cuja inspiração tem origem na tradição da democracia cristã europeia. No site do partido não encontramos declaração direta de seus membros a uma religião, porém, um dos seus principais fundadores e presidente José Maria Eymael apresenta-se como católico.

Em suas pautas há uma centralidade no caráter conservador em defesa da família, conforme o Ato de Confirmação o compromisso maior do partido “é com a FAMÍLIA, com a defesa de seus valores (...)” (DEMOCRACIA CRISTÃ, s.d.). Assumindo assim, um discurso voltado ao nacionalismo, pró-família e defensor de valores cristãos, operando na disputa simbólica por legitimidade dentro do campo da direita cristã no Brasil.

O Partido Liberal (PL): fundado em 1985, fundiu-se ao PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional) em 2006, formando o Partido da República (PR), um partido de líderes evangélicos, que retomou em 2019 ao nome original. Atualmente, conforme ENGELER, PORTUGAL e ARAÚJO (2024) o PL é o partido com “a maior bancada na Câmara dos Deputados e conta com o Ex-Presidente Jair Bolsonaro, o Senador Magno Malta, [pastor e] importante liderança política [da Assembleia de Deus], e Eli Borges, atual líder da Frente Parlamentar Evangélica, entre os seus filiados” (p. 13).

⁸⁵ <https://www.democraciacrista.org.br/>

⁸⁶ De acordo com reportagem da BBC News Brasil a Doutrina Social Cristã, foi apresentada a partir do Compêndio da Doutrina Social da Igreja como um resultado do trabalho do Pontifício Conselho Justiça e Paz. Tendo como base o documento, *Rerum Novarum* (1891), cuja tradução é “Coisas novas”, tal registro se estabeleceu como uma espécie de “carta magna da atividade cristã no campo social, em busca de uma ordem social justa. À vista dos problemas resultantes da revolução industrial que suscitaram o conflito entre capital e trabalho, aquele documento enumera os erros que provocam o mal social”(CRIVELLARO, 2025, s.p.)

O partido ganhou força com o apoio a eleição de Bolsonaro, atraindo atenção midiática e dando grande visibilidade a seus políticos que aprofundaram o bolsonarismo pelo país. Apresenta pautas com centralidade no desenvolvimento econômico com viés no livre mercado e na aplicação de políticas neoliberais, com claro apelo ao enfraquecimento do Estado, como pode-se observar em seu conteúdo programático:

“Intervenção do Estado na Economia - O Partido Liberal entende que é essencial retirar o peso do Estado dos ombros da população. Permitir que o cidadão possa desenvolver sua capacidade empreendedora, sua criatividade e liberdade gerencial para a produção e comercialização de todos e quaisquer bens e serviços previstos pela legislação brasileira (Partido Liberal, 2023,p.257).”

Também apresenta forte adesão à pauta de segurança pública com apelo à militarização, atraindo um contingente das forças armadas. Além de vínculos expressivos com o campo religioso, em especial lideranças evangélicas associadas às igrejas Assembleia de Deus (AD) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), configurando-se como um dos grandes meios de inserção no campo evangélico conservador na política brasileira.

O Podemos (PODE): antigo Partido Trabalhista Nacional (PTN), foi fundado em 1995, alterando seu nome para Podemos em 2017. Posteriormente, em 2018, incorporou o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e mais recentemente em 2023 o Partido Social Cristão (PSC).

O partido desde sua primeira nomenclatura manteve uma posição mais à direita no espectro ideológico. Atualmente, defende pautas anti-corrupção de forma eloquente, buscando enaltecer uma visão nacionalista fomentando a indignação como forma de mobilização dos eleitores. Conforme o manifesto presente na página do partido:

Sou BRASILEIRO, sou do país que venceu a insuperável inflação, que iniciou a redução das desigualdades, que conhece o crescimento econômico, mas ainda se arrasta na corrupção, na falta de vergonha (...). Até quando vamos aceitar ouvir uma minoria, pouco representativa, preocupada apenas em se manter no poder Basta! Sou brasileiro (...) quero é vencer nas ruas. Quero transformar toda essa indignação em mudança, quero uma nova política(...) (PODEMOS, 2025).

Antes mesmo das fusões o PODE já era identificado como um dos espaços de mobilização da chamada bancada evangélica, a adesão ao PHS (Partido Humanista da Solidariedade) reforçou esse caráter. Sendo este partido enquadrado na definição de Bolognesi *et al.*(2018) e Coppedge (1997) como Confessional de Direita, cuja legenda canalizava interesses de setores evangélicos conservadores, com forte presença da Igreja Quadrangular e de pastores de diferentes denominações como a Assembleia de Deus e IURD.

Em 2023, com a adesão do PSC, a agenda conservadora, com retórica moralista e vínculos com lideranças evangélicas, ficou ainda mais evidente, e marcada em seu corpo diretivo com a vice-presidência protagonizada pelo Pastor Everaldo (Everaldo Dias Pereira) vinculado à igreja Assembleia Deus.

O PSC (Partido Social Cristão): existe desde 1985, originalmente apresentou um caráter conservador com grande participação evangélica, tanto de igrejas pentecostais, quanto igrejas neopentecostais. O partido defende valores morais e conservadores atrelados à religião e aos costumes. No que tange às pautas sociais localiza-se na oposição de políticas progressistas de um modo geral. Em 2023, foi incorporado pelo Podemos, ou seja, participando dos pleitos de 2018 e 2022, interesse de nossa investigação.

No plano religioso, seu vínculo se mostra público, tanto a partir do nome “Cristão”, como a partir do símbolo, um peixe, elemento tradicionalmente relacionado ao cristianismo. Além de apresentar, em seu corpo diretivo, quadros religiosos entre eles oriundos da Assembleia de Deus e da Igreja Quadrangular, denominações estas, pertencentes a “tipos de pentecostalismo mais tradicionais e caracterizados por sua rigidez em relação aos costumes e valores cristãos. Ambas Igrejas condenam, por exemplo, o aborto e a união homoafetiva” (Valle, 2018, p.91).

Segundo Engeler *et al.* (2024), a entrada da Assembleia de Deus na estrutura partidária do PSC ocorreu a partir de 2003, consolidando sua presença por meio de alianças internas e pela liderança Pastor Everaldo, presidente da sigla até sua extinção em 2023 (p. 65).

Outra característica marcante do partido, seria o seu apelo e defesa da direita tradicional com vínculos no regime militar, segundo Valle (2018, p. 90) o partido apresentava em seu site e estatuto o político mineiro Pedro Aleixo como patrono e fonte de inspiração, “político da UDN e, posteriormente, da ARENA, apoiador do golpe militar de 1964 e vice-presidente do general Costa e Silva entre os anos de 1966 e 1969”.

O partido ainda teve um papel relevante no fortalecimento do discurso conservador no Brasil, especialmente durante os governos petistas e no contexto de ascensão de Jair Bolsonaro, sendo uma das primeiras legendas a apoiá-lo ainda na pré-campanha.

O Republicanos: originalmente foi fundado como Partido Municipalista Renovador (PMR) em 2005, passando a se chamar Partido Republicano Brasileiro (PRB) em 2006, nomenclatura que existiu por aproximadamente 13 anos. O nome Republicano, surge em

2019. O partido assumiu um alinhamento político conservador bem demarcado, mantendo como característica sua ligação à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

No site do partido, o Republicanos apresenta fundamentações pautadas em princípios cristãos, exaltando a defesa da família, adotando uma orientação conservadora nos costumes e liberal na condução da economia:

O Republicanos é um movimento político conservador, fundamentado nos valores cristãos, tendo a família como alicerce da sociedade, preservando a soberania nacional, a livre iniciativa e a liberdade econômica, encorajando o progresso tecnológico como caminho inevitável para o desenvolvimento humano (REPUBLICANOS, 2025).

Desde sua origem, ainda sob a sigla PMR, o partido alinhou-se⁸⁷ ao governo federal petista, o que contribuiu para aproximar os setores populares que compunham a base do governo, a sua base religiosa. O PRB permaneceu na base dos governos do PT até março de 2016, quando se afastou em meio à crise que antecedeu o processo de golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff (VALLE, 2018, p. 98).

De acordo com Valle (2018, p.96), pode-se afirmar que trata-se de uma legenda ativamente vinculada à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), esse vínculo evidencia-se no Congresso Nacional, pelo menos de duas formas: através concentração de parlamentares da IURD em suas cadeiras, e pela presença de lideranças religiosas na direção do partido, cujo controle se dá desde seus primórdios.

Mesmo com a intenção de ampliar sua influência para além do universo evangélico, e até mesmo para fora do campo cristão, o Republicanos continua integrado à Frente Parlamentar Evangélica e articula-se diretamente com outros representantes religiosos no Legislativo (VALLE, 2018, p. 96–97).

O União Brasil: fundado em 1994 como antigo PSL (Partido Social Liberal), tal partido ganhou projeção nacional ao eleger Jair Bolsonaro presidente em 2018. Em 2022, fundiu-se com o DEM, formando o União Brasil.

A sigla original, PSL, até as eleições de 2018, era considerada um partido pequeno, com baixa representatividade no Congresso. Contudo, com a filiação de Jair Bolsonaro (2018) sua orientação política passou por mudanças, atraindo políticos alinhados às mais diversas variações do campo da direita. Nesse contexto, o partido passou a assumir uma postura com

⁸⁷ A aproximação entre o PRB e o governo Lula manifestou-se ainda no início do primeiro mandato, quando José Alencar, então já filiado ao partido, ocupava o cargo de vice-presidente da República. O PRB passou a integrar a base aliada no Congresso Nacional. À época, o senador Marcelo Crivella declarou que as alianças do novo partido “serão pela esquerda”, reafirmando o apoio ao governo Lula sob a liderança de Alencar (FOLHA DE S. PAULO, 2005).

forte apelo neoliberal, declaradamente conservadora nos costumes, e apelos ao militarismo, recebendo apoio direto de lideranças religiosas como a do pastor Silas Malafaia, eloquentemente atuante na campanha presidencial.

Em seu site, logo na apresentação do partido há a clara defesa da redução do Estado, como forma de garantir a eficiência pública: “sabemos que, trabalhando com eficiência, um Estado mínimo é capaz de entregar serviços públicos de qualidade e mais dignidade à população” (UNIÃO BRASIL, 2024). Tal visão se estende para o item 34 de seu manifesto, ao associar o funcionalismo público a uma classe de privilégios, de maneira leviana, sem considerar a importância dos serviços prestados e fomentando a desqualificação do trabalhador diante da sociedade e consequente precarização do trabalho ofertado:

Fim do Estado de privilégios. O Brasil tem nos privilégios um pecado de origem. O Estado precisa ser reformado para que se ponha fim às gritantes diferenças entre políticos e cidadãos, trabalhadores da iniciativa privada e funcionários públicos. A sociedade manifesta com clareza sua indignação com os privilégios que se multiplicam na esfera pública e são bancados pelos contribuintes (...) (UNIÃO BRASIL, 2024).

Em 2018, o partido ampliou drasticamente seu número de cadeiras na Câmara, um aumento de 5 para 52 representantes, sendo sua escalada responsável pelo crescimento da direita parlamentar. Uma direita diversa, com fortes ligações religiosas, segundo Cunha *et al.* (2023), nas eleições de 2022 o União Brasil foi “o segundo partido com o maior número de eleitos para a Câmara Federal com identidade religiosa confessional (...) com 50 deputados federais: destes, 26 são católicos, 14 cristãos de vinculação não identificada e 10 evangélicos” (p.200).

O União Brasil tornou-se, portanto, um dos dispositivos de representação da direita política no país. Atuando em defesa de pautas ligadas à moral religiosa, à valorização da família tradicional, à defesa do armamento civil e ao combate à chamada ideologia de gênero. Pertencendo ao espectro conservador cristão, abrigando parlamentares com forte apoio de autoridades evangélicas, muitos das quais atuaram diretamente na Frente Parlamentar Evangélica, mesmo sem manter vínculo institucional com denominações específicas.

O Agir: antigo PRN (Partido da Reconstrução Nacional - 1989), sigla pela qual Fernando Collor foi eleito, a partir do desgaste causado pelo impedimento do então presidente, o partido foi rebatizado como PTC (Partido Trabalhista Cristão - 2000), passando a adotar oficialmente uma identidade vinculada a valores cristãos. Em 2022, passou a se chamar AGIR.

Enquanto PTC seu vínculo religioso mostrava-se público, sobretudo, a partir da nomenclatura “Cristão”. Embora tenha sido um partido cristão, não manteve relações institucionais com igrejas ou confessionalidades específicas. Sua representação religiosa era mais retórica, com ênfase na defesa de valores morais, voltados à família. Tendo marcado em seu estatuto (2017, p.1) a defesa das “liberdades individuais, da vida e da família”.

Atualmente sob a nomenclatura de Agir, o partido mantém o viés ideológico à direita, apresentando uma postura, no mínimo ambígua, pois ao mesmo tempo em que recusa-se a um alinhamento a linhas políticas que questionam a validade e o importante papel das eleições para a democracia, em determinados momentos declara apoio direito à políticos que já questionaram a validade da mesma⁸⁸.

No site do partido, há uma clara defesa aos Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral, demonstrando o cuidado devido com as instituições democráticas: “propor sua extinção é perfilar-se com aquela extrema direita tóxica/nociva, que vem tentando EXTERMINAR nossa DEMOCRACIA. Trata-se portanto, de manifestação inaceitável, agravada e muito, em razão de sua procedência!” (destaques do autor, AGIR, 2025⁸⁹).

No entanto, sobre sua postura ambígua, ela se manifesta na medida em que manteve seu apoio a Lula nas eleições presidenciais de 2022, agindo antagonicamente nas eleições municipais de 2024. Segundo reportagem da CNN Brasil (2024), o partido apoiou candidatos com vínculos bolsonaristas (oposição ao PT), como o prefeito Ricardo Nunes da cidade de São Paulo.

A esse respeito, na página nacional do partido no instagram, há um registro do encontro de Daniel Tourinho (presidente do partido), com Tarcísio de Freitas (Governador de São Paulo e grande apoiador de Bolsonaro) afirmando que o mesmo “vem realizando uma excelente administração à frente do governo do estado de São Paulo. Seguramente é uma nova liderança que surge no cenário político brasileiro. TEM UM FUTURO PROMISSOR PELA FRENTE!” (destaque do autor, Agir, 2024).

A despeito do reposicionamento estratégico mais recente, com críticas à “extrema direita” e uma defesa explícita das instituições democráticas mesmo que de modo questionável, o partido mantém uma orientação à direita no espectro ideológico, o que permite

⁸⁸ Como o político Aécio Neves, que questionou abertamente a validade das eleições de 2014, quando foi derrotado pela então presidenta Dilma Rousseff. No site do PTC sob a presidência de Daniel Tourinho denomina o então Senador como e futuro Presidente, demonstrando apoio à sua candidatura e apostando em sua não realizada vitória (PTC, 2015).

⁸⁹ Passado cerca de um mês da busca, o site encontra-se fora do ar.

sua inclusão, ainda que perifericamente, no enquadramento proposto nesta dissertação como Direita confessional, devido, sobretudo, às suas raízes no PTC.

Vale ressaltar que tal classificação considera não apenas a presença explícita de vínculos religiosos institucionais, mas também os usos retóricos da religião, os valores morais defendidos e as estratégias de mobilização simbólica ancoradas no imaginário cristão.

4.4 Perfil dos Deputados Federais eleitos por São Paulo: 2018 e 2022

Entendemos que o fenômeno religioso na contemporaneidade é complexo e plural, marcado por constantes mudanças e transformações. Com o intuito de evidenciar como os vínculos entre os deputados eleitos e seus respectivos pertencimentos e filiações religiosas, se manifestam no território, recorre-se ao processo eleitoral, entendendo este como uma expressão de dinâmicas conservadoras, que vêm reorganizando a sociedade e o território brasileiro.

Dessa forma, ao trabalharmos com os resultados eleitorais, busca-se mostrar tanto uma expressão, quanto uma síntese da relação entre neoliberalismo, conservadorismo, e religião na política.

Para compreender de maneira mais abrangente a inserção religiosa na política, especialmente no contexto das eleições legislativas, optou-se por utilizar de forma complementar as categorias de pertencimento religioso e filiação religiosa dos deputados federais eleitos por São Paulo.

O pertencimento religioso, diz respeito “ao lugar que candidatos ocupam em comunidades de fé, seja na qualidade de membro de uma igreja (fiel católico ou membro de igreja evangélica), seja por meio de funções ou cargos como pastor, padre, irmão, pai-de-santo, babalorixá, missionário, etc” (CUNHA *et al.*, 2023, p.96).

Já a filiação, palavra derivada do latim, *filiatio*⁹⁰, que de maneira geral designa ao ato ou resultado de aderir, fazer parte de alguma associação, ou religião, denotando vínculos institucionais, sendo estes estabelecidos de maneira formal ou não. No Brasil, é comum pessoas possuírem alguma filiação religiosa e não necessariamente professarem a própria religião ou seus ensinamentos, fato muito comum entre os católicos, devido ao enraizamento cultural e histórico da religião. Portanto, também trata-se de uma variável importante, pois a

⁹⁰ MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Verbete: “filiação”. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/filia%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 7 jul. 2025.

partir dela segue-se um fluxo de investigação para identificar as possibilidades de pertencimento religioso dos políticos analisados.

Os dados oficiais disponíveis no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), relativos às eleições gerais de 2018 e 2022, tais como: votos por município, filiação partidária e resultados eleitorais, constituem a base empírica central desta pesquisa. Considerando que o TSE não coleta ou divulga formalmente a variável filiação e pertencimento religioso, optou-se por buscar tal definição baseada na autodeclaração dos próprios deputados, por meio de informações públicas, como biografias oficiais, reportagens e perfis em redes sociais⁹¹.

A partir destas também foi possível classificar o pertencimento religioso de maneira secundária, ou seja, daqueles que não se autodeclararam, buscando no seu posicionamento público diante da fé professada e modo de mobilização de seu eleitorado, classificar sua religiosidade a partir de uma heteroidentificação⁹². Destaca-se, porém, que para parte daqueles que não declararam seu pertencimento religioso, foi encontrado alguma referência religiosa em suas redes ou materiais públicos, o que tornou possível tal tarefa.

Ademais, utilizamos como fonte pesquisas realizadas pelo Instituto de Estudos da Religião⁹³ (ISER), particularmente as publicações “Religião e voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas eleições 2020” e “Religião e eleições: as candidaturas com identidade religiosa para a Câmara Federal em 2022” (Reis et al., 2022 Cunha *et al.*, 2023), pesquisas estas que traçam o perfil religioso dos candidatos a partir da variável identidade religiosa e suas complexas formas de articulação e mobilização nos contextos eleitorais.

Nossa escolha metodológica pela auto e heterodeclaração, no lugar de uma análise pautada na identidade religiosa dos políticos eleitos, justifica-se tanto pelos limites

⁹¹ A rede utilizada sempre que necessário foi o Instagram.

⁹² Tal método também foi verificado nas pesquisas que utilizamos como base: Cunha *et al.*, 2023 e Reis *et al.*, 2022, cuja maioria dos dados foram recolhidos durante as campanhas eleitorais, momento no qual o material de propaganda e mobilização política é mais abundante. No caso de candidatos que explicitaram seu pertencimento religioso, a opção foi manter nos registros a autoidentificação (...). Quando não houve declaração direta por parte dos candidatos, a conclusão sobre a identidade confessional, quando possível, foi baseada na exposição pública, configurando, portanto, uma heteroidentificação. (CUNHA, *et al.*, 2023 p.95).

⁹³ Foram utilizados três bancos de dados disponíveis no site "Religião e Poder", a saber: o da 56ª Legislatura – Câmara dos Deputados, referente às eleições de 2018; o da 57ª Legislatura – Câmara dos Deputados – Eleitos, relativo às eleições de 2022; e o banco de dados de Candidaturas Eleições 2022, também referente ao pleito de 2022. Esses bancos de dados não apresentam informações de caráter ideológico, mas fornecem dados pessoais e públicos dos parlamentares e candidatos, tais como ocupação, sexo, cor/raça, partido político, identidade religiosa, autodeclaração religiosa e heterodeclaração religiosa. As informações disponibilizadas foram fundamentais para o levantamento quantitativo e qualitativo dos perfis individuais, permitindo analisar a composição das bancadas federais de São Paulo, especialmente no que se refere às relações entre religião, política e representatividade.

cronológicos da pesquisa, quanto pelo potencial analítico dessa abordagem combinada. A investigação da identidade religiosa baseada não apenas no vínculo institucional, na manifestação pública da fé e alianças, mas também ancorada na performance discursiva e na mobilização realizada nas campanhas, exigiria um esforço de investigação que extrapolaria os prazos disponíveis.

Porém, faz-se necessário afirmar que a opção por essa abordagem combinada, não se restringe à dimensão operacional, ela possui um potencial que permite captar como os próprios sujeitos políticos se posicionam publicamente em relação ao campo religioso, tanto em casos em que a religião é usada estrategicamente como marca eleitoral, mesmo sem vínculos institucionais, quanto os casos em que há clara atuação político-religiosa ancorada em instituições. E ainda torna possível estabelecer correlações diretas com os partidos, espectros ideológicos e distribuição territorial dos votos, oferecendo um ponto de partida relevante para a análise da atuação político-religiosa no Congresso Nacional e especialmente, no território paulista.

Além do pertencimento religioso, buscou-se identificar e analisar a composição da bancada paulista de parlamentares a partir da variável partidos políticos e sua classificação político-ideológica, realizando uma discussão de como esses partidos também atuam como um instrumento de articulação entre religião e política. Buscando colocar em evidência como ocorrem esses elos através das articulações e posições ideológicas professadas pelos partidos.

Assim, destacando os partidos políticos conforme as relações estabelecidas com alguma religião, mentalidade religiosa específica, ou membros e lideranças desde campo. Tais vínculos podem ser identificados a partir do relacionamento com uma igreja específica, com uma doutrina, com um movimento religioso. Ou ainda, pela adesão de determinados discursos, presença de políticos com vínculos diretos ou relações de proximidade com igrejas e ou autoridades religiosas, conforme explicado no item 3.4.2 Confessionalidade partidária, no qual, propõe-se a classificação de uma direita confessional no Brasil.

Considerando que a religião atua também como um elemento orientador de posicionamentos e ações na sociedade, podendo também ser mobilizada politicamente de diferentes formas conforme os interesses em disputa, esta pesquisa procurou levar em conta essas múltiplas nuances em sua abordagem analítica⁹⁴.

⁹⁴ Segundo Reis (2022) “nunca deixamos de considerar que as diferentes religiosidades são parte fundamental da sociabilidade dos brasileiros, e conseqüentemente, de agentes políticos de orientações ideológicas e espectros políticos variados. Em outras palavras, isso significa considerar que moralidades religiosas são mobilizadas publicamente de formas diferentes, por atores políticos diferentes, em maior ou menor proporção” (p.11).

4.4.1 Deputados paulistas: 56^a e 57^a Legislatura (2018-2022)

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2022 o estado de São Paulo contava com 34.667.793 eleitores aptos, o que representa 22,16% do total do eleitorado brasileiro, então estimado em 156.454.011 pessoas. Dos 5.570 municípios do país, a cidade de São Paulo, capital do estado, abriga o maior contingente eleitoral com 9.314.259 eleitores, “quase o dobro dos 5.002.621 da segunda maior cidade do país, Rio de Janeiro (RJ)” (CUNHA; REIS; PESTANA; OWSIANY, 2023, p. 182).

A região metropolitana de São Paulo (RMSP), composta por 39 municípios, concentra uma população bastante numerosa. Com cerca de 20,74 milhões de habitantes (Censo 2022, IBGE), a RMSP supera a população de diversos países europeus, como Portugal, com aproximadamente 10,75 milhões, e Bélgica, com 11,76 milhões residentes. Esses dados evidenciam o peso demográfico do estado, configurando a RMSP como uma das maiores aglomerações urbanas do mundo e reforçando a relevância estratégica do estado nas disputas eleitorais nacionais (CUNHA et al., 2023, p. 182).

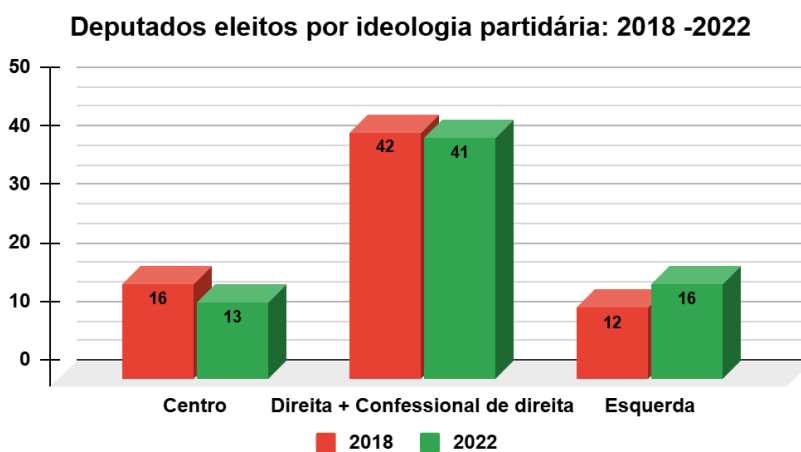
Segundo dados da Justiça Eleitoral, o número de candidaturas à Câmara dos Deputados tem crescido de forma consistente nos últimos anos. Em 2018, foram registrados 8.208 candidatos para as 513 vagas disponíveis, o que representou uma média de aproximadamente 16 concorrentes por vaga. Já nas eleições de 2022, esse número aumentou para 10.407 candidatos, elevando a média para 20,3 candidatos por vaga (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022).

Tal concorrência varia conforme a quantidade de cadeiras a que cada um dos 26 estados mais o Distrito Federal tem direito, proporcionalmente à sua respectiva população. No caso do estado de São Paulo o número de vagas corresponde a 70 cadeiras, e no ano de 2018 (56^a Legislatura) foi o segundo estado em ampla concorrência apresentando um número de 23,5 postulantes por vaga, ou seja, um total de 1.645 candidatos, destes, 406 eram deputados que buscavam a reeleição. Já na 57^a Legislatura, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cerca de 1.540 candidatos concorreram às 70 cadeiras do Estado de São Paulo na Câmara Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018-2022).

Antes de avançar na análise dos resultados eleitorais, é importante observar o conjunto de informações complementares apresentado no anexo, que reúne dados sobre o número de deputados federais eleitos por partido no estado de São Paulo nos pleitos de 2018 e 2022, bem como a distribuição dos eleitos segundo gênero e raça/cor. Esses elementos fornecem um panorama mais amplo da composição política e social da bancada paulista, servindo de apoio à interpretação que se segue sobre as dinâmicas ideológicas e territoriais do voto no estado.

A leitura desses dados evidencia um processo de reorganização do campo político paulista, marcado pela consolidação das forças de direita, expressa, sobretudo, pelo alinhamento ao bolsonarismo e a um conservadorismo de matriz cristã, e por novos arranjos entre os partidos de centro. Por outro lado, a esquerda mantém uma presença mais restrita, mas que conserva certa coerência programática e enraizamento social, especialmente em pautas relacionadas à ampliação de direitos, à proteção das minorias e ao fortalecimento das políticas públicas. Essa correlação de forças, no caso paulista, assume particular importância, dada a centralidade eleitoral e econômica do estado. Para o aprofundamento dessa discussão, pode-se observar as figuras 3 e 4 abaixo:

Figura 4: Deputados eleitos por ideologia partidária no estado de São Paulo (2018-2022).



Fonte: Dados TSE (2018-2022), organizados pela autora.

A partir da figura 3, pode-se observar que a direita apresentou uma sutil redução de 1 parlamentar, passando de 42 para 41 deputados, representando respectivamente 60% para 58,5% da câmara paulista. Nesse sentido, pode-se afirmar que ocorre uma preservação deste campo como força de maior representação política. No entanto, é indispensável compreender esse quadro como um campo em constante disputa.

Dessa forma, é preciso ter em vista que a realidade da direita está marcada por intensa fragmentação e disputas internas. Tal fato evidencia-se através das recorrentes reconfigurações partidárias, como fusões, alterações de nomenclaturas de siglas e alianças estratégicas que pouco sustentam a coerência de uma linha programática, contribuindo em muito para preservar o caráter personalista na política.

Soma-se a esse quadro, as constantes trocas de partidos por parte da classe política, o caso do PSL, antiga sigla de Jair Bolsonaro, atuante em sua vitória em 2018, que depois se fundiu ao DEM para formar o União Brasil, ilustra um pouco essa instabilidade partidária. Soma-se a isso a posterior filiação ao PL do até então presidente, evidenciando tensões internas na direita.

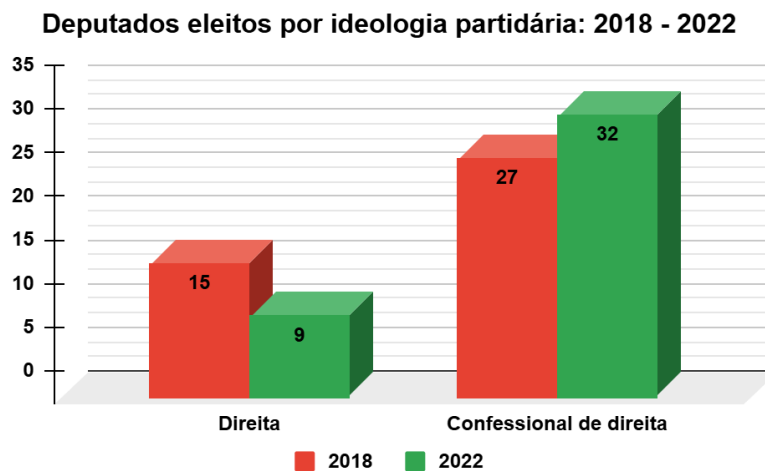
O Centro partidário, também apresentou uma redução nos pleitos estudados, passando de 22,9% e 18,6% cadeiras, na prática, uma diminuição de 3 deputados, passando de 16 para 13. A esquerda, por sua vez, registrou um pequeno avanço, com a eleição de 16 deputados em 2022, 4 a mais do que em 2018, passando de 17,1% para 22,9%, trata-se evidentemente de uma força consideravelmente menos expressiva em relação à direita,

Conforme as discussões acima é indiscutível a consolidação da direita, como força política hegemônica no território paulista. Porém, as movimentações, por nós indicadas, revelam que tal hegemonia não se traduz em uma unidade ideológica, mas sim num quadro diverso e fragmentado, que se manifesta em disputa permanente por espaço e liderança. Trata-se de um campo sujeito a rearranjos rápidos e constantes, imprevisíveis a cada ciclo eleitoral.

No que diz respeito à diversidade e fragmentação⁹⁵ do quadro da direita, toma-se como elemento de discussão a direita confessional, fração em evidente crescimento, como pode ser observado na figura 4 a seguir:

⁹⁵ A direita brasileira encontra-se em um campo ideológico multifacetado, composto por diversas correntes, trata-se de um campo complexo e heterogêneo, que abrange desde a direita tradicional ou a velha direita (herdeira do regime militar), a uma direita com agenda neoliberal marcadamente presente, até uma direita com veículos religiosos (confessional) e uma “nova direita” com correspondências e conexões internacionais (Singer, 2021, p.709).

Figura 5: Deputados eleitos no estado de São Paulo (2018-2022): direita confessional.



Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018–2022), organizados pela autora.

A direita confessional no quadro do Estado de São Paulo, nos pleitos relacionados a nossa análise corresponde aos seguintes partidos: PODE, PR/PL, PRB/Republicanos, PSC e PSL/União Brasil. Trata-se de um grupo partidário diverso, que abarca partidos ligados a uma tradição social cristã como o PSC, que engloba em seu quadro político religiosos oriundos de grandes e influentes igrejas como a Assembleia de Deus e a Igreja Quadrangular. Inclui também partidos como o Republicanos, antigo PRB, diretamente vinculados à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), cujo corpo diretivo (parte significativa) é assumidamente membro do alto escalão da igreja.

Inclui partidos como o PL, antigo PR, cujos vínculos com o campo religioso, em especial com lideranças evangélicas associadas às igrejas Assembleia de Deus (AD) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), se expressam com a atuação de um campo evangélico conservador, associado a defesa de pautas vinculadas à família tradicional e a segurança pública com apelo à militarização.

Integrando o Podemos, cuja legenda concentra pautas de interesses compatíveis aos setores evangélicos conservadores, apresenta em seu quadro político presença significativa da Igreja Quadrangular e de pastores de denominações como a Assembleia de Deus e IURD.

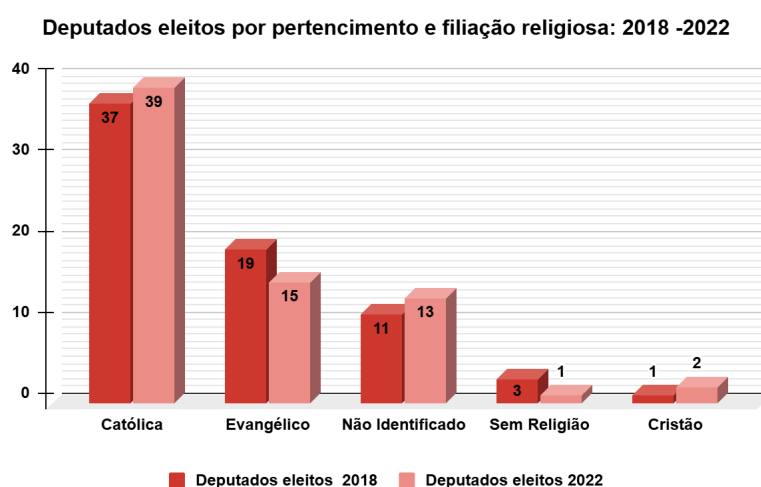
Por fim, o União Brasil, que apresenta em suas pautas temas ligados à moral religiosa, como à valorização da família tradicional, à defesa do armamento civil e o combate à chamada ideologia de gênero. Passando a integrar o espectro conservador cristão, além da incorporação a sua legenda de dois partidos de tradição cristã, o PHS 2018 e o PSC em 2023.

O que buscamos entender como direita confessional, corresponde a um grupo heterogêneo que resumidamente busca mobilizar o eleitorado, sendo ele religioso ou não, a partir de um ativismo político conservador, arraigado em valores cristãos e morais; que defende interesses implícita ou explicitamente relacionados à religião; que pode estabelecer relação oficial ou não de instituições religiosas, ou que recebe apoio de membros e autoridades religiosas em suas campanhas eleitorais; podendo ainda não ser amplamente identificado como religiosos, ou não estabelecer a religião como um componente central de sua ideologia.

Tendo em vista tais apontamentos, destaca-se ainda que no ano de 2018 os partidos confessionais de direita elegeram 11 deputados católicos, 12 evangélicos, 2 não identificados (N/I) e 2 sem religião (S/R), num total de 27 representantes, correspondendo 38,5% do total de deputados. Já no ano de 2022, o grupo partidário elegeu deputados 16 católicos, 11 evangélicos, 2 cristãos, 3 N/I e 1 S/R, totalizando 32 representantes, que correspondem 45,7% dos deputados eleitos, um crescimento de cerca de 8%.

No geral percebe-se um aumento da representatividade católica, uma certa consolidação do campo evangélico, o aparecimento da denominação “cristão” como algo mais genérico, mas que busca proximidade e correspondência às pautas ligadas à moral cristã. Além de demonstrar que a direita confessional não se restringe ao campo religioso, caracterizando-se como um campo complexo e diverso, mas que coloca expressa a forte representatividade cristã no território paulista. Conforme pode ser observado na figura 5.

Figura 6: Deputados eleitos por pertencimento e filiação religiosa (2018-2022).



Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018–2022); Banco de dados ISER. Organização da autora.

Há uma pequena variação no que diz respeito ao perfil religioso dos deputados federais eleitos no território paulista entre 2018 e 2022. Sendo notório a predominância do pertencimento católico em ambos os pleitos, o que representa, de certo modo, uma manutenção dessa identidade religiosa com um discreto aumento de 37 para 39 parlamentares. Isto pode ser compreendido como marca da permanência da representação simbólica do catolicismo arraigado na cultura brasileira, de uma modo geral, mesmo que a presença evangélica venha se estruturando com intensidade nas últimas décadas.

No que diz respeito ao setor evangélico, este apresentou uma redução de quatro cadeiras na bancada paulista, passando de 19 deputados para 15. Tal redução equivale a uma menor presença evangélica no quadro político. Pelo contrário, a relevância desse setor se mantém pulsante, tanto a partir dos apoios entre lideranças políticas e religiosas, quanto na disputa pelo eleitorado (conforme retórica evangélica) e em forma de *lobby* político.

Em relação a categoria cristã⁹⁶, nos pleitos estudados houve um aumento de 1 para 2 deputados eleitos, trata-se de uma classificação mais genérica que acolhe católicos e evangélicos. Segundo reportagem de Reis, Cunha, Evangelista, Pestana e Owsiany (2023), publicada no Nexo Jornal⁹⁷, desde de 2018, “a categoria “cristão” vem se consolidando como uma categoria bem difusa que comunica ao eleitor a adesão a certos valores morais e religiosos. [Entende-se], portanto, que trata-se de uma categoria religiosa, mas também política, que está em disputa” (n.p.).

Vale destacar que o termo “cristão” é comumente utilizado por lideranças evangélicas e por parte significativa de seus fiéis como forma de reconhecimento e diferenciação de outras religiões. Mas também, como forma de estabelecer vínculos fortes a uma retórica moral comum. A escolha por essa nomenclatura pode ser estratégica, pois serve como ativo de identificação a esse segmento religioso (sem especificar igreja ou confessionalidade), ao mesmo tempo representando uma tática retórica voltada à expansão do alcance político, capaz de dialogar tanto com o eleitorado evangélico e quanto com o católico.

Embora o número absoluto de deputados evangélicos eleitos apresente uma queda entre as eleições de 2018 e 2022, essa pequena redução quantitativa não implicou em uma perda de influência. Pelo contrário, a atuação política de lideranças evangélicas segue

⁹⁶ Em nosso trabalho optamos por dissociar o termo cristão do pertencimento e filiação religiosa, quando um determinado deputado especificava sua igreja e confessionalidade, deixando nesta categoria apenas os que não se identificavam a nenhuma das variáveis mencionadas, ou seja, se um deputado se declarou cristão, mas deixou clara a confessionalidade católica, foi considerado como católico. Assim considerou-se para todos os parlamentares.

⁹⁷ REIS, Livia et al. *Um mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados*. Nexo Jornal, 01 fev. 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2023/02/01/um-mapa-da-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-empossados>. Acesso em: 3 jun. 2025.

marcada por sua capacidade de mobilização do eleitorado, articulação partidária e ocupação estratégica em espaços de comissões e frentes parlamentares. Vale ressaltar que parte significativa desse grupo acabou se fortalecendo apoiando setores bolsonaristas.

Há, por outro lado, um aumento no número de deputados com religião “não identificada” (N/I). Esse grupo é composto por parlamentares que optaram por não declarar explicitamente uma religião ou a ausência dela, e passou de 11 para 13 (2018/2022). Embora seja um aumento discreto, pode estar relacionado a um contexto de maior pluralidade congressista, compondo um quadro social diversificado. Podendo também ser interpretado como tática política, uma forma de ampliar sua margem de atuação, permitindo uma circulação entre diferentes grupos de apoio e retórica distintos, abarcando interesses de setores religiosos e seculares.

Há uma queda no número de deputados que se declararam sem religião (S/R), passando de 3 para apenas 1. Essa redução pode ser interpretada como um indicativo da baixa pluralidade religiosa entre os representantes eleitos, especialmente diante do claro predomínio de parlamentares vinculados ao cristianismo, em especial: católicos e evangélicos.

A ausência, ou a baixa representatividade de parlamentares sem religião (S/R), ou pertencentes a religiões de matrizes africanas, como a Umbanda o Candomblé, e outras religiões como o kardecismo, o budismo, etc., sugere a existência de uma hegemonia religiosa na política institucional, onde sobretudo, a fé cristã é valorizada, Trata-se de um dado lamentável, que remete ao nosso passado colonial.

Entre as duas maiores confessionalidades da câmara paulista (católicos e evangélicos), pode-se reafirmar uma maioria católica, tal confessionalidade apresentou uma aumento de 2 cadeiras entre os pleitos estudados, passando de 37 para 39, representando 57,7% dos parlamentares.

Já os evangélicos, grupo que apresentou uma redução de representantes de 27% para 21,5% entre 2018 e 2022, e estão distribuídos em 3 grupos: evangélicos de missão⁹⁸, cuja queda foi de 3 para 2 cadeiras, evangélicos pentecostais, que perderam 2 representações de 8 para 6, e evangélicos neopentecostais, cuja queda foi de 7 para 6 parlamentares. Trata-se do segundo maior grupo religioso em representação no território paulista.

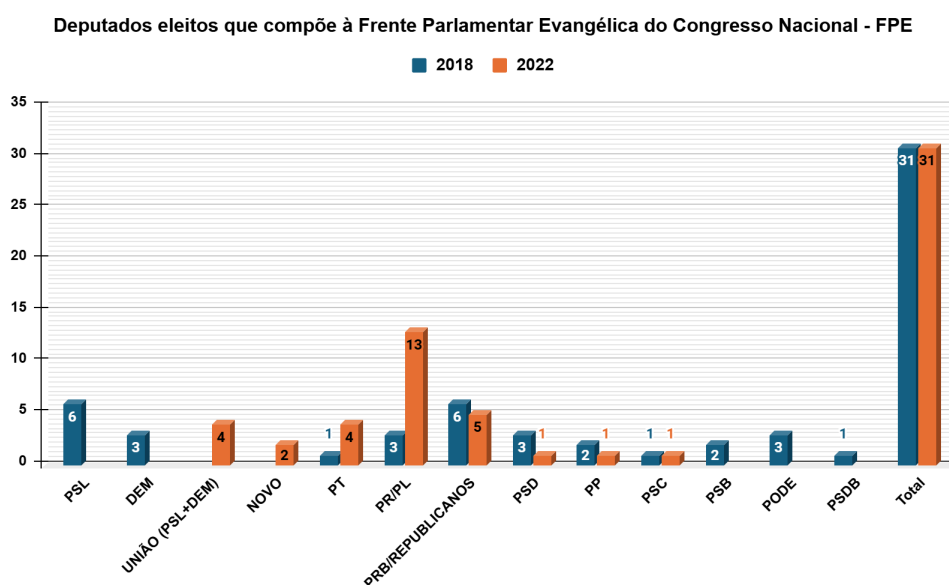
Embora ocorram variações, os dados sobre filiação e pertencimento religioso em nossas análises indicam que a religião configura-se como um marcador importante no campo

⁹⁸ Apesar de não ser uma classificação convencional nem consensual, optou-se por incluir a autodeclaração do deputado Kim Kataguirí como anglicano no grupo das igrejas evangélicas de missão, em razão da origem protestante e do caráter missionário da tradição anglicana no Brasil.

da política institucional. Tal cenário apresenta uma natureza dinâmica, onde novas estratégias de autodeclaração religiosa ou de distanciamento dela estão em disputa, em meio a um quadro de hegemonia cristã ainda fortemente marcado pela tradição católica, porém, com crescente influência evangélica, principalmente no que tange a força e expressividade que seu apoio fornece aos candidatos, além da disputa por projetos na câmara.

Ainda sobre o perfil dos deputados paulistas, passemos agora à análise da composição das bancadas evangélicas e católicas, que podem ser observadas a partir das figuras 7 e 8:

Figura 7: Composição da Frente Parlamentar Evangélica⁹⁹ - FPE (2018-2022)



Fonte: Câmara dos Deputados (2018-2023). Elaboração própria.

Com a figura 6 observa-se que não há uma mudança quantitativa em relação aos deputados paulistas atuantes na Frente Parlamentar Evangélica (FPE), o número de 31 representantes permaneceu inalterado nos dois pleitos. Porém, a composição partidária experimentou alterações significativas.

Partidos como PSDB, PSB e PODE estiveram presentes apenas em 2018, com 1, 2 e 3 deputados eleitos, respectivamente. O PSL e o DEM (6 e 3, respectivamente), juntos totalizaram 9 representantes, a partir da fusão entre os partidos que originou o União Brasil, ocorreu uma queda de representatividade com apenas 4 deputados em 2022. O partido NOVO, por sua vez, passou a integrar a FPE no ano de 2022 com 2 parlamentares.

⁹⁹ A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) reúne parlamentares de diferentes partidos que se articulam em torno da defesa de pautas e valores vinculados ao campo religioso evangélico.

O PSC manteve apenas 1 deputado nos dois pleitos. Tanto o PP quanto o PSD apresentaram reduções no número de representantes: de 2 para 1 e de 3 para 1, respectivamente. Já o PRB/Republicanos apresentou uma redução sutil de 6 para 5 parlamentares. Apenas o PT e o PR/PL apresentaram aumento nas representações, o primeiro, de 1 para 4 deputados, enquanto o segundo se consolidou como a maior composição partidária da frente, saltando de 3 para 13 representantes.

É notório o avanço do PL no pleito de 2022 e o principal fator para explicar esse fenômeno é a associação com o ex-presidente que até então concorria à reeleição pela legenda. O que convencionou-se chamar de bolsonarismo¹⁰⁰, comovido pela reprodução em forma e conteúdo de uma tendência do fazer político, foi responsável por mais que quadruplicar o número de deputados paulistas.

Ao comprar a composição ideológica na distribuição partidária dos 31 deputados da FPE entre as eleições de 2018 e 2022, nota-se a volumosa concentração da direita, evidenciando a presença hegemônica deste grupo como força política no contexto paulista.

Em 2018, a direita destacou-se com 24 representantes, entre eles, 19 ligados à partidos considerados como confessionais, entre eles estão o PSL, o DEM, o PR/PL, o PRB/Republicanos, o PSC e PODE, sustentando a visão de que essa porção que compõe a direita vem ganhando força e expressão. No que tange aos demais espectros políticos, o centro contempla 6 deputados, enquanto a esquerda apenas 1.

Em 2022, a disposição ideológica apresentou uma mudança considerável com a ausência de deputados próprios do chamado centro, o que pode estar associado à crescente polarização política e as constantes rupturas e rearranjos partidários. Porém, é importante ressaltar que essa ausência não representa um fenômeno de natureza fixa ou imutável, trata-se de um retrato da disputa política e não pode ser representativa nos termos das esferas nacionais, nem na composição geral da FPE.

Em relação à esquerda há um pequeno avanço, passando a contar com 4 parlamentares. O que mantém a direita como força proeminente, concentrando 27 cadeiras, das quais 23 estão associadas a partidos classificados como confessionais, entre os quais estão UNIÃO (fusão de PSL e DEM), PR/PL, PRB/Republicanos e PSC, nota-se a ausência do PODEMOS na representação por São Paulo, neste pleito.

¹⁰⁰ O termo faz referência direta ao ex-presidente Jair Bolsonaro, trata-se de uma espécie de movimento que aglutina apoiadores em torno de pautas políticas defendidas e impulsionadas por ele, com características muitas vezes ultraconservadoras, com forte apelo ao militarismo e ao nacionalismo, atreladas à retórica moral cristã, com críticas severas e ruidosas à esquerda e seus representantes.

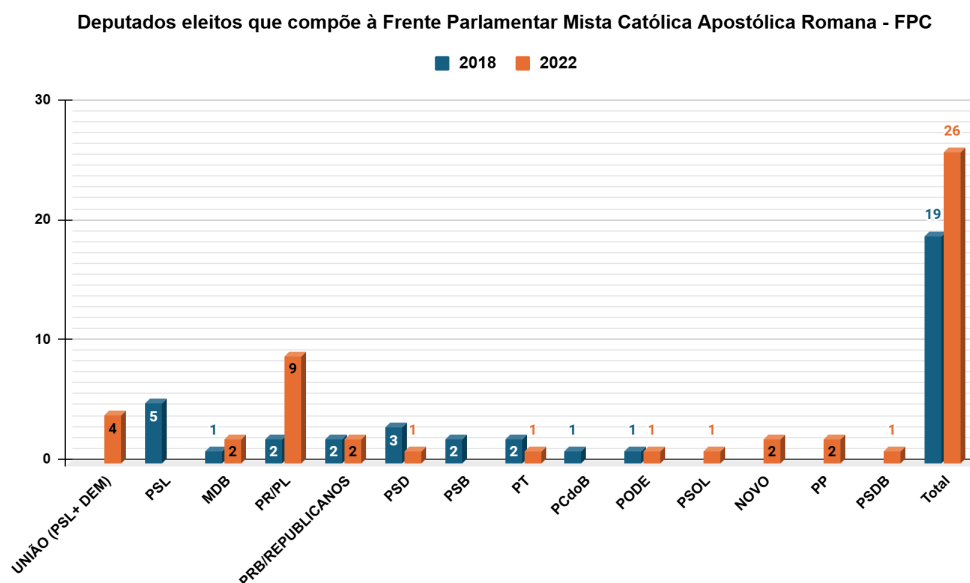
Essa permanência e ligeiro avanço da direita, representa uma consolidação desse campo no território paulista. Quanto a presença elevada dos partidos de direita confessional, o fenômeno, pode estar relacionado com o avanço não apenas de pautas morais e conservadoras, mas também, de formas de mobilização e articulação política a partir dessa orientação, demonstrando a força e coesão dos evangélicos nesse campo político. Porém, é preciso ponderar que a realidade atual no congresso se dá através de reconfigurações e fusões partidárias constantes, o que torna bastante complexo entender até mesmo classificar o posicionamento dos partidos.

Em nível nacional, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) contou com 203 deputados em 2018, sendo 163 da direita, 36 do centro e 4 da esquerda, todos do PT. Os partidos de direita mais representativos foram PRB/Republicanos, PSD e PSL, enquanto no centro o MDB teve maior participação. Em 2022, a FPE cresceu para 215 deputados, com a direita mantendo hegemonia (180 deputados), o centro reduzido a 20 e a esquerda ampliada para 15 parlamentares, novamente todos do PT. Apesar dessas mudanças, a direita continua sendo a força majoritária (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018–2023).

Comparativamente, tanto no contexto paulista quanto no nacional, observa-se a predominância absoluta e relativa da direita, o que evidencia sua consolidação como força hegemônica na FPE. Nacionalmente, esse espectro político manteve cerca 80,2% em 2018 e 83,7% em 2022 da composição dos deputados, demonstrando tanto sua manutenção, quanto seu fortalecimento político. O centro, por sua vez, experimentou um declínio, passando de 17,7% em 2018 para 9,3% em 2022, o que pode ser interpretado como um deslocamento desse setor em direção ao campo reacionário, reforçando, assim, a capilaridade e a força de atração da direita (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018–2023).

Já a esquerda apresentou um crescimento percentual de 2% para 6,9%, embora seja um avanço, trata-se de algo indiscutivelmente insuficiente dentro da correlação de forças na frente, demonstrando uma atuação de moderação e resistência por parte dos representantes desse espectro político.

Figura 8: Composição da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana - FPC no estado de São Paulo (2018-2022)



Fonte: Câmara dos Deputados (2018-2023). Elaboração própria.

No contexto paulista, a figura 7 revela que o número de deputados federais eleitos atuantes na Frente Mista Católica Apostólica Romana (FPC) apresentou um crescimento entre 2018 e 2022, aumentando seu quadro de 19 para 26 parlamentares. No pleito de 2018, dos 19 deputados, 5 eram do PSL, enquanto o PSB, segundo partido em número de representantes, possuía 3 parlamentares. Os partidos PR, PRB/Republicanos, PT e PSB, apresentaram 2 deputados por sigla. E tanto o MDB, quanto o PCdoB e o PODE apresentaram apenas 1 parlamentar.

No que diz respeito ao pleito de 2022, a composição da frente sofreu algumas alterações, passando a integrar outros partidos, tais como o PSOL, PSDB, NOVO e PP, tendo os dois primeiros 1 e os dois últimos, 2 representantes. O PSB e o PCdoB deixaram de compor a frente. O PODE e o PRB/Republicanos mantiveram o mesmo número de integrantes do pleito anterior, 1 e 2 respectivamente.

Os partidos PSD e PT reduziram sua participação para apenas 1 deputado. O União também apresentou uma redução, se comparado ao antigo PSL, passando de 5 para 4 parlamentares. Os únicos partidos que aumentaram sua representatividade foram MDB de 1 para 2 e o PR/PL de 2 para 9, este último, com um expressivo crescimento na sua atuação na FPC, o que também pode ser interpretado a partir da alavanca impulsionada pela possibilidade de reeleição do Bolsonaro, que concorria pela sigla.

No contexto nacional, a Frente Parlamentar da Cidadania (FPC) passou de 207 deputados em 2018 para 197 em 2022. Em 2018, a direita dominava com 142 deputados (68,5%), incluindo 50 parlamentares de partidos confessionais. O centro tinha 43 representantes, liderados pelo MDB, e a esquerda somava 21 deputados, com maior participação do PT. Em 2022, a direita manteve hegemonia com 150 deputados, sendo 105 de partidos confessionais; o centro teve 39 parlamentares, com estabilidade do MDB, e a esquerda reduziu-se a 8 deputados, incluindo 6 do PT.

Comparativamente, tanto no contexto paulista quanto no nacional, observa-se a predominância absoluta e relativa da direita, o que evidencia sua consolidação como força hegemônica também na FPC. Nacionalmente, esse espectro político manteve cerca 68,5% em 2018 e 76% em 2022 da composição dos deputados, demonstrando um crescimento de quase 10%, fato que sintetiza seu fortalecimento político. O centro, por sua vez, experimentou um ligeiro declínio, passando de 20,7% em 2018 para 19,7% em 2022, o que também pode ser interpretado como um deslocamento, reforçando a ideia de capilaridade e força da direita.

Já a esquerda apresentou uma redução em seu percentual de 10% para 4%, uma queda significativa, cuja representação se tornou algo indiscutivelmente insuficiente dentro da disputa de forças na FPC.

4.5 O Território em Disputa: São Paulo e o Avanço Conservador

A importância eleitoral do estado de São Paulo é indiscutível, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos e simbólicos. Segundo o Censo atual (2022), a população do estado supera a casa dos 44 milhões de habitantes, em termos absolutos, um total de 44.411.238, quase $\frac{1}{5}$ da população do país, representando um total de 21,87% entre os 203.080.756 de brasileiros.

O estado apresenta uma população superior a diversos países espalhados pelo mundo¹⁰¹ e configura-se como o maior colégio eleitoral do país. Em 2024, os paulistas representaram cerca de 22% do eleitorado, cerca de 34.403.609 de pessoas. Esse quadro manteve-se razoavelmente próximo nas duas eleições de nossa investigação, em 2018,

¹⁰¹ Segundo a Reportagem do site São Paulo secreto, a população de do estado é superior a 160 países entre os 195 reconhecidos pela ONU, “ SP é maior do que 82% de todos os países do mundo! Por exemplo, a população paulista vence de nações como Canadá (41 milhões), que aliás, possui extensão territorial maior que a do Brasil. Além disso, os paulistas são mais numerosos do que a população do Marrocos e Polônia (37 milhões cada), Austrália (27 milhões), Venezuela (28 milhões) e Chile (20 milhões)” (PRATES, 2024, s.p.).

apresentou um total de 33.040.411, e em 2022 34.667.793 de eleitores (TRE-SP 2022 e 2024; TSE 2018).

Conforme dados do TRE-SP (2024), o número de eleitores do estado corresponde a 77,46% de sua população total. Somente a capital paulista apresenta cerca de 27% deste eleitorado, com 9.322.444 de pessoas. Nesse sentido, trata-se de um local eleitoralmente estratégico que exerce influência decisiva no conjunto das eleições nacionais.

No que diz respeito à economia, seu Produto Interno Bruto (PIB) R\$ 2.719.751, representa cerca de 23,25% do PIB do Brasil (R\$ 11,7 tri), conforme o IBGE¹⁰². No que refere-se ao grau de escolaridade São Paulo possui uma taxa de alfabetização bastante elevada, cerca de 79,49%, um total de 35.302.654, enquanto a taxa de não alfabetizados chega a 2,55%, aproximadamente 1.133.421 de pessoas.

Em termos de habitação, grande parte da população reside em zonas urbanas, cerca de 42.997.899 pessoas, enquanto 1.413.339 pessoas residem em zonas rurais. Dentre elas, 91,83% encontram-se em áreas não consideradas favelas e 8,17% em áreas consideradas como favelas.

Sobre o quadro religioso do estado de São Paulo, cerca de 20.459.882 pessoas se declararam sendo Católicas e 10.701.732 como evangélicas, conforme o Censo de 2022¹⁰³. O número de evangélicos em relação aos católicos é um pouco mais que a metade, um número expressivo, que demonstra a expansão da religião no estado.

No que tange às demais religiões, 1.135.067 se declararam como espírita, e um total de 576.339 como pertencentes às religiões de matriz afro (Umbanda e Candomblé). Cerca de 10.423 correspondem às tradições indígenas, e apenas 2.116.568 declararam como pertencentes a outras religiões. Aproximadamente 4.095.180 se declararam como sem religião e 69.311 não sabem ou não optaram por não declarar sua religiosidade.

O estado de São Paulo abriga em seu território a diversidade da população brasileira em todos os seus aspectos, economicamente, socialmente, culturalmente e religiosamente. No que diz respeito a sua relevância econômica, destaca-se como pólo industrial, comercial e centro de negócios. Possui uma importância histórica, tanto no que refere-se às manifestações artísticas, quanto ao seu patrimônio cultural, que pode traduzir-se como uma miscelânea de tradições e identidades. Ainda apresenta-se como referência nacional em pesquisa e ensino, revelando seu potencial de excelência acadêmica.

¹⁰² <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 17/7/2025.

¹⁰³ <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=10>. Acesso em: 17/7/2025.

Em termos de localização, pertence ao continente Americano, precisamente em sua porção Sul. Atualmente abriga 645 municípios, entre eles a cidade de São Paulo, capital do estado, que destaca-se como a mais populosa do país e principal metrópole da América Latina. A partir do mapa abaixo, pode-se observar sua localização:

Mapa 3: Mapa de enquadramento e localização do estado de São Paulo



Fonte: Elaborado por Vasco Costa.

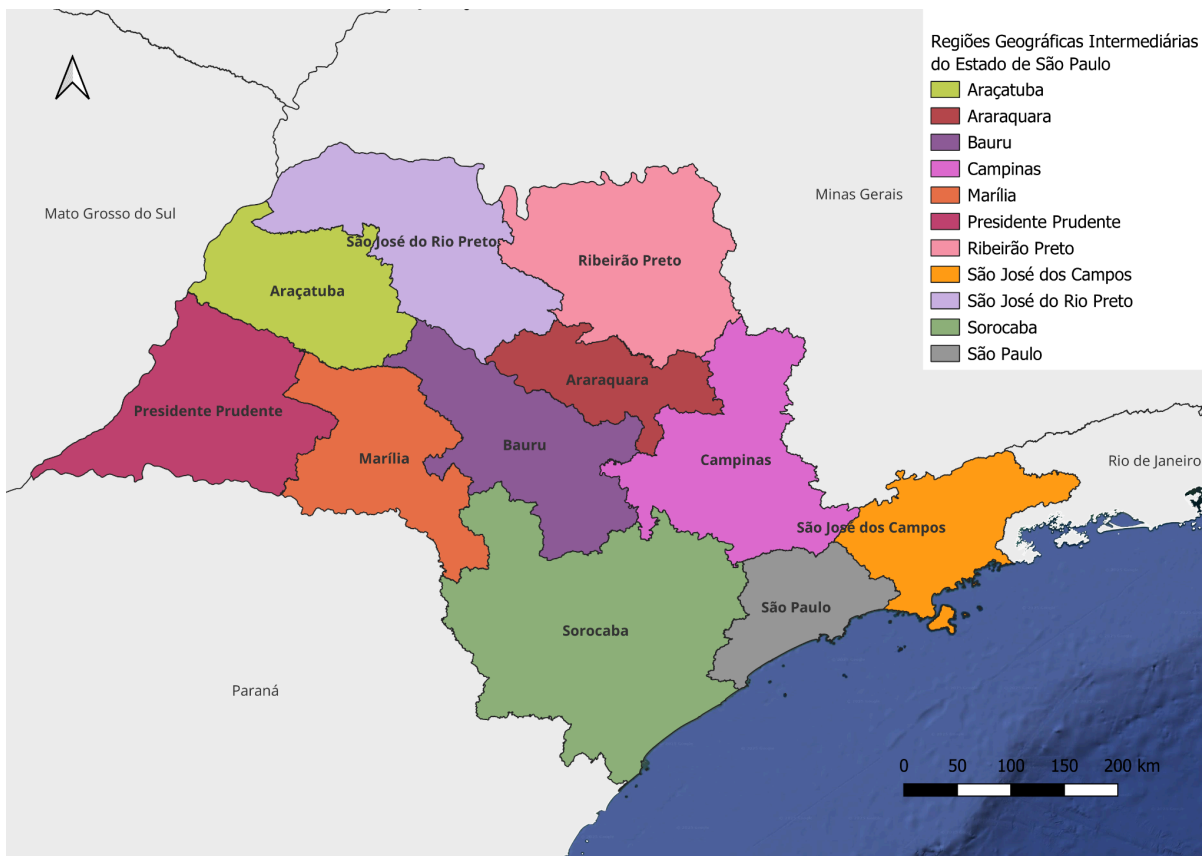
Devido a sua grande importância tanto nos cenários econômicos, sociais, culturais e religiosos o estado de São Paulo apresenta-se como um território de heterogeneidades, que

por sua vez, afasta de nosso horizonte analítico conclusões apressadas e pautadas em pré conceitos, busca-se portanto, compreender o estado através de sua tessitura, levando em conta a organização e conexão dos diversos fatores que compõem seu território.

Conforme o IBGE (2017), o estado pode ser dividido em Regiões Imediatas e Intermediárias, sendo que ambas incorporaram as mudanças vividas no território nas últimas 3 décadas. As regiões Imediatas possuem como referência central as redes urbanas. Neste trabalho, optou-se por tomar como referência as 11 regiões Intermediárias, pois estas “organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade”(IBGE, 2017, p.20). De acordo com o IBGE (2017):

(...) buscou-se a delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais (REGIÕES..., 2008)8. Em alguns casos, principalmente onde não existiam Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (p.20).

Mapa 4: Mapa de enquadramento e Regiões Intermediárias IBGE



Fonte: IBGE (2017). Elaborado por Sara Amorim.

Além dos dados formais expostos acima, é necessário dimensionar o caráter de disputa no que diz respeito ao avanço do conservadorismo no estado. Para tanto, nos referimos nos dados e contextos gerais das eleições de 2018 e 2022.

4.5.1 Conjuntura eleitoral e eleições de 2018

No que tange ao pleito de 2018, o país estava visivelmente dividido entre os então presidenciáveis Jair Messias Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Foi a eleição que sucedeu o golpe parlamentar a Dilma Rousseff (PT) e substituiu o governo interino de Michel Temer (antigo vice-presidente do PMDB).

Com o principal candidato preso, Luiz Inácio Lula da Silva, as campanhas de ódio ao PT se acirraram e o até então o deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (Jair Bolsonaro), que não dispunha de muito tempo na propaganda eleitoral, nem alianças sólidas com outros partidos, tão pouco recursos volumosos para investir em campanhas, passou a ganhar grande visibilidade entre os eleitores com um discurso antissistema, de ofensas a populações minoritárias e mulheres. Dessa forma, foi conquistando o apoio de 3 setores estratégicos da sociedade: militar, religioso e econômico.

Antes de iniciar as reflexões sobre a natureza desses apoios e alianças, é importante ressaltar pontos essenciais que corroboraram para o resultado eleitoral deste ano. Entre eles está o impedimento da presidenta Dilma Rousseff (PT), fruto de um golpe parlamentar que visava minimizar os efeitos da Operação Lava Jato. Esta Operação foi, também, responsável pela prisão (abril de 2018) do ex-presidente Lula (PT), que configurou-se como um elemento de grande valor para vitória de Bolsonaro (PSL), pois retirou das disputas o principal candidato à liderança nas pesquisas.

Vale ressaltar que tal prisão ocorreu sob a condução do Juiz Sérgio Moro, nomeado para Ministro da Justiça e Segurança Pública por Bolsonaro, já em sua posse presidencial. Por divergências e conflitos declinou do cargo, sendo eleito ao senado em 2022. Após vazamento de conversas entre o até então juiz e o agora ex-Procurador Geral da República Dallagnol, onde articulavam a prisão de Lula, Moro foi considerado como parcial pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Além da exclusão arquitetada de forma arbitrária de um candidato competitivo como o Lula, é importante trazer outros fatores que influenciaram na vitória eleitoral de Bolsonaro. Pois é somente a partir de uma leitura que leva em conta os contextos criados desde as

manifestações de Julho de 2013, devido ao crescente clima de insatisfação e descredibilidade política, personificada sobretudo na figura do Partido dos Trabalhadores (PT), que formou-se um ambiente de crise de representatividade, no qual uma figura tão controversa como Jair Bolsonaro pôde ser eleita.

Os contornos para sua vitória são diversos tomemos como destaque 4 elementos, entre eles: o forte apoio dos setores militares, que ganharam visibilidade e representação a partir de pautas de segurança pública, como sinônimo de ordem, punição e transformação social; o apoio de setores religiosos, principalmente os evangélicos, cuja mobilização se deu a partir de pautas morais em defesa da família patriarcal e contra os avanços progressistas alcançados no que diz respeito à saúde reprodutiva da mulher e à educação; o apoio de setores da economia, por forte influência e promessas neoliberais a partir da figura de Paulo Guedes¹⁰⁴; e por último e não menos importante, a utilização em massa das redes sociais como Whatsapp e Facebook para a disseminação de fake news e discursos de ódio.

Dessa forma, a vitória de Bolsonaro sob o candidato do PT, ativaram e revelaram aspectos do conservadorismo de nossa sociedade que fazem parte do processo atual de desgaste da democracia. E somente pode ser compreendido a partir de uma série de fatores em conjunção: o antipetismo; a disseminação do ódio por fake news e o fomento da desinformação coletiva; o combo de crises política, econômica e de representatividade; a crescente judicialização da política; e o avanço neoliberal. Conjuntura esta, capaz de produzir um ambiente cada vez mais favorável ao conservadorismo e ao autoritarismo no Brasil.

Em termos eleitorais vale ressaltar que essa vitória se deu com cerca de 10% de diferença entre os proponentes no segundo turno. O candidato Bolsonaro (PSL) foi eleito à presidência da República com 57.797.847 votos (55,13%) e o candidato Haddad (PT), recebeu 47.040.906 votos (44,87%).

A respeito desse resultado, o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, em artigo publicado pelo EcoDebate (2018), afirma que o voto evangélico foi fundamental para eleger Jair Bolsonaro. Alves, faz referência a pesquisa realizada pelo Datafolha em outubro de 2018, na qual há o detalhamento das intenções de votos conforme as denominações religiosas. Assim, o candidato vencedor obteve uma pequena vantagem entre os católicos (164.446 votos) e espíritas (263.580 votos). Enquanto Haddad apresentou vantagem entre as religiões Afro-brasileiras, cerca de 442.912 de votos a mais que seu oponente, e entre as pessoas que se autodeclararam sem religião, correspondente a aproximadamente 871.142 votos de diferença (Alves, 2018).

¹⁰⁴ Paulo Guedes foi Ministro da Economia brasileira entre 2019-2023, governo Bolsonaro.

Entre os evangélicos essa diferença na quantidade de votos entre os candidatos foi mais significativa, nas palavras do autor “a estimativa indica que Bolsonaro tem mais de 11 milhões [11.552.780] de votos do que Haddad no eleitorado evangélico (em todas as suas múltiplas denominações)”. Dessa forma, é possível afirmar que o voto evangélico foi responsável pela vitória de Bolsonaro nas eleições, mesmo a população evangélica sendo numericamente inferior à católica, é notório o papel e atuação de suas lideranças na promoção do ativismo religioso, conforme seus interesses (Alves, 2018, s.p.).

No que tange ao território brasileiro, segundo reportagem da Gazeta do Povo o presidente eleito venceu em quantidade de votos na maioria das unidades da federação¹⁰⁵ e em suas capitais, respectivamente 16 e 21, entre os quais incluí-se o estado de São Paulo com 67,97% dos votos e a capital paulista com 60,38%. Seu concorrente, ex-prefeito da capital, Fernando Haddad, teve a maioria dos votos em 11 estados e 6 capitais, entre os quais destacam-se todos os estados do Nordeste, reduto tradicional de prestígio do PT (GAZETA DO POVO, 2018, s.p.).

Segundo reportagem do G1 (2018), o Partido dos Trabalhadores obteve apoio de um total de 7 partidos no segundo turno. As siglas PSOL, PPL e PSB apoiaram a candidatura do PT. Além deles, o PDT e a Rede declararam voto crítico em Haddad. E o PSTU, em nota, também declarou voto em Haddad, posicionando-se claramente contra as ameaças que o oponente representava à classe trabalhadora e à democracia.

Já o DC, num primeiro momento exibe uma neutralidade, liberando seus militantes para votarem conforme suas convicções. Após o conhecimento das declarações sobre o STF de Eduardo Bolsonaro (eleito deputado federal por São Paulo com o maior número de votos e filho de Jair), afirmando que para fechá-lo era necessário apenas “um soldado e um cabo”¹⁰⁶, o líder do partido, Eymael, propõe “um pacto nacional pela democracia” à Haddad, devido ao caráter claramente golpista da fala do político (G1, 2018, s.p.).

O PSL, de Bolsonaro, por sua vez, recebeu apoio declarado de apenas 2 partidos, o PTB e o PSC, este último justificou seu posicionamento a partir da defesa de pautas conservadoras no costume e liberais na economia.

DEM, apresentou uma posição um tanto quanto ambígua, pois na mesma declaração onde afirmou o não apoio a ambas as siglas, defendendo a liberdade de seus correligionários, o líder do partido, Antônio Carlos Magalhães Neto, declarou o seu apoio a Jair Bolsonaro.

¹⁰⁵ O Brasil possui 26 estados mais o Distrito Federal.

¹⁰⁶ Essa frase foi a resposta que o deputado deu em uma palestra, o questionamento propunha a reflexão sobre a possibilidade de ação das Forças Armadas caso houvesse algum impedimento para a posse de Bolsonaro por parte do STF.

O NOVO também apresentou uma postura controversa, pois declarou não apoiar nenhum dos candidatos, mas em nota aos militantes afirmou ser “absolutamente contrário ao PT” (G1, 2018, s.p.)

O PPS (atual Cidadania) declarou-se como oposição a ambos os partidos. Todos os demais declararam uma posição neutra ou mesmo de oposição aos candidatos: Podemos, Patriota, PR, PP, PSD, PSDB, MDB e Solidariedade (G1, 2018, s.p.). Porém, entre esses partidos é necessário estabelecer algumas notas, principalmente se levarmos em conta que o então candidato do PSL obteve apoio declarado de 15 dos 27 governadores eleitos, conforme reportagem da Agência Brasil.

Embora não tivesse a formalidade partidária, nomes de destaque dessas siglas em campanha contribuíram para a vitória de Bolsonaro. Entre eles estavam todos os governadores da região Sul e Centro-oeste do país. Nominalmente tem-se: Ronaldo Caiado (DEM-Goiás) e Mauro Mendes (DEM-Mato Grosso) vitoriosos já no primeiro turno; Ibaneis Rocha (PMDB-Distrito Federal), Reinaldo Azambuja (PSDB-Mato Grosso do Sul), eleitos no segundo turno, compondo toda o Centro-oeste. Já na região Sul temos os governadores Ratinho Júnior (PSD-Paraná), Eduardo Leite (PSDB-Rio Grande do Sul) e Comandante Moisés Silva (PSL-Santa Catarina) (Agência Brasil, 2018).

No Sudeste destaca-se o estado de São Paulo com João Doria (PSDB), responsável pelo apelativo binômio eleitoral “BolsoDoria”, denotando claramente a utilização da imagem de Bolsonaro para se promover. Os governadores Romeu Zema (Novo-Minas Gerais) e Wilson Witzel (PSC-Rio de Janeiro) também declararam apoio a Bolsonaro. Nesta região, somente o estado do Espírito Santo com Renato Casagrande (PSB), optou por manter-se neutro¹⁰⁷, apesar do apoio formal de seu partido ao candidato do PT (Agência Brasil, 2018).

Na região Norte, dos 7 governadores 5 manifestaram seu apoio ou estabeleceram alianças com o candidato vitorioso: Gladson Cameli (PP-Acre), Wilson Lima (PSC-Amazonas), Coronel Marcos Rocha (PSL-Rondônia), Antônio Denarium (PSL-Roraima) e Waldez Góes¹⁰⁸ (PDT-Amapá). Os outros 2 optaram por manter neutralidade no segundo turno: Mauro Carlesse (PHS-Tocantins) e Hélder Barbalho (MDB-Pará) (Agência Brasil, 2018).

¹⁰⁷ Segundo reportagem do Agência Brasil (2018), sua neutralidade se deu devido à “necessidade de Casagrande compor uma base de apoio no Legislativo estadual, pois a maior parte dos deputados eleitos no Espírito Santo são apoiadores de Jair Bolsonaro” (s.p.).

¹⁰⁸ Segundo reportagem do Agência Brasil (2018), “no caso de Góes, eleito para o terceiro mandato no Amapá, o apoio a Bolsonaro se deu mesmo após o seu partido, o PDT, formalizar apoio crítico a Haddad no 2º turno”(s.p.).

Num contexto de plena campanha eleitoral um governador recém eleito ou concorrendo ao segundo turno como aliado ou declarando apoio a candidatura de qualquer um dos presidencialistas tem bastante relevância no quadro de influência do eleitorado nos respectivos estados, assim a aparente neutralidade de alguns partidos em relação ao então candidato Jair Bolsonaro se deu maneira, no mínimo, questionável para não dizer dissimulada.

O candidato derrotado Fernando Haddad, segundo a Agência Brasil (2018), recebeu apoio de todos os 9 estados do Nordeste: Fátima Bezerra (PT-Rio Grande do Norte), Camilo Santana (PT-Ceará), Wellington Dias (PT-Piauí), Rui Costa (PT-Bahia), Flávio Dino (PCdoB-Maranhão), Renan Filho (PMDB-Alagoas), Paulo Câmara (PSB-Pernambuco), João Azevêdo (PSB-Paraíba) e Belivaldo Silva (PSD-Sergipe).

Como o interesse de investigação deste trabalho busca detalhar o comportamento eleitoral no estado de São Paulo com base em seus municípios, vale o esforço de tentar dimensionar como era a situação das prefeituras das cidades centrais (com base nas Regiões Intermediárias do IBGE), pois a partir destas busca-se traçar eixos de análise, no que tange aos partidos suas possíveis alianças e apoios aos candidatos à presidência. A tabela 6 abaixo sintetiza as forças em questão:

Tabela 6. Capitais das Regiões Intermediárias IBGE: prefeitos eleitos em 2016, apoios e alianças nas eleições presidenciais de 2018

Capital	Prefeito eleito	Partido	Ideologia	Apoio/ aliança
Bauru	Clodoaldo Armando Gazzetta	PSD (1)	Direita	N/I (**)
Presidente Prudente	Nelson Bugalho	PTB (2)	Direita	N/I
São Paulo	João Dória/Bruno Covas(*)	PSDB	Centro	Anulou voto
Sorocaba	José Caldini Crespo	DEM (4)	Direita	N/I
Campinas	Jonas Donizette	PSB (5)	Direita	N/I
Araçatuba	Dilador Borges	PSDB	Centro	Bolsonaro
Araraquara	Edinho Silva	PT	Esquerda	Haddad
Marília	Daniel Alonso	PSDB	Centro	N/I
Ribeirão Preto	Duarte Nogueira	PSDB	Centro	Bolsonaro
São José do Rio Preto	Edinho Araújo	MDB	Centro	Bolsonaro
São José dos Campos	Felício Ramuth	PSDB	Centro	Bolsonaro

Notas:

(1) Declarou apoio ao candidato Bolsonaro.

(2) Declarou apoio ao candidato Bolsonaro.

(3) No segundo turno manteve-se neutro, mas parte de seus políticos declararam voto em Bolsonaro.

(4) Manteve-se neutro, mas com postura ambígua.

(5) Declarou apoio ao candidato Haddad.

(*) Doria deixa a prefeitura para disputar o governo e seu vice, Bruno Covas assume o cargo.

(**) Não Identificado

Fonte: Elaboração própria.

Adaptado de: ALONSO (2025); ARAÚJO (2025); ALESP (2009); ALESP (2014); ALESP (2020); CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA (2025); CIP (2023); COVAS45 (2025); ESQUERDA DIÁRIO (2018); G1 (2020); JORNAL DOIS (2020); REPUBLICANOS (2021); SANTOS (2025); SEMPRE FAMÍLIA (2018); VEJA (2018); WIKIPÉDIA (2025a); WIKIPÉDIA (2025b); WIKIPÉDIA (2025c); ACIDADEON (2022); ATVIE (2022); BERGAMO (2022); CNN BRASIL (2022); HOJEMAIS (2022); UOL (2024); VALOR ECONÔMICO (2024).

A partir dos dados acima, nota-se que a maior parte das prefeituras em 2018 estavam com partidos de centro, tendo destaque o PSDB exercendo o comando de 5 cidades e o MDB apenas 1. A somatória (6) dos dois partidos resultou em pouco mais da metade do número de

cidades pesquisadas (11). A direita destacou-se como a segunda força política, com 4 prefeituras distribuídas entre PSD (2), DEM (1) e PTB (1), tendo a esquerda apenas 1 entre as 11 cidades, sob a gestão do PT.

É notório que a maior parte das prefeituras (4) caracterizadas como centro tenham apoiado Bolsonaro, com exceção de Bruno Covas, ex-prefeito de São Paulo que anulou seu voto, e Daniel Alonso (PSDB), que não foi possível identificação. O PSDB, nesse contexto, teve uma participação pífia nas eleições presidenciais com a candidatura de Geraldo Alckmin, e manteve uma oposição acalorada ao PT, ignorando a natureza institucional e democrática de seu partido votando e apoiando Bolsonaro, cujo posicionamento não escondia as afinidades com o Regime de exceção.

Não foi possível identificar (N/I) a posição dos prefeitos representados pela direita em nenhuma das cidades; e a esquerda, representada somente pela prefeitura de Araraquara manteve seu apoio para o candidato do próprio partido, o PT.

Após a vitória de Bolsonaro, sua base de apoio, segundo reportagem de Mazui e Calgaro (2018) ao G1, foi marcada em torno de 3 núcleos: o familiar, o militar e o econômico liberal, aos quais vale acrescentar um núcleo religioso, fundamental na articulação do ativismo evangélico.

O núcleo familiar, e portanto o mais próximo incluiu seus 3 filhos: Flávio, Carlos, e Eduardo Bolsonaro, apelidados informalmente como 01, 02 e 03, termos estes utilizados tanto no meio familiar, quanto na mídia corrente. Os três possuem cargos políticos e tiveram papéis essenciais no governo e na campanha eleitoral do pai.

Flávio, também conhecido como 01, é atualmente senador pelo estado do Rio de Janeiro e foi eleito pelo PSL, posteriormente passou por outros 3 partidos políticos (Republicanos, Patriota e PL/atual). Adquiriu centralidade na articulação de governo, sendo responsável pela indicação de nomes para a ocupação de cargos no judiciário e ministérios.

Carlos, o 02, foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro pelo Republicanos, e tornou-se o responsável pela comunicação de governo, principalmente no que diz respeito à gestão das redes sociais. Era quem conduzia a militância digital, e dessa forma, imprimia a marca da gestão presidencial. Segundo Soares, Oliveira e Doca (2021), em reportagem ao O Globo, Carlos Bolsonaro era reconhecido pelo próprio pai como o “meu marqueteiro”, como “o vereador federal” (n.p.).

Por último, Eduardo (03), deputado federal por São Paulo pelo PSL, com votação recorde. Atuou como uma espécie de articulador político, cujas ações foram destinadas principalmente ao nível internacional. Apesar de não ter atribuições formais quanto à política

externa, foi considerado como um “chanceler paralelo”, devido a sua intervenção nas relações exteriores. Teve e tem grande participação nas aproximações com lideranças da extrema-direita no mundo (SOARES; OLIVEIRA; DOCA, 2021, s.p.).

Essa atuação ambígua que mistura família e política foi marca da gestão Bolsonaro e é facilmente questionável, pois há interesses em conflito e há desvio de funções. Questionada pela reportagem de O Globo, a historiadora Heloísa Starling, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), analisa a situação de forma crítica, considerando como um caso de “patrimonialismo e está abrindo algo que corrói as instituições e a democracia” (SOARES; *et al.*, 2021, s.p.).

O outro núcleo de influência no governo foi o militar, marcado por figuras como Major Olímpio¹⁰⁹, senador eleito em 2018 pelo PSL, integrante da Frente Parlamentar de Segurança Pública, a chamada “bancada da bala¹¹⁰”. General Augusto Heleno, foi ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no governo Jair Bolsonaro. General Hamilton Mourão, vice-presidente pelo PRTB, atualmente no Republicanos, foi um defensor de Bolsonaro, representando a concretude da presença militar no governo (SOARES; *et al.*, 2021, s.p.).

Esses são alguns exemplos da presença militar no governo; porém, o que pretende-se aqui é colocar em evidência o fortalecimento dessa situação. Segundo Schmidt (2022), em nota técnica publicada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), entre 2013 e 2021 ocorreu um aumento significativo da presença de militares na ocupação de cargos civis. Tal processo sofreu uma aceleração durante o governo Bolsonaro, resultando numa elevação de cerca de 70% nesse quadro.

O eixo econômico, protagonizado pelo economista Paulo Guedes, que atuou no governo como Ministro da Economia, defendendo uma agenda neoliberal responsável pela aproximação com empresários e setores diversos do mercado. Além da presença do próprio setor empresarial na figura de Paulo Marinho¹¹¹, suplente a senador do cargo de Flávio

¹⁰⁹ Foi um dos principais apoiadores de Bolsonaro, segundo reportagem da revista Época: “ganhou notoriedade como um dos principais aliados de Jair Bolsonaro (sem partido), desde antes da campanha presidencial de 2018. Mas em maio do ano passado, Olímpio rompeu com o presidente da República”. Faleceu em 18 de março de 2021 em decorrência da Covid-19 (Época, 2021, s.p.).

¹¹⁰ Composta majoritariamente por pessoas apoiadas pela indústria de armas, policiais e militares, com bandeiras a favor do armamento, a favor de leis mais duras e punitivas. Reúne uma agenda conservadora centralizada na repressão e controle social.

¹¹¹ Rompeu com Bolsonaro em 2022 e declarou voto em Lula, segundo reportagem da Gazeta do Povo (2022): “Quem conhece o Bolsonaro como eu conheço, vota no Lula. Eu vim pagar uma penitência de 2018. A minha mulher costuma dizer que eu precisaria subir a escada da Penha 50 vezes para pagar essa penitência”, disse Marinho. “Então, como eu não tenho essa disposição toda, achei que agora não é momento de ficar de voto nulo, voto em branco. Enfim, você precisa ter lado. O meu lado agora foi apoiar o Lula”, completou (s.p.).

Bolsonaro, que durante a campanha concedeu suporte logístico e político, oferecendo sua própria casa para gravações (SOARES; *et al.*, 2021, s.p.).

Por último, o núcleo religioso protagonizado por figuras como o Magno Malta, eleito a senador (cargo de atuação vigente) pelo estado do Espírito Santo, atualmente é filiado ao PL, conhecido por ser pastor evangélico e cantor de pagode gospel, foi um dos grandes responsáveis pela articulação do presidente com a Frente Parlamentar Evangélica e pela conexão e apoio de Malafaia. Damares Alves (Republicanos), atualmente senadora pelo Distrito Federal, é pastora evangélica vinculada a Assembleia de Deus, e fundamentalista religiosa, foi ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Esse eixo também é mediado pela influência da ex-primeira dama Michelle Bolsonaro, vinculada a Igreja Batista Atitude, onde frequentemente foi acompanhada pelo marido, simbolizando um elo de ligação explícita com o eleitorado evangélico. Acrescenta-se ainda a presença simbólica e efetiva do Pastor Silas Malafaia (Assembleia de Deus vitória em Cristo) como conselheiro pessoal e grande articulador político, com forte atuação na campanha eleitoral, presença nos palanques e nos bastidores do governo. Segundo ORO (2023):

Durante a campanha eleitoral de 2018, **Bolsonaro** se aproximou sobretudo de lideranças católicas e evangélicas detentoras de um perfil conservador. Assim, do lado católico ele visitou a comunidade carismática **Canção Nova**, de **Cachoeira Paulista**, e interagiu com o arcebispo do Rio de Janeiro, Orani Tempesta, com quem assinou um documento defendendo valores cristãos conservadores. Mas a maior proeza de **Bolsonaro** ao longo de 2018 foi ter obtido o apoio declarado à sua eleição dos principais expoentes evangélicos pentecostais e neopentecostais brasileiros, com destaque para **Edir Macedo** (Igreja Universal); **Silas Malafaia** (Assembleia de Deus Vitória em Cristo); **Robson Rodvalho** (Sara Nossa Terra); **José Wellington Costa Júnior** (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil); **Samuel Câmara** (Convenção da Assembleia de Deus no Brasil); **Estevam e Sônia Hernandes** (Igreja Renascer em Cristo); **Romildo Soares** (Igreja Internacional da Graça); **Waldemiro Santiago** (Igreja Mundial do Poder de Deus); **Márcio Valadão** (Igreja Batista da Lagoinha). Todos estes nomes são tidos até hoje, após as eleições de 2022, como "pastores bolsonaristas"(s.p., grifos do autor).

A junção destes 4 núcleos foi endossada por grande parte do setor conservador de direita no Brasil, e consolidaram-se como a base aliada na eleição, na gestão e na campanha eleitoral de 2022 de Bolsonaro. Resultando num governo pautado na agenda moral, com apelo ao discurso religioso, em defesa da família tradicional, por exemplo; na agenda neoliberal, com disseminação e defesa da liberdade de mercado e redução do Estado; no discurso patriótico com fortes traços autoritários, questionando instituições que fragilizaram os alicerces da democracia no país.

4.5.2 . Conjuntura eleitoral e eleições presidenciais de 2022

No que tange ao pleito de 2022, o país seguiu politicamente dividido, com Bolsonaro candidato à reeleição e Lula concorrendo ao seu 3º mandato. Embora essa afirmação revele, em parte, as forças ideológicas que compõem esse processo, são necessários esclarecimentos: de um lado, à direita, temos Bolsonaro (PL), uma espécie de líder que converge ao extremo desse campo e que consolidou uma base aliada consistente, com o apoio explícito do PL (partido ao qual pertence), o PP e Republicanos, além de contar com o respaldo, simpatia, e em alguns casos, apoio amplo, de setores do agronegócio, militares e lideranças evangélicas. Tendo ampliado duas siglas em sua composição de apoio no segundo turno: PSC e PTB.

Por outro lado, à esquerda, temos Lula (PT), com a articulação de uma frente ampla comprometida com a democracia e suas instituições. Formalmente organizou-se em forma de federação (Federação Brasil da Esperança - FE Brasil) integrando os seguintes partidos: o PT, PCdoB e PV. Porém, o processo eleitoral foi dando abertura para a formação de uma coligação ainda mais ampla, reunindo partidos de diversos espectros políticos, nominalmente: PSB (partido do vice da chapa, Geraldo Alckmin), PSOL, Rede, Solidariedade, Avante, Agir e PROS. No segundo turno foi ampliada com a presença do PDT e Cidadania, PCB, PSTU, PCO, Unidade Popular e com Simone Tebet (candidata do MDB) declarando apoio e voto no PT.

É importante destacar que a justificativa para a criação de uma articulação política tão diversa e ampla está inserida num contexto de retomada da retórica golpista e de ataques sistemáticos às instituições democráticas, tais como: o STF (Supremo Tribunal Federal) e TSE (Tribunal Superior Eleitoral); com declarações sobre fraudes nas eleições; e ameaças ao Estado democrático de direito a partir de articulação com setores das Forças Armadas. Assim, o PT, em nome da manutenção da democracia, em virtude das ameaças que um segundo mandato de Bolsonaro representaria, estabeleceu alianças que reforçaram a presença de setores neoliberais e de direita (Avante, Agir e PROS) no seu governo¹¹².

Nesse sentido, vale refletir sobre a presença de Geraldo Alckmin (PSB), vice-presidente, pois trata-se de um antigo e tradicional opositor (ex-PSDB), que representou um aceno para capitalizar o eleitorado comprometido com uma “terceira via”, ou seja, uma alternativa de poder que se distancia tanto de Bolsonaro, quanto do PT, estabelecendo

¹¹² As coalizões do PT com partidos de centro e de direita não são uma novidade das eleições de 2022. Desde sua chegada ao Executivo federal, a legenda recorre a acordos amplos que revelam limites e contradições de sua estratégia política. Exemplo emblemático foi a escolha de José Alencar, empresário e evangélico, como vice-presidente nas eleições de 2002 e 2006, sinalizando a busca de alianças para muito além da esquerda.

afinidades com setores de mercado e com a formalização de políticas neoliberais (tão aplicadas e defendidas nos governos PSDB), afastando os ruídos sobre a efetividade de um governo à esquerda, expressando um alinhamento com as classes dominantes.

O apoio de Simone Tebet, candidata à presidência pelo MDB, partido este que manteve-se neutro nesta eleição e conferiu aos seus correligionários autonomia de voto, também assume um alinhamento no sentido de aproximação com os eleitores da “terceira via”, num discurso que converge a uma posição de centro-direita, mantendo a defesa de pautas liberais na economia, representando um aceno positivo aos setores de mercado e defendendo pautas mais moderadas nos costumes. Tebet recebeu cerca de 5 milhões de votos no primeiro turno, seu apoio representou a migração de parte desses votos à chapa do PT.

As eleições de 2022 ocorreram num contexto de crise econômica e o país enfrentava graves problemas sociais, como o aumento da fome, da pobreza e da violência, agravados pela gestão negacionista da Covid-19, que foi responsável pela morte de cerca de 2000 mortos por dia, totalizando o lamentável número de mais de 700 mil mortes pela doença (SINGER, 2021, p.50).

Nesse contexto, o país deixou de crescer, perdendo 4,1% de seu PIB, enquanto a China, país que viveu rigorosamente o *lockdown*, cresceu 2,3% em 2020. Além disso, o índice de desemprego subiu de 11,9% para 13,5% (SINGER, 2021, p.50/51). Abrindo caminho para insatisfações crescentes com a gestão Bolsonaro.

Esses temas e dados serviram como embasamento para Lula em sua campanha, enquanto Bolsonaro tomava como prioridade discursos cuja moral conservadora tinham centralidade, designadamente: ideologia de gênero, legalização do aborto, das drogas (ORO, 2023. s.p.).

Em termos eleitorais, vale ressaltar que o resultado se deu com uma pequena diferença (1,8%) entre os proponentes no segundo turno. O candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito à presidência da República com 60.345.999 votos (50,90%), enquanto Bolsonaro (PSL) recebeu 58.206.354 votos (49,10%) (ORO, 2023. s.p.).

A respeito desse resultado, no que tange especificamente ao segmento religioso, segundo Oro (2023), Lula obteve 11.725.823 de votos evangélicos, 1.683.328 votos a mais que Haddad (10.042.504) em 2018. Entende-se assim, que Lula conseguiu uma espécie de manutenção do voto desse segmento religioso, pois tratou-se de um pequeno crescimento evitando a perda neste escalão.

Em relação aos votos dos eleitores que se declararam sem religião, há um aumento significativo, visto que Haddad (2018) obteve uma pequena vantagem em relação ao seu

opositor (700.000 votos). Enquanto Lula conquistou um excedente de quase 6.000.000 de votos em relação a Bolsonaro. Segundo Oro (2023), ao comprarmos as votações obtidas no seguimento religioso percebe-se que:

(...) em 2018 (21.595.284) com a votação de 2022 (26.099.413), notamos que na última eleição a diferença positiva para Bolsonaro foi de 4.414.129 de votos. Assim, se em 2018, como vimos, o superávit de votos para Bolsonaro entre os evangélicos em relação ao seu adversário foi de 11.552.780, em 2022 a diferença aumentou para 14.373.590 votos (s.p.).

Bolsonaro obteve maior quantidade de votos evangélicos nos dois pleitos, assim como os candidatos do PT Haddad (2018) e Lula (2022) obtiveram maiores números entre as pessoas que se declararam sem religião. Porém, há um fator que sem dúvida promoveu a diferença necessária ao petista: a vantagem obtida entre os votos dos católicos. Segundo Oro (2023): “é importante salientar o superávit de mais de dez milhões de votos obtidos por Lula entre os católicos, cuja soma final levou o candidato do PT a superar a vantagem de mais de 14 milhões de votos obtidos por Bolsonaro entre os evangélicos” (s.p.).

Assim, a junção dos votos daqueles que se declaram sem religião com aqueles que se declaram católicos¹¹³ podem contar como fatores que contribuíram para a vitória do candidato do PT. No que tange a pequena diferença na quantidade de votos finais na eleição de 2022, há pontos a serem discutidos, pois houveram tentativas de obstrução de votos, principalmente na região Nordeste, principal reduto eleitoral do PT.

Segundo reportagem do UOL, escrita por Rossi, Vasconcelos e Neves (2022), a região Nordeste foi alvo de inúmeras ações promovidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), em especial no segundo turno eleitoral. Aproximadamente 619 ônibus haviam sido fiscalizados em todo o país; desse total, 295 (47,6%) estavam no Nordeste. Embora a região concentre apenas 27% do eleitorado brasileiro, trata-se do local em que se registrou cerca de 67% dos votos em Lula, no primeiro turno. Os Estados de Alagoas (87 casos) e Maranhão (73) lideraram o número de abordagens policiais.

É importante destacar que as ações da PRF foram contra a decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e que em muitos casos além de coagir, atrasaram a chegada dos eleitores nos locais de votação. Tais ações foram interpretadas como forma de diminuir a participação efetiva de eleitores, e assim diminuir a quantidade de votos em Lula (ROSSI; VASCONCELOS; NEVES, 2022).

¹¹³ Segundo ORO (2023): “Lula lembrou a importância das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação para a criação de movimentos sociais e sindicais e para a própria fundação do PT em 1980. Naquele tempo (décadas de 1970 e 1980), para mostrar a sua relação com a ala progressista da Igreja, Lula arrematou: “Para onde eu viajava eu tinha uma igreja progressista, um padre progressista, uma casa paroquial, lá haveria uma reunião com a comunidade católica, para a gente discutir política”” (ORO, 2023, s.p.).

Independente das tentativas de obstrução de votos e mesmo com uma margem de vitória muito baixa, Lula foi eleito ao seu terceiro mandato à Presidência da República, e nesse sentido, fica claro que o vínculo religioso é uma das variáveis que contribuiu para que os eleitores pudessem definir seu voto.

Bolsonaro durante seu primeiro mandato trabalhou para manter e ampliar sua influência no eleitorado evangélico, através de atitudes como: a nomeação de um pastor (André Mendonça) considerado pelo próprio presidente como “terrivelmente evangélico” para o cargo no Supremo Tribunal Federal (STF); a permanência do discurso conservador e moralista em seus pronunciamentos; o insistente investimento na construção de apoio por parte de lideranças evangélicas, em associação com o peso de suas autoridades e influência que possuem sobre seus fiéis. Esse conjunto de fatores fez com que a variável religião se tornasse ainda mais relevante no cenário eleitoral brasileiro, sendo também responsável pela elevada votação de Bolsonaro (ORO, 2023, s.p.).

Segundo Oro (2023), “somente em 2021 o governo Bolsonaro perdoou 1,4 bilhão de reais (cerca de 270 milhões de dólares americanos) de dívidas de igrejas evangélicas” (s.p.). Soma-se a isso uma série de benefícios fiscais, tais como recursos para obras, para emissoras e rádios. Nas palavras de Oro (2023):

Nesse período [ainda no início de seu mandato], ele participou de um jantar organizado por muçulmanos, dois eventos da Igreja católica e 30 eventos organizados por lideranças evangélicas. Também nesse período participou de oito eventos promovidos pela Frente Parlamentar Evangélica, totalizando, assim, 38 participações. (...) Assim, durante 2022 [com a pandemia já controlada], especialmente por se tratar de ano eleitoral, Bolsonaro retomou o seu périplo em eventos evangélicos, sempre visando o voto dos eleitores. Neste sentido, ele se fez presente em quase duas dezenas de "Marchas para Jesus", ocorridas em diferentes cidades brasileiras (s.p.).

Dessa forma, fica evidente como Bolsonaro buscou instrumentalizar politicamente a religião para sua autopromoção e benefício eleitoral. É notório que nesses eventos sempre esteve na companhia de sua esposa (Michelle Bolsonaro) para enaltecer a imagem da família, e com frequência proferia discursos “endemonizando” seu adversário, sempre em tons de ameaça iminente devido ao perigo comunista. Segundo Oro (2023), em um ato político no Palácio da Alvorada (março de 2022), na presença de lideranças evangélicas conservadoras o então presidente pronunciou a seguinte frase: “Eu dirijo a nação para o lado que os senhores assim o desejarem”(s.p.). É notório que Bolsonaro dirige essa frase a setores conservadores, cujo horizonte ideológico se põe distante de valores democráticos.

No que diz respeito aos apoios partidários, é preciso marcar que segundo reportagem de O Globo (2022), o União Brasil, MDB, PSD, PSDB, Podemos, Novo, Patriota, e DC,

liberaram seus correligionários a se posicionarem livremente. O partido Novo manteve seu posicionamento contrário ao PT: “é importante deixar claro: em 2022, o NOVO se posicionou declaradamente contra o PT e contra Lula” (PARTIDO NOVO, 2023, s.p.).

Embora não tivesse a formalidade partidária, nomes de destaque dessas siglas, em campanha, declararam seu apoio a Bolsonaro, entre eles destacam-se os 14 governadores eleitos dentre os 27 do país. Na região Norte, totalizando 5 entre os 7 estados da região com os governadores: do Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins, respectivamente: Wilson Lima (União Brasil), Antonio Denarium (PP), Gladson Cameli (PP), Marcos Rocha (União Brasil) e Wanderlei Barbosa (Republicanos) (O GLOBO, 2022, s.p.).

No Centro-Oeste o ex-presidente obteve (novamente) apoio de todos os estados: Mauro Mendes (União Brasil - Mato Grosso), Ronaldo Caiado (União Brasil - Goiás), Ibaneis Rocha (MDB - Distrito Federal) e Eduardo Riedel (PSDB - Mato Grosso do Sul). Já no Sudeste apenas o governador do estado do Espírito Santo não declarou apoio a Bolsonaro, assim: Zema (Novo - Minas Gerais), Tarcísio de Freitas (Republicanos - São Paulo) e Cláudio Castro (PL - Rio de Janeiro) (O GLOBO, 2022, s.p.).

Nenhum governador dos estados no Nordeste brasileiro declarou apoio a Bolsonaro, enquanto na região Sul, com exceção do Rio Grande do Sul, todos declararam seu apoio: Carlos Massa Junior (PSD - Paraná) e Jorginho Mello (PL - Santa Catarina).

Apenas 3 governadores mantiveram-se neutros, sendo 2 deles da região Nordeste: Raquel Lyra (PSDB - Pernambuco) e Fábio Mitidieri (PSD -Sergipe). E 1 da região Sul, Eduardo Leite (PSDB - Rio Grande do Sul) (O GLOBO, 2022, s.p.).

Por outro lado, a maior parte dos governadores que apoiaram o candidato do PT faziam parte da base aliada do governo: Clecio (Solidariedade - Amapá), Helder Barbalho (MDB - Pará), Carlos Brandão (PSB - Maranhão), Rafael Fonteles (PT - Piauí), Elmano de Freitas (PT - Ceará), Fátima Bezerra (PT - Rio Grande do Norte), João Azevedo (PSB - Paraíba), Paulo Dantas (MDB - Alagoas), Jerônimo Rodrigues (PT - Bahia) e Renato Casagrande (PSB - Espírito Santo). Com exceção do MDB que aderiu a neutralidade e pôde apoiar os dois candidatos à presidência no mesmo pleito.

Novamente, no contexto de plena campanha eleitoral um governador recém eleito ou concorrendo ao segundo turno como aliado ou declarando apoio a alguma candidatura, revela a instrumentalização de seu cargo em favor de qualquer um dos presidencialistas, configurando-se como uma ação de articulação política capaz de influenciar o eleitorado de seus respectivos estados.

Como esta investigação se centra no comportamento eleitoral no estado de São Paulo com base em seus municípios, vale o esforço de tentar dimensionar como era a situação das prefeituras das cidades centrais (com base nas Regiões Intermediárias do IBGE), pois a partir destas, busca-se traçar eixos de análise no que tange aos partidos, suas possíveis alianças e apoios aos candidatos à presidência. A tabela 7 abaixo sintetiza as forças em questão:

Tabela 7. Capitais das Regiões Intermediárias IBGE: prefeitos eleitos em 2020, apoios e alianças nas eleições presidenciais de 2022

Capital/cidade central	Prefeito eleito	Partido	Ideologia	Apoio/ aliança
Bauru	Suéllen Rosim	Patriotas (1)	Direita Confessional	Bolsonaro
Presidente Prudente	Ed Thomas	PSB (2)	Direita	Bolsonaro
São Paulo	Bruno Covas/Ricardo Nunes(*)	MDB (3)	Centro	Bolsonaro
Sorocaba	Rodrigo Manga	Republicanos (4)	Direita Confessional	Bolsonaro
Campinas	Dario Saadi	Republicanos	Direita Confessional	Bolsonaro
Araçatuba	Dilador Borges	PSDB (5)	Centro	Bolsonaro
Araraquara	Edinho Silva	PT (6)	Esquerda	Lula
Marília	Daniel Alonso	PSDB	Centro	N/I
Ribeirão Preto	Duarte Nogueira	PSDB	Centro	Bolsonaro
São José do Rio Preto	Edinho Araújo	MDB	Centro	Bolsonaro
São José dos Campos	Felício Ramuth	PSDB	Centro	Bolsonaro

Notas:

- (1) Manteve-se neutro, em relação a ambos candidatos.
 (2) Declarou apoio ao candidato Bolsonaro (PL).
 (3) No segundo turno manteve-se neutro, apoiando ambos os candidatos.
 (4) Declarou apoio ao candidato Bolsonaro.
 (5) Manteve-se neutro, em relação a ambos candidatos..
 (6) Declarou apoio ao candidato Lula (PT).
 (*) Covas faleceu em 2021 e seu vice, Ricardo Nunes, assumiu a prefeitura.

Fonte: Elaboração própria.

Adaptado de: ALONSO (2025); ARAÚJO (2025); ALESP (2009); ALESP (2014); ALESP (2020); CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA (2025); CIP (2023); COVAS45 (2025); ESQUERDA DIÁRIO (2018); G1 (2020); JORNAL DOIS (2020); REPUBLICANOS (2021); SANTOS (2025); SEMPRE FAMÍLIA (2018); VEJA (2018); WIKIPÉDIA (2025a); WIKIPÉDIA (2025b); WIKIPÉDIA (2025c); ACIDADEON (2022); ATVIE (2022); BERGAMO (2022); CNN BRASIL (2022); HOJEMAS (2022); UOL (2024); VALOR ECONÔMICO (2024).

A partir dos dados acima, nota-se que a maior parte das prefeituras em 2022 estavam, novamente, com partidos de centro, tendo destaque o PSDB exercendo o comando de 4 cidades e o MDB 2. A somatória dos dois partidos (6) resultou em pouco mais da metade do número de cidades pesquisadas (11). A esquerda, também repetiu o quadro do pleito anterior, esteve à frente de apenas 1 entre as 11 cidades, sob a gestão do PT, com destaque a região de Araraquara.

A direita destacou-se como a segunda força política, com 4 prefeituras distribuídas entre PSD (1), Patriotas (1) e Republicanos (2). Nesse pleito, ganha destaque a Direita Confessional, representando 3 cidades entre as prefeituras de Direita, fato que não ocorreu em 2018. Nota-se que entre um pleito e outro, o que defendemos como Direita Confessional foi o setor que mais cresceu na política. Ou seja, a religião, entre as variáveis que podem ativar predisposição de voto, foi instrumentalizada politicamente.

Em 2020, nas eleições municipais, as candidaturas com declaração de pertencimento religioso chamaram a atenção. Segundo Reis (2020), dos 1721 candidatos à Câmara dos Vereadores de São Paulo, 195 tiveram sua identidade religiosa reconhecida. Dentre os 55 vereadores designados:

20 foram eleitos para o primeiro mandato e 18 reeleitos, totalizando 38 eleitos (19,6% do total de candidatos com identidade religiosa, 69% do total de eleitos). Foram identificados 44 candidatos cristãos, sendo sete eleitos entre eles. Evangélicos somaram 103 candidatos, sendo 18 eleitos. Das 32 candidaturas católicas, 18 foram eleitas (REIS, *et al.*, 2020, p.234).

Na cidade de São Paulo, entre os 195 candidatos com identidade religiosa declarada, 103 eram evangélicos entre as suas diversas denominações, ou seja, neste pleito os evangélicos ultrapassaram o número de candidatos com identidade católica, fato que também demonstrou como o apelo religioso foi bastante mobilizado entre as candidaturas. Uma das formas de mobilização eleitoral é a ideia de política como missão concedida por Deus, muitas vezes associada à disputa do bem contra o mal (Guerra espiritual) (REIS, *et al.*, 2020, p.223).

Frases ditas por Bolsonaro¹¹⁴ e muitas vezes repetidas por seus apoiadores, tais como: “Deus no comando”, “Deus no coração”, “Estou sendo instrumento de Deus”, “Só Deus me tira daqui”. “Deus acima de todos”, “Deus, Pátria, Família”, deixam evidente uma concepção

¹¹⁴ Em um discurso proferido em 2017 na Paraíba, Bolsonaro afirmou: “Não tem essa historinha de Estado laico, não! O Estado é cristão, e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar às maiorias” (ORO, 2023, s.p.).

conservadora e intolerante que serviu de base para mobilização do eleitorado religioso (ORO, 2023, s.p.).

Essa forma de mobilização, somada ao trabalho realizado pelas igrejas no que tange a ação social mediada pelas OMG's, são sem dúvida fatores que contribuíram para o aumento dos índices dos partidos de Direita Confessional assumindo cargos de vereança, prefeituras e no legislativo de modo geral.

Conforme a tabela 7, é notório que a maior parte das prefeituras caracterizadas como centro (5) tenham apoiado Bolsonaro, com exceção de Daniel Alonso (PSDB), que não foi possível identificação (N/I). O PSDB, no contexto de 2022 apresentou um comportamento distinto do apresentado em 2018, pois amenizou o reforço ao antipetismo que tanto contribuiu para o fortalecimento da direita bolsonarista, passando a compor, ao menos de forma circunstancial, em defesa da democracia. Setores do partido declararam apoio crítico a Lula no segundo turno.

É importante destacar que as prefeituras identificadas nas tabelas 6 e 7 são consideradas capitais regionais, conforme a divisão do estado que adotamos, ou seja, elas atuam com certa centralidade, exercendo influência no território. Justamente por essa razão optou-se por tratá-las como referência para a análise da espacialização do voto nos pleitos de 2018 e 2022.

Outra variável importante sobre as eleições de 2022 é a própria composição do Congresso Nacional, pois mesmo com a vitória de Lula representando um governo em defesa da institucionalidade, forças disruptivas em grande escala foram eleitas e passaram a representar não somente os resíduos assombrosos do governo Bolsonarista, mas também verdadeiras barreiras para o avanço de pautas e projetos do novo governo.

Em relação ao Senado Federal, das 27 cadeiras, 16 mantiveram o apoio a Bolsonaro, ou seja, representam oposição ao governo, enquanto 8 delas estão alinhadas a Lula. Os 3 parlamentares restantes não manifestaram ligação entre governo e oposição (AGÊNCIA ESTADO, 2022, s.p.).

De um modo geral, todos os candidatos que estavam no governo tiveram resultados expressivos, entre eles destacam-se: Ricardo Salles (ex-Ministro do Meio Ambiente, atualmente deputado federal-SP), Damara Alves (ex-Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, atual senadora-DF), Tarcísio de Freitas (militar, ex-Ministro da Infraestrutura, atualmente governador-SP), Marcos Pontes (tenente coronel, ex-Ministro da Ciência Tecnologia e Inovação, atual senador-SP), Hamilton Mourão (general, ex-vice presidente, atual senador-RS), Pazuello (general, ex-Ministro da saúde, atualmente deputado federal-RJ),

Tereza Cristina (ex-Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atual senadora-MS) e Sérgio Moro (ex-Ministro da Justiça, atual senador-PR) (PARIS, 2022, s.p.).

A respeito da Câmara dos deputados federais, os partidos de Direita e da Direita Confessional formaram a grande maioria, a partir da tabela 8 pode-se observar essa representação em números absolutos:

Tabela 8. Composição partidária da Câmara dos deputados nos pleitos de 2018 e 2022

Partido	Bancadas 2018	Bancadas 2022	Ideologia
PL	77	99	Direita Confessional
PT	56	68	Esquerda
União Brasil	52	59	Direita Confessional
PP	57	47	Direita
MDB	37	42	Centro
PSD	46	42	Direita
Republicanos	43	41	Direita Confessional
PDT	19	17	Centro
PSB	23	14	Centro
PSDB	23	13	Centro
PSOL	8	12	Esquerda
Podemos	8	12	Direita Confessional
Avante	6	7	Direita
PSC	9	6	Direita Confessional
PCdoB	8	6	Esquerda
PV	4	6	Centro
Cidadania	6	5	Centro
Patriota	5	4	Direita Confessional
SD	8	4	Direita
Novo	8	3	Direita
Pros	4	3	Direita
Rede	2	2	Centro
PTB	3	1	Direita
S/ partido	1	-	-

Fonte: G1 (2022), com dados do TSE, organizados pela autora.

Com base na tabela acima, percebe-se que o núcleo de apoio sólido da ala bolsonarista, (PL, Republicanos e PP) representa conjuntamente um total de 187 parlamentares, cerca de 36,5% da Câmara dos Deputados. Mesmo não formando maioria absoluta, o grupo apresenta um poder de barganha significativo, podendo votar de maneira unificada e estratégica. O que, no mínimo, representa uma grande resistência às propostas do Executivo, podendo obstruí-las ou atrasá-las, principalmente aquelas ligadas à reformas econômicas e sociais que resultariam em prestígio ao governo.

Percebe-se também a evolução do número de cadeiras ocupadas pelos diferentes partidos conforme seu posicionamentos no espectro ideológico, tendo o PL 77 (2018) e 99 (2022) lugares, consolidando-se como a maior bancada da Câmara, com um aumento de 22 parlamentares entre os pleitos analisados. E o PT, a segunda maior bancada com 56 (2018) e 68 (2022) cadeiras, apresentou um aumento de 12 deputados. Cabe acrescentar à discussão, que a Federação Brasil da Esperança (FE Brasil), composta pelo PT, PCdoB e PV, juntas somaram 80 parlamentares, um número muito inferior dos 187 representados pela ala bolsonarista no Congresso em 2022.

A partir da tabela 9 pode-se observar as variações com base no número absoluto e relativo de deputados conforme as constelações partidárias:

Tabela 9. Crescimento e retração dos blocos ideológicos no Congresso Nacional: comparação 2018–2022

Bloco Ideológico	2018	2022	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Direita total	326	328	2	0,6
<i>Direita</i>	132	107	-25	-18,9
<i>Direita Confessional</i>	194	221	27	13,9
Esquerda	72	86	14	19,4
Centro	114	99	-15	-13,2

Fonte: Elaboração própria, com dados do TSE *apud* G1 (2022)

Nesta tabela, optou-se por manter a Direita como um bloco único (Direita total), e isolar a Direita Confessional, deixando em destaque também a porção deste bloco representada por nós como Direita. A separação nestas 3 categorias, coloca em evidência as diferenças internas desse campo político, pois trata-se de um forma de reconhecer as

complexidades e múltiplas facetas do grupo. Mesmo que não tenha sido objeto de investigação dessa pesquisa, é fundamental reconhecer seu papel na política contemporânea, uma vez que suas múltiplas expressões influenciam diretamente os rumos do debate público e da dinâmica institucional.

Contudo, busca-se destacar, especialmente a Direita confessional, objeto específico de nossa investigação, devido sua crescente relevância no cenário nacional, trata-se de um grupo marcado pela influência de lideranças religiosas e por sua agenda moral conservadora, que não apenas integra a Direita total, mas também exerce papel específico de mobilização social e direcionamento político.

Os partidos da Direita Confessional (D.C.) somam 221 cadeiras, o que representa 43% do total de deputados no mandato vigente (2022). Em 2018 somavam 194, o que representa um aumento de 27 parlamentares, um total de 13,9%. Se levarmos em consideração o campo Direita total, percebe-se que, de um modo geral, esse campo manteve-se estável numericamente, totalizando 326 e 328 em 2018 e 2022, respectivamente, quase não sofrendo alterações.

Por outro lado, ao isolar a Direita, percebe-se que ocorreu uma variação relevante, pois em 2018 somavam 132 cadeiras e em 2022 107, ou seja, de um pleito a outro ocorreu uma diminuição de 25 parlamentares. Essa movimentação demonstra que a Direita como um todo está consolidada como o campo político com maior representatividade no congresso, porém, por se tratar de um campo heterogêneo e complexo, é marcado por disputas internas.

Atualmente, a direita em suas diferentes facetas encontra-se em franca disputa por espaço e legitimação, e a Direita Confessional, nas últimas décadas, tem se afirmado como o setor de maior crescimento, revelando, dessa forma, a também crescente instrumentalização da religião como recurso político no Congresso. Além desse aumento de significado no conjunto nacional, é preciso levar em consideração também como essas disputas internas impactaram a dinâmica de alianças e a governabilidade¹¹⁵.

O Centro também apresentou retração enquanto força política: em 2018 o bloco contava com 114 cadeiras, enquanto em 2022 esse número caiu para 99, resultando em uma diminuição de 15 parlamentares. Mas é necessário problematizar a composição partidária que classificamos neste espectro político. De modo geral, as forças políticas no Brasil, ao menos

¹¹⁵ Além do mais, é importante incluir no debate a força representativa do chamado Centrão, bloco este que não se constitui ideologicamente, pois trata-se de um grupo de partidos que atuam pragmaticamente, priorizando a disponibilidade de recursos, emendas e a negociação de cargos públicos, representando assim, um mecanismo de perpetuação de elites políticas no poder, independentemente da orientação ideológica e dos projetos políticos dos governos, parte da Direita tem atuado nesse bloco, destacamos os seguintes partidos: PL, PP, Republicanos, PSD, União Brasil, PTB, Avante e Cidadania.

nas últimas décadas, têm convergido centrifugamente à direita do espectro político, tendo esse fato sido abordado com base na figura 1 “Comparação do posicionamento ideológico em 2010 e em 2018” de Tarouco e Madeira (2015), apresentada acima neste capítulo. Nesse sentido, o comportamento do Centro muitas vezes se confunde com o comportamento da Direita, o que reforça sua flexibilidade e fragilidade como campo autônomo.

A Esquerda é o grupo político que de fato apresentou um crescimento significativo: em 2018 o bloco contava com 72 cadeiras, enquanto em 2022 esse número aumentou para 86, resultando em um crescimento de 14 parlamentares, o que representa um aumento de 19,4%. Trata-se de um crescimento bastante expressivo, pois no que diz respeito a variação relativa, cresceu ainda mais que a Direita Confessional, cujo índice foi de 13,9%. Contudo, continua a manter-se como o bloco menos numeroso.

Nesse sentido, o comportamento da Esquerda revela uma correlação de forças desigual, pois, a Direita em sua totalidade, destaca-se como a força de maior representatividade no Congresso. Tendo em vista que a arena institucional se organiza a partir da disputa de projetos políticos mediados por interesses econômicos e sociais distintos, a ampliação da Esquerda pode ser interpretada como uma expressão das contradições em disputa no interior da democracia liberal e da busca por novos arranjos políticos.

É importante destacar que as forças políticas da direita não apenas expressaram projetos de sociedade, mas também assumiram posicionamentos de ruptura institucional, cuja materialidade se deu de formas criminosas nas mais diversas camadas: a partir de discursos, incitando o ódio e ameaças de todo tipo, seja nas rede sociais ou em palanques mobilizando multidões; e na articulação golpista, por meio das tentativas de obstrução de votos, convocação de embaixadores para desacreditar as eleições, na arquitetura de assassinatos¹¹⁶ e atentados com explosivos¹¹⁷, até os ataques à estrutura simbólica dos três poderes, no 8 de janeiro de 2023.

Torna-se, pois, necessário levar em conta o espírito do tempo, a psicoesfera, na qual o cultivo do ódio e de desvarios tanto na dimensão coletiva quanto individual, ganham densidade quando compõem o modo de pensar e agir das pessoas. Portanto, é necessário

¹¹⁶Segundo investigações da Polícia Federal e reportagens jornalísticas, a chamada *minuta golpista* (associada ao plano denominado “Punhal Verde e Amarelo”) descrevia ações para impedir a posse e incluía planos de assassinato contra o então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente eleito Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes (AGÊNCIA BRASIL, 2024).

¹¹⁷ Em dezembro de 2022, um grupo de radicais bolsonaristas tentou detonar um artefato explosivo próximo ao aeroporto de Brasília, ação frustrada pela Polícia Militar e posteriormente confirmada em imagens divulgadas pela imprensa (G1, 2023).

refletir sobre as consequências práticas da composição dessa atmosfera que coloca em risco o regime de segurança no qual vivemos e a própria democracia.

O governo bolsonarista articulou o projeto político brasileiro às estratégias de uma direita com vínculos internacionais, que de forma padronizada, a partir dos governos Trump (Estados Unidos), ou de modelos conservadores europeus, como de Orbán (Hungria), instrumentalizam a desinformação e o medo como tecnologias de poder, arquitetando a produção de ressentimentos, o que foi conferindo camadas a psicosfera que se transformou num mecanismo próprio de corrosão democrática. Dessa forma, as eleições de 2022 representaram, para além de uma disputa política, um esforço de organização em defesa da democracia.

4.6 Espacialização do Voto Conservador no estado de São Paulo

No percurso deste trabalho buscou-se organizar o conjunto de variáveis necessárias para analisar a espacialidade do voto em São Paulo, considerando as categorias ideológicas fundamentais consideradas neste trabalho. Assim, a partir dos resultados eleitorais para os deputados federais eleitos nos pleitos de 2018 e 2022, discutiu-se como os vínculos entre os grupos ideológicos partidários, particularmente os aliados ao campo religioso evangélico, se comportam no território paulista.

Entendendo o processo eleitoral como expressão de dinâmicas conservadoras e autoritárias, alinhadas à lógica neoliberal que vêm reorganizando a sociedade brasileira, buscou-se compreender como os elos entre as dinâmicas territoriais, políticas e a religião, são parte fundamental para a construção de uma análise crítica da presença evangélica no espaço público institucional.

Considerando o voto como uma expressão concreta da materialidade dessas relações, buscou-se capturá-las a partir da elaboração de mapas relativos aos resultados das eleições de 2018 e 2022, com o propósito de estabelecer comparações e perceber as transformações ocorridas durante esse período. Os mapas foram produzidos segundo a distribuição percentual dos votos a partir de classes graduadas, conforme as ideologias partidárias: Direita, Direita Confessional, Centro e Esquerda, possibilitando a leitura imediata da intensidade da votação em cada região e município do estado a partir também da variação na tonalidades de cores. O campo Direita abrange o conjunto total deste campo, ou seja, inclui suas múltiplas facetas. Perante os objetivos concretos deste trabalho, a Direita Confessional foi tratada de modo

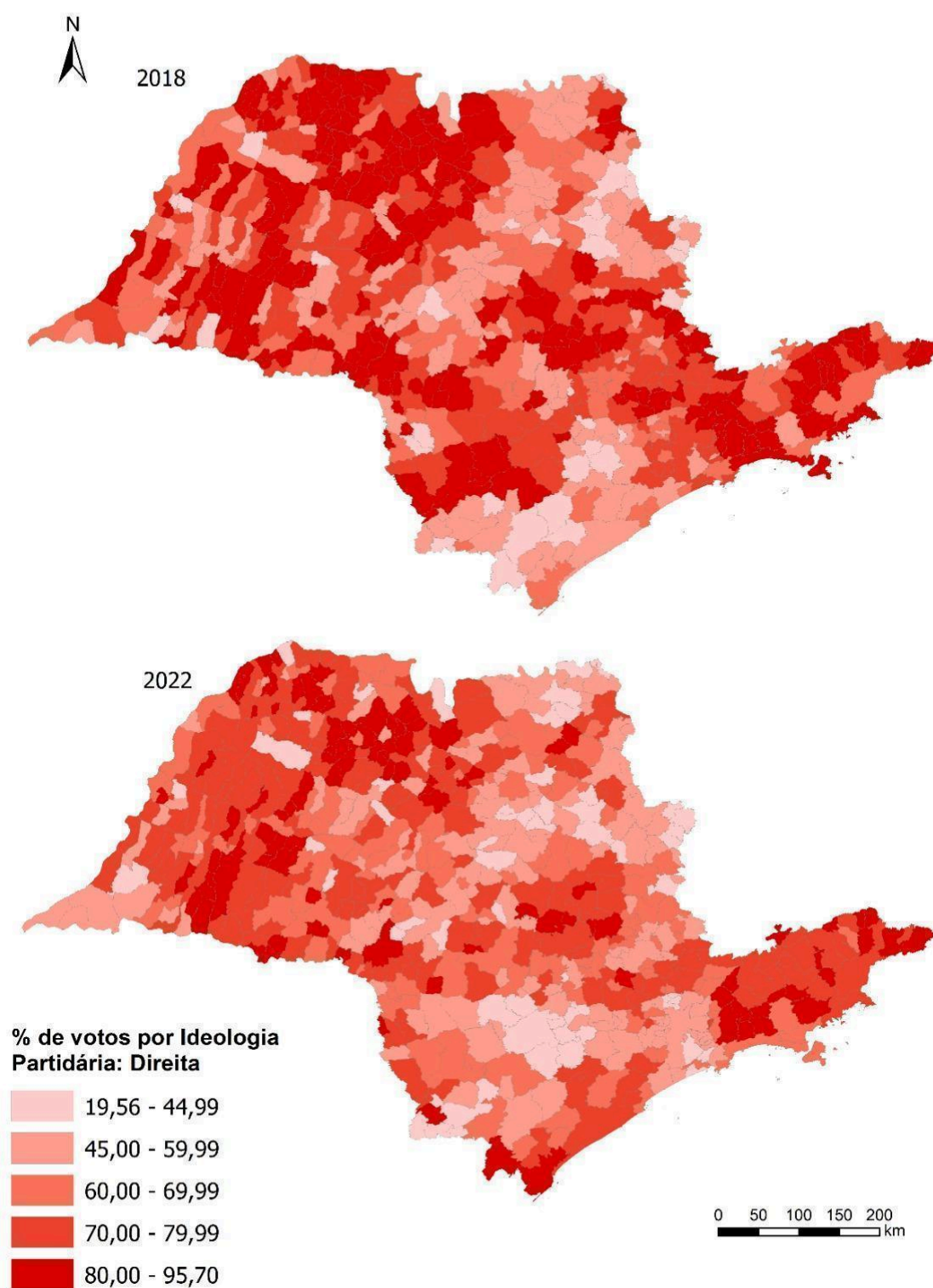
específico, a fim de observar seu comportamento no território e perceber seus avanços e retrações.

Com a intenção de evidenciar as mudanças no desempenho eleitoral entre um pleito e outro, foi elaborado um mapa de variação, no qual foram representadas as mudanças nos percentuais em cada uma das classes partidárias. A legenda foi, assim, estruturada de modo a destacar os avanços positivos e os negativos nos locais estudados, o que permitiu visualizar não apenas a força dos grupos partidários em cada município, mas também a dinâmica de crescimento e/ou retração dos mesmos no período analisado.

Dessa forma, foi possível compreender o processo eleitoral não como algo estático, mas como algo em movimento, em transformação e constante disputa política e territorial. Assim, pode-se afirmar que há uma dinâmica e uma geografia desigual dos votos no estado, visto que entre os pleitos de 2018 e 2022 se identificam variações regionais no desempenho eleitoral dos grupos partidários, observando-se avanços e retrocessos dos grupos políticos da direita à esquerda do espectro ideológico.

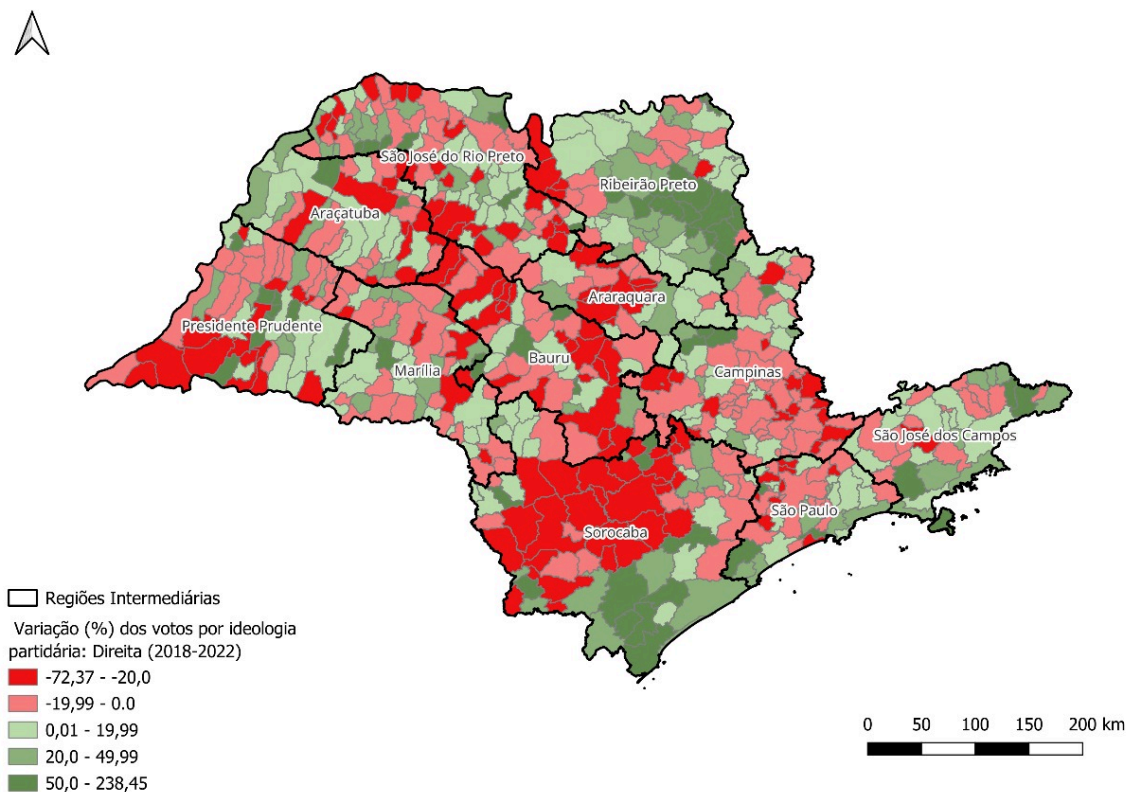
Embora nossa cartografia dos votos apresente uma predominância dos partidos de direita no estado de São Paulo, um processo que historicamente se apresenta com reduzidas variações, ela também permite a identificação do território paulista como um campo em permanente disputa, onde por mais conservador que se demonstre o perfil eleitoral do estado, isso não representa a existência de um território eleitoralmente homogêneo, muito menos uma supressão (ou não reação) de forças políticas opostas aos grupos de direita.

O comportamento eleitoral regionalmente desigual e os avanços e retrocessos das classes partidárias entre os pleitos analisados, estão expressos e podem ser observados na coleção de mapas apresentados a seguir.

Mapa 5: Mapa distribuição (%) de votos por Ideologia: Direita (2018-2022)

Fonte: Elaborado por Vasco Costa. Organizado pela autora.

Mapa 6: Mapa variação (%) de votos por Ideologia: Direita (2018-2022)



Fonte: Elaborado por Vasco Costa e Sara Amorim. Organizado pela autora.

O mapa referente às eleições de 2018 revela uma ampla predominância da direita no estado de São Paulo, com percentuais de votação que, em grande parte dos municípios, situam-se entre 60% e 79,9% dos votos válidos. Em diversas áreas do interior, sobretudo no oeste paulista (região de Presidente Prudente e Araçatuba), no noroeste (São José do Rio Preto e Catanduva) e no norte (Barretos, Franca e Ribeirão Preto), registraram-se concentrações em tons mais escuros, indicando votações superiores a 70% e, em alguns casos, chegando à faixa de 80% a 95,7%.

Essa predominância se estendeu, cobrindo a maior parte do território paulista, o que caracteriza 2018 como um momento de consolidação da direita no espaço político-eleitoral do estado, obtendo 8.543.745 de votos absolutos, de um total de 11.965.169 eleitores.

As exceções, contudo, merecem nosso apreço. No Vale do Ribeira (extremo sul paulista, com municípios como Registro, Eldorado e Iguape), observa-se um padrão mais equilibrado, com percentuais de votos à direita oscilando entre 45% e 59,9%, indicando maior

competitividade com outros blocos partidários. Estas regiões apresentam particularidades, a primeira se refere ao campo de organização social de assentamentos rurais, quilombolas e indígenas onde os movimentos de luta pela terra e o território espelham estratégias de resistência, uma vez que são populações que foram fortemente atacadas nos debates de campanhas eleitorais da direita. Um outro aspecto a considerar é que nesta região os Bolsonaro são oriundos e residem o que trás à tona os conflitos e as formas de atuação dos mesmos nas relações locais de poder.

Algo parecido ocorreu nas áreas centrais do estado, como a região de Araraquara e Bauru, onde o desempenho da direita não alcançou o mesmo patamar avassalador observado em áreas rurais ou de menor densidade populacional. Essa diferenciação espacial sugere que, mesmo em um cenário de hegemonia, havia espaços de resistência ou de disputa eleitoral mais intensa. Nestas regiões, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores historicamente apresentou certo desempenho e administra cidades com impactos regionais como Araraquara e São Carlos. Em Araraquara, por exemplo, Edinho Silva, foi Prefeito de Araraquara de 2001 a 2008 e de 2017 a 2024, e atualmente é o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, posição que ocupou entre 2009-2013 e ministro de Comunicação Social no Governo de Dilma Rousseff, o que denota a influência política da região no cenário nacional o que de certa forma repercute nas decisões eleitorais na região.

No pleito de 2022, embora a direita tenha se mantido como força majoritária no conjunto estadual, os mapas evidenciam uma redução relativa de sua intensidade em várias regiões. Municípios que, em 2018, registraram percentuais na faixa de 70% a 79,9% ou mesmo acima de 80%, aparecem agora em tons mais claros, refletindo quedas para patamares entre 60% e 69,9% ou até 45% a 59,9%.

Essa mudança é notável em partes do centro do estado (Bauru, Marília e Araraquara), no noroeste (São José do Rio Preto e Araçatuba) e em municípios da região metropolitana de Campinas (Campinas, Americana e Limeira). Esse recuo indica o fortalecimento relativo de candidaturas de centro ou esquerda, sobretudo em espaços urbanos e de maior dinamismo econômico e demográfico. Esta dinâmica se associa aos elementos já considerados anteriormente e também repercutem, de um lado, a própria força popular que a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva apresenta de maneira geral, o que não se revelou frente ao nome de Fernando Haddad, candidato em 2018 pela esquerda. Embora estejamos tratando de eleições proporcionais, os processos eleitorais de representação parlamentar no Brasil sofrem grande influência dos candidatos majoritários. Outro aspecto a considerar se trata da presença de

Geraldo Alckmin, ex-governador do estado de São Paulo, de 2001 a 2006 e de 2011 a 2018, do campo de centro-direita, na composição da chapa de Luiz Inácio Lula da Silva, como vice-presidente. Tratou-se de uma estratégia de reduzir a expressividade dos votos à direita apresentados no pleito anterior a fim de compor uma média nacional que permitisse a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

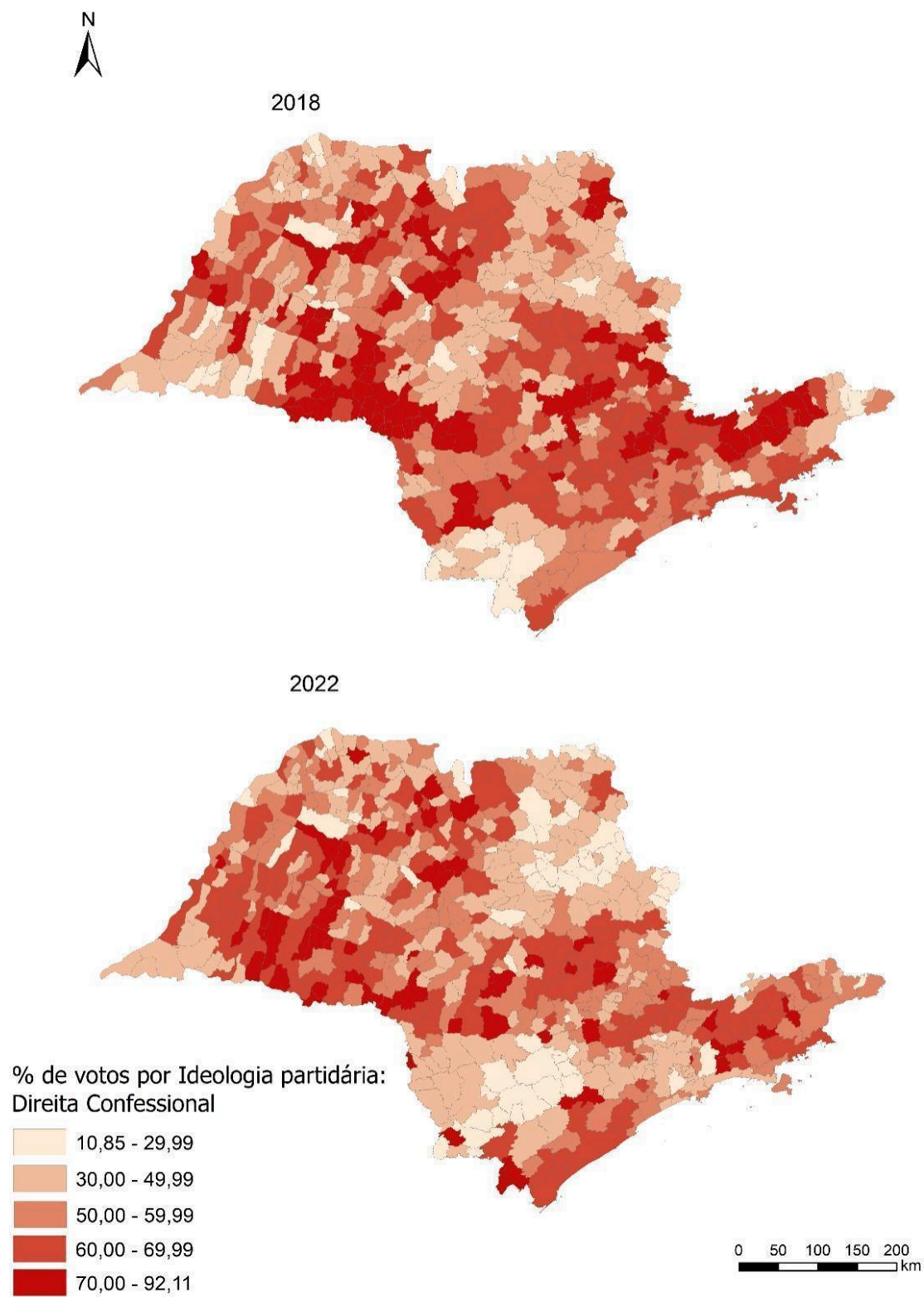
Em termos absolutos, confirma-se uma pequena redução do campo que somou 8.245.612 votos entre os 13.930.893 eleitores. Ainda assim, é importante destacar que a direita se mantém como força de maior expressão. No litoral paulista, especialmente no litoral sul (Itanhaém, Praia Grande e Mongaguá) e no litoral norte (Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião), o desempenho da direita manteve-se elevado, frequentemente acima de 70%.

Além disso, uma exceção significativa à tendência de maior equilíbrio foi novamente o extremo sul paulista (Vale do Ribeira), onde a votação à direita não apenas se manteve, como em muitos municípios se intensificou, com índices que chegaram à faixa de 80% a 95% dos votos válidos. Tal comportamento contrasta com o observado em áreas urbanas centrais, sugerindo que a vulnerabilidade socioeconômica da região pode estar relacionada à permanência e até ao reforço do apoio eleitoral à direita. O fato é que a família Bolsonaro intensificou sua forma de atuação e controle territorial na região fortalecendo o discurso contrário aos quilombos, indígenas e camponeses na região.

O mapa de variação percentual (2018–2022) aprofunda esse diagnóstico ao evidenciar os contrastes regionais. Verifica-se que a direita avançou com maior intensidade em três áreas específicas: o Vale do Ribeira, onde a variação positiva em municípios como Registro, Pariquera-Açu e Cananéia superou os 20%, chegando em alguns casos a aumentos acima de 50%; o norte do estado, notadamente a região de Ribeirão Preto e Franca, com crescimentos entre 20% e 49,9%; e o litoral norte, com destaque para municípios como Caraguatatuba e Ubatuba, regiões em que apresenta remanescentes de comunidades quilombolas e indígenas no estado de São Paulo. Ribeirão Preto, por exemplo, concentra a maior feira de agronegócio do país. Denominada de Califórnia brasileira nos anos de 1990, a cidade chegou a ser administrada pelo Partido dos Trabalhadores (1993-1996 - 2001-2004), passou a ser um campo de reafirmação política desse setor que esteve atrelado ao primeiro governo Bolsonaro

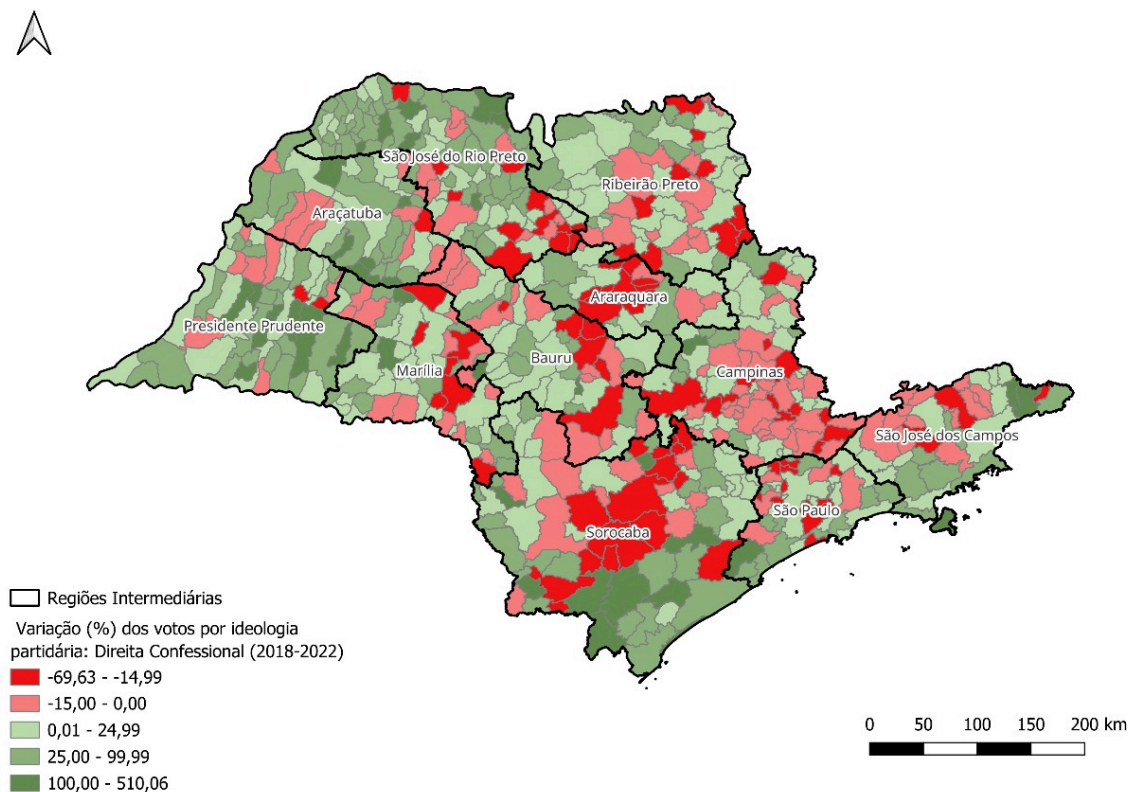
Por outro lado, o recuo da direita foi expressivo em algumas cidades da região Oeste-Noroeste de Sorocaba, no sudoeste do estado, e no seu extremo oeste (Pontal do Paranapanema), onde quedas superiores a 20% foram registradas em municípios como Euclides da Cunha, Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio. Resultados semelhantes se verificaram em partes do centro e noroeste, abrangendo polos como São José do Rio Preto,

Araçatuba, Araraquara, Campinas e Bauru, todos com variações negativas, em muitos casos entre -20% e -72%. Se destaca também a grande São Paulo com queda entre -19,9% e 0,0%. Essa retração indica uma rearticulação de forças de centro ou esquerda em áreas urbanizadas e de economia mais diversificada, Campinas e a Capital do estado por exemplo, embora insuficiente para inverter o padrão estadual de hegemonia da direita. No caso do Pontal do Paranapanema, o cenário em muito associa a forte presença dos movimentos sociais de luta pela terra, que intensificaram a campanha em nome de Luiz Inácio Lula da Silva.

Mapa 7: Mapa distribuição (%) de votos por Ideologia: Direita confessional (2018-2022)

Fonte: Elaborado por Vasco Costa. Organizado pela autora.

Mapa 8: Mapa variação (%) de votos por Ideologia: Direita Confessional (2018-2022)



Fonte: Elaborado por Vasco Costa. Organizado pela autora.

O mapa referente a 2018 revela que a direita confessional obteve percentuais relevantes em distintas regiões do estado, sobretudo no interior e em áreas do litoral e do Vale do Paraíba. Em muitos municípios, especialmente do centro-oeste paulista (região de Marília, Presidente Prudente e parte de Araçatuba), os percentuais variaram entre 50% e 69,9% dos votos válidos, chegando a superar os 70% em municípios específicos.

Já na Região Metropolitana de São Paulo, em Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Bauru, os índices foram menores, com ampla presença de municípios na faixa de 30% a 59,9%, revelando maior competitividade eleitoral.

No pleito de 2022, o mapa mostra que a direita confessional permanece como expressão significativa no território paulista, porém sua geografia eleitoral se reconfigura. Há uma disseminação territorial em direção ao oeste e ao sul do estado, assim como ao litoral norte. Municípios de menor porte nessas áreas apresentaram crescimento acentuado, com diversas localidades alcançando entre 60% e 92% dos votos.

Em contrapartida, verifica-se recuo nas regiões de maior densidade demográfica e peso econômico, como a capital e suas adjacências, a região de Campinas, partes de Sorocaba, São José dos Campos, Araçatuba e Bauru, onde a votação majoritariamente se concentrou entre 10% e 49,9%, com queda significativa em relação a 2018.

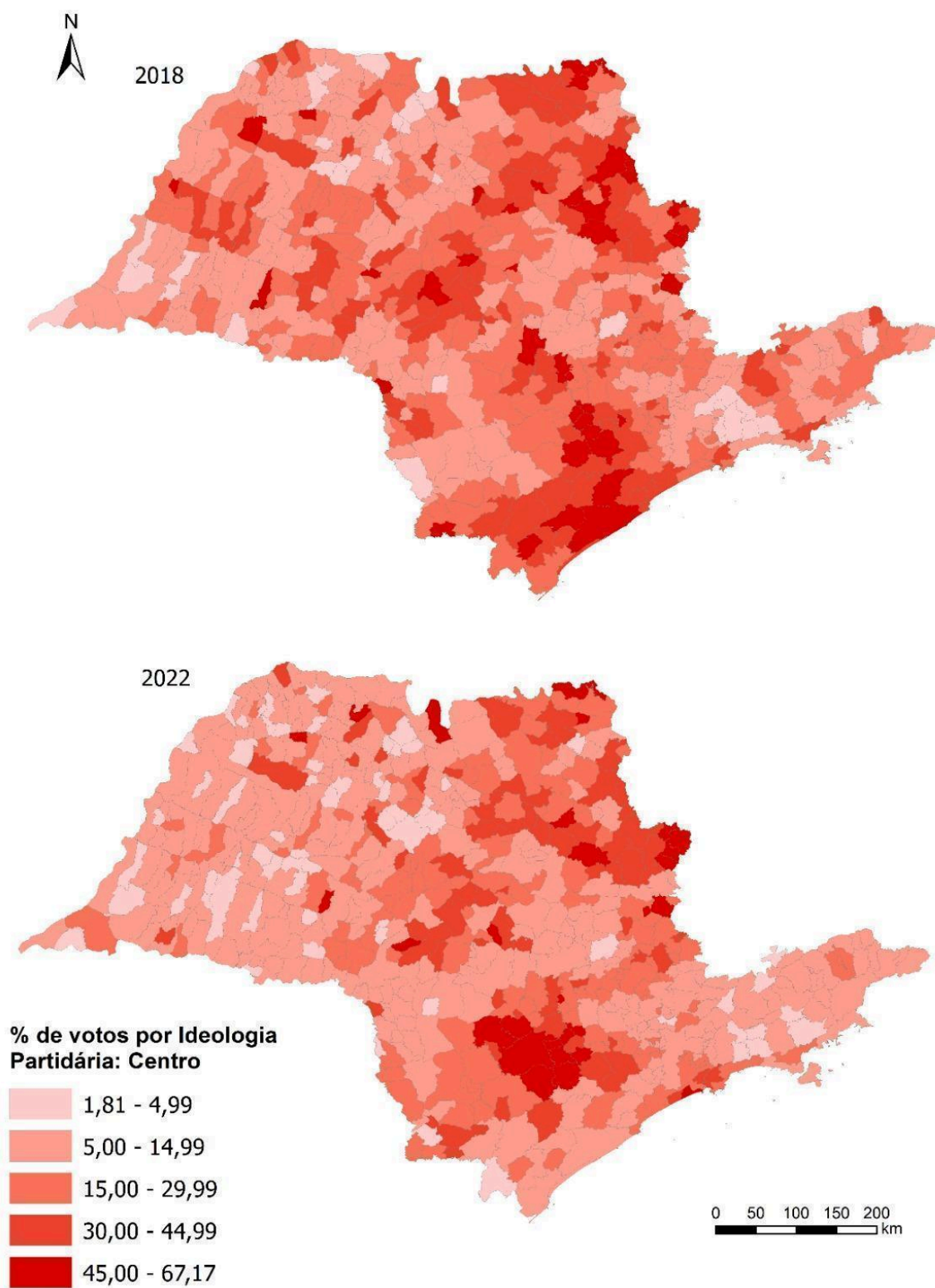
O mapa de variação percentual (2018-2022) aprofunda essa leitura. Em termos espaciais, a direita confessional avançou na maioria dos municípios do estado, registrando mais intensidade em 4 pontos deste: no noroeste paulista, em municípios da São José do Rio Preto e parte da região de Araçatuba, com variações positivas superiores a 25%, chegando em alguns casos a ultrapassar 100% de crescimento; no oeste (Presidente Prudente e Marília), também com incrementos entre 25% e 99%; no sul (Vale do Ribeira e entorno de Registro), com aumentos acima de 50%; e no litoral norte, onde a variação também alcançou índices elevados, consolidando-se como novo polo de fortalecimento eleitoral.

Em contrapartida, os mapas mostram retração nas regiões metropolitanas e em polos médios do interior: a própria cidade de São Paulo, e alguns municípios dentro da região de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Araçatuba e Bauru apresentaram quedas que oscilaram entre -15% e -69%, sinalizando um processo de deslocamento da base eleitoral desse campo político.

De maneira geral é possível afirmar que ocorreu algum avanço da direita confessional no estado, acompanhado de uma redistribuição espacial de sua força eleitoral. Efetivamente, dentro do espectro da Direita como um todo, foi o subgrupo que mais cresceu. Entre 2018 e 2022 há uma pequena redução do campo Direita total, passando de 8.543.745 para 8.245.612 votos, verificando-se que os outros grupos que compõem o campo também sofreram uma ligeira diminuição, passando de 2.006.136 para 1.499.402; ou seja, dentro dessas subdivisões, que sabemos ignoram as especificidades existentes nos diferentes grupos que compõem direita, apenas a Direita Confessional apresentou um aumento no número de votos, passando de 6.537.609 para 6.746.101 de um pleito a outro.

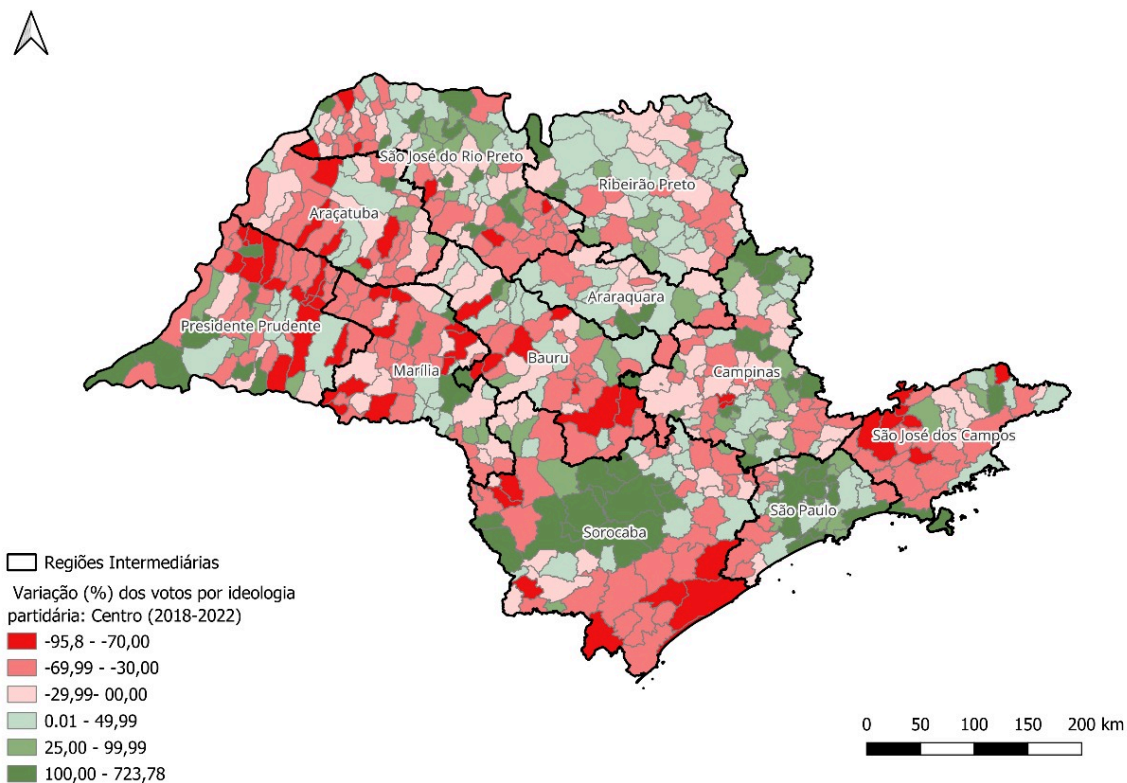
Se, por um lado, diminuiu a competitividade em algumas regiões estratégicas e populosas, onde possivelmente foi reforçada a presença de partidos de centro ou de esquerda, por outro, consolidou posições no interior, sobretudo em áreas mais periféricas e historicamente vulneráveis, como o Vale do Ribeira, o noroeste e o oeste paulista. Essa dinâmica garantiu a manutenção de sua relevância no quadro político-eleitoral, ainda que marcada por repartições regionais e sociais desiguais. Assim, os mapas permitem identificar tanto a persistência, se não mesmo algum avanço, de sua presença territorial quanto importantes deslocamentos de suas bases eleitorais.

Embora muitos desses movimentos eleitorais possam ser associados às questões político-partidárias já apontadas anteriormente, seria importante destacar ainda que a aliança de Bolsonaro com líderes neopentecostais provocou um certo incômodo à Igreja Católica até mesmo em setores mais conservadores (embora no movimento carismático se tenham manifestado posições claras pró-bolsonarismo em direção oposta à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB). Nesse ínterim ocorre ainda a posição do Bispo de Aparecida, importante centro religioso do Brasil, Dom Orlando Brandes, em suas manifestações públicas em defesa do voto e da democracia. Esses processos explicitam um pouco as manchas de redução expressiva de votos confessionais à direita, sobretudo no vale do Paraíba, norte do estado de São Paulo.

Mapa 9: Mapa distribuição (%) de votos por Ideologia: Centro (2018-2022)

Fonte: Elaborado por Vasco Costa. Organizado pela autora.

Mapa 10: Mapa variação (%) de votos por Ideologia: Centro (2018-2022)



Fonte: Elaborado por Vasco Costa. Organizado pela autora.

Os mapas com o desempenho eleitoral dos partidos de centro em São Paulo, entre 2018 e 2022, revelam um comportamento marcado por relativa estabilidade e retrações regionais. Em termos absolutos tem-se um ligeiro aumento no número de votos passando de 1.961.845 para 2.283.402 entre os pleitos de 2018 e 2022.

Embora esse campo político apresente uma capilaridade em praticamente todas as regiões do estado, os dados apontam para uma diminuição de sua densidade eleitoral em votos relativos, sugerindo perda de competitividade frente ao avanço da direita confessional e da esquerda.

No mapa de 2018, os partidos de centro obtiveram votação significativa em diferentes áreas. Na capital paulista, a representatividade variou em grande parte entre 5% e 14,9%, sinalizando competitividade em meio a um quadro fragmentado. Regiões do interior, como Campinas (sobretudo os municípios da metade norte da Região), São José dos Campos, Bauru e Sorocaba (com mais intensidade nos municípios do norte), também exibiram percentuais expressivos, em torno de 15% a 39,9%, com municípios específicos superando a faixa dos

40%. No oeste paulista (Presidente Prudente e Marília) e no noroeste (São José do Rio Preto e Araçatuba), os índices oscilaram entre 10% e 29,9%, revelando uma base menos consolidada, embora presente.

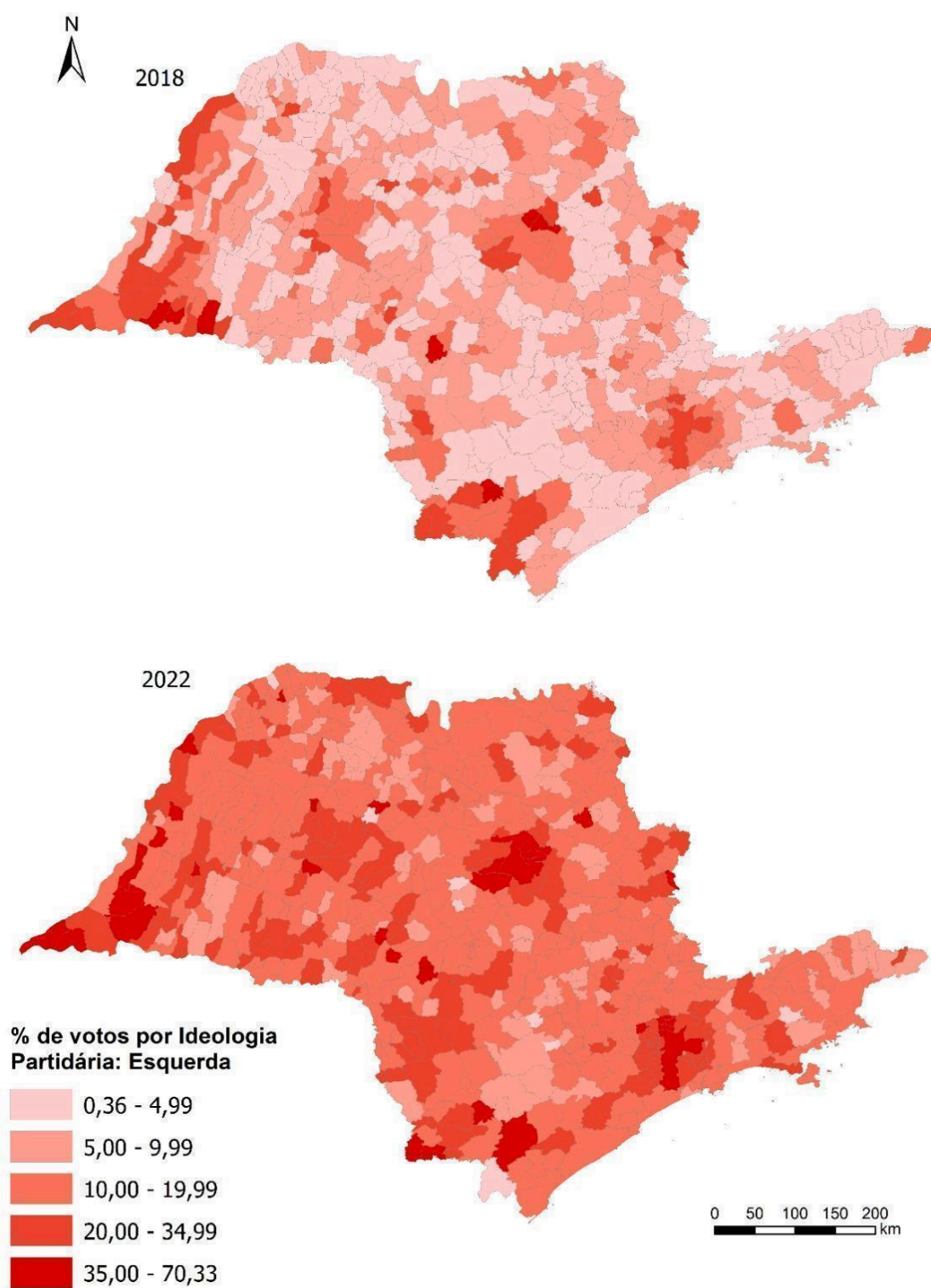
No mapa de 2022, a votação do centro manteve-se em patamares similares em alguns municípios, mas com uma tendência de retração em várias regiões. Na Região Metropolitana de São Paulo e no entorno de Campinas e São José dos Campos, há maior predominância de municípios na faixa entre 5% e 15%, evidenciando uma manutenção na quantidade de votos em comparação a 2018. O mesmo se observa em áreas do centro-oeste (Marília, Bauru, Presidente Prudente) e do noroeste (Araçatuba e São José do Rio Preto), onde a votação centrista se concentra majoritariamente em percentuais inferiores a 30%, se concentrando na faixa entre 5% e 15%.

Como exceção tem-se a região de Sorocaba: em diversos municípios, os partidos de centro apresentaram um crescimento, com elevação para a faixa dos 30% a 49,9%, e, em casos específicos, alcançando percentuais acima de 50%. Essa região aparece como um núcleo de expansão localizada da presença centrista, destoando da tendência de retração observada no restante do estado.

O mapa de variação percentual (2018-2022) confirma esse padrão. Grande parte do estado apresenta coloração em tons de vermelho, indicando retração dos partidos de centro entre -15% e -69% em municípios das regiões de São José dos Campos, Bauru, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Araçatuba. Já em Sorocaba e em alguns municípios isolados do entorno de Campinas e Itapetininga, registram-se variações positivas que superam os 25%, configurando bolsões de crescimento.

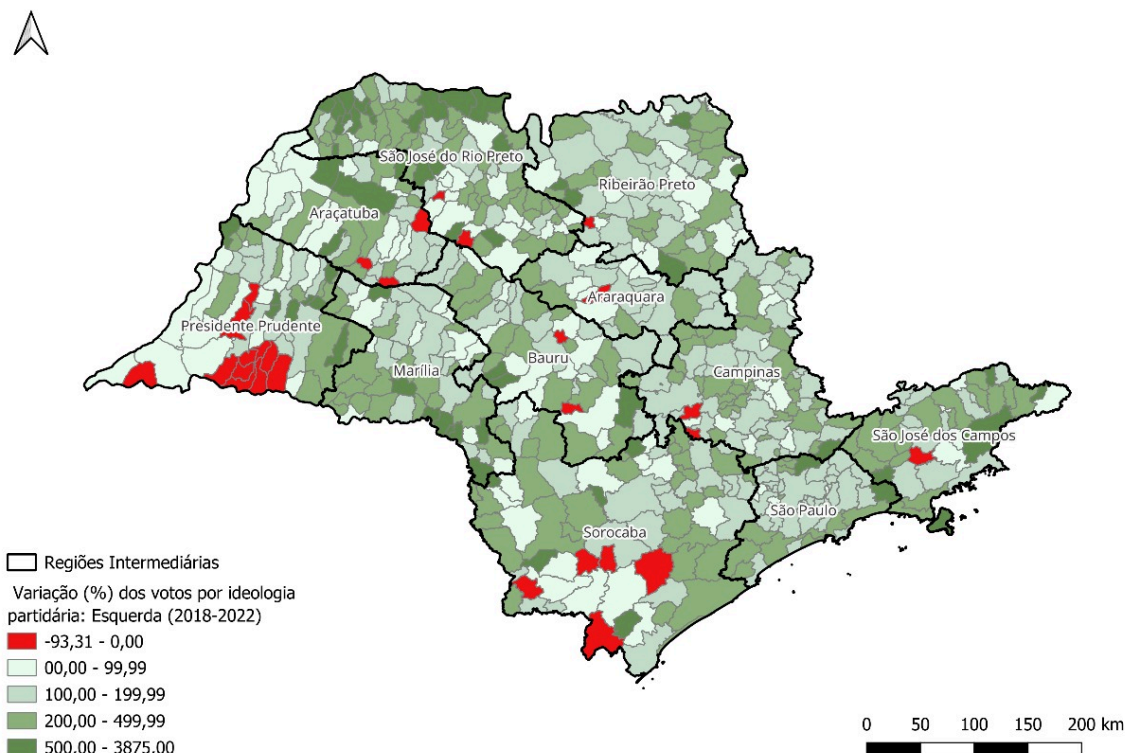
De maneira geral os partidos de centro, entre 2018 e 2022, não ampliaram sua territorialidade eleitoral no estado de São Paulo. Pelo contrário, sua presença se manteve relativamente estável em algumas áreas, mas regrediu em várias outras. A exceção de Sorocaba reforça que esse campo político conserva nichos específicos de competitividade, embora isso não resulte em espaços de expansão territorial.

De maneira geral, o crescimento dos votos em partidos de centro em regiões como Sorocaba, São Paulo, Campinas, Araraquara e Ribeirão Preto pode ser explicado por dois fatores principais. O primeiro diz respeito à própria radicalização política da direita, que acaba gerando uma tendência mais conservadora no voto, articulada às posições de grupos pró-democracia; o segundo refere-se às disputas entre católicos e neopentecostais e, nesse contexto, à influência da popularidade de Luiz Inácio Lula da Silva.

Mapa 11: Mapa distribuição (%) de votos por Ideologia: Esquerda (2018-2022)

Fonte: Elaborado por Vasco Costa. Organizado pela autora.

Mapa 12: Mapa variação percentual de votos por Ideologia: Esquerda (2018-2022)



Fonte: Elaborado por Vasco Costa. Organizado pela autora.

No que tange a comparação entre os mapas de 2018 e 2022 observa-se que o crescimento eleitoral da esquerda não se restringiu a uma área específica, mas distribuiu-se por praticamente todo o território paulista. Em termos absolutos foi o grupo ideológico que mais cresceu, passando de 1.459.579 para 3.401.879, um aumento de 1.942.300 votos, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 133,1% de crescimento, evidenciando o aumento da sua capacidade de mobilização no período analisado.

No mapa de 2018, a maioria dos municípios concentrava-se nas faixas mais baixas de votação até 9,99% dos votos válidos, com raras manchas em patamares mais elevados espalhadas pelo estado.

Já em 2022, amplia-se a presença de municípios nas classes intermediárias (10% a 19,99% e 20% a 34,99%) e surgem áreas pontuais com percentuais bastante expressivos, alcançando até 70,33%, evidenciando que o desempenho da esquerda não apenas cresceu, mas também se expandiu de forma espacialmente diversificada.

No interior, destaca-se a expansão no oeste paulista (especialmente nas regiões de Presidente Prudente e Araçatuba), área que historicamente apresenta predomínio conservador,

associado a uma tradição do agronegócio. Este território está em disputa, com crescimento do voto progressista, tratando-se da região onde se situa o Pontal do Paranapanema, que apresenta um número grande de assentamentos rurais, sendo marcada pela luta a favor da Reforma Agrária, mediada por movimentos sociais como o MST (Movimentos dos trabalhadores sem Terra).

No centro do estado, cidades médias como Bauru, Marília e São Carlos também registraram aumento no percentual de votos para partidos de esquerda, reforçando a tese de que alcançou núcleos urbanos médios que desempenham papel regional estratégico. O mesmo ocorreu no noroeste paulista, com destaque para municípios em torno de São José do Rio Preto.

No leste e nordeste, o desempenho da esquerda também cresceu, sobretudo em áreas como o Vale do Paraíba (em cidades como Taubaté e São José dos Campos) e no Alto Tietê, próximo a cidade de São Paulo, reforçando sua presença em polos industriais e de serviços. O litoral paulista (Baixada Santista e Litoral Norte), ampliou sua participação relativa, destacando-se municípios como Santos, Guarujá e Caraguatatuba.

O maior avanço, contudo, aparece em duas áreas estratégicas: a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Campinas. A capital, que historicamente concentra parte expressiva do eleitorado de esquerda, apresentou crescimento não apenas em bairros populares, mas também em cidades vizinhas como Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema, evidenciando que o cinturão metropolitano respondeu de maneira afirmativa às candidaturas progressistas. Já em Campinas e entorno (Hortolândia, Sumaré, Americana), o desempenho dos partidos de esquerda também cresceu, acompanhando as dinâmicas de concentração urbana e trabalhista.

Mesmo no sul do estado, em municípios menores da região de Itapeva e Registro, observa-se incremento percentual, ainda que menos intenso que nas áreas metropolitanas. Assim, a análise espacial mostra que a reação da esquerda foi praticamente generalizada, com pouquíssimas exceções localizadas, distribuídas em menos de 30 municípios em todo o estado.

Esse conjunto de evidências confirma que, entre 2018 e 2022, consolidou-se um processo de recomposição do voto de esquerda em São Paulo. Embora a hegemonia eleitoral dos partidos de direita, em especial aqueles vinculados ao que chamamos de Direita Confessional, tenha se mantido, os dados apontam que o estado permanece um território em disputa, que, provavelmente, tenderá a se intensificar nos próximos ciclos eleitorais.

Embora, como associamos, seja difícil de expressar uma “identidade” de esquerda, ou posição extremada à esquerda com expressividade eleitoral no Brasil, e sobretudo no estado de São Paulo, a forma como organizamos os partidos nesta pesquisa, identifica uma tendência de crescimento de votos neste espectro. Evidentemente que partidos à esquerda, como o PSOL e PCdoB, passaram a ter maior representatividade eleitoral com a própria mudança da trajetória social democrata do PT.

Trata-se de uma complexidade de elementos que filtram as decisões dos votos proporcionais no Brasil, que não se associam diretamente às configurações políticas dos partidos. Por outro lado é preciso reconhecer uma mudança do espectro político do Partido dos Trabalhadores que ao longo dos anos foi se aproximando muito mais de uma posição de centro-esquerda, enquanto outros partidos menores, o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, por exemplo, passaram a ocupar essa posição de maior radicalidade à esquerda antes associada ao Partido dos Trabalhadores. Essa mudança é tão evidente que o Partido de maior oposição ao PT nos pleitos anteriores ao crescimento da direita no Brasil, era o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que ao longo dos anos se desidratou politicamente, e deixou de governar o estado de São Paulo, após 27 anos. O partido praticamente se fundiu a duas outras legendas identificadas como de centro (PSD) e direita (PL e Republicanos), caracterizando que o Partido dos Trabalhadores ocupou a posição da social democracia no Brasil.

Também é importante considerar que o mapa de crescimento da esquerda revela dois elementos centrais de um lado a importância popular de Luiz Inácio Lula da Silva e, em segundo, que a estratégia de compor com nomes de centro na chapa à presidência em 2022, trouxe uma redução dos votos à direita partidária e ou confessional que permitiu uma vitória na campanha majoritária nacional, mas que não se expressou de forma hegemônica nas eleições proporcionais, e até mesmo na campanha majoritária estadual, deslocando o PSDB, e elegendo um candidato da direita confessional (Republicanos) sem nenhuma expressividade política em São Paulo, tendo sido conduzida pelo espectro do bolsonarismo, o que resulta em considerar frágil o movimento de redução dos votos mais conservadores no estado.

5. Considerações Finais

No percurso deste trabalho, buscou-se compreender a relação entre religião e política no Brasil, a partir da análise do comportamento ideológico-partidário verificado nas eleições de 2018 e 2022. Assim, com a investigação foi possível averiguar a conformação de uma Direita Confessional, ou seja, que conjuga elementos da identidade religiosa, sobretudo evangélica, com projetos políticos conservadores.

Partindo do entendimento do processo eleitoral como expressão das tensões entre diferentes interesses e projetos de sociedade, ou seja, carregado das contradições expressas territorialmente, a manifestação das forças conservadoras, como a Direita Confessional, só pode ser compreendida em diálogo com os contrapontos existentes no cenário político, evidenciando o caráter dialético da formação do voto e da disputa por hegemonia política.

O objetivo desta investigação reside em compreender a dinâmica eleitoral e ideológica dos partidos políticos, examinando como os vínculos religiosos se articulam com o campo partidário e de que forma essa relação se manifesta territorialmente, tendo o estado de São Paulo como estudo de caso. Entre os objetivos centrais, destacam-se: identificar a composição ideológico-partidária da bancada paulista e suas conexões com a religião, especialmente evangélica; analisar a consolidação da Direita Confessional como força política organizada; e compreender como essas dinâmicas ocorrem territorialmente, influenciando padrões de voto e delineando arenas de disputa política no estado.

Buscou-se, ainda, compreender a expansão da Direita Confessional e sua inserção nas disputas por hegemonia política, articulando elementos religiosos, econômicos e culturais em um contexto marcado pelo desgaste da democracia liberal e pelas tensões do neoliberalismo contemporâneo.

A fim de alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa, fez-se uso de uma metodologia quantitativa (análise de dados) e qualitativa de análise crítica de literatura científica. Assim, organizou-se o trabalho em três partes: a primeira, destinada a revisão de literatura e a compreensão da relação entre neoliberalismo, política institucional e conservadorismo religioso; a segunda, dedicada ao estudo do fenômeno neopentecostal, sua dinâmica social e sua capilaridade territorial; e a terceira, reservada à análise empírica da territorialidade do voto, a partir da composição da bancada paulista de deputados federais nos pleitos de 2018 e 2022.

Com o desenvolvimento da pesquisa, destacou-se o avanço no processo de transição religiosa do país a partir da expansão das vertentes pentecostais e neopentecostais. Tais

vertentes, consolidaram-se como sujeitos políticos de relevância, devido sua inserção expressiva na política institucional. Esse quadro ocorre em conformidade com o potencial de mobilização oriundo do ativismo religioso, sustentado por uma base técnica e de evangelização, que, ao mesmo tempo, amplia sua capilaridade territorial e favorece formas de mercantilização da fé.

A investigação ainda evidenciou que a direita, enquanto um grupo ideológico heterogêneo, composto por diferentes vertentes, não constitui-se como um fenômeno isolado do caso brasileiro, mas se insere em um movimento mais amplo de recrudescimento conservador que atravessa diferentes países e articula-se com o processo de desgaste do modelo democrático liberal fragilizado diante das contradições concernentes ao neoliberalismo.

Nesse sentido, o estudo realizado sobre a espacialização do voto, especialmente no estado de São Paulo a partir dos resultados eleitorais para os deputados federais eleitos nos pleitos de 2018 e 2022, permitiu observar, ainda, que o campo da direita em geral, apesar de se manter hegemônico, apresentou uma sensível diminuição no número absoluto de votos. Entretanto, com a observação da sua composição interna, nota-se que a Direita Confessional experimentou um fortalecimento, ampliando sua votação e expressão territorial. Essa dinâmica revela que o campo da direita paulista está em disputa e sua vertente confessional tem se destacado nesse cenário.

O campo do centro, por sua vez, manteve relativa estabilidade, embora tenha apresentado pequenas variações na distribuição de votos, indicando um padrão de consistência eleitoral em setores moderados que se articulam tanto com pautas conservadoras quanto com compromissos institucionais mais próximos da democracia liberal.

Paralelamente, observou-se um crescimento expressivo no campo da esquerda, que ampliou sua votação em todas as regiões do estado, consolidando-se como força em expansão. Esses resultados reforçam a interpretação de que o território paulista se tornou um espaço de polarização política, em que a hegemonia da direita se vê tensionada tanto pelo fortalecimento interno de sua vertente confessional quanto pelo avanço da esquerda. Este movimento demonstra que a polarização não se reduz a uma disputa entre direita e esquerda, mas envolve tensões internas dentro do próprio campo da direita.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa possibilitou relacionar a interpretação teórica com investigação empírica, mostrando que a religião, como manifestação cultural e simbólica, constitui e é constituída pelas condições materiais e históricas, sendo capaz de

orientar práticas coletivas e a produção de subjetividades, corroborando assim na constituição de territórios (Maduro, 1980; Gramsci, 2001; Santos, 2008; Löwy, 2014, 2016).

Dessa forma, a religião mostra-se como variável política estruturante na conformação de projetos de poder e disputas hegemônicas, consolidando-se como uma alternativa estratégica dentro do cenário político nacional. Assim, a compreensão dos elos entre as dinâmicas territoriais, que envolvem a política e um conservadorismo religioso, são parte fundamental para a construção de uma análise crítica da presença evangélica no espaço público institucional.

Essa perspectiva permite compreender a dimensão da fé na política, evidenciando como grupos religiosos participam da produção de subjetividades, da organização social e da disputa por hegemonia em contextos marcados pela tensão entre diferentes projetos sociais e ideológicos.

A articulação teórica desenvolvida ao longo do trabalho permite compreender essas dinâmicas à luz de conceitos como psicofera e neosujeito, evidenciando como a produção de subjetividades políticas e religiosas influencia o comportamento eleitoral. A psicofera, entendida como conjunto de representações e práticas sociais que moldam a experiência coletiva (Santos, 2008), ajuda a explicar como o ativismo religioso transforma percepções individuais em padrões de voto, enquanto o conceito de neosujeito (Dardot e Laval, 2016) aponta para a configuração de cidadãos orientados pela lógica neoliberal, moldados por responsabilidades individualizadas e por estratégias de autopromoção no campo político e religioso. A partir dessas lentes, torna-se evidente que a expansão da Direita Confessional não é apenas eleitoral, mas também simbólica, pois constrói narrativas, cosmovisões e identidades que fortalecem sua presença no espaço público institucional.

Outro ponto importante observado na análise refere-se à correlação entre religião e democracia. O avanço da direita confessional, ao instrumentalizar a fé, revela desafios para práticas democráticas, pois a mobilização política baseada em identidades religiosas tende a priorizar a coesão do grupo em detrimento de debates de interesse público. Nesse sentido, a pesquisa evidencia que a democracia brasileira encontra-se tensionada por fenômenos de mobilização religiosa que reforçam projetos conservadores e ao mesmo tempo se inserem na lógica neoliberal de competição.

O trabalho também evidencia limitações e possibilidades para pesquisas futuras. Embora tenha sido possível analisar a relação entre religião e comportamento eleitoral, não se investigou diretamente a geografia das congregações evangélicas nem a influência de lideranças locais em nível municipal ou regional. Estudos futuros poderiam explorar essas

dimensões, examinando a correlação entre densidade congregacional, presença de lideranças locais e resultados eleitorais, além de avaliar o impacto de mídias sociais, campanhas de marketing religioso e estratégias de mobilização territorial. Outro caminho promissor seria investigar de forma comparativa a atuação de partidos confessionalizados em outras unidades federativas brasileiras, ou mesmo em contextos internacionais, especialmente onde há comunidades imigrantes.

Por fim, o estudo evidencia que a religião se apresenta como variável de grande importância na política, capaz de orientar práticas coletivas, moldar subjetividades e influenciar a configuração de territórios. A Direita Confessional, ao consolidar sua influência no cenário político, representa um elemento estratégico na disputa por hegemonia, articulando valores religiosos, interesses políticos e estratégias eleitorais. Embora este trabalho não pretenda esgotar a discussão, oferece subsídios para compreender a complexidade do fenômeno e abre caminhos para futuras pesquisas sobre o papel da religião no processo democrático contemporâneo, as transformações da sociedade neoliberal e os desafios da polarização política em contextos locais e globais.

6. Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. *Bolsonaro recebeu apoio de 15 dos 27 governadores eleitos*. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/bolsonaro-recebeu-apoio-de-15-dos-27-governadores-eleitos>. Acesso em: 05 set. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. *Plano de tentativa de golpe foi impresso no Planalto, diz PF*. UOL Notícias, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2024/11/19/plano-de-tentativa-de-golpe-foi-impresso-no-planalto-diz-pf.htm>. Acesso em: 17 set. 2025.

AGÊNCIA ESTADO. *Dos 27 senadores eleitos, 16 apoiam Bolsonaro e 8, Lula; 3 não manifestam posição*. UOL Notícias — Política, São Paulo, 3 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/03/dos-27-senadores-eleitos-16-apoiam-bolsonaro-e-8-lula-3-nao-manifestam-posicao.htm>. Acesso em: 19 ago. 2025.

AGÊNCIA O GLOBO. *PF afirma ao STF que estrutura do 'gabinete do ódio' é usada por milícia digital*. Revista Carta Capital, 11 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pf-afirma-ao-stf-que-estrutura-do-gabinete-do-odio-e-usada-por-milicia-digital/>

AGIR. *Site oficial do partido Agir*. Disponível em: <https://agir36.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

AGIR. *Agir 36 [perfil no Instagram]*. Disponível em: <https://www.instagram.com/nacionalagir36/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

ALVES, D. *Católicos versus Evangélicos no Brasil: “guerra de posição” x “guerra de movimento”*, EcoDebate, 19 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2024/02/19/catolicos-versus-evangelicos-no-brasil-guerra-de-posicao-x-guerra-de-movimento/>

ALVES, D. *Motivos e consequências da aceleração da transição religiosa no Brasil*, EcoDebate, 29 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/01/29/motivos-e-consequencias-da-aceleracao-da-transicao-religiosa-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>

ALVES, J. (2022). *Demografia e economia - Nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI*. Rio de Janeiro: ENS. Disponível em: https://ens.edu.br:81/arquivos/Livro%20Demografia%20e%20Economia_digital_2.pdf

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F. W. & CARVALHO, A. A. de. (2017). *Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil*. Tempo Social, 29(2), 215-242.

ALVES, J. E. D. *O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro*. EcoDebate, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 05 set. 2025.

ALVES, J. E. D.. *Os 500 anos da Reforma Protestante*. EcoDebate, 09 out. 2017. ISSN 2446-9394. Disponível em:

<https://www.ecodebate.com.br/2017/10/09/os-500-anos-da-reforma-protestante-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 25 set. 2025.

ANDERSON, P. *Brasil à deriva*. Londres: New Left Review, 2016. (Tradução brasileira: São Paulo: Boitempo, 2019).

ANDRADE, D. (2019). Neoliberalismo: Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos estudos*. CEBRAP, São Paulo. V.38 n. 01, p. 109-135 (JAN.–ABR. 2019)

BARROS, C.R. de. *Uma história de dois azares e um impeachment*. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima; MARONA, Marjorie; REZENDE, Diego (orgs.). *Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 69–74.

BBC NEWS BRASIL. *De Cabo Daciolo a Bolsonaro: a história por trás do Patriota, partido 'familiar' com brigas internas que pode abrigar o presidente*. *BBC News Brasil*, 9 jun. 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/de-cabo-daciolo-a-bolsonaro-a-historia-por-tras-do-patriota-partido-familiar-com-brigas-internas-que-pode-abrigar-o-presidente%2Cfae858e89ddaf78725fefc92efb2d5832v0y9j64.html>. Acesso em: 26 maio 2025.

BENJAMIN, C; FLORIAN, R. O Estado para Max Weber: máquina burocrática, líder carismático e luta pelo monopólio da violência. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2025.58666>. e-ISSN 2525-8036. ISSN 2595-6051.

BOLOGNESI, B; BERLATTO, F; CODATO, A. *Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica*. *Análise Social*, Lisboa, v. 53, n. 229, p. 870-897, out./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31447/as00032573.2018229.02>. Acesso em: 27 maio 2025.

BOLOGNESI, B; RIBEIRO, E; CODATO, A. *Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, e20210164, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>.

BONAZZI, T. *Conservadorismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 242-246. v. 1.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Resultados 2022*. Portal de Dados Abertos do TSE. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-2022>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL DE FATO. *Toffoli afirma que prisão de Lula foi 'armação' e 'um dos maiores erros judiciais da história do país'*. *Brasil de Fato*, Rio de Janeiro, 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/06/toffoli-afirma-que-prisao-de-lula-foi-armacao-e-um-dos-maiores-erros-judiciarios-da-historia-do-pais/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BROWN, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Editora Filosófica Politeia, São Paulo.

BRUM, E. (2019). *Brasil, construtor de ruínas - Um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial.

BURITY, J. *A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?* In: ALMEIDA, R. de.; TONIOL, R. (orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises conjunturais*. Campinas: EdUnicamp, 2018. p. 15–66.

CALDAS, C. (2014). *A Teoria da Derivação do Estado e do Direito*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Acesso em: 25 nov. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *2018 terá a eleição mais acirrada para a Câmara dos Deputados*. Brasília: Câmara dos Deputados, 26 jul. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/543586-2018-tera-a-eleicao-mais-acirrada-para-a-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *497 dos 513 deputados federais são candidatos na eleição de outubro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 5 ago. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/904391-497-dos-513-deputados-federais-sao-candidatos-na-eleicao-de-outubro/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CNN BRASIL. *Partidos que estiveram com Lula contra Bolsonaro em 2022 migram para Nunes contra Boulos em SP*. 19 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/partidos-com-lula-contr-bolsonaro-em-2022-migram-para-nunes-contr-boulos-em-sp/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CROQUER, G; PINHONI, M. *Quantos estabelecimentos religiosos existem no Brasil?* *Nexo Jornal*, São Paulo, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniaio/2024/02/21/quantos-estabelecimentos-religiosos-existem-no-brasil-religiao-censo-ibge>. Acesso em: 25 set. 2025.

COPPEDGE, M. *A classification of Latin American political parties*. Notre Dame: The Helen Kellogg Institute for International Studies, 1997. (Working Paper, n. 244). Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/documents/1352>. Acesso em: 27 maio 2025.

COSTANZO, D. *O que é o Centrão na política brasileira?* *Nexo PP*, 28 de Agosto de 2024 (Atualizado 28/08/2024 às 22h49) Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2024/08/28/o-que-e-o-centrao-na-politica-brasileira>.

CRIVELLARO, D.R. *O que é a Doutrina Social da Igreja Católica que inspirou a escolha do nome de Leão 14*. *BBC News Brasil*, São Paulo, 12 maio 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cpqezydql0go>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CUNHA, M. *“Deus, pátria, família”: o mote político que se mostra uma farsa*. *CartaCapital*, 20 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/deus-patria-familia-o-mote-politico-que-se-mostra-uma-farsa/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CUNHA, M; REIS, L; PESTANA, M.C; OWSIANY, L. *Pesquisa do ISER levanta mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados*. In: REIS, Livia;

CUNHA, Magali; OWSIANY, Laryssa; PESTANA, Matheus (Orgs.). **Religião e Política: um olhar a partir das pesquisas do ISER**. Rio de Janeiro: ISER; *Nexo Políticas Públicas*, 2023. Cap. X, p. 198-203. Publicado em 12 dez. 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados>. Acesso em: 11 jun. 2025.

CUNHA, M; REIS, L; PESTANA, M; OWSIANY, L. *Religião e eleições: as candidaturas com identidade religiosa para a Câmara Federal em 2022*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião

– ISER, 2023. Disponível em: <https://iser.org.br/publicacoes/religiao-e-eleicoes-as-candidaturas-com-identidade-religiosa-para-a-camara-federal-em-2022/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DARDOT, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo.

DELLA COLETTA, Ricardo; BENITES, Afonso. *Onda conservadora cria bancada bolsonarista no Congresso*. **El País Brasil**, Brasília, 8 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/07/politica/1538947790_768660.html. Acesso em: 21 ago. 2025.

DEMOCRACIA CRISTÃ. *Ato de confirmação*. Disponível em: <https://www.democraciacrista.org.br/sobre-nos/ato-de-confirmacao/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

DE NEGRI, F; MACHADO, W; CAVALCANTE, E. J. *Crescimento dos estabelecimentos evangélicos no Brasil nas últimas décadas*. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2023. (Diset: Nota Técnica, 123). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/diset123>

ENGELER, I.G. da F; PORTUGAL, L; ARAÚJO, L.B. *A bancada evangélica eleita para a Câmara dos Deputados em 2022: uma análise sobre trajetórias sociais e carreira política*. Revista Relações Sociais (REVES), v. 7, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/19054>. Acesso em: 09 jun. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. *Católico, Alencar entra no partido da Igreja Universal*. 30 set. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3009200502.htm>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FORNAZIERI, (2022). *A democracia na encruzilhada*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/a-democracia-na-encruzilhada/>

FERNANDES, C. O tamanho institucional da religião no Censo do IBGE. *ISER*, Rio de Janeiro, 19 fev. 2024. Disponível em: <https://iser.org.br/noticia/o-tamanho-institucional-da-religiao-no-censo-do-ibge/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20estabelecimentos%20religiosos,por%20ser%20uma%20novidade%20censit%C3%A1ria>. Acesso em: 25 jul. 2025.

FOLHA GOSPEL. Warner Chappell Music e Maurício Soares firmam parceria para reforçar o mercado gospel. *Folha Gospel*, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://folhagospel.com/warner-chappell-music-e-mauricio-soares-firmam-parceria-para-reforcar-o-mercado-gospel/>. Acesso em: jul set. 2025.

GAZETA DO POVO. “*Quem conhece Bolsonaro como eu conheço, vota no Lula*”, diz Paulo Marinho. *Gazeta do Povo*, 10 out. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/breves/quem-conhece-bolsonaro-como-eu-conheco-vota-no-lula-diz-paulo-marinho/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

GAZETA DO POVO. *Mapa de presidente: quem ganhou em cada estado no 2º turno*. *Gazeta do Povo*, publicado em 28 out. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-estados-2turno/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

GLISOLFI, J. C. (2020) *Há distância entre intenção e gesto" : a esquerda no poder e o combate às desigualdades no Brasil*. Tese de doutorado- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215256>

GÓMEZ PASTOR, M. L. (2018) *Del mesianismo de EE. UU. al pentecostalismo de América Latina. Un enfoque geopolítico*. In Documentos de Seguridad y Defensa 76 Paz, conflicto y religión em el siglo XXI. Una visión prospectiva (pp. 53-73) Instituto Español de Estudios Estratégico.

GONZAGA, T. *Xenófobo e bolsonarista: quem é o brasileiro eleito deputado pela extrema direita de Portugal*. Revista Fórum, 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2024/3/11/xenofobo-bolsonarista-quem-brasileiro-eleito-deputado-pela-extrema-direita-de-portugal-155451.html>

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo, 2001.

_____. *Cadernos do Cárcere*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política, 2001.

GUADALUPE, J. L. P. (2020). *Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. in Novo ativismo político no Brasil : os evangélicos do século XXI* [org: José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza]. —R J: Konrad Adenauer Stiftung.

G1. *Bolsonaro vence em 631 das 645 cidades do estado de SP; na capital, Haddad ganha apenas em 6 das 58 zonas eleitorais*. G1 — Política, 28 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/bolsonaro-vence-em-631-das-645-cidades-do-estado-de-sp-na-capital-haddad-ganha-apenas-em-6-das-58-zonas-eleitorais.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2025.

G1. *Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada*. Rio de Janeiro: G1, 21 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 10 jul. 2025.

G1. *Exclusivo: veja imagens de radicais bolsonaristas plantando bomba em caminhão perto do aeroporto de Brasília*. Fantástico, 15 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/01/15/exclusivo-veja-imagens-de-radica-bolsonaristas-plantando-bomba-em-caminhao-perto-do-aeroporto-de-brasilia.ghtml>. Acesso em: 17 set. 2025.

G1. *Mapa da apuração por estado — 2º turno das eleições presidenciais de 2018*. 28 out. 2018. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/apuracao-estado-presidente/2-turno/>. Acesso em: 19 set. 2025.

G1. *Saiba quais partidos já adotaram posição no segundo turno das eleições presidenciais*. G1 — Política, 9 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/09/saiba-quais-partidos-ja-adotaram-posicao-no-segundo-turno-das-eleicoes-presidenciais.ghtml>. Acesso em: 05 ago. 2025.

G1. *BRASIL tem mais templos religiosos do que hospitais e escolas juntos; Região Norte lidera com 459 para cada 100 mil habitantes*. g1, Rio de Janeiro, 02 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2024/02/02/brasil-tem-mais-templos-religiosos-do-que-hospitais-e-escolas-juntos-regiao-norte-lidera-com-459-para-cada-100-mil-habitantes.ghtml>. Acesso em: 25 mai. 2025.

HARVEY, D. (2010) *Condição pós-moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, D. (2008) *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Edições Loyola.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: População nos municípios e unidades da federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017*. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

KAHIL, S. P. (1997). *Psicoesfera: a modernidade perversa*. Revista do Departamento de Geografia, 11, 217-220.

KAHIL, S. P. (2010). *Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo*. Sociedade & Natureza, v. 22, n. 3, 18 mar. MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LACOSTE, Y. (2002). *Géopolitique des religions*. Hérodote, 2002/3, N° 106, p.03-15. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-herodote-2002-3-page-3?lang=fr> Acesso em: 15/11/2014

LOPES, G. E. G. (2023). *Igrejas evangélicas e partidos políticos na Nova República (1985-2018)*.

LOWY, M. (2014). *A Jaula de Aço - Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

LÖWY, M. (2016). *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular.

MADURO, O. *Religião e Luta de Classes*. Petrópolis: Vozes, 1980.

MARIANO, R. (2001). *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Acesso em: 15 nov. 2024.

MARIANO, R. (2013), *Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo 2010*. Debates do NER, 24 (14): 119-137.

_____, R. (2014), *Neopentecostais; sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. Ed. São Paulo: Loyola.

_____, R. (1999), *O futuro será protestante*. Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 89-114.

_____, R. (1996), *Os neopentecostais e a Teologia da Prosperidade*. Novos Estudos CEBRAP N.º44, março 1996 pp. 24-44

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus; supervisão e notas de Marcelo Backes. 2. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAZUI, G; CALGARO, F. *Saiba quem é quem no núcleo político de Jair Bolsonaro: filhos, guru na área econômica, advogado, parlamentares e generais da reserva integram grupo mais próximo do*

presidente eleito, que toma posse em 1º de janeiro de 2019. G1, Brasília, 29 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/29/saiba-quem-e-quem-no-nucleo-politico-de-jair-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 19 ago. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Entenda o caso: Lava Jato. *MPF – Grandes Casos*. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 19 ago. 2025.

NETTO, R. de S. *O partido da fé capitalista: organizações religiosas e o imperialismo norte-americano na segunda metade do século XX*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

O GLOBO. *Da aliança à ruptura: major Olímpio passou de apoiador a crítico de Jair Bolsonaro*. Época, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/da-alianca-ruptura-major-olimpio-passou-de-apoiador-critico-de-jair-bolsonaro-24931128>. Acesso em: 19 ago. 2025.

O GLOBO. *Eleições 2022: mapa da votação por municípios e estados do Brasil*. Atualizado em: 19 set. 2022, às 13h11. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/mapa-votacao-municipios-e-estados-do-brasil.html#/presidente?desempenho=geral>. Acesso em: 19 set. 2025

O GLOBO. *Lula, Bolsonaro ou neutro: veja a inclinação dos 27 governadores eleitos*. O Globo — Política, 30 out. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/lula-bolsonaro-ou-neutro-veja-a-inclinacao-dos-27-governadores-eleitos.ghtml>. Acesso em: 19 ago. 2025.

ORO, A.P. *Deus acima de todos? Religião e eleições no Brasil (2018–2022)*. Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 15 ago. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/631420-deus-acima-de-todos-artigo-de-ari-pedro-oro>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PARIS, D. *Análise Eleições: De onde vêm os resultados à direita que atravessaram as eleições de 2022?* Esquerda Diário, 5 out. 2022. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/De-onde-vem-os-resultados-a-direita-que-atraversaram-as-eleicoes-de-2022> [Acesso em: 19 ago. 2025].

PARTIDO NOVO. *O NOVO “fez o L” em 2022?* NOVO Explica, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://novo.org.br/explica/o-novo-fez-o-l-em-2022/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO – PTC. *Estatuto do Partido Trabalhista Cristão (PTC)*. Versão 1.7, jan. 2025. Disponível em: https://ptc36nacional.com.br/wp-content/uploads/2025/01/ESTATUTO_PTC_1_7.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO – PTC. *Daniel Tourinho e Aécio Neves* [página de artigo]. Brasília, 24 jun. 2015. Disponível em: <https://ptc36nacional.com.br/artigos/daniel-tourinho-e-aecio-neves/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PEREIRA, C.B. da S. *A atualidade da classificação político-ideológica: esquerda e direita*. *Revista Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 64–83, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/23867>.

PEREIRA, M. F. V. (2021) *Território e psicosfera: o Brasil e os desafios sob o horizonte neoliberal*. In *Tamanho do Brasil: território de quem?* SAMIRA, P. K. (org) et al. (pp. 271- 286), Editora Max Limonad.

PIRES, B. *Bolsonaro sempre imitou Trump. E vai fazer a mesma coisa em 2022*. Jornal El País, 07 de novembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-07/bolsonaro-sempre-imitou-trump-revisitar-a-teoria-d-e-fraude-agora-e-uma-maneira-de-seguir-magnetizando-as-massas-radicais.html#>

PODEMOS. *Assine o manifesto*. [S.l.]: Podemos, [202-]. Disponível em: <https://www.podemos.org.br/assinemanifesto/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PORTAL G1. *50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha*, 13 de janeiro de 2020, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>

PRATES, M. *Estado de São Paulo possui mais habitantes do que 160 países do mundo; conheça outros super números do estado!*. São Paulo Secreto, 22 nov. 2024. Disponível em: <https://saopaulosecreto.com/estado-de-sao-paulo-mais-populoso-que-paises/>. Acesso em: 19 ago. 2025.

PROGRAMA DO PL. 2023. Disponível em: https://partidoliberal.org.br/wp-content/uploads/2023/02/programa_do_pl.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

QUEIROZ, C. (2019). *Fé pública. Pesquisadores locais e estrangeiros buscam compreender o crescimento evangélico no Brasil, o maior do mundo*. Revista pesquisa Fapesp 286/ 2019.

RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE AS DESIGUALDADES. O novo mapa da desigualdade global. *Outras Palavras*, 07 dez. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/novo-mapa-da-desigualdade-global/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ROCHA, C. (2020) A ascensão e influência das igrejas neopentecostais. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/04/19/A-ascens%C3%A3o-e-influ%C3%Aancia-das-igrejas-neopentecostais>

ROLIM, F. C. (1980) *Religião e Classes Populares*. Editora Vozes Ltda, Rio de Janeiro.

ROSENDAHL, Z. (2005) *Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião*. Z. Rosendahl y R. Lobato Corrêa. Geografia: temas sobre Cultura e Espaço. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2005.

REIS, L; CUNHA, M; EVANGELISTA, A; PESTANA, M; OWSIANY, L. *Um mapa da identidade religiosa dos deputados e deputadas federais empossados*. Nexo Jornal, São Paulo, 01 fev. 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2023/02/01/um-mapa-da-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-empossados>. Acesso em: 3 jun. 2025.

RELIGIÃO E PODER. *57ª Legislatura – Câmara dos Deputados – Eleitos*. Dados abertos. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/dados-abertos?page=2>. Acesso em: 26 maio 2025.

RELIGIÃO E PODER. *56ª Legislatura – Câmara dos Deputados*. Dados abertos. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/dados-abertos?page=2>. Acesso em: 26 maio 2025.

RELIGIÃO E PODER. *Candidaturas_Eleições 2022*. Dados abertos. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/dados-abertos?page=2>. Acesso em: 26 maio 2025. SADER, E. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

REPUBLICANOS. *Sobre o Republicanos*. Brasília: Republicanos, [2025?]. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/sobre-o-republicanos/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ROSSI, A; VASCONCELOS, C; NEVES, R. *Nordeste, com 27% dos eleitores, tem metade dos ônibus abordados pela PRF*. UOL — Eleições, São Paulo, 30 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/nordeste-com-27-dos-eleitores-tem-metade-dos-onibus-abordados-pela-prf.htm>. Acesso em: 12 set. 2025.

SAFATLE, V. *A política mundial tem se movido em direção aos extremos, com a extrema direita liderando*. Brasil 247, 30 out. 2023. Disponível em: <https://www.brasil247.com/entrevistas/vladimir-safatle-a-politica-mundial-tem-se-movido-em-direcao-aos-extremos-com-a-extrema-direita-liderando>. Acesso em: 27 maio 2025.

SAFATLE, V. *Esquerda morreu e extrema direita é única força real no país, diz Safatle*. Folha de S.Paulo, Ilustríssima, 24 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2024/02/esquerda-morreu-e-extrema-direita-e-unica-forca-real-no-pais-diz-safatle.shtml>. Acesso em: 27 maio 2025.

SANTOS, A. P. (2011) *Geopolítica das Igrejas e Anarquia Religiosa no Brasil. Por uma Geóetica do apoio mútuo*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo- USP.

SANTOS, M. (1998). *O espaço do cidadão*, São Paulo, Nobel, 4º edição.

SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, M. (1977). *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método*, Boletim Paulista de Geografia.

SANTOS, M. (2009) *Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec.

Santos, M. (2008) *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo: Razão e Emoção*. Editora HUCITEC: São Paulo.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. (2006). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. - 9. ed. Rio de Janeiro: Record.

SCHMIDT, F.de H. *Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal*. Brasília: Ipea, 2022. Nota Técnica n. 63 (Diest).

SEMÁN, P. (2020). *Pentecostalismo e desigualdades sociais na América Latina*. Inserts, vol 2, no. 4, setembro de 2019-março de 2020, pp. 58-69.

SENADO FEDERAL. *Eleições 2024: PSD foi o partido que mais elegeu prefeitos em todo o país*. TV Senado, 27 out. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2024/10/eleicoes-2024-psd-foi-o-partido-que-mais-elegeu-prefeitos-em-todo-o-pais>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SILVA, S. C. da. (2021). A digitalização do espaço geográfico e o meio técnico-científico-hiperinformacional: por uma psicoesfera da existência cidadã, (mimeo/inédito).

SINGER, A. *A reativação da direita no Brasil*. Opinião Pública, Campinas, v. 27, n. 3, p. 705–729, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273305>.

SINGER, A. *O retorno do ostracismo*. In: MUSSE, Ricardo; MARTINS, Paulo (org.). *Primeiros anos de (des)governo*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021. p. [indicar intervalo de páginas]. ISBN 978.

SOARES, J; OLIVEIRA, E; DOCA, G. *Filhos de Bolsonaro ampliam influência e reforçam protagonismo em ações do governo: Flávio, Eduardo e Carlos se valem do DNA para influenciar na tomada de decisões em assuntos sensíveis*. O Globo — Política, Brasília, 30 maio 2021. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/filhos-de-bolsonaro-ampliam-influencia-reforcam-protagonismo-em-acoes-do-governo-25040260>. Acesso em: 19 ago. 2025.

TAROUCO, G. da S; MADEIRA, R.M.. *Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey*. Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. e24–e39, jan.–mar. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/19233>. Acesso em: 27 maio 2025.

THE INTERCEPT BRASIL. *Conheça a bancada de Jair Bolsonaro na Câmara*. Intercept Brasil, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/10/10/bancada-bolsonaro-camara-deputados/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO – TRE-RJ. *Relação dos partidos 2022 (nomes por extenso)*. Rio de Janeiro: TRE-RJ, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/institucional/memoria/eleicoes-2022/relacao-dos-partidos-2022-nomes-por-extenso>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO – TRE-RJ. *Relação dos partidos 2018 (nomes por extenso)*. Rio de Janeiro: TRE-RJ, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tre-rj.jus.br/institucional/memoria/eleicoes-2018/relacao-dos-partidos-2018-nomes-por-extenso>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO. *Maior colégio eleitoral do país, São Paulo tem 34,6 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2022: estado representa 22,16% do eleitorado apto no Brasil, segundo dados divulgados pelo TSE*. 15 jul. 2022. Atualizado em 23 fev. 2025. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/maior-colegio-eleitoral-do-pais-sao-paulo-t-em-34-6-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2022>. Acesso em: 05 ago. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Brasil tem 147,3 milhões de eleitores aptos a votar nas Eleições 2018: eleitorado cresceu cerca de 3% em relação a 2014*. 01 ago. 2018. Atualizado em 11 ago. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Agosto/brasil-tem-147-3-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2018>. Acesso em: 05 ago. 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO. *Eleições 2024: SP tem 22% do total de 155,9 milhões de eleitoras e eleitores do país: maioria do eleitorado do estado é feminino (53%), tem de 45 a 59 anos (26%) e ensino médio completo (33%); 445 mil pessoas declararam ter algum tipo de deficiência*. 19 jul. 2024. Atualizado em 07 mar. 2025. Disponível em: <https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/eleicoes-2024-sp-tem-22-do-total-de-155-9-milhoes-de-eleitoras-e-eleitores-do-pais>. Acesso em: 05 ago. 2025.

UNIÃO BRASIL. *Manifesto do União Brasil*. [S. l.], 2024. Disponível em: https://uniaobrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/08/BOOK-148x210mm-Manifesto_Uniao_BRASIL.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

UOL Notícias. *Cidade mais populosa do Brasil, São Paulo chega a 11,9 milhões de pessoas... Estimativa de população*. UOL — Cotidiano, São Paulo, 28 ago. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/08/28/sp-estimativa-populacao.htm>. Acesso em: 19 ago. 2025.

VALLE, V.S.M. *Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC*. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, dez. 2018. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF. ISSN 2318-101X (on-line); 1809-5968 (print). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/631>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VITAL DA CUNHA, C; MOURA, J. L. (2024) Evangélicos à esquerda diante da alvorada bolsonarista: o caso das eleições de 2020 e 2022 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 29, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2024v29n3p1>.

VITAL DA CUNHA, C. (2021). Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições de 2020 no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 1, n. 39, p. 13-80, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.116028>.

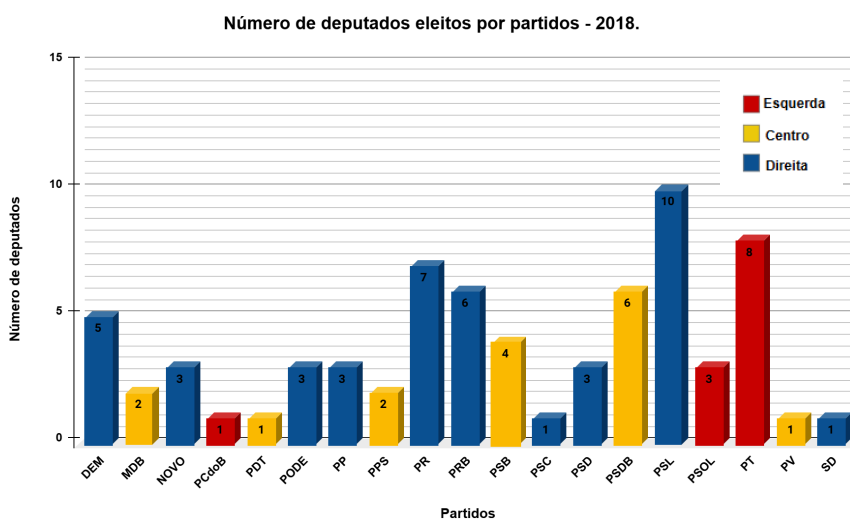
WEBER, D; SOUZA, A. *Evangélicos fazem ato contra o aborto e a união homoafetiva*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 jun. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/evangelicos-fazem-ato-contraborto-a-uniao-homoafetiva-8600472>. Acesso em: 25 ago. 2025.

WEBER, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras.

7. Anexo - Elementos complementares

No que diz respeito à quantidade de deputados eleitos por siglas partidárias nas duas legislaturas temos a seguinte distribuição, conforme pode ser observado nas figuras 2 e 3 abaixo:

Figura 2: Número de deputados eleitos por partidos no estado de São Paulo -2018.

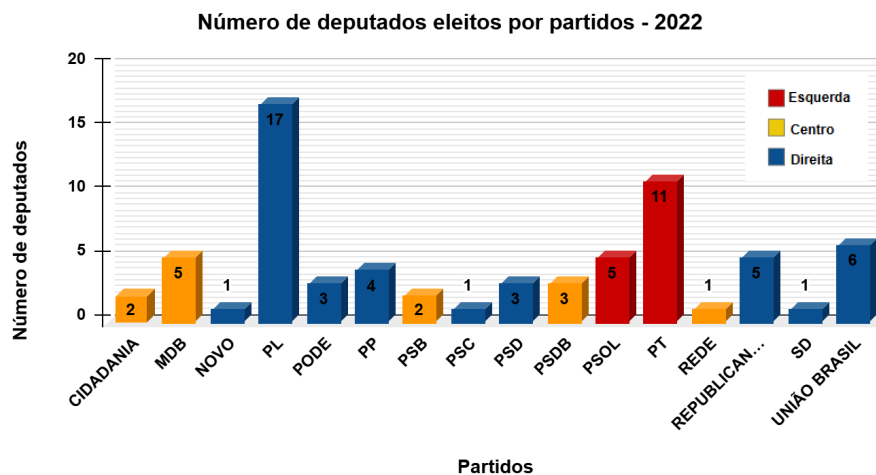


Fonte: Dados TSE (2018), organizados pela autora.

De acordo com a distribuição dos deputados federais eleitos por partidos em 2018 no estado de São Paulo, destacam o PSL, em primeiro lugar, com o maior número de representantes, 10 deputados, ou seja, 14,29%; na sequência temos o PT, com 8 eleitos, representando cerca de 11,43% ; e o PR, com 7 deputados, aproximadamente 10%, Nota-se, portanto, que há uma diferença discreta em número de parlamentares entre eles.

Com aproximadamente 8,6%, temos o PRB e o PSDB com 6 eleitos cada, o DEM e o PSB elegeram, respectivamente, 5 (7,14%) e 4 deputados (5,71%). Com 3 representantes cada tem-se a sequência de partidos: PODE, PP, PSD, NOVO e PSOL, totalizando 21,45% das cadeiras. Por sua vez, com 2 eleitos cada, temos as siglas MDB e PPS, correspondendo conjuntamente a 5,72%. Por último, com 1 deputado cada, temos: PCdoB, PDT, PSC, PV e SD, somando juntos 7,15% do total de eleitos

Figura 3: Número de deputados eleitos por partidos no estado de São Paulo - 2022.



Fonte: Dados TSE (2022), organizados pela autora.

Em 2022, o PL tem o maior número de representantes eleitos (17 deputados), o que corresponde a 24,29% do total. Em seguida, aparecem o PT, com 11 eleitos (15,71%), e o União Brasil, com 6 (8,57%). Uma diferença acentuada se comparada com 2018 entre os três partidos com maior número de representantes.

Com 5 eleitos cada, somando conjuntamente 21,43% das cadeiras, temos o MDB, o PSOL e o Republicanos. O PP elegeu 4 deputados (5,71%), por sua vez o PODE, PSD e PSDB elegeram 3 representantes cada, um total de 12,86%. Os partidos Cidadania e PSB elegeram 2 deputados cada, somando 5,72% das cadeiras. Por último, com 1 deputado cada, temos as siglas: NOVO, PSC, REDE e SD, que correspondem juntas a 5,72% do total de eleitos por São Paulo em 2022.

Numa perspectiva de comparação entre os resultados das eleições de 2018 e 2022, observam-se algumas alterações na configuração partidária da bancada paulista. A primeira que destacamos é em relação aos partidos com maior representatividade, em 2018, esta posição foi ocupada pelo Partido Social Liberal (PSL), com 10 representantes, correspondendo a 14,29% do total. Relaciona-se o desempenho do partido, com a ascensão de Jair Bolsonaro, que disputava a presidência da República pela sigla. Concomitantemente e em grande medida impulsionado pelo até então candidato, tem-se o avanço de um conservadorismo arraigado em pautas morais e na defesa da segurança pública, que foram ganhando espaço em diversos territórios, com destaque aos centros urbanos do estado.

Já em 2022, o Partido Liberal (PL) ganha destaque e relevância, legenda à qual Bolsonaro concorreu à reeleição. O partido alcançou 17 cadeiras entre os deputados federais

eleitos por São Paulo, o que representou 24,29% do total, um salto significativo que demonstra a consolidação da direita bolsonarista no estado.

Por outro lado, o PT também ampliou sua presença, saindo de 8 representantes (11,43%) em 2018 para 11 (15,71%) em 2022, reforçando sua condição de principal força da esquerda paulista. No que diz respeito ao tensionamento das disputas ideológicas, o PSOL também representante da esquerda, quase duplicou sua bancada, passando de 3 para 5 deputados federais eleitos. Outros partidos também apresentaram variações relevantes, como o PSB, um partido que vem se alinhando numa posição mais ao centro, perdeu espaço, caindo de 4 para 2 cadeiras.

A centro-direita tradicional, representada principalmente pelo PSDB, sofreu retração, caindo de 6 para 3 cadeiras, o que demonstra um enfraquecimento de um partido com histórico e tradição consolidada, causado possivelmente pela volatilidade que o sistema partidário vem apresentando e pelo desgaste de imagem de muitos políticos vinculados à sigla. Por outro lado, o MDB, antigo PMDB, também representante da centro-direita tradicional, aumentou de 2 para 5 deputados eleitos demonstrando um significativo avanço, em virtude, sobretudo, de uma atuação enraizada e fisiológica na política e ao frágil desgaste político pós governo interino de Temer.

O DEM, que havia eleito 5 deputados em 2018, deixou de existir na disputa de 2022, em virtude da fusão com o PSL (que perdeu forças com a migração bolsonarista para o PL) dando origem ao União Brasil, legenda que elegeu 6 deputados. Esta fusão demonstra uma volatilidade no sistema partidário, mas também uma característica plástica, personalista e pouco comprometida com projetos e programas políticos por parte de uma classe política. Bem como uma característica de fragmentação e diversidade da direita brasileira.

Partidos como o PP, PODE e PSD mantiveram relativa estabilidade, variando pouco de uma eleição a outra, mantendo uma representação entre 3 e 4 eleitos. O PSD, entre eles, merece destaque, pois trata-se de um partido que vem ganhando força no cenário nacional, com presença marcada no governo de Tarcísio de Freitas (governador do estado de São Paulo pelo Republicanos, e grande apoiador de Bolsonaro). Sob a presença de Gilberto Kassab, líder do PSD, como secretário de governo, o partido ainda obteve a maior expressividade nas eleições municipais¹¹⁸ de 2024.

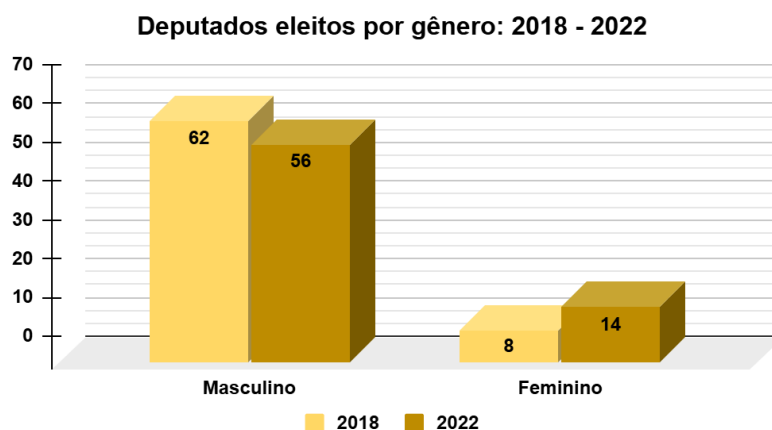
¹¹⁸ O PSD foi o partido que mais elegeu prefeituras nas eleições municipais de 2024, segundo o senado federal “O partido conquistou a prefeitura de 887 municípios, sendo cinco capitais, o que representa aumento de 35% se comparado ao resultado da eleição anterior”(SENADO FEDERAL, 2024).

Partidos, como o NOVO (caindo de 3 para 1 deputado) e o PPS (incorporado ao Cidadania em 2019), perderam representação. Algumas siglas com presença menos expressiva, como PCdoB, PDT, PV, SD, e PSC, mantiveram apenas um deputado. A REDE de Marina Silva apareceu apenas no pleito de 2022.

Esses dados demonstram um processo de reorganização do campo político paulista, com a consolidação das forças de direita, expressa, sobretudo, pelo alinhamento com bolsonarismo e com um conservadorismo cristão, além de rearranjos com o centro político. Acrescenta-se a esse quadro, uma certa resistência por parte da esquerda, cuja expressão se dá a partir da correlação de forças dentro da luta de classes, que ganha corpo na disputa entre interesses antagônicos na defesa de direitos básicos do cidadão, das populações tidas como minoritárias e de movimentos sociais.

No que diz respeito à **distribuição de gênero** entre os deputados eleitos, temos a seguinte disposição:

Figura 9: Distribuição por gênero dos deputados eleitos por São Paulo (2018 - 2022).



Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018–2022); Banco de dados ISER. Organização da autora.

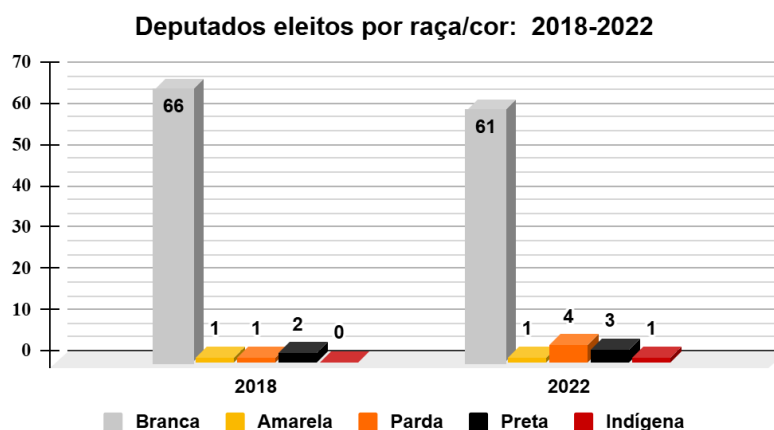
Conforme pode-se observar, a representação masculina é evidentemente superior à feminina nos dois pleitos analisados. Há uma pequena alteração no ano de 2022, com o número de pessoas do gênero feminino quase dobrando, correspondendo a um avanço de 11,4% para 20%. Nesse sentido, fica evidente um desequilíbrio de gênero no cenário paulista, fato que só pode ser compreendido pela junção de um conjunto de fatores históricos e culturais que fazem parte da estrutura da formação socioespacial do nosso país. Estes incluem a baixa representatividade e incentivo à participação pública, a cultura patriarcal, o próprio

acúmulo de tarefas domésticas e o ainda expressivo e lamentável machismo presente na realidade brasileira.

Outro fator refere-se a um ambiente político fortemente marcado pela violência de gênero e misoginia, falas como a do ainda deputado Jair Bolsonaro (PSC) referindo-se à então deputada Maria do Rosário (PT) em 2003, novamente em 2014 e 2016, expressam algo lamentavelmente recorrente. Em entrevista reportada no G1 (2016), o parlamentar reproduz o discurso: “Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”.

Em relação a **composição de raça/cor dos deputados federais paulistas**, pode-se observar a seguinte composição:

Figura 10: Distribuição dos deputados federais paulistas por raça/cor (2018 - 2022).



Fonte: Dados Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2018–2022); Banco de dados ISER. Organização da autora.

A partir da figura 10, observa-se um desequilíbrio abissal na ocupação dos cargos parlamentares em ambos os pleitos a partir da variável raça/cor. As pessoas que se declararam brancas representam um número muito superior às demais (amarela, parda, preta e indígena), somando 66 deputados em 2018 e 61 em 2022, correspondendo, respectivamente, a 94% e 87% do quadro paulista.

Esses números não deixam de ser uma expressão da quase inexistente representação de grupos historicamente marginalizados, perpetuando o padrão excludente enraizado numa sociedade, cujo passado escravocrata e colonial se concretiza também na ocupação dos espaços de poder de forma injusta e desigual.

É importante problematizar como a baixa representatividade de mulheres, das populações negras, pardas, indígenas e de outros grupos simboliza uma barreira a própria legitimidade da democracia representativa, que pautada numa desigualdade imanente, visto que sua composição é majoritariamente masculina e branca, impede a existência da diversidade e pluralidade necessárias à elaboração de políticas públicas que representem as necessidades e interesses de uma maioria.